



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/PPGED-UFS**

**O INGLÊS COMO LÍNGUA DOS NEGÓCIOS:**  
**o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)**

**THADEU VINÍCIUS SOUZA TELES**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**  
**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/PPGED-UFS**

**O INGLÊS COMO LÍNGUA DOS NEGÓCIOS:**  
**o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Doutor em Educação.**

**Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Pensamento Educacional.**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**  
**2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

T269i Teles, Thadeu Vinícius Souza  
O inglês como língua dos negócios : o caso da instrução  
comercial luso-brasileira (1759-1902) / Thadeu Vinícius Souza  
Teles ; orientador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. – São  
Cristóvão, SE, 2019.  
241 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2019.

1. Educação - História. 2. Língua inglesa – estudo e ensino. 3.  
Língua inglesa – Inglês comercial. 4. Negócios. 5. Linguagem e  
educação. I. Oliveira, Luiz Eduardo Meneses de, orient. II. Título.

CDU 37.016:811



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO



**THADEU VINICIUS SOUZA TELES**

**O INGLÊS COMO LÍNGUA DOS NEGÓCIOS: o caso da instrução comercial  
lusó-brasileira (1759-1902)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 25. 02. 2019

Prof. Dr. Luiz Eduardo Menezes de Oliveira (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.ª Dr.ª Eva Maria Siqueira Alves  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho  
Universidade de Brasília/UnB

Prof.ª Dr.ª Simone Silveira Amorim  
Universidade Tiradentes/UNIT

Aos meus queridos pais, Edilene e Robério,  
e minha amada esposa, Cecilia,  
pontos de equilíbrio na tempestade e asas nos fortes ventos.

## AGRADECIMENTOS

Essas são as últimas linhas escritas por mim nessa tese e são também as mais difíceis, pois é quase inacreditável que esteja realmente chegando ao final. Mais que alcançar um título ou uma honraria para um pretenso exibicionismo, essa realização significa para mim superação e a certeza de que Deus nunca nos desampara. Portanto, é inegociável destinar a Ele meu primeiro agradecimento, a quem se deve dar toda honra e toda glória.

Ao cabo de todo tempo dedicado ao desenvolvimento dessa tese, tive a chance de contar com a colaboração de alguns personagens da vida presente, sem os quais essa tese talvez não fosse possível. Assim, todo meu respeito, admiração e gratidão ao meu orientador Dr. Luiz Eduardo Oliveira, que me acompanha desde a graduação com muita paciência.

Agradeço aos meus pais, Edilene e Robério, pelo apoio fiel de sempre, e meus irmãos Perolina e Gabriel, pelo aprendizado diário. Aos meus familiares queridos, em especial a minhas tias Elane, Cássia, Elisa, Rosa, Meire, Bete e ao tio Zé (*in memoriam*). À minha prima Miziane Ismerim, que me enviou livros sobre o tema da França. Muito obrigado pelo incentivo sem igual dos meus sogros, Genize e Acrísio, meus cunhados, Luzia e César, e meus sobrinhos amados Ernesto e Benício, minha alegria.

Muito obrigado aos membros da banca examinadora de qualificação, professores doutores Eva M<sup>a</sup> Siqueira Alves, Simone Silveira Amorim e Joaquim Tavares da Conceição, por todas as inestimáveis contribuições e pela disponibilidade em colaborar mais uma vez na defesa. Agradeço ainda a gentileza da participação do professor Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho na defesa dessa tese.

Enquanto cursei as disciplinas no Programa de Pós Graduação em Educação da UFS, tive a oportunidade de me beneficiar com o contato e aprendizado de todos os mestres e colegas. Por essa troca, muito obrigado a cada um deles. Agradeço ainda à chefia e aos funcionários do PPGED pelo auxílio prestado durante meu doutoramento.

Na condição de professor afastado durante boa parte do doutorado, gostaria de registrar meu agradecimento à UFS, ao Departamento de Secretariado Executivo e a todos os colegas, em especial, os professores Sueli Pereira, Igor Gadioli, Flávia Pacheco e Augusto Cesar, bem como o assistente Lázaro Sandro, além de Elma e Tainara. Agradeço também aos professores Flávio Soares e Nadege Ramalho, que me substituíram com competência e dedicação.

A todos os colegas do Núcleo de Estudos de Cultura, em especial a Sara Rogéria, Kate Constantino, José Augusto, Roberto Carlos, Emmerly Karoline, Luana Inês, Rodrigo Belfort e Elaine M<sup>a</sup> Santos.

Sou grato pela colaboração da querida Rita Lages e, também da UFOP, da incrível Cláudia Chaves, que gentilmente respondeu aos meus contatos e me encontrou na UFF para compartilhar alguns materiais. Sem seus esclarecimentos e obras, dificilmente teria conseguido êxito nas visitas realizadas a centros de memória cariocas. Muito obrigado.

A respeito do período em que foram realizadas as visitas nos referidos centros, agradeço às amigas do coração Elen Cristiane e Simone Tavares, que me alojaram, ensinaram como chegar a todos os lugares pretendidos e ainda ajudaram pacientemente no registro fotográfico de alguns compêndios. Muito obrigado ainda ao amigo Anselmo Guimarães pelo auxílio na mesma oportunidade.

Um agradecimento muito especial ao Real Gabinete de Leitura Português, ao Arquivo Nacional, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e principalmente ao NUDOM do Colégio Pedro II. Beatriz Boclin e Elizabeth Monteiro foram maravilhosas desde o primeiro contato até o fim de minha passagem por lá, orientando e facilitando tudo.

Gratidão pela partilha intelectual e amizade de Vera M<sup>a</sup> dos Santos. Muito obrigado pela paciência, por sua preciosa atenção, pelo auxílio na interpretação de alguns manuscritos paleográficos e pelos livros emprestados. Minha trajetória acadêmica se enriquece e meu coração se alegra quando compartilhamos nossas experiências.

Meus amigos foram o grande elenco que me acompanhou mesmo quando me ausentei de tudo para me dedicar exclusivamente à tese. Muito obrigado a cada um, entre eles: Ana Paula Cabral, Alcides Júnior, Iuri Ravel, Geraldo Júnior, Gisele Felix, Jamisson Guimarães, Leandro Salgueiro, Roberto César, Ricardo Mendes, Sérgio Daniel, Shenia Tahan, Solon Moreira, Vanessa Ponte. Um agradecimento especial ao meu cardiologista, Marcelo Russo.

Muito obrigado a todos os meus alunos. Aos que foram, são e virão a ser. Vocês não me deixam esquecer da importância da construção de uma vida acadêmica.

Por fim, não poderia deixar de registrar a contribuição de Cecilia Neri, que me acompanhou desde a seleção, inspirando e motivando, tendo inclusive lido alguns textos para ter assunto comigo quando a escrita lhe roubou minha companhia. Além disso, colocou apelidos engraçados nos personagens da tese para trazer leveza à produção. Ao final, ainda foi responsável pela primeira revisão ortográfica. Dedicar essa tese a ela não é suficiente, dedico então minha vida. Muito obrigado por tudo!

Gratidão!

## INFÂNCIA

Carlos Drummond de Andrade

Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.  
Minha mãe ficava sentada cosendo.  
Meu irmão pequeno dormia.  
Eu sozinho menino entre mangueiras  
lia a história de Robinson Crusoe.  
Comprida história que não acaba mais [...]  
Lá longe meu pai campeava  
no mato sem fim da fazenda.  
E eu não sabia que minha história  
era mais bonita que a de Robinson Crusoe  
(ANDRADE, 1993, p. 13).



## **RESUMO**

Esta tese investiga a história do ensino de língua inglesa motivado por razões comerciais, no contexto da formação dos negociantes portugueses e brasileiros, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, dentro da vertente pedagógica do reformismo pombalino. Assim, o seu marco temporal situa-se no período localizado entre a criação da Aula de Comércio, em 1759, e o fim da atividade do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1902. Seu objeto circunscreve-se na relação entre a formação comercial luso-brasileira e o processo de constituição do Inglês como principal língua para fins comerciais, conservada como categoria de análise básica a instrução comercial. Seu objetivo principal, por sua vez, é analisar a configuração do inglês como matéria de ensino na formação comercial, em Portugal e no Brasil. Através do método indiciário, foram agrupados legislação do século XIX, compêndios e jornais do período como fontes na condução da pesquisa. Foi possível concluir que a língua inglesa se beneficiou de sua aplicação cotidiana nos negócios e encontrou na instrução comercial um fator fundamental para sua disseminação em terras lusitanas e brasileiras.

Palavras-chave: Ensino de línguas; Língua inglesa; Instrução comercial; História da Educação.

## **ABSTRACT**

This thesis investigates the history of English language teaching motivated by commercial reasons, in the context of the training of Portuguese and Brazilian traders, after the transfer of the Portuguese Court to Brazil, within the pedagogical aspect of Pombaline reformism. Thus, its time frame is located between the creation of the School of Commerce in 1759 and the end of the activity of the Commercial Institute of Rio de Janeiro in 1902. Its object is limited in the relationship between Luso-Brazilian commercial training and the process of constitution of English as main language for commercial purposes, preserved as a category of basic analysis the commercial education. Its main objective, in turn, is to analyze the configuration of English as a subject of teaching in commercial education, in Portugal and in Brazil. Through the evidentiary method, nineteenth-century legislation, compendiums and periodicals were grouped as sources for conducting the research. It was possible to conclude that the English language benefited from its application in everyday business and found in commercial education a fundamental factor for its dissemination in Lusitanian and Brazilian lands.

**Keywords:** Language teaching; English language; Business education; History of Education.

## **RÉSUMÉ**

Cette thèse étudie l'histoire de l'enseignement de l'anglais motivé par des raisons commerciales, dans le cadre de la formation des commerçants portugais et brésiliens, après le transfert de la Cour portugaise au Brésil, dans le cadre pédagogique du réformisme pombalin. Ainsi, son délai est situé entre la création de la école de commerce en 1759 et la fin de l'activité de l'Institut commercial de Rio de Janeiro en 1902. Son objet est limité dans le rapport entre la formation commerciale luso-brésilien et le processus de constitution de l'anglais en tant que langue principale à des fins commerciales, conservé en tant que catégorie d'analyse de base l'enseignement commercial. À son tour, son objectif principal est d'analyser la configuration de l'anglais en tant que matière d'enseignement dans l'enseignement commercial, au Portugal et au Brésil. À l'aide de la méthode de l'evidence, la législation du dix-neuvième siècle, les compendiums et les périodiques ont été regroupés en tant que sources pour la conduite de la recherche. On pouvait en conclure que la langue anglaise avait bénéficié de son application dans les affaires courantes et que l'enseignement commercial était un facteur fondamental pour sa diffusion sur les terres lusitanienne et brésilienne.

Mots-clés: Enseignement des langues; Langue anglaise; Éducation Commerciale; Histoire de l'Éducation.

## FIGURAS

Figura 1: Folha de rosto de <i>Princípios de Economia Política</i> .....	118
Figura 2: Folha de rosto <i>Escola Mercantil</i> .....	124
Figura 3: Brasão do Barão de Mauá.....	139
Figura 4: Folha de rosto <i>Plano de huma Aula de Commercio Theorica e Pratica</i> .....	146
Figura 5: Anúncio de Euzébio Vanerio oferecendo-se para professor ou guarda-livros.....	152
Figura 6: Anúncio do Collegio Fraternidade, sob direção de Euzébio Vanerio.....	152
Figura 7: Folhas de rosto da <i>Grammatica pratica da lingua ingleza</i> .....	161
Figura 8: Capa <i>Selecta Anglo-Americana</i> .....	164
Figura 9: Anúncio Externato Commercial.....	167
Figura 10: Folha de rosto <i>Prosodia Ingleza</i> .....	169
Figura 11: Anúncio de compêndios de Jasper Harben.....	171
Figura 12: Folha de rosto <i>Diccionario maritimo dividido em duas partes, portuguez e inglez, inglez e portuguez</i> .....	178
Figura 13: Folha de rosto <i>Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez</i> .....	179
Figura 14: Folha de rosto <i>Novissimo diccionario inglez-portuguez</i> .....	182
Figura 15: Folha de rosto <i>A portuguese and english pronouncing dictionary</i> .....	183
Figura 16: Folha de rosto <i>Diccionario inglez-portuguez</i> .....	184
Figura 17: Folha de rosto da <i>Grammatica Lusitano-Anglica &amp; Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova, Ingleza e Portuguesa, e Portuguesa e Ingleza</i> .....	189
Figura 18: Folha de rosto <i>Gramatica ingleza ordenada em portuguez</i> .....	193
Figura 19: Folha de rosto <i>Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa dedicada à Felicidade e Augmento da Nação Portuguesa</i> .....	197
Figura 20: Folha de rosto <i>Arte ingleza</i> .....	200
Figura 21: Folha de rosto <i>A new grammar of the portuguese and english languages in two parts</i> .....	202
Figura 22: Capa <i>Estrada Suave</i> .....	204
Figura 23: Anúncio do Externato Hewitt e do <i>The Graduated English Reader, Estrada Suave</i> .....	206

## ANEXOS

Anexo 1: Folha de rosto <i>Segredos da Calligraphia Ingleza</i> .....	230
Anexo 2: Modelo de correspondência comercial para prática caligráfica.....	230
Anexo 3: Ata de provimento da cadeira de inglês no Colégio Pedro II.....	230
Anexo 4: Termo de juramento e posse de Philippe da Motta no Colégio Pedro II...	233
Anexo 5: Carta nomeando Philippe da Motta oficial da Ordem da Rosa.....	234
Anexo 6: Fórmulas comerciais.....	235
Anexo 7: Abreviaturas comerciais.....	235
Anexo 8: Diálogos familiares.....	236
Anexo 9: Exemplo de correspondência comercial.....	237
Anexo 10: Exemplo de correspondência comercial.....	238
Anexo 11: Diálogos familiares.....	239
Anexo 12: Exemplo de diálogo familiar relacionado à atividade comercial.....	240
Anexo 13: Capa do <i>Compendio da Grammatica Ingleza</i> .....	241

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>SEÇÃO 1: Uma história da instrução comercial em Portugal e no Brasil e sua relação com o ensino de línguas</b>	
1. Reflexões sobre o nascimento do Inglês para negócios .....	28
2. Breves considerações sobre a história do comércio .....	35
3. Raízes do ensino comercial .....	37
4. A aliança inglesa .....	48
<b>SEÇÃO 2: Origens e contextos da instrução comercial luso-brasileira</b>	
1. Mercantilismo e progresso .....	59
2. Providências pombalinas para os negócios .....	67
3. Redescobrimdo a Aula de Comércio .....	71
3.1. A Aula de Comércio em Jacome Ratton.....	75
4. Estrangeirados, instrução comercial e línguas .....	79
5. Aula de Náutica: a Aula de Comércio do Porto .....	90
6. A necessidade de línguas estrangeiras nos avisos relacionados ao comércio.....	93
7. Instrução comercial na América Portuguesa .....	100
<b>SEÇÃO 3: Personagens e compêndios: pegadas e vestígios da aproximação da língua inglesa à instrução comercial no Brasil</b>	
1. Visconde de Cairu.....	115
2. Manoel Luis da Veiga .....	122
3. Barão de Mauá .....	133
4. Euzébio Vanerio.....	144
5. Philippe da Motta de Azevedo Corrêa .....	157
6. Jasper Lafayette Harben .....	166
7. Revisitando alguns compêndios .....	174
7.1. Dicionários .....	177
7.2. Gramáticas .....	188
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>208</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>213</b>
<b>6. ANEXOS .....</b>	<b>230</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem o intuito de dar continuidade à investigação da história do ensino de língua inglesa motivado por razões comerciais dentro do contexto da formação dos negociantes português e brasileiro, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, dentro da vertente pedagógica do reformismo pombalino influenciado pelo movimento das Luzes. Desta maneira, esta pesquisa é situada no período localizado entre a criação da Aula de Comércio em Portugal, em 1759, e o fim da atividade do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, creditada para 1902. O estudo de línguas vivas, recomendado para a atuação do negociante, chamou a nossa atenção, em especial o estudo de língua inglesa, em virtude de nossa afinidade profissional e acadêmica.

Após cumprir nossa graduação em Letras Inglês e uma especialização em metodologia do ensino de língua inglesa, encontramos no Grupo de Pesquisa da História do Ensino das Línguas no Brasil (GPHELB) uma oportunidade de direcionar nosso desejo de aprofundar nossos conhecimentos sobre a língua inglesa. Dentre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo fundado em 2006 pelo prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), “A constituição das línguas como disciplinas escolares e acadêmicas” investigava o processo de configuração das línguas e suas respectivas literaturas como disciplina escolar e/ou acadêmica, buscando delinear suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais. Destarte, essa linha foi escolhida para amparar o caminho a ser seguido para o desenvolvimento de nossas futuras pesquisas.

Foi a partir das discussões empreendidas nas reuniões do GPHELB, hoje Núcleo de Estudos de Cultura (NEC)<sup>1</sup>, que surgiu o interesse em desenvolver uma pesquisa que contemplasse a relação entre o ensino de língua inglesa e a instrução comercial no início do século XVIII em Portugal e na América Portuguesa<sup>2</sup>, originando a dissertação intitulada “O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)”. Após a conclusão do referido trabalho, em abril de 2012, os resultados e desdobramentos da pesquisa continuaram a trazer pistas relevantes para a construção de um panorama da configuração da língua inglesa como principal ferramenta para os negócios empreendidos

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Estudos de Cultura da UFS foi criado com o intuito de congrega pesquisadores das grandes áreas

<sup>2</sup> No conjunto do sistema de exploração colonial através das Grandes Navegações, pode-se afirmar que Portugal colecionava êxitos significativos no quadro econômico europeu após os descobrimentos. Entre suas principais colônias estavam Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde, na África; Timor Leste, Ilha de Goa e Macau, na Ásia; e na América, Barbados e Brasil. Esta última se tornou a principal retaguarda econômica na manutenção da metrópole (TELES, 2012, p.23). Historiadores como Falcon & Rodrigues (2006) e Holanda (1995) referem-se ao território brasileiro colonizado por portugueses como América Portuguesa.

entre Portugal e Inglaterra<sup>3</sup> e, em seguida, entre Brasil e Inglaterra, após a abertura dos portos brasileiros às nações amigas (1808).

Em 2015, fomos aprovados como professor assistente do Departamento de Secretariado Executivo da UFS e ficamos responsáveis pelas disciplinas sob a nomenclatura de Inglês para Fins Específicos I, II, III e IV, cujos conteúdos são notadamente formados por inglês para negócios, em atendimento às necessidades do curso. Essa nova missão reforçou mais uma vez nossa inquietação em avançar na pesquisa de algo que parece posto e clarividente para o senso comum, mas que guarda em sua origem uma história a ser desvelada e documentada para além do óbvio. É sabido que o inglês é considerado a língua dos negócios ao redor do mundo, mas parece relevante romper o imediatismo, por vezes simplista do senso comum, e pensar como se desenvolveu essa relação no bojo da construção da formação comercial. Antes de tomar corpo como uma disciplina sistematizada e reconhecida sob a nomenclatura de Inglês Instrumental, o trajeto da configuração dessa matéria antes dos principais estudos linguísticos permanece pouco explorado.

A propósito do nosso engajamento com a proposta do grupo, da nossa condição profissional e da nossa necessidade em aproveitar as fontes que excederam a dissertação, em 2015 fomos aprovados para o doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na UFS com o tema “O Inglês como Língua dos Negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)”. Esta tese justifica-se, então, pela oportunidade de pormenorizar os estudos acerca do ensino de inglês dedicado ao atendimento das necessidades dos profissionais que desenvolviam o comércio português, a exemplo de marinheiros, carregadores e principalmente homens que pudessem mediar relações econômicas e registrá-las através da escrituração mercantil.

Ao cumprir a revisão bibliográfica, foi possível perceber que pouco foi produzido no mesmo caminho deste trabalho. No banco de teses e dissertações da CAPES não foi encontrada qualquer produção de enfoque histórico no mesmo recorte temporal com as seguintes entradas: inglês para negócios, inglês comercial, formação comercial, instrução comercial, instrução mercantil, arte dos negócios. Para as chaves convencionais de busca Aula(s) de(o) Comércio, somente a dissertação por nós já produzida foi apresentada com alguma proximidade do objeto abordado neste trabalho. Pode-se depreender que a temática da

---

<sup>3</sup> Cumpre esclarecer que, embora pareça impreciso diante das delimitações que estavam sendo estabelecidas durante a constituição dos domínios europeus, o bloco geopolítico hoje conhecido como Reino Unido será tratado como sinônimo de Inglaterra para facilitar a compreensão e acompanhar o costume adotado na literatura abordada e nos documentos oficiais da época. Da mesma maneira, ao referir-se a ingleses, esta tese está na verdade tratando de britânicos, como fez Gilberto Freyre (2000) em *Ingleses no Brasil*, por exemplo.



história da instrução comercial tem-se centrado em investigar as ideias econômicas e os conteúdos mais relevantes para a prática contábil, deixando de realçar a conexão desta formação com a motivação do ensino de línguas vivas contido no período de análise.

Partindo de Oliveira (2006), a referida dissertação dedicou-se a abrir caminho para novos estudos históricos sobre a configuração da Aula de Comércio para observar como a recomendação de estudos de língua francesa no projeto pombalino de formação do perfeito negociante, motivou o estudo de língua inglesa. Durante o desenvolvimento da dissertação nos foi possível perceber o reforço da necessidade da língua inglesa registrada em documentos oficiais e alguns materiais de ensino no período recortado para o estudo, entre 1759 e 1846.

Nesta tese, a aproximação inicial dos estudos da Aula de Comércio se ampliou para a observação da configuração da instrução mercantil em Portugal e em seguida na América Portuguesa, e como a língua inglesa ganhou destaque na medida em que o estreitamento da relação econômico-diplomática entre Portugal e Inglaterra estabeleceu inúmeros tratados comerciais entre as partes e terminaram por implicar a necessidade de capacitação dos responsáveis por viabilizar as negociações a partir de 1759.

Geograficamente pode-se observar que Portugal foi construído às margens do Atlântico e desfrutava de posição privilegiada na Europa, com vários portos navegáveis. Assim, beneficiava-se disso na participação dos grandes circuitos do comércio internacional. A necessidade de preparação do ‘recurso humano’ não parecia uma prioridade até que o alargamento das relações comerciais, cada vez mais baseadas em ambições quantitativas, denunciaram como estava disperso o registro das transações mercantis.

Não obstante date do século XV o histórico de relações comerciais com mercadores italianos – os quais foram os primeiros a sistematizar o proceder comercial –, Portugal aparentemente não atentou para as futuras implicações de tal descaso. De acordo com Santana (1986, p. 30), era geral a ignorância das regras de contabilidade, como peso, medidas, preços e exata fixação de preços. Além disso, enquanto os filhos de mercadores estrangeiros haviam praticado a escrituração de partidas dobradas<sup>4</sup> em estágio na Inglaterra, França e Holanda, muitos filhos de comerciantes portugueses sequer sabiam ler e escrever. Assim, a relevância deste estudo reside em observar os graus de influência que a longa relação entre Inglaterra e

---

<sup>4</sup> Cumpre esclarecer rapidamente que partidas dobradas eram conhecidas como o principal método de registro de contabilidade utilizado para facilitar o acompanhamento de grandes volumes de transações. A sistematização do método é atribuída ao monge italiano Luca Pacioli em 1494, mas historiadores contábeis acreditam que as bases das partidas dobradas encontravam-se entre mercadores de Florença em 1300. Foi a partir deste método rudimentar que a ciência da contabilidade daria seus primeiros passos (IUDÍCIBUS, MARTINS & CARVALHO, 2005, p. 9).

Portugal exerceu no ensino de língua inglesa durante as reformas pombalinas da educação com vistas ao campo da instrução comercial.

A associação de uma economia baseada no mercantilismo e comerciantes despreparados trouxe à tona a discussão sobre a necessidade de capacitar os homens responsáveis por assistir efetivamente o comércio português. Nesse contexto, o Terremoto de Lisboa (1755) pareceu ter estremecido a relativa passividade portuguesa e influenciado determinadamente sua reação na reconstrução de sua capital devastada, bem como nas reformas de diversas esferas da estrutura portuguesa. Acredita-se que a gravidade da situação motivou o comprometimento do gabinete com as principais fontes de renda portuguesa. Assim, de acordo com o discurso político pombalino, estava posta a importância do comércio, o qual apresentava um quadro de informalidade e prejuízo em razão da desorganização e inabilidade dos comerciantes.

O parágrafo introdutório do Alvará de 19 de maio de 1759 esboçava a situação decadente e de ruína em que se encontrava o registro das transações comerciais relatada por Pombal:

A Junta de Commercio deste Reino, e seus Dominios, havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, he huma das primeiras causas, e o mais evidente principio da decadencia, e ruina de muitos Negociantes, como tambem, que a ignorancia da reducção dos dinheiros, dos pezos, das medidas, e da intelligencia dos cambios, e de outras materias mercantis, não podem deixar de ser grande prejuizo, e impedimento a todo, e qualquer negocio com as Nações estrangeiras; e procurando, quanto pede a obrigação do seu Instituto, emendar esta conhecida desordem, propoz a Sua Magestade no capítulo dezaseis dos Estatutos da mesma Junta, que se devia estabelecer huma Aula, em que presidissem hum, ou dous Mestres, e se admitssem vinte Assistentes do número, e outros supernumerarios, para que nesta pública, e muito importante Escola se ensinassem os principios necessarios a qualquer Negociante perfeito, e pela communicacão do methodo Italiano, aceito em toda a Europa, ninguem deixasse de guardar livros com a formalidade devida (PORTUGAL, 1826, p. 656).

Entre as principais reformas empreendidas pela figura revolucionária do Marquês de Pombal, encontra-se a criação da Aula de Comércio (1759). Tal Aula consistiu basicamente em aulas sobre aritmética, câmbio, pesos e medidas<sup>5</sup>, seguros e métodos de escrever livros ou partidas dobradas. Além das aulas sobre gestão e as rotinas mercantis, o ensino de línguas

---

<sup>5</sup> Desde que o homem começou a viver em comunidade e a praticar trocas ou atividades comerciais, a necessidade de maneiras de medir e garantir negociações justas originou a criação de unidades de medidas. Entretanto, elas nem sempre eram precisas ou reconhecidas em diferentes civilizações. Para facilitar as negociações, a padronização dos pesos e medidas foi desenvolvida ainda por antigos babilônios, egípcios, gregos e romanos, o que não garantiu um padrão homogêneo em toda a Europa (POZEBON & LOPES, 2013).

estrangeiras deu seus primeiros passos com a finalidade de viabilizar transações comerciais, tradução de textos, redação de cartas de mercância<sup>6</sup>, apólice de seguros, entre outros (TELES, 2012).

Chaves (2009) chamou a atenção para a importância dada à preparação dos homens responsáveis por manter a mais importante atividade econômica daquele período. Ela apresentou algumas pistas sobre a ascensão da burguesia mercantil e suas primeiras manifestações de instrução comercial, em consonância com a tendência europeia de organização e divulgação de conhecimentos mercantis.

A aquisição de conhecimentos específicos baseados na ideia de uma ‘ciência’ mercantil foi a tônica no processo de distinção e reconhecimento profissional para mercadores e negociantes. Aprender matemática, práticas contábeis, línguas estrangeiras, geografia e sistemas monetários tornaram-se as formas de inserir o grupo mercantil português num novo padrão de formação comercial na Europa do século XVIII (CHAVES, 2009, p. 172).

Dentre as diversas formas de representação, informação e aquisição de competências específicas das atividades comerciais, Chaves (2009) apontou França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Espanha como nações que apresentaram alguma profissionalização comercial. Entretanto, a partir de meados do século XVIII a Aula de Comércio portuguesa ganhou maior força e visibilidade no cenário moderno europeu.

A criação da Aula de Comércio, confirmada juntamente com seus Estatutos, através do Alvará de 19 de maio de 1759, foi adotada como marco inicial desta pesquisa, pois representa o ponto de partida da preocupação portuguesa com a instrução comercial. O marco final, baseado no período pós-Aula de Comércio, está assentado na transformação da formação contábil ministrada nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa (1869) e da Cidade do Porto (1886), bem como se alinha com a gradual baixa na procura por cursos como esses no Brasil até o fim do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1902. Nesse sentido, o objeto principal deste estudo está circunscrito na relação entre a formação comercial luso-brasileira e o processo de constituição do inglês como língua de grande utilidade para fins comerciais, conservada como categoria de análise básica a instrução comercial. O objetivo principal deste trabalho é analisar a configuração do inglês como matéria de ensino na formação comercial, em Portugal e no Brasil.

---

<sup>6</sup> Trata-se de cartas comerciais em geral. Neste momento, optou-se pela nomenclatura como encontrada na literatura referenciada.

Como se pode depreender a partir da breve contextualização, a hipótese deste estudo está assentada na ideia de que as primeiras lições de línguas estrangeiras, e portanto de inglês, em Portugal e seus domínios foram incentivadas pela convergência de ações reformistas que visavam o incremento da receita portuguesa através das transações comerciais. Apesar de toda dificuldade apresentada a quem se propõe a desenvolver um estudo histórico tão distante, fontes como legislação e escritos pombalinos, relatórios ministeriais, parecer, cartas de solicitação de matrícula, jornais e periódicos, programas de ensino, diários de classe, compêndios, entre outros que se relacionaram com o objeto, deram suporte para a realização desta tese.

Para compor as fontes deste trabalho, foram desenvolvidos levantamento bibliográfico e efetivação de estado da arte, aproveitando a legislação do período recortado. O desafio desta pesquisa foi a busca por fontes que por vezes podem ser pouco reveladoras e fragmentárias. Diante de fontes dessa natureza, fez-se necessária a adoção de uma orientação metodológica que fosse condizente com o caráter indiciário das pistas encontradas.

No sentido de buscar resposta a algumas inquietações sobre a história do ensino de língua inglesa relacionado à instrução comercial, foi traçado um roteiro preliminar de visitas a alguns institutos de memória e consulta bibliográfica na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 27 de março e 07 de abril de 2017. Na oportunidade, foram agendadas e realizadas visitas ao Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II, ao Arquivo Nacional, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ao Real Gabinete de Leitura Português e à Biblioteca Nacional, além da Universidade Federal Fluminense.

### **Percurso metodológico**

À guisa de tratar do objeto desta tese, foi necessário o contato com fontes que apresentavam pedaços soltos, por vezes esparsos, para tentar compor a história que julgamos merecer atenção. O primeiro desafio que se impôs à pesquisa foi o distanciamento do período temporal a ser estudado. O segundo, que certamente decorria também do primeiro, foi a natureza dos dados que são considerados inexistentes ou marginais. Embora pareça uma tarefa árdua ou não praticada pela grande maioria dos estudos da história do ensino de língua inglesa, a abrangência de um período histórico mais longo é defendida pelo historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) em seus *Escritos sobre a História*. No capítulo dedicado à “História e as Ciências Sociais: a longa duração”, o referido autor opta por falar

sobre a História e suas durações, especialmente para os “vizinhos das ciências do homem”, dentre eles estão mencionados os linguistas. De acordo com Braudel,

todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto (BRAUDEL, 1992, p. 44).

Braudel (1992, p. 48) ponderou a importância dada à história de curta duração “porque parece mais necessário (ou mais urgente) costurar juntas a história ‘cíclica’ e a história curta tradicional, do que ir do anterior para o desconhecido”. De fato, parece fazer mais sentido para quem enfrenta a tarefa de reunir provas para construir uma história, garantir o sucesso de sua empreitada a partir do que já se conhece, a exemplo, nas palavras do autor, dos militares, que têm como estratégia “consolidar posições adquiridas”.

Diferentemente das escolhas de duração de trabalhos da história tradicional, os trabalhos de amplitude secular são definidos como sendo de história de longa, ou mesmo, de longuíssima duração. O principal benefício da longa duração se encontra no “desprender-se do tempo exigente da história, sair dele, depois voltar a ele, mas com outros olhos, carregados de outras inquietudes, de outras questões” (BRAUDEL, 1992, p. 53). Dessa maneira, é possível ampliar os estudos e atender às curiosidades pertinentes à pesquisa de cada historiador, além de ultrapassar a querela entre tempos curto ou longo.

O fazer histórico tradicionalmente dependeu de focalizar os eventos considerados largamente relevantes, normalmente marcados por uma data que se tornou memorável, ou por consequências trazidas por um determinado acontecimento. Como consequência dessa espécie de simplificação, tornaram-se pouco legíveis gestos e sinais considerados menores, pois mereceram pouca ou nenhuma atenção por parte dos estudos históricos. Nesse sentido, ao voltar os olhos para a pesquisa a ser desenvolvida, foi necessário perseguir uma proposta teórico-metodológica capaz de compor um norte que pudesse auxiliar na arregimentação de estratégias para a construção da inteligibilidade da narrativa histórica que irá vertebrar esta pesquisa.

Recorrentemente arrolado a trabalhos históricos, o paradigma indiciário foi descrito por Carlo Ginzburg (1986, p. 150-153) a partir da comparação do historiador ao caçador que busca capturar sua presa seguindo suas pegadas. Da mesma maneira, o autor compara o historiador ao detetive, cujo olhar é lançado para traços secundários, detalhes ou elementos que passariam despercebidos. São as pistas “infinitesimais” que vão permitir “captar uma

realidade mais profunda, de outra forma inatingível”. Mais uma analogia para a atuação do historiador em seu texto foi o médico, o qual vai “diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo”.

Após seu paradigma indiciário ter se tornado um clássico entre os estudiosos, Ginzburg (2004, p. 117-118) ponderou que sua pretensão não era de construir um método que justificasse algumas subversões, a exemplo de como o poder colonial se apropriou de suas técnicas de identificação para oprimir nascidos em Bangladesh. Além disso, o autor não reconheceu ter criado um novo método. Ele afirmava que “ao ler isso eu caio das nuvens: esta foi a última coisa que teria esperado. Para começar, todos os historiadores trabalham sobre pegadas ou indícios”. Sua preocupação pareceu voltar-se para o uso de seu paradigma como instrumento de controle ou de subversão, entretanto essa passagem mostrou também que o autor não considerava seu paradigma um método, pois não teria revolucionado a forma como a pesquisa histórica era feita.

De fato, o paradigma indiciário encontra correspondência com a estratégia de montagem de dados coletados, típica de narrativas históricas. Entretanto, para ter acesso aos dados, o paradigma indiciário faz este trabalho atentar para a relevância de pistas residuais no rastreio das fontes. Foi essencial apoiar-se em fontes documentais e bibliográficas menos exploradas para revelar os detalhes do proposto, vez que esta pesquisa se distingue daquelas praticadas no campo da linguística, em que se pode contar com a realização de estudos com questionários e acompanhamento de todas as atividades de um determinado grupo de alunos em um espaço previamente estabelecido.

A metodologia também contou com a análise de materiais de ensino ou compêndios de ensino de língua inglesa, como eram conhecidos no período recortado. Então, tencionou-se localizar alguns materiais de ensino que puderam subsidiar a pesquisa através de análise de conteúdo, notadamente prefácios, prólogos e notas ao leitor. Finalmente, a metodologia adotada para desenvolver este estudo foi dividida em três momentos. O primeiro contou com levantamento e pesquisa bibliográfica; o segundo se baseou na pesquisa documental, com especial atenção a peças legislativas. Sobre o uso das fontes documentais, optou-se por manter-se fiel à grafia original quando reproduzidas aqui as citações com o Português da época em benefício da representatividade dos mesmos e de sua leitura mais atenta; e o terceiro, na aproximação de personagens relevantes para o objeto e na análise de conteúdo dos compêndios de ensino de língua inglesa encontrados.

A análise de conteúdo foi primordial para testar a hipótese da pesquisa diante dos poucos recursos existentes para a obtenção de dados. Sabe-se que a pesquisa bibliográfica é o

eixo norteador de qualquer trabalho de pesquisa. Contudo, neste estudo, a análise de conteúdo atendeu melhor aos propósitos de observar o discurso das fontes documentais, em especial o discurso pombalino, bem como dos trechos extraídos de compêndios que ainda não haviam recebido tratamento analítico a partir do estudo do caso da Aula de Comércio.

Diante da problemática portuguesa econômica, social e cultural de meados do século XVIII, várias foram as reformas empreendidas pela Coroa através da figura do ministro Pombal. Contudo, essa tese enfatizou as reformas da instrução pública através da perspectiva comercial. Dessa maneira, o levantamento de algumas peças legislativas, cartas, compêndios e bibliografia especializada perseguiu materiais que fossem úteis à compreensão de como Pombal e seus pares fortaleceram economicamente o Estado português a partir da formalização de uma instrução utilitarista, provocando também a institucionalização do ensino de inglês.

O estado da arte sobre a matéria no campo da História da Educação ainda está por ser desvelado. Contudo, estudos desenvolvidos por Oliveira (2006) apontaram os primeiros caminhos para a reconstrução da trajetória desempenhada pelo inglês na formação de negociantes. Parece imprescindível para uma pesquisa histórico-contextual como essa focalizar o cenário histórico que propiciou a evolução da instrução comercial portuguesa e brasileira. Para a compreensão do ponto de partida desta pesquisa, deve-se recuar no tempo e observar que, para transformar Portugal em uma metrópole mercantilista e recuperar a economia, como pretendia o Marquês de Pombal, fazia-se necessária a implementação de políticas que proporcionassem o incremento da receita portuguesa, gerada principalmente através das relações econômicas anglo-portuguesas.

A partir das pesquisas realizadas para a construção da nossa dissertação de mestrado, foi possível notar que na relação entre o comércio empreendido por Portugal e Inglaterra, sua principal parceira econômica inaugurou a necessidade de aprendizado da língua inglesa para fins comerciais. Todavia, a criação de tal Aula em Portugal, em 19 de maio de 1759, não previa até então o ensino de línguas vivas estrangeiras. De acordo com os Estatutos da Aula de Comércio da Corte, aprovados a 07 de março de 1835, eram ensinados principalmente: aritmética, câmbio, pesos, medidas, seguros e métodos de escrever livros ou métodos de registro comercial, a exemplo das partidas dobradas (TELES, 2012, p. 12).

A configuração europeia de invasões que se procedeu no começo do século XIX trouxe instabilidade e fez a Corte Portuguesa do Príncipe Regente fugir para o Brasil, temendo investidas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte (1769-1821). Ao mudar para o Brasil, com o auxílio de navios da aliada Inglaterra, a Coroa tomou diversas medidas referentes à

Instrução Pública. Grande parte delas apontava para o interesse português pelo pragmatismo e pelo atendimento das necessidades do “mercado de trabalho” <sup>7</sup> do seu novo Reino (HOLANDA, 1976, p. 68-73).

Aos 28 dias de janeiro de 1808, a Coroa portuguesa determinou a abertura dos portos brasileiros para comércio estrangeiro com as nações amigas. Em seguida, uma cadeira para ensino de língua francesa e outra de inglesa foram criadas pelo próprio Príncipe Regente através da Decisão 29 de 14 de julho de 1809.

E, sendo outrossim, tão geral e notoriamente conhecida a necessidade de utilizar das línguas francesa e inglesa, como aquelas que entre as vivas têm mais distinto lugar, e é de muita utilidade ao estado, para aumento e prosperidade da instrução pública, que se crie na Corte uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa (BRASIL, 1891, p. 28).

Tais decisões foram certamente alavancadas pela influência do empirismo inglês e do enciclopedismo francês, que haviam sido disseminados a partir da independência dos Estados Unidos<sup>8</sup> (1776) e pela Revolução Francesa<sup>9</sup> (1789), respectivamente. Sabe-se que do aperfeiçoamento dos comerciantes dependia o desenvolvimento do setor de comércio

---

<sup>7</sup> A expressão “mercado de trabalho” é usada por Lima em uma retrospectiva do ensino referindo-se à “velha filosofia colonial” como marca dos objetivos desse ensino (LIMA, 1975, p. 50).

<sup>8</sup> A independência dos Estados Unidos, marco do início da derrocada do Antigo Regime, foi influenciada pela difusão das ideias iluministas, como o direito à liberdade e o direito de resistir a um governo autoritário. Essas ideias forneceram a base teórica não só para a independência, mas também para a edificação do novo Estado. Em 4 de julho de 1776, foi publicada a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Redigida por Thomas Jefferson, com a colaboração de Benjamin Franklin e John Adams, entre outros, inspirava-se fortemente nas ideias iluministas de John Locke. O processo de independência dos Estados Unidos representou, portanto, um momento no qual propostas iluministas forneceram as justificativas teóricas para um movimento político concreto e as bases para a edificação de um novo tipo de Estado. Essa ação, por sua vez, serviu de inspiração para outros movimentos emancipacionistas em todo o continente americano, precipitando a desagregação do antigo sistema colonial estabelecido pelas metrópoles europeias desde o início das grandes navegações no século XV e, dessa forma, de todo o Antigo Regime. Na América Colonial, os ideais iluministas chegavam principalmente por meio dos filhos da elite, que eram mandados à Europa para realizar seus estudos universitários. Esses ideais contribuíram para firmar os anseios emancipacionistas que culminaram na independência dos Estados Unidos da América, em 1776, e dos demais países ibero-americanos, no século seguinte. Além disso, inspiraram os participantes da Revolução Francesa, de 1789, cujos desdobramentos alterariam substancialmente o panorama sociopolítico ocidental (VICENTINO & DORIGO, 2013, p. 120; 128).

<sup>9</sup> O processo revolucionário francês é muito complexo e seu estudo, sistematizado em etapas, contudo, convém entender rapidamente que, durante a expansão do ideário iluminista, a França enfrentava uma grave crise econômica, que demandava cada vez mais tributação. Iniciou-se assim uma sucessão de manifestações contrárias ao regime monárquico e às demais insatisfações gerais, que iria congrega diversos sujeitos sociais, movidos pelo lema de liberdade, igualdade e fraternidade. A Revolução Francesa foi a alavanca que levou a França em definitivo para o capitalismo. Isso só foi possível a partir de mudanças sociais e políticas, a herança mais importante deixada pelos revolucionários franceses às nações de todo o mundo. O sucesso da Revolução Francesa e sua expansão, bem como a vitória do movimento de independência dos Estados Unidos, fizeram com que as ideias iluministas deixassem de ser meras propostas e passassem a fundamentar o sistema político conhecido como liberalismo político, que iria se consolidar em grande parte do Ocidente a partir do início do século XIX. Para entender mais a respeito da Revolução Francesa, ver *A Era das Revoluções (1789-1848)* de Eric J. Hobsbawm (2015).



português. Assim, interessava a Pombal aparelhar os homens de negócio com noções das línguas estrangeiras que fossem úteis na realização de transações comerciais, em especial a língua inglesa, devido à longa aliança comercial entre Inglaterra e Portugal.<sup>10</sup>

Acredita-se que Portugal foi um dos primeiros países não falantes a demonstrar interesse no estudo de língua inglesa (HOWATT, 1984). Com o surgimento da imprensa, no contexto da diversidade de línguas das nações europeias, de transformações dos saberes linguísticos e do desenvolvimento do capitalismo mercantil, o processo de criação de gramáticas é acelerado: “A gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (AUROUX, 1992, p. 36).

Nesse estudo, um componente determinante da institucionalização do ensino de língua inglesa foi a análise de gramáticas, dicionários e demais compêndios de ensino de língua inglesa da época. A fim de superar a relativa dificuldade da literatura disponível em apresentar fontes que ajudem a detalhar o lugar do inglês no ensino comercial do Brasil, materiais de ensino do período foram investigados para dar conta de como as aulas de língua inglesa se deram na formação comercial.

Tidos como os instrumentos de ensino e aprendizagem do século XIX, os compêndios constituem importante fonte de pesquisa para o estudo da história das disciplinas escolares. Para um panorama da institucionalização do ensino de inglês através do viés comercial, pode-se dizer que os compêndios serviram de maneira suplementar às peças legislativas e às bibliografias referentes à matéria no período estudado. Embora a análise dos compêndios não garanta todas as condições necessárias para retratar o modo como a língua inglesa era ensinada, eles podem servir como registros do ensino de inglês em cada período, do reflexo de ideias pedagógicas e, especialmente para esta pesquisa, de fonte privilegiada para atestar a finalidade do estudo do inglês.

Para atender aos objetivos propostos e promover o embasamento teórico necessário, foram utilizados alguns pressupostos teóricos da Historiografia Linguística, como (AUROUX, 1992), dos Estudos Culturais (HALL, 2001; 2006), da História Cultural (ANDERSON, 2008), da História Política (HOBSBAWM, 2015), da Historiografia Educacional (ANDRADE, 1978; CARVALHO, 1978; FALCON, 1993), bem como do ensino de inglês (HOWATT, 1984; MICHAEL, 1987; OLIVEIRA, 2006, 2008, 2010a, 2014, 2015;

---

<sup>10</sup> Portugal manteve relações de dependência econômica com a Inglaterra desde a época de Cromwell (1653-1658), antes do Tratado de Methuen (1703), pelas quais, em troca de proteção marítima contra os inimigos europeus – França e Espanha –, os ingleses obtiveram liberdade de comércio sem salvo-conduto nem Licença em Portugal e em todos os seus domínios, liberdade de religião e de culto, privilégio de créditos, jurisdição especial, isenção e embargo de navios e bens para uso de guerra, entre outras regalias (OLIVEIRA, 2014, p. 85). A aliança inglesa será tratada com maior profundidade adiante.

SANTOS, 2010, 2017; VERDELHO, 2011) e da História da Educação (HÉBRARD, 1990, 1999; CHOPPIN, 2002; 2004; CHERVEL, 1990). Tais pressupostos foram adotados para discutir o tema e relacionar causas e efeitos das reformas em questão. Foram ainda de imprescindível contribuição para a compreensão do ambiente econômico que serviu de cenário para o estabelecimento da conjuntura portuguesa e brasileira do período recortado autores da historiografia política e econômica como Furtado (2006), Holanda (1976), Novais (1995), Priore (2003) e Dória (1981).

Alguns compêndios de ensino de língua inglesa pré-selecionados para voltarem à discussão no aprofundamento desta pesquisa já estavam disponíveis eletronicamente e são reconhecidas fontes privilegiadas. São eles: o dicionário de Transtagano<sup>11</sup> intitulado *A dictionary of the Portuguese and English Language, in two parts, Portuguese and English: and English and Portuguese*; a gramática de Castro<sup>12</sup> intitulada *Grammatica Lusitano-Anglica & Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza*; a gramática de Tillbury<sup>13</sup> intitula *Arte Ingleza offerecida ao Ilustrissimo Senhor Visconde de Cayru*; e a gramática de Brasileiro<sup>14</sup> intitulada *Nova Grammatica Ingleza e Portugueza dedicada à Felicidade e Augmento da Nação Portugueza*.

Além das obras mencionadas, foi possível entrar em contato e analisar outras referências, a exemplo de: *Segredos da Calligraphia Ingleza*, de Guilherme Scully; *Grammatica pratica de lingua ingleza* e *Selecta Anglo-Americana*, de Philippe da Motta de Azevedo Corrêa; *Prosodia Ingleza*, de Jasper L. Harben; *Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*, de Ricardo de Sá; *Novissimo diccionario inglez-portuguez*, de João Fernandes Valdez; *A new grammar of the portuguese and english languages in two parts*, de Luiz Francisco Midosi; *Estrada suave*, de James E. Hewitt; entre outros.

Com o intuito de aprofundar as discussões sobre a instrução comercial, foi analisada a legislação referente à matéria, com merecido destaque para excertos reproduzidos de algumas Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Estatutos. Além da análise das peças legislativas mencionadas, as contribuições de pensadores como Sanches ([1760], 2003), Verney (1746) e

<sup>11</sup> Antônio Vieyra Transtagano (1712-1797) é considerado um dos precursores no ensino do vernáculo como língua estrangeira ao se propor a ensinar Português a estrangeiros.

<sup>12</sup> Jacob Castro era “Mestre e traductor” de línguas inglesa e francesa, além de ensinar a Arte dos negócios. Foi o autor da gramática mais importante para a primeira etapa deste estudo.

<sup>13</sup> O padre William Paul Tillbury (1784-1863) era natural de Londres e conhecido no Brasil como Guilherme Paulo Tillbury. Além de ter atuado como missionário no Rio de Janeiro, foi nomeado pelo Visconde de Cairu como responsável da Aula Pública de Inglês da Corte.

<sup>14</sup> Manoel José de Freitas Brasileiro nasceu na Bahia e morou em Lisboa e Londres, onde se habilitou a escrever suas gramáticas, tendo sido inclusive o primeiro brasileiro a escrever uma. Além disso, preocupou-se em relacionar o ensino de língua inglesa às questões comerciais. Será visto mais sobre cada um dos compêndios acima mencionados em momento oportuno.

Locke (1779) para a racionalização do ensino serviram de arcabouço teórico para verificação das medidas tomadas durante o estabelecimento e configuração da formação comercial. Dessa maneira, a principal contribuição que essa pesquisa tentou oferecer foi o aprofundamento dos estudos da história do ensino da língua inglesa, dentro do âmbito comercial, à luz da História da Educação.

Assim, a primeira seção se ocupou de apresentar os antecedentes necessários para a compreensão do objeto de pesquisa dentro da perspectiva dos estudos de inglês para negócios, seguido das origens do ensino comercial e da constituição da aliança inglesa, como pressuposto imprescindível para a compreensão da relação econômica que se estabeleceria. Na segunda seção, foram observadas com vagar as providências pombalinas e seus ecos no desenvolvimento da instrução comercial e na movimentação da aplicação de língua inglesa para este fim dentro da conjuntura ilustrada. A terceira seção buscou reunir personagens consideradas relevantes para os desdobramentos da aliança inglesa e da instrução comercial verificada na Corte. Alguns compêndios foram analisados para checar suas motivações e dar alguma noção do modo como as aulas de inglês na instrução comercial se manifestaram.

Os personagens relacionados na terceira seção são: o Visconde de Cairu, por sua participação na abertura dos portos e sua importância na formulação da economia brasileira; Manoel Luis da Veiga, cuja trajetória revelou detalhes da implantação da instrução comercial no Brasil; o Barão de Mauá, diante de sua biografia intensamente relacionada aos ingleses e sua colaboração no incremento econômico e progressos do período; e, finalmente, foram agrupados os professores Euzébio Vanerio, Philippe da Motta e Jasper Harben, por terem ensinado a língua inglesa no contexto da instrução comercial com informações significativas para a compreensão do objeto dessa tese, cujo principal argumento credita à instrução comercial a iniciativa da aprendizagem de língua inglesa em Portugal e, em seguida, no Brasil.

## **SEÇÃO 1: Uma história da instrução comercial em Portugal e no Brasil e sua relação com o ensino de línguas**

Antes de aprofundar a discussão com a orientação dos estudos realizados na História da Educação, convém traçar um panorama retrospectivo da constituição do ensino de língua inglesa voltada para fins específicos a fim de aproximar a discussão proposta também ao campo de interesse dos pesquisadores das áreas de Letras e Linguística. Por esta razão, alguns marcos temporais fora do recorte temporal desta tese serão mencionados apenas em favor da compreensão do objeto e para acolher contribuições consideradas pertinentes. Esta seção se preocupou inicialmente em refletir sobre a manifestação do ensino de língua inglesa para fins específicos em recortes temporais pouco explorados, em seguida fez uma breve exposição da história do comércio e das primeiras expressões de ensino comercial, e finalmente observou com vagar o desenvolvimento da aliança inglesa, como um antecedente determinante para o objeto desta tese.

### **1. Reflexões sobre o nascimento do Inglês para negócios**

Quando se pensa no estudo histórico de inglês para negócios, presume-se rapidamente que sua relação esteja unicamente presa à força econômica dos Estados Unidos e, portanto, a causa do posicionamento do inglês como principal língua dos negócios já esteja previamente respondida. Este pressuposto deve ser respeitado e entendido como um dos marcos para o desenvolvimento da língua inglesa como língua amplamente usada para fins comerciais. Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que os EUA foram responsáveis por movimentar grande parte do interesse pela aprendizagem do inglês em meados do século XX.

De acordo com Hutchinson & Waters (1987, p. 6-7), o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona novos avanços científicos, técnicos e econômicos. Esse progresso gerou a necessidade de uma língua internacional capaz de comunicar em razão da tecnologia e do comércio, em vez do prazer, do prestígio de conhecer uma língua ou de outros motivos não bem definidos. A crise do petróleo no início dos anos 1970 criou um fluxo de interesse por países ricos dessa riqueza natural e, então, de cursos preparatórios para as transações comerciais mantidas entre profissionais do ocidente e produtores de petróleo. Esta foi mais uma das causas que aceleraram o interesse do inglês por uma geração de aprendizes composta de imigrantes que trabalhavam para a reconstrução da Europa, de mecânicos que precisavam

ler manuais, de médicos que precisavam manter-se atualizados com os desenvolvimentos de sua atividade, de homens de negócios que precisavam vender seus produtos, entre outros.

Emparelhado às necessidades mencionadas, desencadeou-se o esforço de criar soluções para o ensino de língua inglesa consonantes aos objetivos bem definidos pelas necessidades dos aprendizes. Seguindo essas mudanças do panorama mundial do século XX, foram motivadas transformações nos campos da Linguística e da Psicologia Educacional que ensejaram a constituição científica do estudo de inglês para fins específicos, ou, como é amplamente conhecido, inglês instrumental.

O ensino de inglês para fins específicos foi caracterizado por Hutchinson & Waters (1987, p. 5-15) como uma abordagem de ensino da língua inglesa a partir das razões e necessidades específicas, além dos objetivos de aprendizagem de seus alunos. Dessa maneira, o curso deveria ser planejado para servir a propósitos bem definidos, cujo conteúdo estaria contido nos temas da área profissional do aluno, diferindo significativamente do ensino geral de língua inglesa. A sofisticação do conhecimento sistemático e a ascensão da linguística aplicada possibilitaram a constituição de um cenário propício à estabilização do inglês para fins específicos.

No Brasil, as principais aplicações estabelecidas através do Projeto de Ensino de Inglês Instrumental no Brasil (CELANI *et al*, 1988), a partir dos anos 1970, concentraram o ensino de inglês para fins específicos na habilidade de compreensão textual e deu maior visibilidade a estratégias de leitura como *prediction*, *general comprehension*, *skimming* e *scanning*<sup>15</sup>, visando possibilitar o acesso a informações em literatura especializada, normalmente em textos autênticos. Em algumas academias, as disciplinas assumiram recentemente nomenclaturas como língua inglesa aplicada a uma determinada área de atuação, para escapar das práticas datadas relatadas.

Foi a partir da sistematização das necessidades de aprender uma língua que se desenvolveu no campo dos estudos linguísticos a noção do inglês para fins específicos. Dentre os diversos desdobramentos e classificações dos propósitos de aprendizagem de inglês para

---

<sup>15</sup> Essas são algumas estratégias de leitura mais utilizadas no contexto de ensino aprendizagem de inglês na abordagem instrumental. Na etapa de *prediction*, os leitores devem fazer inferências e antecipar o conteúdo do texto a partir de elementos facilitadores da compreensão como o conhecimento prévio, palavras cognatas e marcas tipográficas. A partir da contextualização geral obtida da familiarização com o texto, o leitor terá uma compreensão geral preliminar na etapa de *general comprehension*. O *skimming* é a “leitura rápida e sem interrupções, feita apenas para obter a ideia geral, como na leitura de um jornal para decidir sobre o possível interesse em determinada matéria”. O *scanning* leva à compreensão das ideias ou argumentos principais, em vez de apenas identificar a ideia geral. É através dessa estratégia que o leitor faz uma leitura rápida, mas concentrada na “busca de uma informação específica. É o caso, por exemplo, da consulta a uma enciclopédia, catálogo ou lista telefônica” (SOUZA, 2005, p. 18).

fins específicos está o inglês para negócios. Ellis & Johnson (1994) defendem que o inglês para negócios deve ser entendido dentro do contexto do inglês para fins específicos, pois, “como as demais variações, sua definição leva em conta seu corpus específico e sua ênfase nos tipos particulares de comunicação em contextos específicos” (ELLIS & JOHNSON, 1994, p. 3-4). Nesse sentido, entende-se de maneira geral que a principal característica dessa ramificação do inglês para fins específicos é a preocupação com situações, palavras, terminologias e aplicações relacionadas à área dos negócios.

Ao tentar refazer o caminho da configuração do ensino de inglês para fins comerciais, observa-se que pouco se encontra sobre o período que antecede a sistematização do ensino de línguas estrangeiras. Uma das razões para a pouca oferta de bibliografia acerca do entendimento da trajetória do ensino de língua inglesa pode ser depreendida a partir da tardia constituição da disciplina História do Ensino das Línguas, cuja bibliografia encontrada detém-se, em grande medida, no achatamento do período temporal explorado.

O que falta para os papéis esparsos darem lugar à página histórica afirmativa e conscientizadora do livro? Falta em primeiro lugar nos convenceremos de que o estudo e a narrativa da nossa história do Ensino de Línguas possuem um lugar honroso na formação que vai muito além do estudo estereotipado de características dos métodos de ensino numa sequência cronológica ao final do Curso de Letras. Na pós-graduação, é auspiciosa a introdução de uma disciplina de história que incentive a pesquisa esclarecedora do porquê ensinamos do modo como ensinamos no país nos vários períodos vividos (ALMEIDA FILHO, 2015, p. 201).

Ao advogar pelo olhar histórico do Ensino de Línguas no Brasil e no mundo, Almeida Filho (2015) desperta a atenção para o fato de que por muito tempo os estudos linguísticos tiveram toda sua atenção voltada para questões de linguística aplicada e outros elementos da formação docente considerados mais relevantes. Como consequência da ausência de estudos históricos do ensino de línguas, essa área passa a ser vista como uma mera arena de aplicação de serviços, encarada como pouco promissora academicamente e cujos estudos terminam por serem apoiados por teóricos de áreas contíguas.

São inconvenientes como esses que se apresentam para aquele que se empenha em estudar o ensino de língua inglesa no período considerado pré-linguístico, ou seja, anterior ao reconhecimento dos estudos linguísticos. É tarefa complexa localizar estudos que considerem outros marcos históricos como motivadores do estabelecimento do ensino de língua inglesa, a exemplo, retrospectivamente, da sistematização de teorias do ensino de línguas estrangeiras, globalização, explosão econômica e tecnológica, Segunda Guerra Mundial, revolução

industrial, reforma protestante ou grandes navegações. Pode-se dizer, então, que a história do Ensino das Línguas ainda guarda algumas páginas a serem preenchidas, para falar como Almeida Filho (2015).

Diante do exposto, para a compreensão da constituição do ensino de inglês para negócios além dos limites de sua descrição encontrável nos estudos do fim do século XIX, faz-se necessário recorrer a estudos de outras áreas que possam fundamentar uma nova história dos primórdios do ensino de língua inglesa como língua dos negócios. Muito embora essa abordagem histórica do ensino de língua inglesa mais recuada no tempo seja considerada pouco usual e de baixa aceitação – inclusive por eventos e periódicos da área de inglês para fins específicos, a exemplo do Congresso Brasileiro de Inglês para Fins Específicos (LinFE) e da revista eletrônica *ESpecialist* –, alguns estudos mostram que o estudo de inglês para fins específicos, e dentre suas razões, os negócios, deu-se, inadvertidamente, por volta do século XV.

Apesar da consciência da área dos estudos da história do ensino de língua ter se dado somente após a solidificação dos estudos linguísticos, é possível encontrar alguns poucos livros acerca da história do ensino de inglês, como *Teaching foreign languages: an historical sketch* de R.A. Titone (1968) e *The Teaching of English from the Sixteenth Century to 1870* de Ian Michael (1987). Esses livros em grande medida abordam a história do ensino a partir do desenvolvimento de seus métodos, princípios e técnicas, dando maior visibilidade, portanto, aos elementos utilitários e didáticos do ensino de língua, como uma consequência natural da fundamentação dos estudos linguísticos na segunda metade do século XIX.

Um dos poucos livros acessíveis que consegue recuar um pouco mais nos limites da perspectiva histórica tradicional do ensino de língua inglesa é *A history of English teaching*, lançado pela primeira vez por Anthony P. R. Howatt em 1984, e reeditado em 2004 com a colaboração de Henry G. Widdowson. Embora brevemente, nessa obra estão reunidas lembranças significativas do ensino de língua inglesa nos seus primeiros anos, e, portanto, assume um papel importante dentre a bibliografia levantada para o desenvolvimento deste trabalho. No referido livro, Howatt (1984, p. XIII) relata que a disseminação do ensino da língua inglesa ao redor do mundo esteve ligada a fenômenos como a migração, o despertar do comércio e a construção dos impérios.

É notável historicamente que outras línguas tiveram projeção a partir do poder político e militar do seu povo, como foi o caso do grego – a partir do exército de Alexandre (O Grande) –, e do latim, sob a ação das tropas do império romano. A história da disseminação de uma língua também pode ser traçada a partir do interesse de expansão de uma religião, a

exemplo do árabe no norte africano e no oriente médio com o islamismo, e do português em suas colônias, notadamente na América Portuguesa, com o catolicismo. Entretanto, de acordo com Crystal (2003, p. 10), uma nação poderosa pode estabelecer sua língua como resultado de força militar, mas para expandir e manter uma língua tem sido necessária força econômica.

No rastro de como a língua inglesa tornou-se a língua dos negócios, Howatt (1984) apresenta alguns dos primeiros esforços para o ensino de inglês localizados em manuais similares aos utilizados para o ensino de latim na Idade Média. Neles, a língua era ensinada através de perguntas e respostas, como o método de catecismo, sobre tópicos de atividades cotidianas da vida rural, agrária, caça e comércio. A propósito, o tema comércio chamou a atenção do referido autor, pois, segundo ele “é muito claro para quem o manual foi escrito: mercadores no importante comércio de lã, bem como outros comerciantes de produtos agrícolas” (HOWATT, 1984, p.6).

Para demonstrar a ênfase dada ao comércio nos primeiros estágios do ensino de língua moderna, o autor incluiu um precioso excerto de um diálogo repleto de produtos para venda encontrado em um livro de autoria atribuída a William of Kingsmill, professor de francês no século XV em Oxford.

Moça, onde está seu senhor?

Por Deus, senhor, ele foi à feira de Woodstock, que fica a dez milhas daqui.

Moça, que bens ele deseja comprar ou vender lá?

Senhor, ele tem que vender lá, touros, vacas, bois, bezerros, gados, porcos velhos e jovens, porcos selvagens, porcas, cavalos, éguas, potros, ovinos, carneiros e ovelhas, carneiros reprodutores, borregos e cabritos, meninas, jumentos, mulas e outros animais. Ele também tem que vender lá 20 sacos, 3 *tods*, 4 *stones*, e 5 *cloves of wool*, 200 *woolfells*<sup>16</sup>, 14 tecidos compridos e 10 dúzias de misturas de Oxford, 20 tecidos Abingdon, 10 cobertores Witney, 6 [tecidos] vermelhos Castlecombe, 4 [tecidos] azuis celeste, [alguns tecidos] coloridos Salisbury, e outros tecidos de várias cores, de vários tipos, a serem entregues para senhores, abades e priores, como para outros povos do campo (KINGSMILL *apud* HOWATT, 1984, p.6) (tradução nossa)<sup>17</sup>

<sup>16</sup> *Tods*, *stones*, *cloves of wool* e *woolfells* são padrões de pesos e medidas obsoletos. *Tod* era usada para medida de lã e equivalia a 2 *stones*; 1 *stone* equivalia a 6,35 kg; 1 *clove* equivalia a 0,9 kg; *woolfell* era a unidade de pele coberta de lã.

<sup>17</sup> *Lady, where is your master? By God, sir, he has gone to the fair at Woodstock, which is ten miles from here. Lady, what goods does he wish to buy or sell there? Sir, he has to sell there, bulls, cows, oxen, calves, bullocks, old and young pigs, boars, sows, horses, mares, foals, sheep, rams, and ewes, tups, lambs, kids, she-kids, asses, mules, and other beasts. He also has to sell there 20 sacks, 3 tods, 4 stones, and 5 cloves of wool, 200 woolfells, 14 long cloths and 10 dozen Oxford mixtures, 20 Abingdon kerseys, 10 Witney blankets, 6 Castlecombe reds, 4 violet plunkets in ray grain, Salisbury motleys, and other various colors of several kinds of cloth to be delivered as well to lords, abbots, and priors, as to other folk of the countryside* (KINGSMILL *apud* HOWATT, 1984, p.6) (texto original).



Este excerto extraído do manual *A manière de langage*, de 1415, demonstra que a referida obra destinava-se a negociantes de lã e de produtos agrícolas, e registra a primeira evidência do ensino de língua inglesa para fins comerciais na historiografia do ensino de língua inglesa de que se teve notícia durante as pesquisas desenvolvidas para esta tese. Nele, é possível perceber claramente a presença de itens e ações comerciais, além de números, pesos e medidas, para ilustrar a atividade comercial durante a aprendizagem da língua inglesa.

Em virtude dos poucos relatos sobre o ensino de língua inglesa para finalidades comerciais em períodos mais recuados, convém observar outro exemplo apresentado por Howatt (1984), que mencionou um manual bilíngue francês-inglês, o qual se acredita ter sido escrito em 1483, pelo membro da comunidade de mercadores ingleses, William Caxton<sup>18</sup>. Sua experiência bem sucedida no comércio de produtos têxteis ingleses na cidade de Flanders, nos Países Baixos, o motivou a estender o mercado inglês e promover sua língua através de seu manual, que contava com listas de compras e modelos de diálogos contendo vocabulário de equipamentos técnicos, alimentos e têxteis. Assim, esse manual estava indicado “A quem este livro será de bem aprender da firma ou de levar mercadorias de uma terra para outra”<sup>19</sup> (CAXTON *apud* HOWATT, 1984, p. 6-7) (tradução nossa).

Esses sinais de interesse pelo ensino de língua inglesa foram raros, mas começaram a se intensificar ao fim do século XVI, quando um grande número de membros da Igreja Protestante Reformada Francesa, conhecida como *French Huguenot*, refugiaram-se na Inglaterra e formaram uma comunidade que adotou o comércio como atividade. Eles reconheceram o quão difícil era entender o francês falado por seus parceiros ingleses, percebendo que o domínio da língua inglesa resultaria em salvaguardar o bom andamento de suas transações comerciais.

Os exemplos que Howatt (1984) recuperou são, portanto, trechos significativos para a construção da história do ensino de língua inglesa para fins comerciais, diante da pouca

---

<sup>18</sup> Há dúvidas acerca da autoria e da data de publicação do referido manual, Howatt (1984, p. 6; 11) informa que o título da mencionada obra foi perdido. Entretanto, o editor que preparou outra edição para a Sociedade dos Primeiros Textos Ingleses em 1900, Henry Bradley, afirma que o manual de Caxton foi certamente baseado ou traduzido de outro manual de *Flemish-French* anteriormente escrito em Bruges no século XIV. A publicação do manual de Caxton também é incerta, pois, enquanto alguns autores sustentam sua primeira publicação em 1483, outros a posicionam por volta de 1480. Tenenti (1991, p. 166) revelou que William Caxton (1420-1491) iniciou como empregado de um comerciante em 1465 e foi nomeado diretor da filial Bruges da Mercer's Company inglesa. Passando para o serviço da duquesa de Borgonha, começou a traduzir obras literárias e, a partir de 1471, dedicou-se à arte da imprensa. Depois de se ter aperfeiçoado em Colônia, foi ele quem publicou os primeiros livros em inglês (1474). Em catorze anos, instalado em Westminster e favorito das cortes de Eduardo IV e Ricardo III, compôs mais de 80 mil páginas e traduziu mais de vinte e um livros.

<sup>19</sup> “Who this booke shall wylle lerne well enterprise or take on honde marchandises fro one land to anothir” (CAXTON *apud* HOWATT, 1984, p. 6-7) (texto original).

produção<sup>20</sup> com tratamento acadêmico do período anterior aos estudos predominantemente metodológicos da história do ensino de línguas por parte dos pesquisadores da área de linguagens. Acerca deste fato, Louis G. Kelly reflete em seu livro *25 Centuries of Language Teaching*:

Fora das histórias gerais de educação, a história do próprio ensino de línguas dificilmente foi tratada. Alguns historiadores da educação escreveram sobre o ensino de línguas em lugares específicos, mas as ideias foram escondidas por trás de nomes e técnicas. Alguns estudiosos, na compilação de histórias de ideias ou de erudição literária, incluíram relatos de ensino de línguas, especialmente de línguas clássicas (KELLY, 1969, p. 2) (tradução nossa)<sup>21</sup>

No caso das línguas clássicas, apesar do ensino ainda não ter sido formalizado, foi possível perceber sua ocorrência já no século XIII. Contudo, como o ensino de grego e latim não fez parte do objetivo de pesquisa deste trabalho, não foi aprofundado aqui. Atraiu a atenção, na observação de Kelly, o papel designado aos estudos da História da Educação, diante de sua pluralidade de perspectivas e de investigações, na compreensão da história do ensino da língua inglesa dentro das continuidades e descontinuidades dos períodos temporais ainda pouco explorados.

Almeida Filho (2003, p. 22) ofereceu uma classificação cronológica dos períodos possíveis para estudo da história do ensino de línguas. A partir de dois macro períodos denominados: o Período Ontem e o Período Hoje. O Período Ontem é subdividido em Ontem Longínquo (1500-1808), Ontem Próximo (1808-1930) e Ontem Moderno (1931-1978). O período seguinte é o Período Hoje, que enfatiza a projeção do ensino comunicativo no Brasil (1978), e, portanto, ocupa-se da tradição do estudo de história do ensino da língua inglesa geralmente restrito ao contexto das comparações dos métodos.

<sup>20</sup> A respeito de uma produção intelectual que trate da história de ensino de línguas estrangeiras anterior à ascensão dos estudos linguísticos em 1940, pode-se mencionar o trabalho pioneiro realizado pelos membros do GPHELB, atualmente NEC-UFS. Alguns estão aqui relacionados: *As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)* de Elaine Maria Santos (2010); *Sob as luzes das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira de Álvaro César Pereira de Souza* (2011); *O entre-lugar do intelectual ilustrado brasileiro: o caso dos professores de língua inglesa (1759-1828)* de Marcle Vanessa Menezes Santana (2013); *Panaméricas utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)* de Anselmo Guimarães (2014); *Os Estados Unidos como nação-modelo no Brasil oitocentista: o caso da instrução pública (1832-1888)* de José Augusto Batista dos Santos (2016); entre outros. Além dos trabalhos do NEC-UFS, aproxima-se deste estudo ainda a dissertação de Waldinei Santos Silva (2017) intitulada: *“Written in Black and White”: o ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870 – 1877)*.

<sup>21</sup> “Outside general histories of education, the history of language teaching itself has hardly been treated. Some historians of education have written on the teaching of languages in specific places, but ideas have been hidden behind names and techniques. Some scholars, in compiling histories of ideas or of literary scholarship, have included accounts of language teaching, especially of classical languages” (KELLY, 1969, p. 2) (Texto original).

Partindo do estudo mais aprofundado do processo de institucionalização do ensino de línguas vivas no Brasil, Oliveira (2015, p. 42-47) estruturou três fases para estudar a matéria. Em poucas palavras, na primeira (1809-1837), que abarcava o período joanino, o regencial, a criação do Colégio Pedro II e a Instrução Secundária no Brasil, as línguas vivas tem seu estudo justificado pelo acesso a um conhecimento “científico”. Na segunda (1837-1870), tinha início o desenvolvimento da literalização das línguas, deixando de servir apenas como instrumento de acesso a outros ramos de saber. Finalmente, na terceira (1870-1890), as línguas vivas mantinham seu caráter instrumental pela orientação prática que recebiam, mas a ascensão do método direto<sup>22</sup> provocava uma revisão nas habilidades trabalhadas. Além disso, a apreciação literária também se destacava.

Em busca de uma solução para a pouca oferta de pesquisa no período mais recuado, do qual parte esta tese à luz da história do ensino de língua inglesa, espera-se que a História da Educação contribua para dar sequência a nossos interesses, amparados pela seriedade do estatuto epistemológico deste campo de saber e pelo direcionamento metodológico inerente aos estudos históricos. Assim, foi de grande valia poder contar com os estudos histórico-educacionais para articular a organização do sistema do ensino comercial e seu discurso teórico-político com o conjunto de legislação sobre a matéria no período recortado e, assim, favorecer a compreensão do objeto.

## **2. Breves considerações sobre a história do comércio**

Para dar início à compreensão do ensino de inglês na instrução comercial, será apresentado a seguir um panorama da história do comércio. De acordo com o dicionário de Raphael Bluteau (1728, p. 402), o “commércio ou negócio de mercâncias ou de dinheiro com mercadores naturais” consiste em “vender & comprar”. Outra interpretação curiosa oferecida ao verbete pelo mesmo dicionário é de “comunicação” que uma pessoa tem com a outra. O primeiro ato de comércio teria se dado no começo dos tempos, quando o homem primitivo percebeu que outro poderia necessitar de um produto que lhe sobrava.

---

<sup>22</sup> Embora o termo ‘método direto’ nos estudos de ensino de línguas tenha sido sistematizado e descrito no final do século XIX, a base teórica deste método reuniu influências de teóricos como Comenius (1592-1670), Montaigne (1533-1592), Locke (1632-1704), Spencer (1820-1903). Todos concordavam que a aprendizagem deveria valorizar o contexto, as ideias e a oralidade, em vez de regras gramaticais e memorizações. Dessa forma, o referido método dava ênfase à habilidade oral e tinha como princípio a transmissão do conhecimento sobre a língua através da língua, sem traduções ou análises gramaticais. Para saber mais sobre o método direto e suas origens, além de conhecer sua oficialização no Brasil, ver a dissertação *A instituição do método direto para o ensino de inglês no Brasil* de Rodrigo Belfort Gomes (2015).

No cerne da discussão da criação da instrução comercial, encontram-se algumas ideias da teoria econômica que podem apresentar uma fundamentação esclarecedora acerca da importância do comércio para o desenvolvimento português através da elevação da ciência econômica a algo útil ao Estado. Na obra *Instrução e Economia: as ideias económicas no discurso da ilustração portuguesa (1746-1820)*, de Francisco António Lourenço Vaz (2001), o comércio é abordado a partir das ideias de diversos pensadores, dentre eles os fisiocratas da escola de direito natural. Esta escola francesa da segunda metade do século XVII foi responsável por alguns preceitos que dariam à luz a ideia de especialização determinante para uma nova ciência.

No intuito de possibilitar a conservação da sociedade, o comércio sofre influência de teses jusnaturalistas e alcança uma dignificação nos debates da nobreza comerciante. As teorias mercantilistas – algumas serão vistas adiante – foram compatibilizadas com a vontade do soberano e vão influenciar sobremaneira o discurso pedagógico da ilustração portuguesa encontrado nos manuais escolares que falam de ensino econômico, textos e preleções de direito, lições de comércio e reflexões econômicas.

Segundo relatos históricos, a exemplo de Vaz (2001) e Meirelles (1983), em sua origem o comércio ocupava um setor relativamente insignificante da vida econômica, “limitando-se em sua maior parte aos artigos de luxo” (MEIRELLES, 1983, p. 30-31). Os egípcios são entendidos como os primeiros povos a manterem atividades mercantis, com seu cultivo de linho e sua produção de artigos com o emprego desse produto. Os famosos objetos de pedras preciosas, além dos utensílios confeccionados de madeira, couro e metal, bem como as porcelanas e vasos de argilas, eram também procurados para comércio grego através dos portos egípcios por volta de 600 a.C.

Apesar de se observar que nesse período a vida econômica ainda estava baseada na agricultura, o princípio da divisão de trabalho começa a se apresentar através das primeiras manifestações industriais de ofícios como artesão, alfaiate, comerciante. Os fenícios são entendidos como o povo mais antigo a se interessar pela indústria e comércio em sua vida econômica. De acordo com Meirelles, “o solo de seu país pela escassa fecundidade do solo, oferecia à agricultura escasso rendimento, daí considerarem, desde épocas muito remotas, o mar como fonte de seu sustento”. Essa condição, juntamente com a posição geográfica da Fenícia, certamente explica porque os fenícios foram “educados para a navegação e o comércio marítimo” (MEIRELLES, 1983, p. 31).

Com respeito ao domínio marítimo fenício, a Grécia somente tomou impulso mercantil quando sua atividade industrial passou a assegurar mercados estrangeiros. Em pouco tempo,

os gregos passaram a ocupar a hegemonia mercantil com produção variada e substituindo os fenícios em muitas rotas comerciais além do mar Egeu, avançando pelo Ocidente Mediterrâneo. Simultaneamente, as cidades fundadas como bases militares por Alexandre Magno ‘O Grande’ (356 a.C. – 323 a.C.) tornaram-se importantes colônias gregas, bem colocadas geograficamente para o interesse comercial. A praça comercial mais grandiosa do mundo antigo encontrava-se em Alexandria.

Dentro do circuito comercial europeu estabelecido até o século IV, Constantinopla foi um grande centro comercial, palco de significativas transformações. Foi ali que a maioria dos produtos de procedência europeia se concentrava, o que despertou o interesse dos Impérios Romano, Bizantino e Latino. Motivadas inicialmente pela conquista de terras santas e difusão das religiões católica e islâmica, as Cruzadas foram responsáveis por destituir o poder de Constantinopla e reorientar o centro comercial para Veneza. Tal deslocamento privilegiou, com o passar dos anos, a consolidação de três grandes zonas comerciais na Idade Média: o Oceano Índico-Arábico, o Mediterrâneo e os mares do Norte e Báltico.

No intervalo que sucedeu a redistribuição das principais zonas comerciais, o impulso do colonialismo e do mercantilismo resultaram no destaque de outros centros comerciais, passando por Champagne, Florença, Amsterdam, Londres, Flandres, Normandia, Alexandria, Colônia, entre outros. Com o estabelecimento das funções de produtora e consumidora de cada região, o crescimento demográfico dos centros urbanos e o desenvolvimento do mercador medieval em mercador itinerante e suas associações, a intensificação das relações comerciais levou a uma reconfiguração geográfica ainda maior do comércio.

Foi por volta do século XV que o homem ultrapassou o mundo já conhecido ao explorar uma rota marítima para as Índias. Esta descoberta provocou uma grande transformação na vida econômica da Europa com a gradativa substituição do comércio local do Mediterrâneo e do Báltico pelo comércio marítimo internacional. Como se sabe, “Portugal foi a primeira nação que lançou as vistas para a imensidade do Oceano, podendo mesmo essa pequena nação ser considerada como a precursora do moderno tráfico mundial” (MEIRELLES, 1983, p. 60).

### **3. Raízes do ensino comercial**

As grandes navegações, além de trazerem à luz a existência de um mundo fora do eixo Europa-Ásia-África, permitiram o desenvolvimento de uma nova maneira comercializar. Depois do aprimoramento dos primeiros equipamentos de navegação, como a ampulheta, a

bússola, o astrolábio e o quadrante, algumas nações começaram a intensificar seus empreendimentos marítimos. Diz-se que Portugal teve como vantagem a criação da caravela e a experiência portuguesa na pesca de bacalhau, mas o fato de que Portugal se estabeleceu como um reino unificado desde o século XII, enquanto as demais regiões europeias se dividiam como rivais, deu maior sucesso às ambições imperiais e comerciais portuguesas.

Na mesma época em que Portugal contava com um rei poderoso e um potencial econômico e geográfico que poderia ser canalizado em prol de um objetivo grandioso, sem entraves internos a atrapalhar os planos de desbravar os mares e explorar territórios distantes, os outros países europeus estavam entregues a disputas feudais, não tendo ainda uma unidade política ou administrativa relevante. As cidades comerciais italianas de Gênova, Veneza e Florença, entre outras, que poderiam fazer-lhe frente por conta de sua burguesia fortalecida, não estavam à altura de Portugal. Tomadas isoladamente, careciam de autossuficiência em recursos naturais e humanos, e não possuíam um aparelho burocrático suficientemente desenvolvido (PESTANA, 2008, p. 16).

Um dos marcos portugueses no desenvolvimento do seu famoso pioneirismo na era das grandes navegações foi a suposta criação da Escola de Sagres, uma escola naval capaz de prover alicerce científico aos navegadores do século XV. Entretanto, a tese da existência dessa escola criada pelo Infante D. Henrique (o navegador) encontra-se até hoje sem comprovação histórica e é motivo de discussão acirrada entre historiadores portugueses. Pestana (2008) também destoa da hipótese da Escola de Sagres:

Ocorre que todas fontes dignas de crédito, tanto nos arquivos portugueses como nos estrangeiros, contemporâneas da suposta escola ou imediatamente posteriores a ela, não fazem referência e tampouco citam a existência da Escola de Sagres sequer uma única vez. Não se trata, portanto, de provar sua inexistência, mas, sim, de ser impossível a seus defensores apresentar uma única prova concreta e material a favor dela (PESTANA, 2008, p. 90).

Para Pestana (2008, p. 91), a veracidade da Escola de Sagres não pode ser comprovada nem mesmo através de escavações, mas outros historiadores defendem que a “total ausência da Escola de Sagres na documentação quatrocentista ocorre por conta da política de sigilo que imperava na época”. Como estratégia para não perder a “dianteira sobre os demais países europeus” e proteger os segredos de Estado, era comum que os reis ordenassem aos navegantes que repassassem as informações mais “valiosas diretamente aos superiores, oralmente, impedindo o registro escrito das informações”. Embora permaneça a referida

querela, a Escola de Sagres cumpre o papel emblemático de representar o progresso das técnicas de navegação acumuladas pelos portugueses que enfrentaram os oceanos.

Disney (2009, p. 110-111) observou o promissor comércio internacional português e os primeiros movimentos dos comerciantes para participar de negócios motivados em parte pelas oportunidades de mercado e parte pelo apoio sistemático da Coroa. Neste início do século XV, os comerciantes trabalhavam individualmente ou com encarregados temporários. Além disso, eram formadas associações de curto prazo para empreendimentos particulares. A prática comercial portuguesa começava a se sofisticar, vez que alguns comerciantes tinham começado a utilizar letras de câmbio e os seguros marítimos tinham sido introduzidos, trazendo maior confiança para a indústria naval. Os novos métodos de contabilidade que estavam começando a se espalhar tornavam o fazer mercantil mais aritmético, menos pesado e muito mais sistemático do que anteriormente: “Isto foi conseguido ainda usando algarismos romanos em vez de árabes, estes últimos não sendo amplamente adotados em Portugal até o século XV” (DISNEY, 2009, p. 111).

Diante dos êxitos colecionados por Portugal no cenário da expansão ultramarina europeia, através da rentabilização das novas rotas atlânticas e do avanço na exploração de suas colônias, se tornava possível notar o papel fundamental que o comércio assumia no cenário econômico português. Muito embora o comércio tenha se estabelecido como a principal atividade econômica portuguesa, poucos eram os estudos sobre ele até finais do século XV. Foi a partir da criação da Escola de Tradutores de Toledo que boa parte dos primeiros conhecimentos se sistematizaram provindos de uma fonte comum a quase toda cultura europeia.

Segundo Almeida (2000, p. 80-82), a Escola de Tradutores de Toledo foi encarregada de assegurar a “tradução dos textos árabes para latim e sua consequente difusão”, realizando “de uma maneira única na história da cultura europeia, a passagem transcultural dos estudos científicos da Antiguidade” após os séculos XII e XIII. A respeito do ensino matemático a partir dos primeiros textos espalhados pela Escola de Toledo, “o clima mental era acanhado, não obstante o esforço exigido pelas tarefas de navegação e pelo aumento da complexidade do trato comercial. Admitia-se, pois, o estudo das questões úteis à navegação”.

A Escola de Tradutores de Toledo e a gradativa popularização da tipografia não foram as únicas responsáveis pelo início do interesse pelo conhecimento mercantil, contudo foram determinantes para a mudança de atitude frente ao conhecimento durante a criação do saber em Portugal, tão curiosamente repleto de noções em torno da náutica e da cartografia. Livros como o *Tratado da Esfera*, e o *Tratado do Quadrante*, ambos de Sacrobosco, o *Tratado do*

*Astrolábio*, de Massahala, o *Tratado do Astrolábio Novo*, de Profatio, além dos *Theorica Planetarum*, *Libros del Saber da Astronomia* e *Tabuas Alfonsies*, de Euclides, que são referidos por Almeida (2000, p. 82) como “esteios importantes para a criação de uma prática do saber do século XV e da consolidação da cultura científica portuguesa”.

A ciência do cálculo<sup>23</sup> teve sua difusão ampliada nos séculos XV e XVI, quando se tornou ferramenta indispensável para comércio, navegação e construção do novo mundo. Na Europa, por volta de 40 compêndios de aritmética foram editados. Um dos mais conhecidos foi o do frei Luca Pacioli, lançado em Veneza em 1494, que apresentava larga aplicação ao comércio. Em 1519, inspirada na obra de Pacioli, Gaspar Nicolas publicou a *Practica d'Arismetia*. Sua finalidade é apontada na apresentação, em que se lê: “mui magnífico senhor [dirige-se ao conde de Tentugal], por ser cousa mui necessária nestes regnos e senhorios de Portugal por bem de em eles florecerem os tratos das mercadorias [...]” (SANTANA, 1986, p. 21-22).

No âmbito geral europeu, o conhecimento informal dos mercados, das regiões produtoras, dos mecanismos dos preços, o contato com terras diversas, e nelas com gente que tinha diferentes línguas e moedas, além das indispensáveis práticas creditícias e da necessidade de uma escrituração simples e rigorosa, ultrapassaram a preparação e mesmo as previsões mais clarividentes dos experientes *piepowders*<sup>24</sup>, o que terminou por impor o ensino de mercadores em regiões economicamente pioneiras. Santana (1986) registra que, ainda no século XIII, grandes proprietários rurais da Inglaterra recrutavam pessoal qualificado em economia, direito e contabilidade provindos de Oxford. Segundo o autor, em Oxford já existiam “escolas de comércio onde se ensinava a arte da correspondência comercial, assim como a redação de atos judiciais, de contratos e de contas” (SANTANA, 1986, p. 20).

Correlatamente aos *piepowders*, estudos históricos como o de Harreld (2006) relatam que, ainda no início da Europa moderna, mercadores costumavam se reunir para compartilhar informações sobre determinadas características comerciais locais e sobre como fazer tarefas comuns à atividade comercial, descrito como “conhecimento prescritivo”. As experiências poderiam ser apresentadas verbalmente ou aprendidas através da possibilidade do interessado assistir ao proceder em casas de negócios. Os encontros para a troca de informações

<sup>23</sup> Expressão utilizada por Santana (1986, p. 21).

<sup>24</sup> O *piepowder* é descrito pelo dicionário da Oxford disponível *on-line* como um comerciante que viaja a pé ou comerciante itinerante. No plural, é relacionado ao “Tribunal de *Piepowders*” uma espécie de grupo de comerciantes que se reuniam na Idade Média como autoridades em feiras e mercados para administrar a justiça entre os negociantes ambulantes e outros temporariamente residentes.



costumavam acontecer em bares ou hospedarias, onde os mercadores viajantes eram frequentadores assíduos.

De acordo com pesquisas de Santana (1986, p. 31) realizadas na *Collecção das informações estatístico-comerciaes dos agentes consulares de Portugal nos diversos portos do mundo* (1851), havia escolas para instrução do estudo de comércio e línguas reportadas pelo vice-cônsul de Dundee, na Escócia, e um excelente colégio, fundado pela rainha Isabel, para educação clássica e comercial, em Guernesey, no Reino Unido, conforme informado pelo cônsul da região. Diante do protagonismo comercial da Itália entre os séculos XIV e XV, uma incidência de instituições escolares que se distinguiam das eclesiásticas é apontada por Santana (1986) em cidades italianas. As instituições seguiam uma tendência de formação profissional, tenham sido “primárias, secundárias ou superiores”: “Elas eram destinadas aos jovens de classe média, aos que aprendiam a ler e escrever na língua, bem como em latim, e que se iniciavam na aritmética comercial, dessa forma, nos conhecimentos indispensáveis a sua atividade futura” (SANTANA, 1986, p. 21).

Em seu estudo sobre o aparecimento da escola moderna, Hilsdorf (2006) discorre sobre alguns detalhes das escolas populares elementares entre os séculos XIV e XV. Ao tratar da educação profissional nessas escolas urbanas, a autora aponta indícios do ensino de contabilidade e correspondência comercial desligado de teologia e latim. Ainda para a época da passagem do período medieval para o início dos tempos modernos, ela afirma que

Nessas cidades onde os mercadores e artesãos eram tão importantes, não havia muito o interesse em promover a disseminação da gramática latina e das artes liberais: isto era assunto dos mestres das instituições religiosas (escolas monásticas, paroquiais e episcopais), dos mestres-livres e dos humanistas que abriam cursos privados de gramática, além dos professores e repetidores das faculdades de artes. Para elas, o ensino mais necessário era, antes, aquele que preparava o trabalho para numa casa comercial, num banco ou num tabelionato, e foi na contratação de professores para estes saberes que se concretizou o bom governo das cidades (HILSDORF, 2006, p. 158-159).

Mesmo em meio ao desenvolvimento do ensino comercial, acredita-se que a reação portuguesa foi acanhada. A primeira obra para preparação do negociante escrita por um português surgiu apenas no século XVI. O doutor Pedro de Santarém foi o autor do *Tratado de Seguro*, obra que mereceu muitas edições no fim do século do seu lançamento, diante do reconhecimento da habilidade do autor com a matéria de seguros e consequentemente da fundamentação proporcionada. De acordo com Santana (1986, p. 22), em carta ao diplomata português Duarte Galvão (1416-1517), o governador Afonso de Albuquerque (1453-1515)

registrava críticas ao ensino comercial português em vista à rede econômica superiormente organizada existente na Europa. Alertou ele ao rei, em carta de 1º de dezembro de 1513: “vos nam tendes na imdia homem pera que deles devaes comfiar vosa fazemda, nem que saiba que couza he ser feitor, nem tratar, nem comprar, vem vemder, nem trazer nenhum proveyto nem fruyto”.

Supõe-se que as críticas feitas por Afonso de Albuquerque sobre o despreparo dos feitores portugueses atuando no Oriente tenham provocado a iniciativa régia de ordenar que, além do currículo habitual, fossem ministrados aos nobres conhecimentos de contabilidade. Assim, por volta de 1621, D. Manuel I, considerando que a mercância exercida segundo as regras convinha à nobreza, ensaiou o início da instrução comercial portuguesa. No entanto, sua iniciativa parece ter durado pouco e atingido menos que o esperado, pois a situação de desqualificação para as atividades comerciais, advinda de “uma preparação minimamente sistematizada e institucionalizada”, permaneceu até o século XVII (SANTANA, 1986, p. 22).

Os estudos pioneiros sobre o ensino comercial fora de Portugal iluminaram a compreensão de como essa especialidade de instrução se manifestou em equipamentos intelectuais de base de cultura escrita. Hébrard (1999, p. 39-45) registrou, por exemplo, um momento no final do século XVII em que se encontrava um novo tipo de escolarização<sup>25</sup>, criado por Jean-Baptiste de la Salle, baseada em leitura e catequese para ensinar conhecimentos de escrita, aritmética e contabilidade a artesãos e pequenos negociantes. Ainda no século XIV, o mesmo autor justificava a inicialização escolar de negociantes de grandes companhias comerciais de Veneza ou das cidades de Hansa para “manejar a pena de escrituração comercial e correspondência com clientes e fornecedores”. Antes de momentos como esses, a noção comercial era adquirida através da prática familiar de suas compilações de modelos de cartas e registros. Em 1570, a corporação dos mestres-escrivães aritméticos recebeu o “direito e faculdade de ensinar a arte de escrever e a aritmética” nas lojas que abriram na França. Entretanto, os responsáveis por transmitir essas habilidades não se preocupavam com a cultura letrada ou com a literatura francesa, apenas com “escrever-contar”.

Considerando a expressiva participação italiana nos primeiros movimentos do comércio externo e seu vanguardismo na história da instrução comercial e econômica, um nome importante revelou-se na obra de Vaz (2001, p. 33): Antonio Genovesi (1712-1769). Este personagem interessou-se por Teologia, Metafísica e Filosofia, e seguiu as carreiras de

---

<sup>25</sup> Acerca do fenômeno da escolarização, ver mais em *Gramatização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)* de Oliveira (2010b, p. 13-43).

metafísico, economista e professor da Universidade de Nápoles. Suas obras, resultados de seus cursos na referida Universidade, recomendavam a renovação cultural e mental aos jovens de Nápoles através da instrução. O mestre italiano sustentava que

o Estado deve promover o aumento demográfico, primeiramente combatendo as causas ou factores de despovoamento, nomeadamente as doenças e a esterilidade dos terrenos, e incentivando os factores de aumento: comércio, agricultura, indústria, educação, apoio às famílias e doçura do governo civil (VAZ, 2002, p. 37).

Genovesi fundamentava-se no teórico do mercantilismo francês Jean François Melon (1680-1738) para uma definição do comércio. O comércio era entendido como a “troca do supérfluo pelo necessário concretizada na circulação dos bens, do dinheiro e outros instrumentos de crédito: letras de câmbio e notas”. O pensamento econômico genovesiano destacava corpo, alma e liberdade como elementos essenciais do comércio. Ele distinguia os referidos elementos da seguinte maneira: “o corpo são as coisas mercantis, a alma é a circulação e a liberdade consiste na velocidade da circulação” (VAZ, 2002, p. 38).

Nas lições de comércio de António Genovesi, fortemente influenciadas por escritores ingleses como Mandeville, Cary, Mun, Hume e outros<sup>26</sup>, o comércio foi apresentado como uma “arte indispensável ao desenvolvimento de todas as artes, quer sejam as primitivas: agricultura, pastorícia, pesca, caça e metalurgia, quer sejam secundárias ou melhoradas: a indústria e as de luxo”. O conceito das referidas artes engloba “todas as actividades económicas” e utiliza uma metáfora para traçar o paralelismo entre o corpo humano e o corpo político, em que “o comércio é o coração da economia constituindo fator determinante, ou a marca característica, dos povos civilizados” (VAZ, 2002, p. 41).

A obra *Lezioni de Comercio O sia de Economia Civile* (1765) destacou-se ao abrir espaço para as ideias de países como Holanda e Inglaterra, além de registrar o raciocínio genovesiano na missão de enobrecer o comércio. A influência das ideias econômicas contidas nas obras de Genovesi atingiu alguns teóricos portugueses por volta de 1780. O primeiro que se tem registro foi na discussão sobre usura e juro ao dinheiro do Frei Caetano Brandão. Outro digno de menção é a tradução da supracitada obra genovesiana feita por Ricardo Raimundo Nogueira. A autoridade do mestre italiano foi também invocada pelas teses produzidas por João D’Antas Barbosa em 1827 (VAZ, 2002, p. 55-57).

---

<sup>26</sup> Vaz (2001) não apresenta detalhes sobre os referidos escritores ingleses. Sabe-se que se trata de Bernard Mandeville (1670-1733), John Cary (1649-1722?), Thomas Mun (1571-1641) e David Hume (1711-1776).

Influência de Antonio Genovesi, o ensino comercial inglês no século XVII pode ser considerado precoce, mas se beneficiou desde cedo da herança de teóricos como Gerard Malynes (*The Ancient Law Merchant*, 1636) e Lewes Roberts (*The Merchants Mappe of Commerce*, 1638), que constituem os primórdios do pensamento econômico inglês aplicado à instrução. Entre os nomes dos pensadores ingleses que ganharam notoriedade está John Locke, no caso desta pesquisa, com sua obra *Some Thoughts Concerning Education* (1693), em que se podem encontrar recomendações sobre o aprendizado da prática contábil para os cavalheiros.

§210 Mas se os pais, equivocados, assustados com o vergonhoso título de ofícios e artes mecânicas, têm aversão de ver seus filhos dedicados a isto, há ainda uma coisa relativa ao comércio, que quando eles repensarem, terão reconhecimento da absoluta necessidade de seus filhos aprenderem. A atividade de guarda livros não é uma ciência que irá deixar um cavalheiro rico; contudo, possivelmente não há nada mais útil ultimamente para preservar a riqueza que já existe. Raramente observa-se alguém que leve a sério o controle de suas rendas e despesas, e portanto, mantenha constantemente olhos voltados para o andamento de seus assuntos domésticos, vir a arruinar-se; e tenho a certeza de que muitas pessoas não comprometem seus negócios sem darem conta disso, ou não se arriscariam à ruína, uma vez que estão iniciando, sem precisar deste trabalho ou não conhecer a habilidade deste trabalho. Eu daria, portanto, a todo cavalheiro, o conselho de aprender perfeitamente a atividade de guarda livros, e de não pensar que esta ciência não foi feita para ele, porque recebeu aquele nome, mas, sobretudo, para o uso dos homens de negócios (LOCKE, 1779, p. 310-311)(tradução nossa).<sup>27</sup>

As recomendações de Locke guardavam em si a intenção de tornar o ofício do guarda-livros, como era conhecido o antigo profissional de contabilidade diante do exercício constante do registro das transações comerciais em livros que seriam por ele controlados, uma atividade melhor vista, digna ou nobre. Percebe-se que este discurso de Locke é replicado nas ideias de outros nomes como Antonio Genovesi, Luiz Antonio Verney e Marquês de Pombal. Com exceção de Genovesi, que já foi abordado, esses e outros nomes merecerão maior atenção por parte desta tese mais adiante.

---

<sup>27</sup> “But if his mistaken parentes, frightened with the disgraceful name of mechanic trade, shall have an aversion to any thing of this kind in their children; yet there is one thing relating to trade, which, when they consider, they will think absolutely necessary for their sons to learn. Merchant’s accounts, tho’ a science not likely to help a gentleman to get an estate, yet possibly there is not any thing of more use and efficacy, to make him preserve the estate he has. ‘Tis seldom observed that he who keeps and account of his income and expences, and thereby has constantly under view the course of his domestick affairs, let them run to ruin: and I doubt not but many a man gets behind-hand before he is aware, or runs father on, when he is once it, for want of this care, or the skill to do it. I would therefore advice all gentlemen to learn perfectly merchants accounts, and not to think it is a skill that belongs not to them, because it has received its name, and has been chiefly practiced by men of traffick” (LOCKE, 1779, p. 310-311)(texto original).

Apesar de não ser objeto direto de pesquisa deste trabalho, o caso britânico de instrução comercial chamou a atenção por sua origem teórica consistente e precursora, além da relação comercial que logo iria manter com Portugal e Brasil. No texto *L'enseignement commercial anglais au 18<sup>e</sup> siècle*, de Jochen Hooch (1995), estão reunidas informações relevantes sobre a constituição da instrução comercial naquelas terras.

Jochen Hooch (1995, p. 160) destacou a importância da herança do enciclopedismo para as realizações pedagógicas no fim do século XVII, que tornaram mais acessível a aprendizagem de técnicas navais e militares, por exemplo. Para o ensino comercial, a principal evolução não foi inglesa. De acordo com o autor, o *Dictionnaire universel de commerce*, de Jacques Savary des Brûlons (1724), foi responsável por organizar pacientemente informações técnicas, econômicas e comerciais, além de parte dos serviços de administração comercial.

Dentre os exemplos de instrução comercial britânico apresentados por Hooch (1995, p. 162), observa-se a fundação da *Soho Academy*, fundada por Martin Clare, ligado à *Royal Society* entre 1717 e 1718. Esta escola foi aberta para aqueles que afirmassem sua vocação e, assim, seriam submetidos a uma formação elementar, que seria mais tarde influenciada pelo programa criado pelo Dr. Th. Desagulier (1683-1744), maçom e amigo de Martin Clare. Este programa estava voltado à moral, à história natural e às línguas antigas.

Um marco para a instrução comercial britânica foi a tradução do dicionário de Savary para a língua inglesa. O responsável pela tradução foi o experiente teórico mercantilista Malachy Postlewayt (1707-1767), que, após a empreitada, propôs um programa de ensino comercial mais completo que os anteriores. Segundo Hooch (1995, p. 164), seu programa se concretizou através de publicações em 1750 e 1751, que anunciavam um novo estabelecimento de ensino comercial em Waterside, nas proximidades de Hempsted em Hertfordshire. Essa instituição de ensino era voltada a jovens nobres e burgueses e também para aqueles que se interessassem pelo estudo da lei. Este estabelecimento foi associado a uma academia clássica dirigida pelo reverendo John Stirling, em que se ensinavam línguas antigas e modernas, história, matemática e filosofia.

Acerca dos princípios pedagógicos adotados por Postlewayt para essa escola comercial, a referência teórica a Locke foi fundamental. Além disso, as referências técnicas conhecidas durante a tradução do dicionário de Savary foram apresentadas por Hooch (1995, p. 164-165) como uma das principais razões para o sucesso na implementação da ciência mercantil. Pode-se notar que o conhecimento do dicionário de Savary e de outros manuais em língua francesa foi importante para a constituição do programa de ensino traçado por

Postlewayt, o que de certa forma já sinaliza para esta tese o lugar de destaque que a língua francesa iria ocupar em boa parte dos estudos para instrução comercial, em decorrência da farta bibliografia nessa língua.

Diante do reconhecimento do projeto de Postlewayt, algumas academias particulares se interessaram por celebrar parcerias com o ensino comercial por volta da segunda metade do século XVIII, com o objetivo de complementar a educação dos jovens britânicos. Um desses estabelecimentos de ensino foi a *Salford Academy*, criada pelo matemático britânico Henry Clarke<sup>28</sup> (1747-1818) em 1765, e conhecida oficialmente como *Commercial and Mathematical School*. Segundo as pesquisas de Nicholas Hans, em seu livro *New Trends in Education in the Eighteenth Century* (1951), as instituições privadas inglesas passaram de onze para duzentas na metade do século XVIII e quase todas elas agregavam algum ensino comercial, mesmo que de maneira elementar.

Essa tendência foi observada também no contexto geral europeu, com o movimento despertado pelas necessidades comerciais e a fundamentação de suas tarefas. No livro *O Homem Renascentista* (1991), o autor responsável pelo capítulo sobre ‘O Mercador e o Banqueiro’ faz uma revisão esclarecedora das contribuições da preparação comercial para as ciências.

Já se referiu que, entre os séculos XIV e XV, o mercador tinha forjado os instrumentos fundamentais de sua actividade graças à elaboração de um núcleo de técnicas novas que se constituíam o seu património intelectual peculiar. Até a sua escrita se diferenciava muitas vezes da dos copistas e dos outros meios cultos. No plano da instrução, para além de ler e escrever, aprendia normalmente os rudimentos da matemática, da geografia e do direito. Observou-se também que anotava continuamente as suas progressivas aquisições, como inspirado pelo interesse de uma formação contínua. No Renascimento, portanto, não são escassos os contributos que suas necessidades e as suas experiências deram não só à contabilidade, à cartografia e à geografia e mesmo à astronomia, mas também ao saber náutico, económico e financeiro. A sua contribuição para a articulação da cultura geral é o mais aberta e dúctil possível. *Qual foi, por exemplo, a importância da pressão indirecta do seu meio em expansão na promoção do uso das línguas vulgares?* E não foi graças ao seu rigor, cada vez mais traduzido em números, que se propagou o hábito do espírito de precisão até então tão débil ou pouco difundido? O seu constante manejar das medidas e dos cálculos não pôde deixar de desenvolver as atitudes colectivas neste domínio, embora não seja fácil demonstrar a sua influência directa sobre a visão matemática do mundo. Já se afirmou que o número foi de certo modo um instrumento de acção ao serviço de interesses comerciais antes de se converter em meio de compreensão para a ciência. A substituição das

---

<sup>28</sup> Henry Clarke foi um matemático que nasceu em Salford, noroeste da Inglaterra. Conta-se que começou a se interessar por estudos matemáticos muito cedo e logo se tornou colaborador em algumas escolas. Por volta de 1765 fundou a Escola Comercial de Matemáticas, em sua cidade natal.

concepções antropomórficas ou semimágicas por uma forma de pensar cada vez mais racional ficou a dever-se, pelo menos em parte, à imposição da visão mercantil no sentido lato (TENENTI, 1991, p. 165)(grifo nosso).

Dentre as áreas de saber que viriam a ser impulsionadas foram listadas contabilidade, cartografia, geografia, astronomia e as denominadas línguas vulgares, em contraposição às línguas latina e hebraica, consideradas sacras. Naturalmente, teve destaque a relação da visão mercantil com o ensino comercial, cujas origens estão compreendidas no universo das ciências matemáticas<sup>29</sup>, significativamente relevantes para as civilizações e para as grandes navegações. Foi a partir dos mapas e dos equipamentos criados através dos conhecimentos matemáticos que o fluxo mercantil foi aperfeiçoado. Além da “matemática das navegações” praticada no século XV, a “matemática mercantil, contábil, comercial, diletante, representada por Luca Pacioli, Bastiano da Pisa, il Bevilacqua, Nicolo Tartaglia, Gerolamo Cardano”, foi fundamental para o desenvolvimento da instrução comercial (D’AMBROSIO, 2008, p. 30).

De passagem, cumpre registrar ainda que a preocupação portuguesa com o comércio esteve presente inclusive nas primeiras aulas de contar, que foram fundamentadas na inclusão do contar como habilidade na trilogia ‘ler-escrever-contar’. De acordo com Hébrard (1990, p. 75-77), as famílias de negociantes providenciavam que seus filhos praticassem tanto a escrita comercial, utilizando uma compilação de modelos de textos mercantis – o que conferiu uma atenção precoce ao registro textual como uma das funções da escrita –, quanto se iniciassem nos estudos aritméticos com ensinantes, que utilizavam obras redigidas em língua vulgar, em vez de obras de matemática universitária redigidas em latim. Dessa maneira, “é preciso portanto dar toda sua importância a essa ligação que se institui no domínio da cultura mercantil entre as técnicas de registro escrito e as técnicas aritméticas”.

A seguir, Fernandes (1978) faz uma descrição de como se deram as aulas para meninos de origem nobre em Portugal, destacando rapidamente o interesse em prover seus alunos com noções rudimentares da atividade comercial ainda durante a instrução elementar:

Além de ler, escrever e contar, os meninos deveriam receber uma verdadeira educação civil, moral e religiosa. Propunha que, em vez de aprenderem a ler por meio de manuscritos em letra dos notários, houvesse um livro impresso cujos textos incluíssem ‘os princípios da vida civil, de um modo tão claro que fosse a doutrina compreendida por aquela idade’. Os prêmios e os castigos (os açoites e palmatoadas eram classificados de bárbaros pelo médico português) acompanhariam este ensino. Conviria igualmente que o

<sup>29</sup> Inicialmente considerados como conteúdos de caráter técnico-instrumental, servindo prioritariamente ao comércio e à formação militar, os conteúdos matemáticos ascenderam à categoria de saber de cultura geral por meio da geometria (VALENTE, 1999).

Director dos Estudos, ou do Conselho de Educação mandasse compor um pequeno manual, intitulado Arte de ter livros de conta e de razão, apesar da dificuldade em encontrar na província os professores capazes de praticar a matéria. Esse livro, a ser copiado pelos alunos, representaria uma iniciação à contabilidade comercial (FERNANDES, 1978, p. 75-76).

A instrução elementar encontrada em colégios de meninos por vezes apresentou uma iniciação a rudimentos dos negócios, já que muitos deles vinham de famílias de negociantes e essa atividade ocupava lugar de destaque no cenário econômico do período. A partir da formalização da instrução comercial, a ser observada na criação da Aula de Comércio portuguesa, e replicada no Brasil após a instalação da família real, abertura dos portos e intensificação das relações comerciais, os estudos dessa aula viriam a auxiliar a formação de indivíduos capacitados para atuar não somente como caixeiros ou guarda-livros em escritórios e casas comerciais, mas também no funcionalismo público, administrando repartições e colocando ordem nos negócios do governo.

Empresas mercantis e industriais, posições dentro dos navios, altos postos da administração pública são progressivamente ocupados pela nova classe de “tecnocratas”. Mais do que uma solução *ad hoc* para resolver um problema administrativo, há uma intenção deliberada de rearrumar o equilíbrio das forças sociais. É ilustrativo que o Rei e o Marquês de Pombal faziam questão de assistir ao exame final da *Aula do Commercio*. Se Napoleão reclamara ser a Inglaterra uma nação de mercadores, não parecia haver no Gabinete de Pombal falta de vontade de dar à emergente burguesia comercial portuguesa competência técnica, poder (CASTRO, 1982, p. 9).

Pode-se afirmar que a preparação comercial foi a aposta portuguesa de promover os negócios diante do crescente volume de transações comerciais que demandavam registro para evitar prejuízo, bem como se tornaria responsável por preparar indivíduos capazes de administrar o Estado português, conforme exigido pela expansão burocrática tão necessária para tratar com a Inglaterra, ironizada por Napoleão, mas astutamente munida de vantajosas estratégias econômicas.

#### **4. A aliança inglesa**

Considerado um antecedente valioso para a discussão central desta tese, o relacionamento comercial anglo-português tem raízes anteriores ao recorte dessa pesquisa. Convém conhecer um pouco dos primórdios da aliança inglesa para entender como se deu o estabelecimento do intenso trânsito comercial mantido entre Portugal e Inglaterra, que serviria



de indício para o favorecimento do interesse pela língua inglesa para fins comerciais. O início da parceria político-diplomática repleta de tratados comerciais, conhecida como aliança inglesa, remonta às colaborações recebidas por portugueses à época das Cruzadas<sup>30</sup>. Relatos de Dória (1981) dão conta de que, por diversas vezes, os primeiros reis portugueses foram auxiliados por cruzados nórdicos, principalmente ingleses, na conquista de localidades ribeirinhas em poder dos Mouros, a mais importante delas sendo Lisboa em 1147. Para evitar uma digressão muito longa, serão abordadas apenas algumas passagens da história da aliança inglesa.

A aproximação portuguesa ao bloco geopolítico da Grã-Bretanha, mais tarde tratada como Inglaterra, partiu de relações militares e diplomáticas e seguiram estreitando-se após a convivência dos soldados das duas nações. Durante o reinado de D. Dinis (1261-1325), uma relação político-diplomática foi firmada em 17 de fevereiro de 1294 e evoluiu entre os séculos XIV e XV, com casamentos e tratados comerciais. O primeiro tratado comercial com a Inglaterra foi celebrado entre o rei da Inglaterra, Eduardo I (1239-1307), e os mercadores portugueses para salvaguardar os interesses dos comerciantes de ambos os países, que se queixavam de se sentirem lesados (DÓRIA, 1981, p. 320).

Após a morte de D. Fernando, em 1383, novas disputas em torno do trono movimentaram os reinos de Portugal e Castela com o fim da regência da viúva Leonor Teles e a ascensão do mestre de Avis como regedor, defensor e rei de Portugal respectivamente. O novo rei português, D. João I (1357-1433), recorreu ao rei inglês, Ricardo II (1367-1400), para o cumprimento dos tratados na consolidação de sua posição, que foi confirmada após a batalha de Aljubarrota<sup>31</sup>. O novo rei veio a desenvolver uma intensa atividade diplomática

<sup>30</sup> Em poucas palavras pode-se dizer que o movimento cruzadista foi inicialmente organizado pela igreja romana para reconquistar a região palestina, que estava ocupada por muçulmanos desde o século VII. As expedições eram principalmente militares, compostas por cavaleiros sem terra e antigos servos, mas milhares de pessoas, incluindo mulheres, crianças e idosos, também seguiram os cruzados na peregrinação dos locais sagrados após a expulsão dos muçulmanos para fortalecer o processo expansionista das Cruzadas. Além do objetivo da igreja de expandir a religião e estender sua influência, estava em jogo o comércio, atividade até então secundária, mas crescente em importância em meio ao surto demográfico que ocorria na Europa. Negociantes italianos desejavam conquistar entrepostos e vantagens no comércio de produtos orientais, bem como o acesso às rotas comerciais do mar Mediterrâneo, dominadas pelos muçulmanos, que impediam a livre navegação. Em Portugal, as guerras de religião começaram muito antes das Cruzadas europeias e dominou a história portuguesa por longos anos através da mentalidade de cruzada presente na devoção e na cultura ali estabelecida (VICENTINO & DORIGO, 2013, p. 205).

<sup>31</sup> A batalha de Aljubarrota, registrada em 14 de agosto de 1385, foi o desdobramento da disputa sucessória ao trono português. Ocorria que parte da nobreza apoiava a entrega da Coroa portuguesa ao genro de dom Fernando, o rei de Castela, representante de uma política eminentemente feudal. Entretanto, os comerciantes, aliados a setores populares, conseguiram impor o nome de D. João, mestre de Avis, ao trono. Assim, integrada à Revolução de Avis, a derrota das tropas castelhanas na batalha de Aljubarrota garantiu a ascensão de D. João I ao trono junto aos aliados ingleses, dando origem à dinastia de Avis. A nova dinastia caracterizou-se pela aproximação entre os interesses da monarquia e os do setor mercantil: os comerciantes pretendiam ampliar seus mercados e o rei desejava se fortalecer por meio da cobrança de impostos sobre o florescente comércio. Essa

com a Inglaterra e se tornou o responsável por assinar um dos mais célebres tratados mantidos entre Portugal e Inglaterra, tendo sido considerado “o alicerce da diplomacia portuguesa” (BIRMINGHAM, 2015, p. 39).

Destarte, em maio de 1386, foi assinado o Tratado de Windsor, reafirmando a aliança entre os dois reinos. Neste tratado, a Inglaterra reconhecia a nova dinastia e o monarca português apoiava as pretensões do duque de Lencastre ao trono castelhano. Um acordo para a invasão de Castela também foi estabelecido entre o próprio D. João I e o duque em Novembro de 1386. Na oportunidade, acertou-se o acordo matrimonial do monarca português com a filha do duque, que veio a concretizar-se no Porto em 2 de fevereiro de 1387. A união entre D. João I e D. Filipa de Lencastre (1360-1415), neta do rei inglês Eduardo III, selou a aliança luso-britânica. Em decorrência do casamento, narrava-se que “nunca como então foi tão grande a influência inglesa em Portugal, que se fez sentir na arte da guerra, na organização militar, nas letras e nos costumes” (DÓRIA, 1981, p. 321). Ainda em 1387, o duque de Lencastre acabaria por desistir da sua pretensão ao trono de Castela, suspendendo assim a intervenção inglesa na Península Ibérica.

Durante o século XV, alguns tratados de aliança foram ratificados várias vezes, mas, nesse mesmo íterim, os mercadores e monarcas de ambos os países queixavam-se de infrações aos tratados. Enquanto Portugal gozava dos benefícios da aliança durante sua expansão, a Inglaterra enfrentava uma crise interna conhecida como a Guerra das Duas Rosas<sup>32</sup> (1455-1485). Com o acirramento da rivalidade e da fragilização da Coroa portuguesa dentro de um contexto de crise geral que assolava o ocidente, uma sucessão de conflitos entre interessados no reino português – França, Espanha e Inglaterra – fez esta última começar a hostilizar Portugal e até atacar esquadras na Península Ibérica. Após a morte do D. Sebastião (1554-1578) e diante da vacância do trono sem herdeiros diretos, o monarca espanhol Filipe II (1527-1598) uniu as coroas portuguesa e espanhola na denominada União Ibérica (1580-1640). Até a recuperação da independência, em 1640, os ingleses continuaram a tratar Portugal como uma mera província da Espanha, assaltando, prendendo ou queimando navios portugueses.

Após a morte de Oliver Cromwell (1599-1659) e a restauração da monarquia inglesa com Carlos II (1630-1685), os portugueses precisavam proteger-se da ofensiva espanhola da

---

aliança de interesses terminou por desencadear o processo conhecido como expansão marítima portuguesa, a partir do século XV (VICENTINO & DORIGO, 2013, p. 244).

<sup>32</sup> No fim da Guerra dos Cem Anos, no século XV, iniciou-se uma disputa pela sucessão do trono inglês que afetaria ainda mais a nobreza: a Guerra das Duas Rosas. Essa guerra, assim chamada por causa das rosas que faziam parte do brasão das duas famílias em disputa, York e Lancaster, fragilizou a nobreza e abriu caminho para a centralização política do país (VICENTINO & DORIGO, 2013, p. 242).

Restauração, então reforçaram a aliança por meio do casamento da filha de D. João IV de Portugal (1604-1656), Catarina de Bragança (1638-1706), com Carlos II. O contrato de casamento assinado a 23 de junho de 1661 em Whitehall exigia um imenso dote em largas quantias em dinheiro, certamente provindas das riquezas extraídas de colônias portuguesas, além da entrega de Bombaim e Tânger aos ingleses. Apesar das condições singulares desse acordo, foi da Inglaterra que vieram efetivamente tropas e a intermediação para a paz final com Espanha em 1668 (RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, 2009, p. 308).

A respeito da união entre Carlos II e D. Catarina, Oliveira (2014) observou relatos de Frei Salvador do Espírito Santo que acompanhou como consultor o embaixador português D. Francisco de Melo em uma visita a convite de D. Catarina em 1663. No relato apresentado à rainha no regresso constavam todos os incidentes da missão diplomática na Holanda descritos em latim. Acredita-se que, como toda comitiva que acompanhava D. Catarina era formada por portugueses e ela não dominava o inglês até o casamento, o casal deva ter se comunicado em francês, língua que ambos falavam. Oliveira (2014) considera a língua e a cultura francesas como de “hegemonia indisputável” no século XVII, por serem consideradas “símbolos emblemáticos do que se concebia como civilização” (OLIVEIRA, 2014, p. 141).

O tratado mais conhecido da relação anglo-portuguesa foi antecedido por conflitos vários, dentre eles estava a ameaça aos interesses ingleses com a formação de um predomínio francês do Atlântico ao Reno com a ascensão do espanhol Filipe V (1683-1746), neto do francês Luís XIV (1638-1715), ao trono espanhol após a morte do rei Carlos II da Espanha (1661-1700). Em nome da neutralidade bélica portuguesa, D. Pedro II de Portugal (1648-1706) deixou de cumprir o tratado de aliança com a França ao observar as probabilidades de guerra numa espécie de “tabuleiro”, considerando a capacidade marítima francesa diante das marinhas holandesa e inglesa. Aproveitando-se da conjuntura, foi ao encontro do monarca português, o diplomata inglês John Methuen (1650-1706) (BATISTA, 2014, p. 147).

Em 27 de dezembro de 1703, o Tratado de Methuen<sup>33</sup> foi assinado em Lisboa e tornou-se um dos mais famosos e duradouros, pois vigorou até 1810, época em que os exércitos de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e Arthur Wellesley (1769-1852), 1º duque de Wellington, invadiriam Portugal. O referido tratado estava redigido em latim e dividido em

---

<sup>33</sup> Esse tratado, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos em menção aos panos ingleses e os vinhos portugueses, determinava que os tecidos de lã ingleses entrariam em Portugal e suas colônias como de costume, enquanto os vinhos portugueses seriam admitidos na Inglaterra com a redução de 1/3 dos direitos pagos aos vinhos franceses. Com a consolidação da Inglaterra como grande potência marítima e a aproximação da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), da Revolução Francesa (1789-1799) e da Guerra Peninsular (1807-1814), o Tratado de Methuen marca o aprofundamento e alinhamento das relações luso-britânicas no período que interessa especificamente a esta tese (DÓRIA, 1981, p. 323).

três artigos. O primeiro era relativo à admissão perpétua em Portugal dos lanifícios ingleses; o segundo, à redução perpétua de um terço dos direitos que incidissem sobre os vinhos franceses a favor dos vinhos portugueses; e o terceiro, às ratificações pelos respectivos plenipotenciários D. Manuel Teles da Silva (1641-1709), marquês de Alegrete, e John Methuen (OLIVEIRA, 2014, p. 147).

O *Tratado de Commercio entre El-Rei D. Pedro II de Portugal e Anna Rainha de Gram Bretanha*, ou Tratado de Methuen, em síntese reestabeleceu a preponderância dos interesses econômicos ingleses e confirmou as vantagens garantidas nos tratados anteriores em troca basicamente da garantia portuguesa de um importador permanente do vinho português em vez do francês.

Com efeito, os ingleses obtinham liberdade de comércio sem salvo-conduto nem licença em Portugal e em todos os seus domínios, liberdade de religião e de culto, privilégio de seus créditos tanto aos bens e mercadorias embargados de portugueses presos pela Inquisição ou pela Justiça Real, jurisdição especial nos casos de heranças jacentes e espólios, livros e contas de súditos britânicos falecidos em Portugal, isenção e embargo de navios e bens para uso de guerra, tratamento de nação mais favorecida, jurisdição especial do juiz conservador, sem cuja ordem nenhum inglês podia ser preso ou embargado, salvo em flagrante delito, direito de circulação e de propriedade privada de casas de habitação, lojas e armazéns, porte de armas ofensivas e defensivas (FREYRE, 2000, p. 18).

As regalias inglesas foram alvo de crítica por portugueses descontentes, que ainda evidenciavam o comércio vinícola como razão para o subdesenvolvimento agrário de Portugal, além da inibição da modernização têxtil local, o que provocaria uma duradoura dependência econômica em relação à Inglaterra. Por outro lado, o governo de Lisboa acreditava que, com os vinhos franceses fora da concorrência, as exportações regulares e certas equilibrariam as receitas estatais com um produto seguro e tradicional, podendo, assim, os produtores dedicarem-se à produção do vinho. Enquanto isso, os ingleses beneficiavam-se da distribuição de sua indústria têxtil na metrópole e em todo mercado colonial português (BIRMINGHAM, 2015, p. 80-81).

O Tratado de Methuen foi analisado muitas vezes, sob diferentes perspectivas na posteridade. Uma das análises observa que a assinatura do tratado preocupou-se principalmente com interesses particulares de determinados grupos de comerciantes portugueses e ingleses, em vez de motivações de ordem político-econômica, especialmente após o tratado de aliança com a França e a Espanha, em 1701, quando Portugal chegou a boicotar navios ingleses. Acrescente-se o fato de que John Methuen era filho de um rico

industrial têxtil de Bradford-on-Avon e atuava no comércio de lã. Bem como o Marquês de Alegrete estava implicado com a aristocracia vinícola, sendo ambos beneficiários diretos do que estabelecia o tratado. Em 1713, nos debates que precederam a assinatura da paz de Utrecht, John Methuen foi acusado de ter assinado o Tratado de Methuen sem o consentimento do parlamento inglês (OLIVEIRA, 2014, p. 149).

No contexto mercantil da aliança, observou-se que Portugal costumava exportar principalmente artigos não industrializados como azeite, vinhos, alimentos e pau-brasil, enquanto importava metais, papel, têxteis e manufaturas. Pode-se dizer que, enquanto Portugal se dedicava a atividades mercantis e incentivava a expansão de mercados e a exploração de colônias, a Inglaterra já passava por sua primeira revolução industrial. Ainda assim, o império português se via em boa situação, pois se beneficiava dos privilégios de explorador colonial no XVIII com a mineração brasileira, com a exportação pecuarista, com a expansão do tabaco e do açúcar e com o trabalho escravo. Em geral, a abundância brasileira manteve a balança comercial portuguesa favorável por um bom tempo (BIRMINGHAM, 2015, p. 85-86).

Sobre as receitas portuguesas entre os séculos XVII e XVIII, Arruda (2002, p. 218) afirma que o valor global das exportações coloniais brasileiras para Portugal alcançava a quantia de 154 mil contos, através da exportação de produtos como açúcar, algodão, couro, arroz, tabaco, café, vaquetas, aguardente, entre outros. Assim, o superávit gerado para a metrópole portuguesa resultava em uma balança comercial superior à inglesa em acumulação interna. Por essa razão, a aliança inglesa foi também enxergada como um investimento diplomático do reinado português, pois sua “grande prioridade era o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e proteção das suas fronteiras, surgindo a aliança inglesa como o seu corolário natural” dentro da estratégia de neutralidade intentada por Portugal (RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, 2009, p. 345).

Tinha êxito, pois, ainda uma vez a linha adotada por Portugal, desde a Restauração, e consolidada na crise da sucessão espanhola. A permanente ameaça espanhola, com vistas à recomposição da unidade ibérica, agravada na medida em que se solidificava a aliança hispano-francesa, tinha, como contrapartida, por parte de Portugal, a aliança inglesa. Tal aliança envolvia fatores de natureza sobretudo comercial em troca de proteção política nas relações internacionais, e a preservação dos domínios ultramarinos. A diplomacia portuguesa procurou constantemente minimizar o ônus que a aliança envolvia; para tanto, jogou por várias vezes com a alternativa de uma aproximação francesa para comeder a tutela britânica, mas nos momentos críticos reforçava com habilidade os laços com a Inglaterra. O imperativo da preservação do ultramar, por seu turno, inspirava a nação por uma política de neutralidade, observada em todo o período e só

abandonada *in extremis*; assim, dependia-se menos da Inglaterra, e esta menos podia exigir pela proteção. Nos confrontos globais, porém, era pela solução inglesa que se optava, pois só esta – dada a crescente superioridade marítima da Inglaterra – podia garantir a preservação das colônias (NOVAIS, 1995, p. 49).

Foi assim que Portugal conseguiu sustentar-se por mais de dois séculos dentro do sistema colonial, algumas vezes valendo-se de sua vantajosa posição como maior força europeia, em se tratando de domínios coloniais, comércio de especiarias da Índia e tráfico negreiro, e, outras vezes, enfraquecido econômica e politicamente, abrindo concessões, dividindo lucros e concedendo privilégios fiscais, civis e judiciais. A aliança inglesa foi imprescindível para enfrentar os conflitos monárquicos, para proteger os domínios ultramarinos da cobiça internacional e para buscar uma paridade de tratamento com outras potências europeias.

Contudo, após o engajamento do Marquês de Pombal nos negócios do Reino com o seu conhecimento das obras modernas de economia política que havia lido extensivamente durante sua longa estada em Londres, sua compreensão sobre as forças e fraquezas da relação entre Portugal e Inglaterra o levaram a tratar a aliança inglesa com mais inteligência e cautela. Comprometido com a emergente burguesia mercantil nativa, Pombal foi responsável por tecer numerosas críticas aos tratados, afirmando que os portugueses sustentavam a parte mais onerosa dos acordos e estavam em prejuízo. Em razão dos privilégios ingleses e das dificuldades que portugueses residentes na Inglaterra enfrentavam, ele chegou a escrever em suas *Memórias Secretíssimas* que “as violências que Inglaterra tem feito ao comércio deste Reino necessitariam de um grosso volume para se exprimirem” (OLIVEIRA, 2014, p. 174).

Na obra *Memórias do Marquez de Pombal*, Smith (1872) reúne observações contundentes de Pombal sobre a Inglaterra. Uma de suas impressões sobre os ingleses pode ser encontrada no seguinte excerto:

Os Inglezes vinham até dentro a Lisboa roubar-lhe o commercio do Brasil. A carga das fructas era sua, as riquezas, que ella trazia de volta, pertenciam-lhes: não havia cousa portugueza n'este commercio mais que o nome, não obstante no meio d'este immenso negocio que se fazia no seu seio, o Estado desfalecia, porque os Inglezes sós tiravam todo o proveito. Estes estrangeiros, depois de terem feito uma fortuna immensa, desapareciam em um instante, levando comsigo uma porção das riquezas d'este Governo, o que o lançava em uma pobreza continua, e valeria mais que se não fizesse algum trafico, entregue inteiramente aos estrangeiros. O commercio hoje domina a politica; d'elle dimana o poder d'um povo. Todas as vantagens que n'esta parte uma nação alcança sobre outra, se encaminham á ruina d'aquella que as concede. Nisto não ha meio nem

temperamento; as nações, ou destroem, ou são destruídas pelo commercio, com outra nação só (SMITH, 1872, p. 52-53).

Essa percepção de Pombal, muito motivada pelos efeitos do Tratado de Methuen, era compartilhada por negociantes portugueses, que se sentiam lesados quando os tratados eram descumpridos pelos ingleses mesmo desfrutando de isenções de impostos e imunidades fiscais. Além disso, Pombal relatou sentir-se impressionado com a diferença de tratamento recebido por ingleses passando por Lisboa e pelo Porto e por portugueses que visitavam Londres. Conta-se que os poucos portugueses em Londres enfrentavam o modo desprezível que eram geralmente tratados por ingleses, “queixava-se de que os *cockneys*<sup>34</sup> se divertiam a apedrejar inofensivos marinheiros portugueses”. Pombal lamentava-se do referido tratamento dado a portugueses e criticava a postura daqueles que assistiam a episódios como esse sem nada fazer. Dizia ele que “as pessoas de classe social mais elevada que assistem a estes insultos, se bem que os não encoragem por palavras, perdoam-nos, no entanto, com o seu silêncio” (BOXER, 1969, p. 181).

Dentre as atribuições de Pombal enquanto diplomata em Londres, estava a incumbência de levar o governo britânico à fiel observância dos tratados e o cumprimento dos direitos dos súditos. Para tanto, ele precisou estudar os convênios existentes e elaborar relatórios a serem considerados em Lisboa. Um deles foi denominado *Relação dos Gravames do Comércio e Vassallos de Portugal na Inglaterra*, onde se encontram sistematizadas suas teses e resultados de suas averiguações. Nele também se reconhece a origem de suas futuras medidas e seu juízo acerca do inglês:

O Inglez imagina, por prevenção innata que nasceo para ser senhor dos cabedaes do mundo; que he necessario ser Bretão (como elles dizem) para ser habil e capaz de possuhir riquezas; que por consequencia lhes andam uzurpadas aquellas que possuhe qualquer outra nação; que quando vexão a hum estrangeiro para lhe extorquirem o cabedal, ou lhe devirtirem o lucro que haveria de ter, não he isto hum roubo que cometem, mas huma reivindicacão, porque se ristuem do que lhes pertencia. Isto que assim passa nos corações do commum, se observa no particular de cada inglez no que lhes he possivel (MELO, 1986, p. 52).

---

<sup>34</sup> De acordo com o dicionário *on-line* da Oxford, aquele que nasceu na zona leste de Londres. No contexto do episódio relatado, o significado tem uma origem incerta, mas refere-se a um habitante da cidade considerado insignificante ou problemático.

A antipatia de Pombal aos ingleses<sup>35</sup> estava de acordo com a predominância inglesa nos negócios, bem como com o que ele dizia estar nos corações dos portugueses. As queixas pombalinas sobre a aliança inglesa eram frequentes e prolixas, e começaram a constranger os embaixadores britânicos em Lisboa. O duque de Newcastle, Thomas Pelham-Holles (1693-1768), secretário do Estado para os assuntos estrangeiros, explicou que, “sendo D. João V um monarca absoluto, estava preso à letra dos tratados anglo-portugueses” enquanto “o rei Jorge II, sendo um monarca constitucional, podia ser obrigado pelo Parlamento a modificar os pormenores da sua aplicação”. O governo inglês demonstrou sua indisposição com Pombal “recusando-se a oferecer-lhe o habitual presente dado a um embaixador que partia, quando Pombal foi enviado em missão especial à corte de Viena em 1745” (BOXER, 1969, p. 181).

Quando analisada por economistas a partir de uma perspectiva ampla, a política econômica produzida pelos acordos comerciais luso-britânicos no XVIII suscitam observações conflituosas, pois enquanto alguns creditam à aliança inglesa a ruína portuguesa, outros a tem como fundamental na articulação do sistema político-econômico português. As intervenções pombalinas no tema são assim vistas por Furtado (1979):

Como agudamente observou Pombal, na segunda metade do século XVIII, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal: os próprios negros que trabalhavam nas minas tinham que ser vestidos pelos ingleses. Contudo, nem mesmo Pombal, que tinha uma visão lúcida da situação da dependência política que vivia seu país e uma vontade de ferro, conseguiu modificar fundamentalmente as relações com a Inglaterra. Na verdade, essas relações constituíam uma ordem superior de coisas sem a qual não seria fácil explicar a sobrevivência do pequeno reino como Metrópole de um dos mais ricos impérios coloniais da época. Não seria sem razão que opiniões contemporâneas consideravam na Inglaterra que o comércio português era “*at the present the most advantageous that we drove anywhere*”<sup>36</sup>, ou “*very best branch of all our European commerce*”<sup>37</sup> (FURTADO, 1979, p. 35).

Enquanto se davam os infortúnios da aliança inglesa, que colocavam Portugal no comportamento de colônia inglesa, os ingleses desfrutavam das vantagens da aliança, mas não sem reclamar das providências pombalinas em meio aos enfrentamentos que rodeavam Portugal. As reações dos comerciantes ingleses estabelecidos em Portugal contra a política econômica pombalina ocasionaram muitas controvérsias quando se fazia necessário invocar

<sup>35</sup> Para conhecer mais sobre percepções da Inglaterra em Portugal, ver *O Mito da Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)* de Luiz Eduardo Oliveira (2014).

<sup>36</sup> No momento, o mais vantajoso que já fizemos em qualquer lugar (tradução nossa).

<sup>37</sup> Melhor ramo de todo nosso comércio europeu (tradução nossa).



auxílio militar por meio da aliança inglesa, a exemplo da invasão espanhola na província de Trás-os-Montes. Assim, a aliança inglesa passou a receber protestos oficiais também.

Oliveira (2014) reúne detalhes sobre dois textos publicados em forma de panfleto pela Bolsa de Londres contra o discurso pombalino contrário às compensações inglesas. O primeiro foi *Pensamentos ocasionais sobre o comercio português e a inexecução de conservar a Casa de Bragança no Trono de Portugal, com uma completa discussão da perniciosa natureza de algumas novas leis Pragmáticas concernentes ao comércio modernamente feitas neste Reino* (1767), e o segundo foi publicado no *London Chronicle* (1768), atribuindo à decadência do comércio com portugueses às atitudes de Pombal. Após a prisão de um comerciante inglês em 1768, as reclamações inglesas se agravaram, então Pombal publicou *Respostas que o M. de Pombal, então Conde de Oeiras, deu às 24 Queixas que o governo inglês fez ao de Portugal* (1769), no qual culpava os investidores ingleses pela ausência deles nas companhias mercantis recém criadas (OLIVEIRA, 2014, p. 176).

De fato, Pombal utilizou-se do seu conhecimento acerca da teoria e da prática mercantilista clássica, de origens britânicas, francesas ou colbertianas, para fazer sua política em favor dos comerciantes portugueses. Seu objetivo era fazer uso de técnicas mercantilistas, como companhias monopolistas, regulamentação, tributação e subsídios, para facilitar a acumulação de capital por capitalistas portugueses e, assim, fortalecer o poder de barganha do país no sistema comercial atlântico (MAXWELL, 1999, p. 226). Apesar de as medidas econômicas intervencionistas implementadas por Pombal refletirem a aplicação de métodos mercantilistas, não é apropriado usar o mercantilismo no seu sentido estrito para descrever a política de Pombal, pois tais práticas ainda não se encontravam organizadas em um sistema coeso de ideias na Idade Moderna. Entretanto, um maior entendimento do mercantilismo será buscado a seguir.

Em última análise, por hora, a aliança inglesa, conhecida como a mais longa aliança diplomática, ainda viria a enfrentar algumas controvérsias nas aprovações de ingleses e portugueses, mas viria também a ser muito útil no episódio da transferência da Corte para o Brasil, a ser focalizado também em momento oportuno. A questão da aliança inglesa tornou-se inclusive um tópico central do “debate entre os luminares da nova ciência da economia política, no qual se engajaram Adam Smith e Ricardo” (MAXWELL, 1999, p. 224-225). Em que pese a discussão inesgotável do equilíbrio na reciprocidade da aliança, capaz de propiciar estudos profundos sobre seus reflexos e implicações na anglofobia ou anglofilia em

Portugal<sup>38</sup>, a aliança inglesa cumpriu, mesmo intermitentemente, seu papel de principal esteio diplomático-financeiro na organização do Estado moderno português.

---

<sup>38</sup> Para conhecer pormenores da questão, ver *O Mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)* de Luiz Eduardo Oliveira (2014).

## SEÇÃO 2: Origens e contextos da instrução comercial luso-brasileira

As inovações proporcionadas pela aritmetização das relações comerciais aceleraram a irrupção do capitalismo mercantil durante a formação do mundo moderno. O estudo mais aprofundado da instrução comercial e, conseqüentemente, do ensino de língua inglesa nessa aplicação, pressupõe observar como a atmosfera mercantilista europeia, um antecedente relevante para a discussão central que irá situar este estudo, se constituiu. Dessa maneira, esta seção se ocupou de estabelecer o ambiente intelectual que ensejou as reformas e o discurso pombalino que favoreceriam o comércio e a instrução comercial. O caminho da configuração da instrução comercial foi retratado com a discussão de contribuições estrangeiradas, seguido pela recuperação de exemplos significativos de Aula de Comércio e do Instituto Comercial e suas relações com o ensino de línguas estrangeiras.

### 1. Mercantilismo e progresso

Estudos históricos creditam aos fisiocratas do século XVII e aos economistas da escola clássica (XVII-XIX) a construção da denominação “sistema mercantil” ou “do comércio”, seguidos pelos membros da chamada “escola histórica alemã”, entusiastas do estudo do fenômeno, que no final do século XIX deram o nome que se fixou: *Mercantilismus* (FALCON, 1991, p.8).

A construção do conceito de Mercantilismo tem em sua gênese a discussão teórica acerca das ideias e práticas econômicas agregadas ao termo. Nas obras dos fisiocratas franceses do século XVIII, nota-se uma conotação negativa diante da intervenção estatal nas atividades mercantis e o que ela significava para esses teóricos, já que julgavam tal intervenção absurda e desnecessária às leis naturais da economia. Um teórico reconhecido nos estudos que versam sobre o Mercantilismo é Adam Smith (1723-1790), cujo livro *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776) emprega duras críticas ao sistema do comércio no qual empresários convenceram monarcas a restringir importações e estimular exportações para manter uma balança favorável. Contudo, Smith, conhecido por defender o liberalismo econômico, condenava o intervencionismo estatal por considerá-lo “estatismo, monopolismo, privilégios abusivos, maquinações diabólicas etc” (FALCON, 1991, p. 12-13).

Muito embora não seja interesse deste estudo deter-se na discussão aprofundada sobre o Mercantilismo, o momento histórico de sua concepção diante da expansão do sistema

mercantil europeu na transição para a modernidade é relevante para definir o caráter dessa época. É significativo notar que a mudança estrutural que se dá a partir da crise do Feudalismo e sua consequente substituição pelo Mercantilismo vai ensejar a constituição da natureza dos Estados na Europa moderna.

O Estado absolutista é, antes de mais nada, um, Estado Moderno, ou seja, um tipo de Estado que é resultante de vários séculos de formações e de lutas, no final da Idade Média, levadas a cabo contra os universalismos representados pelo Papado e pelo Império e também contra as tendências localistas dos senhorios feudais e das comunas urbanas. Afirmando-se como Estado territorial, governado por um príncipe, através de uma complexa política de concentração do poder e centralização administrativa, o Estado moderno define-se rapidamente como Estado monárquico absolutista, isto é, pelo fato de que todo o poder está nas mãos de um rei ou príncipe que é, de fato e de direito, o seu soberano (FALCON, 1991, p. 29).

De uma maneira geral, a conjunção de indivíduos de origem burguesa, da aristocracia (clero e nobreza), além de outros segmentos sociais, acabou por equacionar o fortalecimento da configuração de um Estado absolutista que precisava compensar o declínio da renda feudal e ampliar a arrecadação protegendo e estimulando atividades produtivas e comerciais em geral<sup>39</sup>. Para tanto, o soberano seria responsável por centralizar práticas econômicas e políticas capazes de proteger as relações financeiras e comerciais originadas da estreita relação entre o exercício do Mercantilismo de interesse particular e do progresso desejado pelo Estado, este último comumente referido na literatura como *felicidade pública*. Uma das principais beneficiadas dessa relação foi a burguesia mercantil, pois obteve privilégios como garantir a expansão das atividades mercantis e reduzir número excessivo de competidores. Por outro lado, outros grupos da economia ficaram excluídos dessa primeira fase de protecionismo, a exemplo da burguesia industrial ou manufatureira.

Faoro (2000, p. 58) avaliou que foi necessária a unidade entre políticas de atividades marítimas e reino, pois “a obra de alargamento do mundo europeu não cabia na capacidade dos particulares, na forma do modelo genovês de comércio”. Para o autor, o comércio representava o motor e a alma do Estado, contudo os interesses econômicos portugueses permaneciam fora dos moldes da realidade, ou seja, subordinados à salvação da alma, o verdadeiro fim da vida, conforme a moral teológica. Esta lógica freava o amadurecimento do

<sup>39</sup> Raymundo Faoro (2000, p. 53-54) esclarece que a dinâmica da sociedade de classes, fortemente predominada pelo clero, foi responsável por orientar e impedir o desenvolvimento de ideias de mercado livre anteriormente. Ele afirma que, apesar da relação do comércio com o soberano, as ideias mercantilistas pouco avançavam sem o fenômeno ilustrado no século XVIII. Em respeito ao estamento nas origens das convenções do Estado, “o comércio, velho aliado do rei, não governa: mal logra estruturar a ideologia mercantilista, subjugado pelo estamento, com suas tradições, normas jurídicas e penhores espirituais”.

comércio até que a decadência do comércio ultramarino no século XVIII se tornou mais um dos motivos para que a prática do capitalismo reinante fosse reorientada pelo Mercantilismo.

Falcon & Rodrigues (2006) observaram que o Mercantilismo foi adotado nos países da Europa meridional e centro-oriental quando este sistema já começara a sofrer críticas em países como França, Inglaterra, Escócia e Províncias Unidas. Os seguintes objetivos gerais do Mercantilismo marcaram a sua adesão nos países considerados periféricos:

As ideias e práticas político-econômicas típicas do mercantilismo tardio assumido pelas monarquias de boa parte dos países *periféricos* europeus tinham em comum objetivos mais gerais como: incentivo ao comércio exterior e proteção no âmbito das importações, visando a assegurar ao país uma balança comercial favorável; incentivos à criação de manufaturas a fim de substituir certas importações ou ampliar as exportações; controle sobre a saída de metais preciosos; esforços para a eliminar as barreiras internas à circulação de mercadorias (FALCON & RODRIGUES, 2006, p. 54).

Para atingir tais objetivos, foi necessário que os príncipes buscassem ampliar seus campos de atuação, atendendo os anseios da nova burguesia mercantil e alinhando-se aos princípios contidos na maneira esclarecida de governar. Nesse sentido, os obstáculos ao fortalecimento do Estado como o promotor do bem comum precisavam ser combatidos. Para centralizar e racionalizar a administração dos Estados, uma nova burocracia foi implementada para garantir a autoridade soberana do príncipe nas diversas instâncias administrativas no território de cada reino. Mais especificamente em Portugal da segunda metade do XVIII, o interesse da monarquia estava comprometido com “o incremento das receitas fiscais, a organização da estrutura militar e o fomento do comércio e da agricultura”. Assim, o Mercantilismo se constituía no instrumento adequado para o “fortalecimento e enriquecimento do Estado, seja por meio da organização da atividade econômica em setores estratégicos, seja por meio do crescimento da riqueza individual como base tributária” (KIRSCHNER, 2009, p. 29).

Com a necessidade de regulamentar e modernizar a administração escrita, intelectuais eram chamados para a elaboração da legislação. Além disso, ampliou-se a demanda por funcionários competentes e capazes de representar a Coroa nos diferentes poderes e níveis da administração. Desta necessidade, são exemplos de instrução preparatória: Halle, na Prússia, Viena, na Áustria, e o Colégio Real dos Nobres, em Lisboa (FALCON & RODRIGUES, 2006, p. 55). Naturalmente, a criação dos referidos estabelecimentos expressou também a preocupação com a manutenção da nobreza nos quadros da sociedade.

Condições como as supracitadas atenderam interesses que podem ser considerados complementares por uns e antagônicos por outros, mas certamente contribuíram para abrir caminho para uma revolução burguesa, antifeudal e antiabsolutista, passando pelo reformismo ilustrado dos chamados déspotas esclarecidos<sup>40</sup> do século XVIII. De acordo com Falcon (1991, p. 37-38), as transformações ligadas ao tema do Mercantilismo no campo ideológico foram caracterizadas pelo abandono de concepções decorrentes de ordenação sobrenatural em favor do próprio homem, como consequência do recuo do pensamento eclesiástico através da secularização, necessária para a afirmação do universo ideológico moderno: “secular, imanentista, racionalista, individualista”.

Nos países de religião católica, uma das principais características da governança esclarecida foi o empenho no combate da influência ideológica de natureza eclesiástica. Em nome das *Luzes*, era necessário substituir a dominância do aparelho religioso e a presença política do clero, reforçada pelo volumoso recurso econômico acumulado, em prol da afirmação da autoridade real, civil, laica, e, sobretudo, responsável por defender ideias e interesses em franca expansão. Diante deste contexto, alguns monarcas passaram a hostilizar principalmente jesuítas, a exemplo de D. José I, através de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que os expulsou de Portugal em 1759; Em 1762-1764, foram expulsos da França após uma controvérsia com os jansenistas; Da Espanha foram expulsos por Carlos III; Da Itália, pelo rei Fernando de Nápoles e o duque de Parma, culminando com a extinção da Companhia de Jesus pelo papa Clemente XIV (FALCON & RODRIGUES, 2006, p. 55).

Além da secularização, que foi considerada a tônica dominante do período em virtude da posição estratégica ocupada pelos jesuítas, outros fenômenos ideológicos foram também responsáveis por reorientar as formas de pensamento. Diretamente relacionados ao Renascimento – em poucas palavras, expressão do homem moderno europeu que se percebe autônomo, livre e renovável –, a razão imanente descomprometia o homem com a transcendência, ou seja, com o extraterreno ou o sobrenatural. Tanto o racionalismo como o individualismo desse novo homem vão identificar as novas atitudes na construção do pensar e

---

<sup>40</sup> A expressão despotismo esclarecido, utilizada frequentemente pelos historiadores para designar o período que se estende mais ou menos de 1750 até o início da Revolução Francesa, apresenta o inconveniente de propor uma contradição nos seus termos, pois um déspota não poderia, por definição, ser esclarecido. Houve, no entanto, uma época na qual os reis quiseram governar com a amizade e a aprovação dos filósofos, propondo a si mesmos o compromisso de fazer da reflexão filosófica um instrumento de governo e consagrando seu reinado à melhoria dos respectivos povos (GUSDORF, 1971, p. 55).

decidir, tanto quanto possível, fora da influência da tradição cristã e dentro da razão do homem.

Falcon (1993) atribuiu o enfraquecimento da sociedade feudal a processos provindos das ideias do Renascimento, como a secularização e a emancipação dos campos de conhecimento, a exemplo do individualismo e do racionalismo, cujos desdobramentos vão culminar em uma nova visão de mundo. Além disso, a secularização dos conhecimentos provocada pela sistematização do pensamento como um dos processos formadores do Estado Moderno veio compatibilizar o exercício de liberdade, igualdade, propriedade e segurança, demandados pela participação de uma nova nobreza esclarecida proveniente de uma redistribuição econômica e ideológica, especialmente influenciada pela Ilustração europeia.

Para efeitos desse estudo, pode-se entender brevemente o Iluminismo como a culminância de um processo intelectual, marcado por aspectos oriundos do Renascimento e de relação intensa com a Revolução Francesa, que vai influenciar sobremaneira os critérios para a forma de pensar e produzir no século XVIII. Uma conceituação possível é colhida do historiador italiano Norberto Bobbio. De acordo com Bobbio (1998, p. 605), o Iluminismo indica um movimento de ideias surgidas no século XVII, mas que se desenvolveram no século seguinte, que o denominou de *século das luzes*. O verbete “iluminismo” resultou da tradução da palavra alemã *Aufklärung*, que significa aclaração, esclarecimento, iluminação. Esse movimento buscava a difusão das críticas da tradição cultural em função do progresso da vida em todos os aspectos.

É interessante observar brevemente o Iluminismo na Inglaterra, como um núcleo importante para este estudo, foi conhecido como *Enlightenment*. Foi em terras inglesas que as primeiras manifestações iluministas surgiram com as contribuições de pensadores fundamentais para a formação da mentalidade ilustrada. São ingleses considerados precursores do Iluminismo os pensadores: Francis Bacon<sup>41</sup> (1561-1626), John Locke<sup>42</sup> (1632-1704) e Isaac Newton<sup>43</sup> (1642-1727). Forte influenciador do pensamento mercantilista, Adam

---

<sup>41</sup> Produziu contribuições vastas, mas ficou conhecido principalmente por revolucionar o método científico com a criação da experimentação científica, que torna a prática e a experiência importantes na checagem da teoria.

<sup>42</sup> Foi considerado o pai do Iluminismo. Criticou veementemente a teoria política do poder divino, concordando com o também inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e seu lema de rei como poder divino através de uma monarquia parlamentar. Além disso, foi responsável por sistematizar boa parte das soluções apropriadas para a modernização do ensino. Alguns exemplos são abordados neste estudo.

<sup>43</sup> Fundamentou a tese de que os fenômenos naturais são regidos por leis naturais, como demonstração científica da racionalidade do universo. Ele criou a ‘lei da gravidade’ e é considerado o pai da Física Moderna.

Smith (1723-1790) nasceu em território pertencente ao Reino Unido e foi responsável pela defesa do liberalismo econômico, articulado como um dos princípios iluministas<sup>44</sup>.

Seguida da França, a Inglaterra foi palco de importantes ideias que possibilitaram a organização do discurso ilustrado e, assim, se tornou um centro da difusão das luzes. O pragmatismo, o utilitarismo, o racionalismo cartesiano e o empirismo são elementos dessa mentalidade que afetou diretamente a produção de conhecimento e de riqueza, bem como a maneira do homem se relacionar com o mundo. O progresso passou a ser visto como “fruto de uma tomada de consciência capaz de perceber o movimento e a diferença, assim como no sentido de mudanças que têm no homem seu sentido de sujeito” (FALCON, 1985, p. 61).

Como para Bacon no século XVII, o progresso também foi encarado como uma espécie de objeto de fé para os iluministas. Conforme crescia a consciência do caráter progressivo da civilização, afastavam-se as formas de pensamento das instituições eclesiásticas. Na Inglaterra, antes mesmo da laicização prescrita pelo Iluminismo, a fé já havia sofrido algumas transformações decorrentes do protagonismo da igreja anglicana. Apesar dos princípios cristãos anglicanos estarem próximos dos princípios católicos, é razoável dizer que o papel ocupado pela igreja anglicana na hierarquia não a deixava acima da coroa inglesa. Dessa maneira, o trono não sofria influência doutrinária direta da igreja católica, diferentemente do ocorrido em outras nações como a espanhola ou a portuguesa.

Um dos aspectos mais característicos da expressão do Iluminismo português decorreu especialmente da secularização recomendada pelos princípios iluministas. Como discutido, a secularização pressupunha o desenvolvimento de críticas às crenças e práticas religiosas, além do anticlericalismo, em favor do avanço da visão imanentista, naturalista e antropocêntrica. Após a expulsão dos jesuítas, Portugal equacionou a antítese entre crença e razão realinhando a igreja em favor da manutenção de súditos dóceis e fiéis, conforme lhes ensinava a doutrina cristã.

A partir da compreensão do desenvolvimento do progresso através do mercantilismo e dos princípios ilustrados expressos em terras lusitanas, é possível avançar para os efeitos

---

<sup>44</sup> Os princípios iluministas começaram a ser discutidos entre uma pequena elite através de panfletos libertinos que passavam de um salão a outro, mas raramente impressos. Essa elite almejava alcançar posições de comando de cultura e iluminar de cima para baixo. Suas estratégias eram tratadas em salões, academias, jornais e teatros, lojas maçônicas e cafés. Um possível marco inicial para o Iluminismo é uma grande crise durante fins do reinado de Luís XIV na França, quando a monarquia e a literatura ganharam muito prestígio, mas se perderam entre desastres demográficos, econômicos e militares. A conjuntura permitiu que mesmo homens de letras ligados à Corte questionassem o absolutismo e a ortodoxia religiosa a que a França estava submetida (DARNTON, 2005, p. 19; 23).



dessa conjuntura para a reconfiguração das *letras*<sup>45</sup>. No estudo desenvolvido por José Maria de Paiva (2004), a organização social anterior à secularização, resultante do iluminismo, preconizava uma compreensão das *letras* como referência a Deus, e, portanto, de caráter religioso. Com o progresso do comércio internacional, novas percepções e, consequentemente, ações político-organizacionais, as *letras* migraram do papel de promover o entendimento cristão para o papel de promover o entendimento humano e proteger os negócios.

Segundo o olhar de Paiva (2004), como se fez necessário resguardar as condições para o grande comércio – a exemplo de transporte, entrepostos, bancos, casas de negócio e seus objetivos de lucros, dividendos, salários, taxas, impostos –, as principais ações fomentavam um replanejamento urbano aliado ao aperfeiçoamento da burocracia para priorizar a defesa dos negócios. Como o objetivo das *letras* deslocou-se para os negócios durante a reorganização do Estado português, o autor diz que elas deixaram de ser *religiosas* para ser também *mercantis*, pois elas

fizeram-se instrumento eficaz no desenvolvimento mercantil, possibilitando o registro contábil e contratual, mas, para além disto, propondo e alimentando uma mentalidade racional, de distanciamento calculado, objetivando o melhor proveito. As *letras mercantis* não negavam a realidade sagrada, nem a ordem institucional, nem os valores e os costumes: conformavam-nos a uma nova forma, agregando uma nova experiência; transformavam-nos, dando-lhes nova conotação. A racionalidade mercantil já se consolidara no Direito, na Teologia, na organização do Estado, na política internacional, nas relações sociais (PAIVA, 2004, p. 78-79).

Como se percebe, não houve uma ruptura com o sistema religioso português, mas a compreensão do contexto mercantil colaborou na expansão das *letras* para além dos muros dos mosteiros, da sé episcopal, extrapolando a formação eclesiástica e voltando-se dessa maneira para novos modelos de formações. O fomento das *letras* observado apontou para moldes mais operacionais, atendendo às novas atividades e profissões como homens de negócio, comerciantes, banqueiros, entre outros.

À parte do gradual distanciamento dos interesses de aprendizagem e ensino dos elementos religiosos, pode-se inferir que a transformação das *letras religiosas* em *letras*

---

<sup>45</sup> Restringindo-se à cultura europeia no período conhecido pela Idade Média, as *letras* eram entendidas rapidamente como fórmulas teológicas e jurídicas cultivado principalmente pelo clero. Apesar de seu significado não ser estático, pode-se dizer que a função das *letras* era registrar a forma válida de se viver em sociedade, o que proporcionou a transformação do entendimento que o homem tinha de si e das coisas ao seu redor. A opção em escrevê-las em itálico deve-se à concordância com a forma adotada pelo estudo “Igreja e Educação no Brasil Colonial” de Paiva (2004, p. 77).

*mercantis* enseja o nascimento da instrução comercial, reconhecida pela sociedade como uma das exigências para as adequações das novas sensibilidades mercantis. Assim, têm início as experiências que se preocupavam também em preparar para ofícios novos, sobretudo o comércio, levando em conta principalmente a funcionalidade do ofício, em detrimento da formação comprometida com a tradição religiosa.

A influência da Igreja sobre a cultura só foi quase total durante a Alta Idade Média. A partir da revolução comercial e do desenvolvimento urbano, as coisas mudam. Por mais fortes que continuem a ser os interesses religiosos, por mais poderosa que seja a alta hierarquia eclesiástica, grupos sociais antigos ou novos têm outras preocupações, têm sede de conhecimentos práticos ou teóricos diferentes dos religiosos, criam para si instrumentos de saber e meios de expressão próprios. Nesse nascimento e desenvolvimento de uma cultura laica, o mercador desempenhou um papel capital. Para seus negócios, tem necessidade de conhecimentos técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional. Graças ao dinheiro e ao poder social e político, pode satisfazer suas necessidades e realizar suas aspirações (LE GOFF, 1991, p. 103).

Acompanhando essa tendência e em concordância com seus interesses, os comerciantes também passaram a valorizar um novo tipo de “inteligência e educação”, pois dentre suas novas demandas estavam reunir informações e fazer cálculos com rapidez em vez de debruçarem-se sobre questões abstratas. Essa capacidade também colocaria em vantagem um comerciante melhor preparado durante uma concorrência. Os sistemas complexos governados por regras ou as especulações filosóficas eram ainda respeitados nas figuras dos clérigos e nobres, entretanto, “para os comerciantes, a educação deveria tornar-se algo mais prático e aberto a todos, não limitado aos acadêmicos e às elites de sábios” (PRIESTLAND, 2014, p. 50).

À guisa de tentar construir um entendimento de instrução comercial, convém observar que o termo ‘instrução’ surgiu relacionado à política de modernização da nação portuguesa no século XVIII. Bluteau (1728, p. 153) dizia que “instruam he criação dos meninos; documentos ou princípios de Doutrina para o conhecimento das sciencias assi humanas como divinas, como também para a vida moral”. A designação de instrução para o conhecimento de ‘sciencias’ e ‘vida moral’ reitera a intenção de trazer ao centro o conhecimento, “para o qual converge a ânsia de saber, bem como de fornecer as leis da lógica do conhecimento e da vida social, possibilitando ao homem orientar-se pela razão”. Civilizar foi também um objetivo da instrução, condensando “a atmosfera de progresso, a mentalidade e a atitude iluminista”. Durante a estatização da educação, sob a lógica do afastamento da igreja e o controle estatal

como regulador e aglutinador de iniciativas, creditou-se à instrução o papel de implementar os ideais de civilização e progresso para iluminar e animar os negócios da nação (SANTOS, 2016, p. 46-47).

Entende-se, então, a partir da conjuntura apresentada, a instrução mercantil ou comercial como aquele aprendizado teórico resultante da secularização e comprometido com a formação dos conhecimentos exigidos para a realização mais fácil, eficaz, segura e competente dos ofícios relacionados com os negócios, disseminados principalmente a partir da ascensão da burguesia mercantil e de processos característicos do comércio como o uso de algarismos árabes, a contabilidade em partidas dobradas, os seguros, a letra de câmbio<sup>46</sup> etc. Essa espécie de formação deu-se inicialmente de maneira informal, e, a partir da convenção de que a competência de ensinar deveria estar sob a guarda do Estado e não da Igreja, algumas iniciativas formais como meios de realização dessa formação foram sendo registradas de maneira pulverizada, conforme visto anteriormente, e, sob influência das medidas pombalinas, a seguir.

## **2. Providências pombalinas para os negócios**

Ao focalizar a “Era mercantilista” – correspondente à Idade Moderna ou aos tempos modernos, conforme historiadores como Falcon & Rodrigues (2006, p. 1) –, como ponto de partida para este estudo, alguns aspectos históricos indissociáveis entre os campos econômico e político são inevitavelmente suscitados. Um dos mais relevantes aspectos para a compreensão da implantação da instrução comercial encontra-se na breve noção da figura responsável por empreender as principais reformas portuguesas após o Terremoto de Lisboa (1755), na época que ficou conhecida como pombalina.

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais conhecido como Marquês de Pombal<sup>47</sup>, conquistou consagração social e institucional ao se destacar no papel de primeiro-ministro durante o governo josefino. Teorizado por inúmeros estudiosos, Pombal foi responsável por aproximar Portugal das demais nações europeias através da política econômica mercantilista e das ideias iluministas, ou do ‘pombalismo’. Seu envolvimento com os assuntos da corte portuguesa teve início ainda cedo, através de suas missões como diplomata a partir de 1738 em Londres, e depois de 1745 em Viena. Foi durante sua passagem

<sup>46</sup> Em poucas palavras, a letra de câmbio é um título de crédito que se estrutura como ordem de pagamento.

<sup>47</sup> Apesar de ter recebido o título de Marquês de Pombal somente a 17 de outubro de 1769, este estudo irá se referir a Sebastião José de Carvalho e Melo como Pombal para facilitar o entendimento. Para maiores informações sobre Pombal, ver *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, de Kenneth Maxwell (1996).

fora de Portugal que Pombal se aproximou das ideias estrangeiradas e das referências iluministas que viria a adotar.

Durante o reinado de D. José I (1750-1777), Carvalho e Melo foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750), e depois Secretário dos Negócios do Reino (1755). Entretanto, foi a partir do terremoto que as pretensões políticas do Marquês de Pombal ganharam notoriedade, quando assumiu a reconstrução de uma Lisboa independente economicamente, transformando-a no centro comercial e administrativo de Portugal. Um exemplo desse interesse esteve na construção da Praça do Comércio, onde se localizava a antiga Praça Real. Além das reformas urbanísticas, Pombal provocou reformas estruturais em diversas instâncias. Observa-se nesse período uma ampla publicação de legislação marcada pela interpretação pombalina das Luzes para a construção do Estado absolutista ilustrado português<sup>48</sup>.

Ao mesmo tempo que se empenhava na consolidação do seu próprio estatuto e na reconstrução de Lisboa, o futuro marquês de Pombal investiu naquele que era um aspecto essencial das suas convicções programáticas: a reorganização do aparelho comercial, de acordo com conhecidos parâmetros mercantilistas, visando melhorar as relações de troca com o exterior e, em particular, com a Inglaterra (RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, 2009, p. 366).

A tradição histórica tornou o ministro-chefe do rei José I de Portugal conhecido pelo papel de benfeitor onisciente que teria desempenhado. A partir de suas medidas de alinhamento iluminista, foi possível perceber que todos os esforços de Pombal iriam denotar um anseio de promover um tipo desejado de homem e sociedade, os quais, antes de mais nada, necessitavam ser preparados. O historiador David Birmingham descreveu Pombal como:

um dos governantes mais inovadores que Portugal já teve, embora seus métodos ditatoriais tenham refletido a aspereza do absolutismo do século XVIII. Ele pertencia a uma tradição de estudiosos, diplomatas e políticos portugueses que viveram no estrangeiro e estavam familiarizados com o Iluminismo europeu. Eles tornaram-se a *noblesse de robe* [nobreza togada], desconfortavelmente equilibrada entre a alta burguesia e a baixa nobreza. Eram conhecidos como a elite ‘alienada’ e nunca foram populares diante da nobreza arcaica da sociedade tradicional. Também não eram aprovados pelos mercadores ingleses privilegiados de Lisboa e do Porto, pois estavam

---

<sup>48</sup> Para conhecer mais pesquisas que tem como objeto em comum as reformas pombalinas da instrução e sua legislação, ver *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)* organizado por Luiz Eduardo Oliveira (2010a).

preocupados em desenvolver uma classe mercantil nativa capaz de controlar o destino do país (BIRMINGHAM, 2015, p. 98-99).

Antes de prosseguir a compreensão da figura de Pombal, é muito importante perceber que o empenho pombalino com a instrução na “*Sciencia do commercio*”<sup>49</sup> estava relacionado com sua percepção do despreparo técnico dos comerciantes portugueses, mas também caracterizava a valorização dos negociantes pela Corte portuguesa dentro do sistema de troca de interesses entre a Coroa e o papel de destaque assumido pelos homens de negócios a partir da Revolução Comercial<sup>50</sup>.

As navegações e descobrimentos constituíram, em boa medida, uma das resultantes dessa expansão geral da economia e contribuíram, por sua vez, para acelerar tal expansão. Em um certo sentido, por sinal, a noção mesma de *Revolução Comercial* sublinha dois fenômenos muito importantes: a rápida ampliação e diversificação dos mercados e o impacto representado pelo afluxo de metais preciosos. Em ambos os casos, cresceram exponencialmente as possibilidades de lucro dos empresários, em associação, muitas vezes, com os negócios dos príncipes (FALCON & RODRIGUES, 2006, p. 14).

Desde o século XVI, os elementos burgueses representavam uma fonte de potenciais indivíduos habilitados a exercer algumas funções indispensáveis ao funcionamento do aparelho administrativo do poder central e para as quais a nobreza não demonstrava em geral interesse e/ou preparo. Esses indivíduos seriam especializados em contabilidade e finanças, moedas e câmbio, legislação consuetudinária e Direito Romano, registros processuais etc. Para a afirmação da supremacia real e, por conseguinte, do monopólio – sobre o uso da força, o controle fiscal e o poder de justiça –, persistia a luta dos monarcas contra as resistências locais e provinciais.

Nessa complexa redistribuição, interessava aos monarcas a aliança com a burguesia como categoria social, pois haveria inúmeras oportunidades de lucro “oferecidas pelos negócios com os príncipes, a começar pela concessão de empréstimos vultosos” de interesse dos monarcas; e haveria também o interesse burguês em “favorecer as políticas régias contra os inúmeros obstáculos feudais e corporativos que dificultavam e oneravam o trânsito e o comércio de mercadorias no interior do próprio reino”, em função, sobretudo, da resistência das administrações urbanas controladas por oligarquias paroquiais. Estava posto então uma

<sup>49</sup> Expressão utilizada por Jacome Ratton (1920, p. 192).

<sup>50</sup> Em poucas palavras, pode-se dizer que a Revolução Comercial envolveu o conjunto de transformações econômicas ocorridas na Europa entre os séculos XVI e XVIII, incluindo o fim do feudalismo, a monetarização, a fundamentação das relações mercantis e a consequente revolução industrial. Para uma compreensão mais aprofundada, ver *A Era das Revoluções (1789-1848)* de Eric Hobsbawm (2015, p. 19-95).

das origens do mercantilismo enquanto política de unificação dos poderes político e econômico.

Ao voltar os olhos para esses parceiros do Estado português na composição da hierarquia da incipiente sociedade capitalista, observa-se que a política adotada no tratamento dos homens de negócios entre os séculos XVII e XVIII pode ser considerada confusa, se levado em consideração que a Inquisição promoveu a perseguição reiterada aos cristãos-novos, formados em sua maioria por homens de negócios. Enquanto isso, o Reino elegia o comércio como sua principal atividade de fomento do Estado. Segundo Júnia Furtado (2006, p. 32), o lugar do comércio nos interesses do Reino era tão representativo que o rei D. José se auto-intitulava “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio”.

Apesar do título do rei D. José, seu secretário de negócios foi o responsável por estabelecer numerosas legislações e órgãos para o aumento do controle e dos lucros sobre a atividade comercial. Uma das medidas foi a criação do Conselho Ultramarino em 1642, com o objetivo de centralizar e organizar todos os assuntos relativos ao Império Colonial. Esse órgão foi mais tarde desmembrado em outros, a exemplo da secretaria que seria assumida por Pombal, que se encarregou de tentar elevar os homens de negócios à condição de bem vistos pela nobreza. Certamente, esta estratégia pombalina visava cooptar novos interessados na participação de negócios coloniais.

A Coroa utilizou a concessão de títulos e honrarias para ter a seu lado o serviço e o capital dos grandes homens de negócios do Reino. A associação destes comerciantes com o Estado ocorreu durante a disputa por mercados cada vez mais monopolizados. Nos países ibéricos, esta consubstanciação se fez de forma efetiva, já que as necessidades de um importante comércio de cabotagem transoceânico, ligando as metrópoles às suas respectivas colônias, requeriam capitais vultosos e estrutura organizacional que nem o Estado sozinho, nem o pequeno comércio tradicional, eram capazes de responder. Na medida em que os grandes comerciantes eram os únicos que acumulavam capitais vultosos e tinham interesse em investir em negócios, eram eles os parceiros ideais no empreendimento colonial. Por isso, foram constantemente invocados a financiar o Reino em apuros, ou a arrematar os diferentes contratos para a exploração dos produtos coloniais (FURTADO, 2006, p. 35).

Estava colocada assim a estratégia pombalina de fortalecimento do Estado através do incremento de tributos que seriam pagos por negociantes e suas transações cada vez mais volumosas, bem como com as parcerias em momentos considerados críticos, como conflitos territoriais. Para que essa estratégia alcançasse êxito, era mister investir na “formação e notabilização” dos comerciantes portugueses a fim de tornar mais ágil e eficiente a máquina

administrativa do Estado, aumentar a arrecadação e promover o desenvolvimento do comércio colonial atraindo os judeus portugueses que estavam dispersos pelas praças mercantis europeias integrando-os à Corte, onde viveriam em torno do Rei e disputariam favores, títulos e cargos (FURTADO, 2006, 40-41).

### 3. Redescobrimo a Aula de Comércio

Na trilha da literatura mercantilista que acumulou durante o período em que foi diplomata, bem como da longa relação mantida entre Portugal e Inglaterra, Pombal apresentou em suas primeiras reformas a materialização de alguns princípios da cultura ilustrada e de ideias estrangeiradas, que terão suas manifestações portuguesas observadas com mais vagar no decorrer do estudo. Enquanto promovia o afastamento da Igreja diante de sua hegemonia ideológica<sup>51</sup>, Pombal projetou uma sequência de reformas do ensino em Portugal, dessa vez sob o controle do “Estado da indústria e do comércio” (HILSDORF, 2011, p. 17). Dentre as reformas dos estudos, está a criação das escolas especializadas como o Real Colégio dos Nobres (1761) e a Aula de Comércio (1759). Esta última será alvo de análise por parte deste estudo, a partir daqui, como importante ponto inicial da instrução comercial.

É significativo que Pombal, antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos – problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidasse, preliminarmente, de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formar a “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava (CARVALHO, 1978, p. 43).

À parte de um balanço mais aprofundado do reinado e das demais reformas pombalinas, a Aula de Comércio representa a principal providência pombalina dentre as reformas pedagógicas do período para este estudo. Na verdade, esta foi a primeira instituição

---

<sup>51</sup> A Igreja [...] tinha em mãos: a *escola* e, por conseguinte, a educação formal em seus sucessivos níveis, das primeiras letras à Universidade; a *família*, orientando-lhe os membros, presidindo aos atos essenciais da vida individual e coletiva; a *informação*, como a chamaríamos hoje, isto é, a impressão e a circulação de material bibliográfico e, direta ou indiretamente, as manifestações mais gerais da *cultura*: teatro, artes em geral, filosofia, letras. Com raras exceções, portanto, o fato básico é que praticamente nada estava fora de sua alçada, tudo era passível de interpretar-se à luz dos superiores desígnios da religião, em virtude do que toda a produção cultural era vista a partir de fins transcendentais que determinavam a sua permissão ou proibição. Vivia-se, respirava-se um universo marcado ainda pela presença eclesial (FALCON, 1993, p. 423). O que se verificou, no entanto, durante a governança pombalina foi a conciliação entre a Igreja e Estado para a aplicação das ideias iluministas que legitimavam reformas interessantes ao progresso português. Cumpre informar ainda que, apesar da expulsão dos jesuítas do controle das instituições educacionais, a laicização do ensino português não pode ser considerada completa e efetiva, pois os jesuítas restaram substituídos em sua grande maioria pelos oratorianos.

escolar criada por Pombal, visto que as medidas anteriores se ocuparam basicamente de dispensar os jesuítas de seus cargos de confessores e de responsáveis de aulas, além de encerrar atividades de escolas elementares sob responsabilidade da Companhia de Jesus. Em sua obra *História do Ensino em Portugal*, Rômulo de Carvalho afirma que

[...] era notória a fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais no que respeita ao conhecimento de regras contabilísticas e também relativamente à informação que possuíam sobre equivalências e conversões entre pesos e moedas de Portugal e outros países (CARVALHO, 2001, p. 458).

Dentre a extensa lista de manifestações pombalinas em defesa do comércio, pode-se mencionar um registro curioso encontrado no Alvará de 03 de maio de 1757, conhecido por estabelecer o Diretório dos Índios<sup>52</sup>. Nesse documento são expostas medidas para combater os resultados dos prejuízos dos métodos jesuíticos de ensino nas povoações indígenas do Pará e Maranhão. A principal discussão do referido Alvará se dá em torno da determinação do uso da língua do príncipe com o intuito de desterrar a barbaridade dos povos entendidos rústicos. No entanto, verificam-se recomendações para a sistematização da agricultura e do comércio para aquela região:

35. Sendo pois a cultura das terras o sólido principio do commercio, era infallivel consequencia que este se abatesse à proporção da decadencia daquella ; e que pelo trato dos tempos viessem a produzir estas duas causas os lastimo sos effeitos da total ruina do Estado. Para reparar pois taõ prejudicial e sensível dano, observarão os Directores a este respeito as ordens seguintes.

36. Entre os meios, que podem conduzir qualquer Republica a uma completa felicidade nenhum he mais eficaz, que a introducção do commercio , porque elle enriquece os povos, civiliza as Nações, e consequentemente constitua poderosas as Monarchias. Consiste essencialmente o commereio na venda, na commutação dos generos, e na communicacão com as gentes, e se desta resulta a civilidade, daquela o interesse e a riqueza. Para que os indios destas novas povoações logrem a sólida felicidade de todos estes bens, não omittirão os Directores diligencia alguma proporcionada a introduzir nellas o commercio, fazendo-lhes demonstrativa a grande utilidade, que lhes ha de resultar de venderem pelo seu justo preço as drogas, que extrahiem dos Sertões, os fructos, que cultivarem, e todos os mais generos, que adquirirem pelo virtuoso, e louvavel meio da sua indústria, e do seu trabalho (PORTUGAL, 1826, p. 516-517).

<sup>52</sup> A referida lei é analisada com detalhes no texto *Da lei do diretório ao alvará de 1770: civilizar para o bem do Estado*, de Elaine Maria Santos (In OLIVEIRA, 2010a, p. 251-271), e na dissertação *O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771)* de Sara Rogéria dos Santos Barbosa (2013).



Tendo reconhecido a utilidade do comércio tanto no Reino como nas colônias, é compreensível que Pombal tenha priorizado a instituição da Aula de Comércio diante da relevância da atividade mercantil, bem como do atendimento do objetivo de produzir homens capazes de atender às novas necessidades do Estado português circunscritas no pragmatismo cientificista característico das influências iluministas. Para uma informação pormenorizada da constituição da Aula de Comércio portuguesa, Teles (2012, p. 41) faz saber que o Decreto de 30 de setembro de 1755 extinguiu a “Meza do Bem Comum” e criou a “Junta de Commercio”. Após a criação da Junta de Comércio, a Aula de Comércio e seus estatutos foram confirmados através do Alvará de 19 de maio de 1759, registrado em 22 de maio do mesmo ano na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no livro 2 da Junta de Comércio.

A Junta do Comércio acumulou várias atribuições, a exemplo da fiscalização do comércio de retalho na cidade de Lisboa, definição da política mercantil, tomada de medidas de prevenção, repressão e fiscalização de contrabandos, fiscalização da indústria a nível nacional, naturalização de estrangeiros, supervisão da Real Fábrica das Sedas, administração e inspeção dos faróis e tudo o que dizia respeito à navegação e à Aula do Comércio. Dessa maneira, a Junta deveria regular, inspecionar e determinar diretamente o funcionamento da Aula de Comércio; e indicar quantos mestres, ou lentes, seriam necessários para as aulas, bem como financiar seus vencimentos e “animar” aqueles aulistas que carecessem de subsistência (PORTUGAL, 1826, p. 657). Além disso, a Junta superintendeu e executou as ações pertinentes aos objetivos da Aula, a exemplo da aquisição das instalações, a seleção de professores, a elaboração de normas e a fiscalização, entre outras.

Em virtude da desorganização administrativa dos negócios e do despreparo de boa parte dos comerciantes portugueses, segundo o discurso do Alvará de 19 de maio de 1759, os estatutos da Aula de Comércio de Lisboa preocuparam-se principalmente com a preparação dos guarda-livros<sup>53</sup>, que seriam responsáveis por manter registro das transações nas casas de comércio portuguesas. No decorrer dos Estatutos encontrados no mesmo Alvará de 19 de maio de 1759, eram estabelecidos idade mínima dos discípulos, o lugar do lente<sup>54</sup>, local das

---

<sup>53</sup> De acordo com o Dicionário de Comércio de Alberto Jacqueri de Sales, o guarda-livros era o principal assistente das atividades de uma casa de negócio. É apresentado como alguém “muito inteligente” e de “mais idade” que fica encarregado da ordem econômica do escritório, e do governo da arrumação dos livros e das contas (SALES, 1813, p. 462-463).

<sup>54</sup> Lente era o mestre que procedia aos ensinamentos comerciais, através da leitura. Segundo o terceiro parágrafo dos Estatutos da Aula de Comércio: “O lugar de Lente da Aula é de tão importante consideração pela utilidade, que dele deve resultar ao Bem comum destes Reinos, que, por si mesmo se faz recomendável para eleição de pessoa que bem o possa servir: e porque os nomeados para o referido emprego se devem supor de tal modo desembaraçados de outras dependências, que não tenham prejuízo em serem perpetuados nesse mesmo exercício, se lhes continuarão os Provimientos da Junta [...]” (PORTUGAL, 1826, p. 657).

aulas, tempo de duração, e o que deveria ser ensinado. Os conteúdos pretendidos estavam discriminados longamente a partir do 11º parágrafo, resumidamente são eles: a aritmética, “a notícia dos pezos [...] como também das medidas [...] e do valor comum das moedas”, câmbios, seguros e “o método de escrever os livros”, ou seja, o método italiano de escritura contábil conhecido como partidas dobradas.

Francisco Santana, em seu texto *Aula de Comércio: uma escola burguesa em Lisboa* (1985), analisou o caráter burguês da Aula de Comércio diante da maneira como ela se articulava com os interesses da burguesia mercantil, bem como da origem dos alunos que viriam a se beneficiar. Apesar de providenciar a preparação de um ofício que carecia de dignificação, como visto anteriormente, a Aula de Comércio não pareceu interessada em uma miscigenação de classes.

Escola burguesa era-o sem dúvida na medida em que tentava tornar competentes e competidores os futuros agentes do sector da actividade económica nacional, a que mais significativamente estava ligada a nossa burguesia. Era-o também enquanto a instrução de jovens burgueses destinados ao comércio contribuiria para não ser este ofício mecânico (SANTANA, 1985, p. 21).

Contribui para a compreensão da Aula de Comércio como uma escola para as elites a recomendação encontrada no sexto parágrafo dos Estatutos, que determina que dentre os alunos – onde estavam funcionários de casas de comércio e familiares de negociantes –, haveria uma preferência pela admissão de “filhos de Homens de Negocio Portuguezes, em igualdade de termos, assim de sciencia, como de procedimento”. Desse modo, estava nitidamente definida a intenção da Coroa em incentivar a nova burguesia comercial, que seria formada por “Negociantes perfeitos” (SANTANA, 1985, p. 21). A vocação burguesa da Aula de Comércio estava ainda amparada no protecionismo mercantil do soberano e no cuidado de convencer a adesão da sociedade através do sentimento de necessidade de prosperidade nacional com a habilitação de negociantes portugueses à altura de concorrência com nações estrangeiras.

Nos 9º e 10º parágrafos dos Estatutos da Aula de Comércio são estabelecidos os critérios para a duração da Aula. O tempo necessário para que os “aulistas”<sup>55</sup> conhecessem e praticassem os principais objetos de estudo da Aula seria de três anos, sendo que a frequência teria início às 8 horas durante o inverno, durando até o meio dia, e no verão das 7 horas às 11 horas. Acerca do processo de avaliação dos “aulistas”, Rodrigues, Gomes & Craig (2003, p.

---

<sup>55</sup> Expressão utilizada nos Estatutos da Aula de Comércio para referir-se aos alunos.

49) descrevem dois tipos de avaliação: uma delas se dava ao final através de exames públicos com participação de membros da Junta de Comércio no júri, e uma outra durante o ano letivo aos sábados, o que os Estatutos chamam de “Exercícios Sabatinais”. Estes se davam a partir do sorteio de seis discípulos, em que três arguíam os outros três perante o lente, o qual, além de presidir a seção, ainda esclarecia quaisquer dúvidas. Embora seja possível localizar aulas aos sábados em outras manifestações de ensino no mesmo período, Silva (2003, p. 16) acreditava que a carga horária diária, incluindo sábados para exames, “consagrava” a preocupação com a formação técnica de indivíduos capacitados à execução das reformas econômicas na urgência da agenda pombalina.

### 3.1. A Aula de Comércio em Jacome Ratton

Alguns registros da finalidade da Aula de Comércio portuguesa ficaram nos escritos das *Recordações de Jacome Ratton*: sobre as ocorrências de seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810 (1813). De acordo com Rômulo de Carvalho (2001, p. 458), Jácome Ratton (1736-1821/1822) nasceu na França e naturalizou-se português, tendo vivido em Lisboa entre 1747 e 1810. Nesse tempo, atuou como deputado no Supremo Tribunal da Real Junta de Comércio, e no comércio exterior, através do qual pôde inteirar-se do comércio e da indústria durante o período pombalino. Com seu olhar estrangeirado, deixou impressões sobre a fraca preparação dos negociantes portugueses semelhantes às justificativas encontradas no discurso pombalino.

No § 61 de suas *Recordações*, Ratton (1920, p. 190) conta que, próximo à época do terremoto, D. José reconheceu que seria necessário prover fundamentos para o comércio nacional para que fossem ensinados “os elementos até então ignorados pela maior parte dos nacionaes, que somente praticavão o commercio no interior do Reino, e suas colónias, e não se conheciaõ suas firmas nas praças estrangeiras”. O autor menciona conhecer apenas três casas comerciais nacionais, cujos nomes estavam unidos a estrangeiros: “Bandeira e Bacigalupo; Bom e Ferreira; Emeretz e Brito”. Constata Ratton que “fora estes se não conhecia nenhum nacional, que tivesse pratica da escripturação dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pezos, medidas, e moedas, estrangeiras, dos câmbios, e suas combinaçoens”.

Essas primeiras observações de Ratton ajudam a compreender a postura nacionalista assumida por Pombal durante sua atuação dedicada nas providências econômicas, caracterizadas principalmente pela criação de companhias de comércio. Azevedo (2004, p.

31-32) relata que os receios de Pombal, ainda como ministro, não advinham apenas das condições impostas a Portugal nos tratados comerciais celebrados com a Inglaterra. Pombal via também a segurança dos domínios portugueses ameaçados, de tal forma que sempre manteve “ciúme” ao se preocupar em “reservar aos nacionais o comércio das possessões portuguesas”.

O primeiro sinal de ensino de língua estrangeira na Aula de Comércio foi registrado pelas referidas *Recordações*. Enquanto apresentava as características e vantagens da Aula, Ratton contava da abertura da aula de francês:

Foi tão útil o estabelecimento da Aula do commercio, e aproveitou tanto á Nação, pelos aluirmos que delia tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colónias, se tem servido delles, mas até os escritórios dos negociantes; devendo-se-lhe igualmente a generalisação de boa letra que o Governo recommendava muito, e a da língua Franceza; pois que o mesmo Governo lhe tinha ajuntado hum mestre de francez (RATTON, 1920, p. 191).

Neste trecho, é possível também notar que na Aula de Comércio em Portugal era ensinada a “generalização” ou uniformização da boa letra, ou seja, a caligrafia<sup>56</sup>. Durante a visita realizada entre os dias 28 de março e 06 de abril de 2017, foi possível localizar um exemplar de compêndio para ensino de caligrafia no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem data, intitulado *Segredos da Calligraphia Ingleza ou Arte Novíssima de adquirir uma bonita letra, ensinando a escrever com perfeição, e ainda sem mestre, num espaço de tempo desconhecido até hoje, toda a qualidade de letra usada no commercio e trato social* de Guilherme Scully (s.d.). O autor descreve-se na folha de rosto como professor de “calligraphia” e inventor da letra corrida comercial. Dentro deste compêndio se encontram exercícios de cópia de letras soltas, frases e até mesmo cartas comerciais em língua inglesa (Anexos 1 e 2).

<sup>56</sup> De acordo com Hébrard (1990, p. 74-75), a caligrafia foi fortemente influenciada pelo contato entre os grupos sociais que utilizavam a escrita e mestres da escrita. “São artesãos que mostram ao público os exemplos de caligrafia, que eles afixam à maneira de insígnia. Com frequência ambulantes, eles não conhecem o latim e não participam da cultura oficial. [...] A utilização frequente da cursiva mercantil nos escritos inventariados por A. Petrucci deixa entrever outras vias. Sabe-se com efeito que o grande comércio medieval se dota cedo de uma cultura profissional específica na qual a escrita e a aritmética têm um lugar importante. O volume considerável de negócios tratados, assim como a extensão geográfica da zona de troca, implicam numerosas transações: uma abundante correspondência internacional, a manutenção de numerosos registros e livros contábeis são de uma necessidade absoluta. A formação dos mercadores faz-se em serviço, parece que cada família tem disponível para esse fim uma compilação de modelos e de instruções que se transmitem de geração em geração, sem deixar de enriquecer-se. Alguns desses livros de mercadores foram impressos no século XVIII, após uma longa carreira manuscrita”. Um exemplo de como a caligrafia se baseava na prática mercantil foi observado por Hébrard em um caderno de receitas de Roma, entre 1523 e 1537, que foi escrito utilizando “seja uma cursiva italiana, seja uma cursiva de mercador, denotando assim a pluralidade de modos de transmissão da técnica caligráfica”.

A nota ao leitor deste compêndio informa em língua portuguesa que nele será encontrado “o mais conciso e completo tratado até hoje publicado referido à arte calligraphica”. Assim, “o negociante que desejar possuir o elegante character de letra corrida commercial, deve seguir, o methodo consignado, do qual não tem rival, quer por sua rapidez, quer por sua elegância, e do qual sou eu o único inventor” (SCULLY, s.d., n.p.). Nas “instrucções” do compêndio, o autor recomenda que os guarda-livros utilizem o sistema do traslado nº 4 para a prática caligráfica, que deverá ser escrito devagar, para que seja feito corretamente. Em seguida, prescreve a escrita de cartas com o cuidado de colocar as palavras em distâncias proporcionais. Sobre os textos em língua inglesa, o autor diz que

os principais traslados são escriptos em inglez, porque a experiência me tem feito conhecer que os discípulos se adiantam mais, copiando qualquer escripta estrangeira, pela necessidade de consultar a miúdo o exemplar, afim de copia-lo correctamente, conseguindo-se deste modo a completa imitação do exemplar (SCULLY, s.d., n.p.)

Ratton (1920, p. 194) conta que a Aula de Comércio em Lisboa esteve em tão alta estima por parte de D. José I que ele por muitas vezes chegou a assistir aos exames dos alunos com sua Corte. Quando o monarca estava impossibilitado, seu primeiro ministro fazia visitas frequentes. O Marquês de Pombal deixou registrado nos manuscritos de suas *Observações Secretíssimas* sua satisfação com a repercussão da Aula de Comércio nas demais nações europeias:

O desprezo que as mesmas nações faziam do nosso commercio interior, e externo, tambem acabou agora, não só de cessar, mas de se converter em outro incentivo da sua emulação: porque depois de terem visto, que em nenhuma corte da Europa se ensinou até agora o mesmo commercio por principio, em uma escola politica e magnifica, de que sabem 300 negociantes peritos, e habeis no fim de cada triennio, viram agora ocularmente por uma demonstração fisica, e innegavel, consummados os progressos que a referida aula tem feito na propriedade brilhante do corpo mercantil, que encheo de luzimento a praça real do commercio, e ruas de Lisboa (SMITH, 1872, p. 258).

A natureza deste discurso pombalino reforça a hipótese de que se queria construir um vanguardismo português na institucionalização do ensino comercial. Esse senso comum se encontra em alguns textos da história da contabilidade de investigadores como Rodrigues, Gomes & Craig (2003), mas é alvo de ponderação por parte de Rômulo de Carvalho (2001, p. 460-461). Este afirma haver exagero na consideração da Aula de Comércio como a primeira

escola de caráter técnico no mundo, pois diante das intensas atividades comerciais mantidas em nações como Inglaterra ou Países Baixos, seria pouco provável que não houvesse aulas em que se aprendessem as matérias componentes da Aula de Comércio portuguesa em outros países. Além disso, Jacome Ratton (1920, p. 190-191) menciona uma sequência de negociantes estrangeiros em Portugal, os quais haviam enviado seus filhos para aprenderem as regras de comércio fora do país. São eles: “Jorges, Palyarts, Despies, Vanzelleres, Crammer, Vanpraetz, Clamouses, todos eraõ filhos de pais estrangeiros que os haviaõ mandado educar fora”.

A utilização técnica de conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada. Não brotou a ciência das necessidades práticas do país, ocupados os sábios, no tempo de Descartes, Copérnico e Galileu, com o silogismo aristotélico, desdenhoso da ciência natural. Verney já no século XVIII, em nome de uma plêiade de sábios educados no estrangeiro, clama contra o atraso do ensino nacional, acadêmico, aéreo, falso. Portugal, cheio de conquistas e glórias, será, no campo do pensamento, o “reino cadaveroso”, o “reino da estupidez”: dedicado à navegação, em nada contribui para a ciência náutica; voltado para as minas, não se conhece nenhuma contribuição na lavra e na usinagem dos metais. Toda a vida intelectual, depois da fosforescência quinhentista, ficou reduzida a comentários. Comentar os livros da antiguidade; comentar, sutilar, comentar. Era um jogo de subtilezas formais, um jogo verbal de ilusões áreas. Por toda a parte, na Europa, vemos o triunfo do moderno espírito, do espírito crítico e experimentalista. Por toda a parte? Não digo bem. Menos aqui, na Península Ibérica, menos aqui em Portugal (FAORO, 2000, p. 71).

Apesar da contundência de Faoro e, ainda, da prevalência de discursos como o seu nas fórmulas discursivas de estudos dessa natureza, convém registrar rapidamente que estudos recentes têm apresentado alguma contribuição jesuítica relevante para a inspiração das reformas durante o “Século das Luzes”. São exemplos de padres que se destacaram intelectualmente Antônio Vieira (1608-1697) e Gregório de Mattos (1636-1696). Contudo, ambos se opuseram a Coroa portuguesa e, naturalmente, mereceram o tratamento hostil que seria fundamentado em algum tempo nas referências iluministas.<sup>57</sup>

Como visto anteriormente, antes das primeiras práticas ilustradas influenciarem a ilustração portuguesa, foi constante a recomendação da modernização portuguesa através das produções de pensadores estrangeirados. Embora Carvalho (2001) amenize a desproporcionalidade da inovação entre a aplicação das ideias ilustradas na manifestação de ensino comercial de Portugal e das demais nações europeias, a reputação da Aula de

---

<sup>57</sup> Sobre o tema, consultar o número 6 da *Revista de Estudos de Cultura* Set. - Dez.: Jesuítas e Ilustração: rupturas e continuidades (2016).

Comércio como primeira escola técnica da Europa está presente em textos sobre as origens do ensino técnico e profissional reiteradamente. Acerca das inúmeras acusações de defasagem intelectual portuguesa, pode-se dizer que o discurso de *atraso* contribuiu na justificativa da criação da Aula de Comércio na primeira fase das reformas pombalinas. Os principais responsáveis por construírem o ingresso da vertente ilustrada, que influenciou as medidas pombalinas, foram os estrangeirados.

No entanto, Oliveira (2014, p. 153-154) observa que, ainda no período pré-pombalino, caracterizado pelo fluxo aurífero e diamantino, a concepção de defasagem cultural, política e econômica de Portugal encontrou expressão em discursos mercantilistas como do padre António Vieira (1608-1697), “cuja doutrina se baseava na atividade mercantil, como se nota na sua defesa da Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1649 por D. João IV”. Na *Proposta que se faz ao sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação pelo Padre Antonio Vieira sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do fisco em 1646* estão solicitações para que se admitissem “judeus públicos” no reino português para suas aplicações ao comércio. Além disso, o *Discurso sobre a introdução das artes no reino* (1675), do diplomata D. Luís de Meneses (1632-1690), também enfatizava a importância do comércio e o perigo da saída da moeda, já que a via como “o sangue da monarquia”.

#### 4. Estrangeirados, instrução comercial e línguas

O fenômeno do estrangeiramento dá ensejo a estudos mais aprofundados. Entretanto, convém a esse trabalho sintetizar tal fenômeno como a criação de premissas de pensadores, viajantes<sup>58</sup> e outros experimentados dos sistemas econômico, político, cultural e principalmente filosófico de nações consideradas adiantadas. Pode-se compreender o estrangeirado, então, como aquele que representa o outro, ou seja, um novo tipo de intelectual. Pode-se inferir que os chamados modernos, estrangeirados, ou ainda ilustrados sofreram alguma rejeição por parte dos portugueses como “uma manifestação de um longo processo de alheamento e desconfiança ao mundo exterior às fronteiras metropolitanas” (FALCON, 1993,

---

<sup>58</sup> “Na primeira metade do século XVIII, foram publicados numerosíssimos livros e folhetos sobre assuntos direta e indiretamente políticos: obras históricas sobre antigas instituições francesas ou sobre as justificativas e as finalidades do Governo, obras sobre a Constituição inglesa, relatórios de viagens a países exóticos, apresentados, geralmente, como contrapostos à França, propostas de reformas e obras de propaganda, frequentemente mais negativas do que positivas. Na segunda metade desse século, o debate sobre estes temas se generalizou e invadiu todo tipo de literatura. Existe porém, com diferenças por vezes importantes, um Iluminismo alemão, italiano, espanhol, austríaco, e um Iluminismo dos países da Europa oriental” (BOBBIO, 1998, p.606).

p. 319). No que concerne a este sentimento português em relação ao outro, diz-se que havia uma

[...] xenofobia enraizada numa concepção fechada de espaço, ela mesma ligada a mecanismos de sobrevivência através da noção de defesa de território e de um profundo sentimento de insegurança que perpassou as populações, sobretudo as que estavam instaladas num teatro de guerras como foi a Europa ocidental entre os séculos XIV e XVII. O Outro devia ser, via de regra, um inimigo (PRIORE, 2003, p. 71).

Vale registrar que alguns historiadores, como Banha de Andrade (1978), recusam a expressão de estrangeirado para referir-se a intelectuais, pois, para eles, Portugal não desconhecia as correntes mentais estrangeiras, apenas mantinha uma cultura autônoma. Ainda, não obstante Faoro (2000, p. 71) tenha considerado a produção de conhecimento portuguesa inexistente até o século XVIII, encontram-se nos oratorianos exemplos de seguidores de Descartes e defensores de um currículo com conteúdo moderno, a favor inclusive do ensino de línguas vivas, língua materna, geografia e história pátrias. Segundo Hilsdorf (2011, p. 18), eles atuavam em Portugal desde 1668 e ganharam proteção do rei em 1740, quando obtiveram os mesmos direitos e privilégios dos jesuítas na condução do ensino português.

[Os estrangeirados oratorianos] foram os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, John Locke e Antonio Genovesi. Também enfatizaram importância da língua, da gramática e da ortografia portuguesa, que acreditavam deveriam ser estudadas diretamente e não através do latim. A biblioteca dos oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades continha mais de trinta mil volumes e um pequeno laboratório experimental, com uma coleção de instrumentos científicos para o curso de física que eles administravam (MAXWELL, 1996, p. 14).

De acordo com Andrade (1965), a Congregação portuguesa do Oratório, que deu origem aos famosos oratorianos, foi fundada em Lisboa, pelo padre Bartolomeu do Quental, no ano de 1668, sendo confirmada por Clemente X, em 1671 e 1672. Em 17 de Julho de 1671, deu-se início a Congregação que, depois de tentativas persistentes para se guiar por estatutos apropriados ao clima e à sociedade local, teve de aceitar os da Congregação romana de São Filipe de Neri, até se conformar, em 24 de Agosto de 1672, com os da Congregação portuguesa, do padre Bartolomeu do Quental. Os oratorianos ficaram conhecidos por serem



uma sociedade de vida apostólica, mas sem votos de pobreza e obediência. Além disso, foram importantes multiplicadores do Iluminismo durante sua expansão.

É preciso dizer rapidamente, conforme Pardal, Ventura & Dias (2005, p. 185;191), que a substituição do método jesuítico pelos oratorianos, como responsáveis por conduzir boa parte das reformas educacionais de interesse do Estado, não trouxe ao ensino português alterações expressivas no nível do método ou dos pressupostos essenciais da educação clássica humanística. Levando-se em conta a relevância da tradição jesuítica no ensino, a laicização do ensino português não impediu completamente que sacerdotes e frades, já espalhados, pudessem continuar suas atividades pedagógicas. Entretanto, os jesuítas representavam uma linha de “pensamento aristotélico”, caracterizado por uma visão de teoria desligada da prática, e que reforçava “o teoricismo e a memorialização”. Nesse sentido, pode-se inferir que o afastamento jesuítico acabou por fomentar a instrução comercial, eminentemente prática.

Após o registro dos oratorianos como uma espécie de precursores da ilustração portuguesa, cumpre apresentar algumas personagens que colaboraram no pensar das adequações necessárias para Portugal no mundo moderno. Dentre os estrangeirados portugueses, Oliveira (2014, p. 151) elenca D. Luís da Cunha (1662-1749), Alexandre de Gusmão (1695-1753), Martinho de Mendonça Pina Proença (1693-1743), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), Luís António Verney (1713-1792) e Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conhecido como Marquês de Pombal. Dentre eles, foram selecionados Ribeiro Sanches e Verney para serem tratados nesta tese, pois suas contribuições se destacaram no que se refere ao objeto desta pesquisa. É importante registrar que não há interesse em esgotar os estudos acerca da vida e da obra dos estrangeirados selecionados. Coincidentemente, ambos foram considerados por Falcon (1993) como estrangeirados “extremados” em razão de uma lucidez predominantemente construída fora do território português.

António Nunes Ribeiro Sanches formou-se médico e expatriou-se como fugitivo da Inquisição em 1726, passando por diversos países como Inglaterra, Rússia, França, além de ter se correspondido com padres jesuítas na China. Como estrangeirado, escreveu amplamente sobre a problemática ilustrada, sempre privilegiando a fidalguia. Apesar de ter se ausentado de terras lusitanas por um longo período, foi um colaborador ativo nas reformas pedagógicas, religiosas e econômicas da governança pombalina. O estrangeirado Ribeiro Sanches “conhecia muito bem, em suas raízes, os males que afligiam a educação portuguesa, soube

lembrar e encarecer a oportunidade da criação de um colégio para a instrução da nobreza, semelhante aos que existiam em outras nações da Europa” (CARVALHO, 1978, p.44).

O interesse de Ribeiro Sanches pelos problemas portugueses, aliado ao seu conhecimento dos filósofos ilustrados, permitiu a produção de obras relevantes para a sustentação do ideário pombalino, a exemplo dos textos reunidos na coletânea *Dificuldades que se tem um reino velho para emendar-se* (s.d), cujo tema central é a crítica ao poder eclesiástico e a necessidade da secularização, e da conhecida obra *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760). Nessas *Cartas*, Ribeiro Sanches defendia a necessidade de um ensino controlado pela Coroa portuguesa em escolas superiores, vocacionadas para formar as elites econômicas e sociais. Destacou-se em suas recomendações, o ensino da medicina e das ciências naturais.

De acordo com Carvalho (2001, p. 443-451), a Escola das Artes foi transformada no Colégio dos Nobres, Colégio Real dos Nobres ou, ainda, Real Colégio dos Nobres, que se tornou uma escola civil destinada aos nobres de Lisboa em 1761. Em poucas palavras, pode-se dizer que sua criação foi justificada pelo reconhecimento dos governantes da necessidade de preparar um caminho profissional compatível com a categoria. Dessa maneira, estavam no plano de matérias quase todas aquelas propostas por Ribeiro Sanches, a exemplo de gramática portuguesa, latim, castelhano, francês, aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, secções cônicas, geografia, história profana, sagrada e militar, risco, fortificação, “arquitectura” militar, naval e civil, hidrografia, náutica, dança, esgrima, manejo de espingarda, equitação e natação. Entretanto, algumas dessas matérias ficaram sem professor por um longo período.

Ribeiro Sanches recomendava ainda que o ingresso dos rapazes fosse aos oito ou nove anos. Sobre o ensino de línguas, pela primeira vez, se deu o ensino de línguas estrangeiras modernas (francesa, italiana e inglesa), de humanidades (latim, grego, retórica e filosofia), entre outras disciplinas já mencionadas. Dessa forma, buscava-se a formação do perfeito nobre, ou seja, o arquétipo pedagógico correlato e complementar do perfeito comerciante para atender aos propósitos do absolutismo iluminista, bem como para preparar a nobreza em suas funções administrativas. A propósito, registramos ainda o projeto pombalino de “Perfeito militar”<sup>59</sup>, que também esteve entre as prioridades das reformas da educação.

De passagem, vale registrar que as ideias de perfeito nobre e perfeito negociante não foram as únicas investidas na busca de instruir para atingir o arquétipo de indivíduo estabelecido para o sucesso das reformas. Vaz (2001, p. 242-249) revela a ideia de um

---

<sup>59</sup> Mais sobre a instrução militar em *As armas e as letras inglesas: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810-1832)* de Elisson Souza de São José (2015).

“Príncipe Perfeito” como o “obreiro do reformismo em todos os domínios, das ciências e artes ao comércio e agricultura”. O modelo dessa instrução seguia o padrão dos reis filósofos, através de preceptores, visando construir autodomínio, virtudes, instrução jurídica e noções de diplomacia, o que trazia importância ao aprendizado de geografia, tratados e línguas vivas, neste caso francês e italiano. Assim, o futuro rei deveria “saber proteger as atividades econômicas, em especial o comércio e a agricultura, combater a pobreza e promover a instrução”.

Embora as *Cartas* de Ribeiro Sanches tenham ganhado estudos no campo da História da Educação por razão de suas sugestões para a criação do Real Colégio dos Nobres, a referida obra – lançada em 1760, mas concluída no ano de início da Aula de Comércio – apresentou sua insatisfação com a inexistência de preparação prática que visasse atividades comerciais. Acredita-se que ele o fez inspirado em um dos mais influentes textos pedagógicos de finais de Seiscentos, o *Some Thoughts Concerning Education*, lançado em 1693, em que John Locke (1603-1704) defende um projeto educativo utilitarista para dar noções de contabilidade ao *gentleman*:

Nenhuma coisa faz os homens mais humanos e mais dóceis do que o interesse: o comércio traz consigo a justiça, a ordem e a liberdade; e estes eram os meios, e o são ainda, de conservar as conquistas que temos. Agricultura e Comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado; [...] Não se conserva com a educação de saber ler e escrever, as quatro regras da aritmética, latim e a língua pátria, e por toda a ciência da doutrina cristã. Não se conserva com o ócio, dissolução, montar a cavalo, lançar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação, porque já o Estado tem necessidade de súditos instruídos em outros conhecimentos (SANCHES, 2003, p. 30)

Teles (2012, p. 48) chamou a atenção para o fato de Ribeiro Sanches defender a importância da agricultura e do comércio durante boa parte de suas *Cartas*, talvez por influência de sua família de comerciantes judaicos. Percebeu-se que o mesmo, ao tempo em que apontava o prejuízo do antigo modelo educacional, incentivava a introdução de uma nova educação da mocidade privilegiando a formação do novo tipo de profissional necessário às preocupações dominantes da época. Sanches chegou a referir-se à agricultura e ao comércio como “emprego”, os quais necessitavam ser criados e conservados como base do Estado (SANCHES, 2003, p. 23).

Luiz Antonio Verney (1713-1792) foi um teólogo, escritor, professor, estrangeirado e filósofo *recentior* português que criticava os métodos jesuítas de ensino. Segundo Falcon (1993, p. 330), Verney era filho de lojistas lisboetas, mas com forte ascendência francesa,

tendo estudado com jesuítas e oratorianos e, em seguida, tornou-se mestre em Artes em Évora. Sua atualização com a atividade intelectual em curso fora de Portugal se intensificou durante a prestação de serviços na embaixada portuguesa em Roma, onde manteve correspondência com Muratori e com Antônio Genovesi, o qual já foi mencionado neste estudo.

Seu *O Verdadeiro Método de Estudar* foi publicado em 1746 e reeditado em 1747. Esta obra é composta de dezesseis cartas destinadas a um doutor de Coimbra, nas quais o autor, com o pseudônimo de Barbadinho da Congregação de Itália, apresentou orientações pedagógicas avançadas para a época, como por exemplo a defesa do acesso da mulher à Educação. No decorrer das cartas, é possível observar que Verney pretendia demonstrar, em tom irônico, que Portugal encontrava-se distanciado intelectualmente dos grandes centros civilizados. Acerca do ensino e da cultura portuguesa, Verney teceu críticas implacáveis ao conteúdo, métodos e assuntos educacionais diversos. Seu discurso, em que nada escapa, preconiza a necessidade de uma revisão epistemológica e pedagógica com vistas ao “demolir e o construir sobre novas bases” uma nova atitude no ensino português (FALCON, 1993, p. 331).

As ideias encontradas no discurso verneyano têm forte influência na fundamentação das reformas pombalinas da educação. Os projetos apresentados em todas as cartas representam nitidamente o compromisso com a secularização proposta pelo Iluminismo europeu. Suas recomendações priorizavam um tipo de saber comprometido com a utilidade prática e faziam frente ao tradicionalismo encontrado nos princípios e métodos deixados pela Companhia de Jesus. Diante do pleno alinhamento com as necessidades demandadas pela Ilustração portuguesa, entendida pelo professor Moncada como “essencialmente Reformismo e Pedagogismo” (CARVALHO, 1978, p. 26), as ideias de Luís Antônio Verney foram apropriadas pelas reformas pombalinas como uma das principais fundamentações teóricas.

Antes de avançar sobre as contribuições de Verney para o ensino de línguas vivas, cabe recapitular de passagem que as recomendações agrupadas por Pombal, muitas vezes justificadas sob o mote de cuidarem do interesse público e geral, não demonstravam preocupação com estratos inferiores da sociedade. Embora a Aula de Comércio seja um dos primeiros momentos em que as elites portuguesas tenham dado algum grau de importância à operacionalização das atividades comerciais – possivelmente influenciados pela concepção aristotélica de que o conhecimento dependia do ócio –, os ingressantes da Aula em geral não provinham de classes que não sabiam ler e escrever. Como já analisado por Santana (1985), a

Aula de Comércio representava uma convergência de interesses de uma burguesia mercante e da necessidade de incremento da economia nacional.

Deste modo, seguindo as ideias de Ribeiro Sanches em contraposição às concepções de Verney, o Marquês não hesitava em sacrificar ao obscurantismo a generalidade dos filhos das classes trabalhadoras, embora a sua instrução técnica tivesse constituído uma das suas preocupações em relação com o fomento econômico (FERNANDES, 1978, p. 83).

Com intenção de síntese, pode-se assumir que Pombal arregimentou apenas as recomendações que se encaixavam ao seu projeto de controle do sistema econômico no período, visto que, enquanto Ribeiro Sanches preocupava-se prioritariamente com a especialização dos Nobres, Verney defendia a expansão do ensino a toda população em favor do progresso científico. A adoção dessas concepções proporcionou o fortalecimento de uma sociedade profundamente hierarquizada, resultada não somente de enriquecimento, mas principalmente de reputação social com o clero devidamente realocado.

Verney, Sanches e Pombal foram homens que repercutiam as ideias de seu tempo, não à frente nem extraordinários, mas homens que souberam conceber propostas reformadoras e desdobramentos que foram importantes naquilo a que se propunham. Verney, pelas reformas educacionais que pensou, principalmente visando à melhor formação do vassalo português, por nascimento ou por força da conquista; Sanches, pela preocupação em formar a nobreza diferenciada para ocupar os cargos estratégicos do Reino; Pombal, por ter concretizado o que foi concebido pelos homens ilustrados de seu tempo (BARBOSA, 2018, p. 66-67).

Com relação ao ensino das línguas vivas, Verney (1746, p. 5-6) atentou para o fato de que a língua é aprendida no berço e que, se isto for suficiente, as crianças nunca falarão como homens distintos. Segundo o autor, os primeiros mestres de línguas vivas geralmente eram mulheres ou gente de pouca literatura, o que resultava no aprendizado da própria língua com muito erro e com palavras plebeias. Por isso, ele dizia ser necessário emendar, ou corrigir, o estudo da língua. Essa recomendação foi fundamental para a Lei do Diretório e o fortalecimento da língua nacional nas reformas pombalinas.

Sobre o aprendizado de línguas estrangeiras, Verney, afinado com as ideias de John Locke (1779), usou o exemplo dos romanos. Ao contrário dos gregos, que preferiam não comprometer a força de sua língua e evitavam aprender outros idiomas, os romanos buscaram aprender a língua grega e assim aperfeiçoarem-se em temas como matemática, filosofia e

belas letras. Verney voltou a defender o conhecimento de outra língua na sua quarta carta, para fins de acesso a textos estrangeiros:

Seria também justo, que o estudante com o tempo aprendese Francez, ou Italiano, para poder ler as maravilhozas obras, que nestas linguas se-tem composto, em todas as Ciencias; de que nam temos, tradusoens Latinas. Antigamente intendiam os doutos, que era necesario saber Latim, para saber as Ciências: mas no-seculo pasado, e neste presente, dezenganou-se o mundo, e se-persuadio, que as Ciências se-podem tratar, em todas as linguas. Parece-me que com muita razam; porque a maior dificuldade das-Ciencias consiste, em serem escritas em Latim, lingua que os rapazes nam intendem bem. Onde nam só sabem mal a materia, mas o tempo que deviam empregar, em a-estudar, ocupam em perceber a lingua. Com esta advertência, os Inglezes, Olandezes, Francezes, Alemens &c. comesáram a tratar todas as Ciências, em Vulgar. Esta oje é a moda. Os melhores livros acham-se escritos, em Vulgar: e qualquer omem que saiba ler, pode intender na presente era, todas as Ciências. [...] De certo tempo a esta parte, os nossos Italianos, começaram a seguir, o método dos Transmontanos. Começou isso, traduzindo os livros Inglezes, e Francezes: depois pasáram a compor originalmente. De sorte que quem hoje quer ter, muitas noticias boas com facilidade, deve entender Francez, ou Italiano. Esse estudo não pede grande tempo, podendo servir-se dos livros latinos, que tem a tradução literal Franceza (VERNEY, 1746, p. 122)

Acerca da aprendizagem de línguas estrangeiras, pode-se mencionar a influência de John Locke nas primeiras recomendações deste tipo de ensino nos textos de estrangeirados portugueses. Locke já havia se preocupado com o ensino de línguas em alguns textos, a exemplo do seu *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (1690), no qual destacava o entendimento do contexto em detrimento da tradução de palavras soltas, que podem restar intraduzíveis ou incompreendidas (SANTOS, 2017, p. 54). Na obra *Some Thoughts Concerning Education*, Locke discorreu a respeito da educação dos menores, apresentando um extenso roteiro de sugestões de que matérias deveriam ser ensinadas.

Teles (2012, p. 50) observou que, dentre as indicações de Locke para os estudos menores, o aprendizado de outras línguas era proposto como oportuno e prioritário imediatamente após o aprendizado da língua nativa. Locke afirmava no §162 que “quando o menino sabe falar sua língua materna, é tempo de ensinar-lhe alguma outra língua”. Sobre o reposicionamento da relevância do latim nessa nova conjuntura de conhecimentos úteis, o autor aplicava graus de importância às línguas estrangeiras, ordenando primeiro o ensino do francês no caso dos ingleses e depois o latim. Assim, Locke recomendava o aprendizado de uma língua estrangeira viva como conhecimento “indispensável para o negócio, para o comércio e para os assuntos da vida” (LOCKE, 1779, p. 233-234).

A indicação do ensino de francês como língua estrangeira nesse momento é compreensível, se levado em conta que a língua francesa era considerada quase *língua franca* entre as línguas vivas. Além disso, o francês era a língua da diplomacia, da moda e de boa parte da literatura daquela época<sup>60</sup>. O italiano chegou a ser sugerido por Verney certamente em razão de uma forte literatura mercantil escrita nessa língua. O próprio Marquês de Pombal mantinha predileção pela língua francesa, a contar pelo volume de obras nessa língua que manteve em sua biblioteca enquanto diplomata em Londres (MAXWELL, 1996, p. 6-7). Um registro encontrado nas *Memórias do Marquez de Pombal*, reunidas por John Smith (1872), relata também a dificuldade de Pombal com a língua inglesa e a necessidade de auxílio na sua tradução:

20.º Porém, porque os grandes estudos, que me foi necessario fazer na corte de Londres, para me instruir na histeria, e na intrincadissima constituição, e legislação d'aquelle paiz, para não viver n'elle ás cegas, e as graves, e quasi centinuas enfermidades, que n'elle padeci, me não haviam nunca permitido aprender uma lingua tão difficil para os portuguezes, como é a lingua ingleza, ficou a dita collecção inutil; eu sem entender o que ella continha, e a marquezia de Pombal com o maior desejo de saber e que ella se conservava, por não ter aqui outra diversão, que não seja a de lêr as Gazetas, e papeis publicos, que chegavam a este desviado retiro. 21.º Quando me achava no referido caso, recebi uma carta do director da fabrica dos vidros cristalinos Guilherme Steffens, cujos bons costumes, e docilidade de engenho me fizeram ha muitos annos a sua pessoa estimavel, e que me tem feito aqui a boa visinhança, que póde caber n'elle, carta na qual em data de 16 de fevereiro proximo preterito, me referiu, que estava esperando umas cartas impressas em Londres, e que m'asremetteria logo que as recebesse. 22.º Julgou a marquezia de Pombal, que poderiam ser as mesmas conteudas na dita collecção, e consequentemente me pediu, que as mandasse ao dito Guilherme Steffens, com recommendação de as fazer traduzir por pessoa a quem ele podesse pagar o seu trabalho. Tendo porém sua irmã Philadelfia Steffens contrahido, com a occasião da visinhança, amisade com a mesma marquezia, tomou por empenho, traduzir as referidas cartas, e as foi

---

<sup>60</sup> Sobre o protagonismo da língua francesa dentre as demais línguas vivas na Europa nesse período, Hazard (1971, p. 54-56) afirma que “para a aristocracia da Europa as traduções já nem são necessárias, e o francês tende a tornar-se língua universal”. O autor segue longamente justificando a preferência do francês com depoimentos, com livros, com costumes, com vestimentas, com culinária, com vícios etc. Segundo ele, “a todas as causas que atribuírem a este fato são verdadeiras”, mas acrescenta como razões profundas o “valor intrínseco da língua, qualidade do pensamento, o zelo de um povo que considera as questões de gramática e de vocabulário como capitais, e que é o único no mundo a possuir uma instituição do Estado para velar pelo uso das palavras: a Academia”. A favor da liderança da língua francesa, o autor lembra o desuso do latim, pois “cheira à escolástica, à teologia; como que tem um cheiro o bafo; deixa pouco a pouco de pertencer à vida”. Ainda em defesa da renovação da língua universal, o autor arremata com a eleição da língua francesa como “instrumento excelente de educação” e como a língua da diplomacia, conforme tratados de Rastadt em 1714. Finalmente, ironiza a língua inglesa afirmando que “os ingleses não a [língua francesa] empregam menos; as senhoras arranjam o cabelo *as the mode is*; as livrarias recomendam *The à la mode secretary*; Thomas Brown, em *The stage beaux tossed in a Blanket*, censura a hipocrisia *à la mode*; Farquar, em *The constant couple*, opõe ‘*The à la mode Londres*’ à ‘*The à la mode France*’”. Conclui o autor explicando que se tratou de um movimento em que a oferta corresponde a procura, fundando um domínio de adesão universal.

periodicamente remetendo á proporção, que as ia traduzindo (SMITH, 1872, p. 312).

Mais tarde, já na condição de responsável pela criação da Aula de Comércio na dianteira das reformas pedagógicas em Portugal, Pombal não prescreveu a princípio a instalação de aulas de língua estrangeira na Aula de Comércio. Contudo, no verbete “Aula de Commercio”, encontrado no *Dicionario de commercio* organizado pelo lente Alberto Jacqueri de Sales (1731-1791), a ideia da necessidade da língua estrangeira acusada pela Junta de Comércio está aparente. Ao referir-se à “Aula Publica de Lingua Franceza”, o dicionário diz que essa Aula deveria

ter exercício nas horas de tarde que ficam livres [...] e aprendidos os primeiros elementos, pôde ser a prática da mesma Aula Franceza nas matérias pertencentes á do Commercio para que facilitando-se juntamente a ineligencia, e uzo daquela Lingua se nao perca nem esse mesmo tempo dos actuaes Estudos (SALES, 1813, p. 215).

Sales (1813) creditou à escolha da língua francesa entre as línguas vivas, “enttendendo ser a Franceza geralmente fallada na Europa”. Ele seguiu descrevendo a Aula e mencionou a nomeação de “Abbade” Carlos Francisco de Garnier como lente da língua francesa e de “Elementos da Geografia, como sciencia summamente necessaria aos homens de negocio” para os “Discipulos admittidos na Aula de Commercio, e as mais pessoas que se quizerem aproveitar destas gratuitas licoens”.

Santana (1986, p. 21) relatou dados colhidos de uma carta da Junta de Comércio encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca da criação da referida Aula de Língua Francesa em 18 de maio de 1761. Segundo um aviso de 6 de Setembro de 1765: “A Junta [...] tendo notícia da pouca ou quazi nenhuma assistencia de Dissipulos na Lição de Lingua Franceza [...] Há por acabadas e extinctas as mesmas Lições”. Ao que parece, a partir deste momento o ingresso na Aula de Comércio passou a requerer dos ingressantes um determinado grau de uma espécie de proficiência em línguas estrangeiras para sua admissão por um período. Entretanto, a escolha da língua francesa como língua estrangeira causa estranheza se considerado o intenso trânsito comercial mantido com a Inglaterra. Apesar da intensa relação comercial mantida com a Inglaterra sob o regime dos controversos tratados comerciais, a língua francesa tinha ao seu lado a força de língua internacional como língua estrangeira no período, pois o volume de conhecimento disponível em língua francesa ainda era superior ao que se via publicado em outras línguas.



É curioso que se tenha aberto uma Aula Pública da Língua Francesa para os Aulistas da Aula de Comércio, e não da Língua Inglesa, idioma falado pelo país com o qual Portugal mantinha mais relações comerciais, principalmente quando se leva em conta que a principal justificativa da publicação da primeira Gramática Inglesa escrita em português de que se tem notícia, conforme as palavras do autor no prefácio, era o seu ‘great Use in Commerce’, isto é, sua grande utilidade no Comércio. Trata-se da *Grammatica anglo-lusitanica & lusitano-anglica* ou ‘Gramatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza; dividida em duas partes’, a primeira para a ‘instrução dos Inglezes que desejarem alcançar o conhecimento da Língua Portugueza’ e a segunda ‘para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Língua Ingleza’ (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Como se verá na próxima seção através da análise de compêndios, o cenário comercial vai deixar em evidência também a língua inglesa, além da língua francesa. Antes, uma possível razão ainda para a resistência ao protagonismo da língua inglesa nas primeiras aulas que se tem notícia foi a indisposição pombalina para com a Inglaterra, possivelmente consequência dos receios portugueses diante de tratados pouco proveitosos para Portugal. Outrossim, enquanto Pombal serviu em Londres (1738-1745), tomou conhecimento de planos de conquista de domínios na América do Sul, o que o deixou alertado contra a “ambição dos ingleses” durante toda sua vida (MENDONÇA, 1960, p. 8).

Ainda assim, em seus *Escritos Econômicos de Londres* (1741-1742), Pombal relatava desvantagens encaradas por Portugal no contexto da controversa relação comercial mantida com a Inglaterra. Uma das desvantagens consistia no prejuízo decorrente das dificuldades durante o carregamento dos navios portugueses sem o acompanhamento devido de quem correspondesse, isto é, interpretasse os diálogos entre portugueses e ingleses.

44. Para carregarem os navios portuguezes para a generalidade de nossos mercadores, seria necessário haver aqui outro igual ou grande número de *correspondentes que os comunicassem*, assim como é a mesma proporção que os mercadores de Inglaterra para sustentar entre nós o comércio necessitam de grande número de commissarios, que estabeleceram por todo o Portugal e Ilhas adjacentes. Não basta que haja em Portugal quem faça encomendas; he necessario que respectivamente haja em Inglaterra quem as avie e informe dos interesses e oportunidades para ellas primeiro se pedirem e depois se despacharem. Estes commissarios poes, no grande número em que são precisos ao nosso comercio, ou devem ser portugueses aqui stabelecidos ou os mesmos ingleses e gente do pays. 45. Se hão de ser portugueses, obsta-lhes: 1º *Não ter o nosso povo em aprender a lingoa inglesa o mesmo cuidado que tem os Inglezes em aprender a nossa para fazerem o comercio em Portugal, nas Ilhas e nas costas da India Oriental.* Donde já por este impedimento da lingoa não pode aqui vir estabelecerse o numero de portugueses que era necessário [...] Resulta de tudo que ou em

Portugal *ha de haver escolas da lingoa inglesa* e em Inglaterra cessar a infracção dos tratados que nos priva do estabelecimento, ou não pode aqui haver commissarios portugueses difundidos e domiciliados como era preciso (MELO, 1986, p. 57-58) (grifo nosso).

Essa passagem encontrada entre os longos registros pombalinos é significativa para a compreensão da relação direta que viria a ser mantida entre negócios e aprendizagem de língua inglesa. Há ainda aqui a consciência de que, caso os portugueses não se dedicassem à aprendizagem dessa língua, não seria possível para eles promover o comércio na Índia Oriental e, naturalmente, não atingiriam a meta de comerciantes portugueses capacitados necessários. Dentre os participantes das transações comerciais, viram-se muitas vezes homens de negócios, caixeiros e guarda-livros serem mencionados, mas nesse trecho chama a atenção o uso do termo “correspondentes”, figura que seria responsável pela comunicação na situação descrita por Pombal, assim como possivelmente um intérprete. Acredita-se que os intérpretes tenham sido ainda de grande valia para o carregamento de navios, como no descrito pela passagem extraída da *Relação dos Gravames do Comércio e Vassalos de Portugal na Inglaterra*. Outro fator a ser observado é a sugestão de se criarem em Portugal escolas de língua inglesa. Embora os negociantes ingleses aprendessem português na prática e por sua própria iniciativa, Pombal achava necessário haver escolas possivelmente criadas pelo Estado<sup>61</sup>. A necessidade da língua inglesa estava cada vez mais presente no dia a dia e sendo registrada em documentos oficiais, dessa maneira.

## 5. Aula de Náutica: a Aula de Comércio do Porto

Diante deste entendimento da necessidade do povo português aprender língua inglesa com o mesmo cuidado que os ingleses aprendiam a língua portuguesa, acredita-se que o ensino de língua inglesa foi paulatinamente sendo recomendado lado a lado com a língua francesa para o exercício da prática mercantil. Um dos primeiros exemplos significativos do ensino de língua inglesa na instrução comercial portuguesa foi analisado por Teles (2012, p. 56-59): Aulas da Academia da Real Marinha e Comércio da Cidade do Porto. Esta cidade constituía um conhecido centro comercial de vinhos<sup>62</sup> desde a alta Idade Média, localizada na

<sup>61</sup> Conforme nota de rodapé dos *Escritos Econômicos de Londres* (1986) produzida por José Barreto.

<sup>62</sup> O sucesso dos vinhos dessa região atraiu o interesse dos atacadistas ingleses de tal forma que eles estavam transportando 25 mil pipas por ano. O comércio de vinho cresceu ainda mais quando os comerciantes ingleses começaram a combinar os melhores vinhos do Douro com aguardente e, depois de fortificados, mantinham-nos em grandes adegas na margem sul do rio por dois ou três anos e, então, eram vendidos como *vinho do Porto* quando maduros. Os comerciantes generalistas portugueses da região nunca conseguiram acumular tanto

foz do rio Douro. Como o potencial comercial da Cidade do Porto precisava ser explorado, a Aula de Náutica foi criada pelos próprios comerciantes da região em 1762. Através do Alvará de 9 de fevereiro de 1803, a Academia Real da Marinha e Comércio foi criada pela Coroa com o intuito de regular as atividades da praça na região.

Por ocasião da criação da referida Academia, a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro encaminhou ao Rei uma solicitação de adequação da instrução comercial naquela região. Motivada por essa solicitação, foi formalizada finalmente a participação do ensino de língua estrangeira nos *Estatutos* de uma Aula de Comércio:

Que sendo a Cidade do Porto a do mais considerável Commercio (depois da Capital), não havia modo estabelecido para as Pessoas, que se destinavam a esta Profissão, de adquirirem os indispensáveis Conhecimentos elementares, para a poderem exercer com perfeição, e vantagem do Estado: E que havendo muitas Obras escritas, da indispensável Instrução, nos Idiomas Inglez, e Francez, e a maior Navegação que fazem os Navios do Porto daquella Cidade (á excepção do Brazil) se destina para os Paizes do Norte, e frequentemente para o Báltico, nos quaes he preciso entender as Linguas Vivas, pelo menos as duas referidas, precisando também os Comerciantes deste auxilio, para melhor fazerem a sua Correspondência Mercantil; não havendo até hoje na dita Cidade Estabelecimento algum, aonde se possam aprender as referidas Linguas (PORTUGAL, 1826, p. 148).

Nos *Estatutos da Academia da Real Marinha, e Commercio da Cidade do Porto*, publicados no momento da confirmação dessa Aula através do Alvará de 29 de julho de 1803, encontram-se diversos detalhes acerca do funcionamento da Aula, a exemplo de duração, obrigações dos lentes, requisitos para lentes e discípulos, matrículas, exames, entre outros, tal qual os Estatutos da Aula de Comércio em Lisboa. Contudo, como esses *Estatutos* do Porto foram os primeiros a estabelecerem critérios e recomendações para o ensino de línguas estrangeiras e, portanto, constituem uma fonte privilegiada, convém fazer saber sobre os principais registros de como essas aulas foram planejadas para a Aula de Comércio.

---

conhecimento e tanta riqueza para produzir vinhos tão bons. Somente depois de 1760, a prosperidade inglesa atraiu a atenção de Pombal para criar uma classe mercantil nacional capaz de aprimorar a prática portuguesa. Assim, surgiu a Companhia dos Vinhos do Douro, um empreendimento comercial impopular entre os ingleses, que acusavam Pombal de “xenófobo patológico” (BIRMINGHAM, 2015, p. 108-109). De posse de avultados recursos provindos dos lucros, quase todo o comércio do reino pertencia aos ingleses, ao que Pombal se declarava contrário por acreditar que essa influência predominante seria nociva ao sistema econômico português. Dizia ele em seu parecer o que viria a ser a fundamentação da Companhia dos Vinhos: “Todo o dinheiro que gira é dos ingleses, que fazem adiantamentos aos produtores; enviam mercadorias ao Brasil, com nomes supostos de portugueses; lotam os vinhos e falsificam-nos, destruindo a boa fama do produto” (AZEVEDO, 2004, p. 41).

Os referidos *Estatutos* apresentam uma seção dedicada ao ensino de línguas francesa e inglesa entre os parágrafos XXXIX e XLIII sob o título de *Aulas das linguas Franceza, e Ingleza*. No primeiro parágrafo, encontra-se indicado de que forma os lentes deveriam ministrar essas aulas. Como se vê a seguir, o método utilizado seria baseado na repetição de expressões, ditado, gramática e tradução:

XXXIX. Os Professores destas Aulas dictarão as suas lições pela Grammatica, que se achar mais bem conceituada, habilitando seus Discípulos na pronunciação das expressões, e das vozes<sup>63</sup> das suas respectivas línguas, adestrando-os nesta prática, e na da leitura, fazendo-lhes reconhecer no Author que seguirem, e nas traducções que fizerem os lugares, ou passagens, que mais vivamente deponhão do génio, e do character de cada huma delias; assim como do estilo, e gosto mais seguido, e depurado dos Authores dignos de se estudarem, cujos assumptos deverão ser aquelles , que mais possam contribuir para o perfeito conhecimento, e erudição adequada ás matérias que estudão (PORTUGAL, 1826, p. 239).

Nesse parágrafo, observa-se a sugestão para que os lentes usassem a gramática “que se achar mais conceituada”. Para que essas gramáticas fossem assim consideradas, seria necessário que elas possibilitassem que os discípulos conhecessem o “genio”, o “character”, o “estilo” e “gosto” das línguas estrangeiras através da tradução de seus “Authores dignos de se estudarem”, contribuindo dessa maneira na erudição dos estudantes. As obras recomendadas seriam provenientes da literatura mercantil como a fonte predominantemente utilizada para a aprendizagem no contexto da instrução comercial (OLIVEIRA, 2010a, p. 61-63).

A suspeita apresentada encontra amparo no parágrafo XL, o qual indica que os discípulos deveriam praticar a tradução de textos relacionados ao saber mercantil e à pilotagem ou navegação. Entre as obras indicadas, deveriam estar as “Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica” de autoria dos “mais distinctos Authores”, bem como livros de história do ensino contábil e biografias dos autores que os escreveram. Aqui fica claramente denotada a utilidade da tradução das línguas estudadas:

XL. Convirá que os Discípulos, que se destinarem ao Commercio, traduzão Authores que tem escrito neste genero; os que se dirigirem á Pilotagem, as Obras mais eruditas, e completas de Geografia, especialmente na parte que tiver de Hydrografica, e Mathematica ; e os que houverem de seguir, e cultivar as Sciencias Mathematicas por ellas mesmas deverão ler, e traduzir

---

<sup>63</sup> De acordo com Oliveira (2014, p. 178), as “vozes”, na terminologia gramatical da época, eram representadas pelos artigos, nomes, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

a historia desta Sciencia , e as vidas dos mais distinctos Authores, que da mesma tem eruditamente escrito (PORTUGAL, 1826, p. 239).

No que releva o ensino de línguas estrangeiras durante a Aula de Comércio portuguesa, os registros legislativos investigados após a Aula da Cidade do Porto são em sua maioria inexpressivos. A partir de estudos da história da contabilidade, pode-se depreender que a diminuição do volume de atividade mercantil em terras lusitanas parece ter desanimado a procura pela Aula de Comércio. A redução dos níveis de comércio nos portos portugueses foi justificada pela abertura dos portos brasileiros a navios e frotas estrangeiras em 1808, e pela independência do Brasil em 1822. Consequentemente, a Junta de Comércio, órgão responsável pela manutenção da Aula de Comércio, teve seus financiamentos comprometidos, em detrimento de novos investimentos que já tomavam lugar no Rio de Janeiro. Além disso, não obstante a continuidade dessa especialidade de ensino, parte da razão para o decréscimo de medidas legislativas na instrução portuguesa é creditada ao reinado de D. Maria I (1777-1816), que ao contrário do período pombalino, pouco favorecia aos estudos comerciais e às ideias mercantilistas praticadas por Pombal.

## **6. A necessidade de línguas estrangeiras nos avisos relacionados ao comércio**

Convém registrar que o período pós-pombalino<sup>64</sup> coincide com os registros de reposicionamento das línguas estrangeiras como condição para admissão na Aula de Comércio. Santana (1987, p. 48) relatou: “registre-se informação de 23 de Dezembro de 1802 favorável ao ingresso de um candidato que, embora de idade menor da exigida, sabia Alemão e Francês e alguma couza traduzir em a nossa as ditas Linguas”. Como se pode perceber, as línguas estrangeiras pareceram depender de demanda social formalizada para participar das matérias ofertadas na Aula de Comércio. Enquanto isso, surgiam alguns “avisos”, isto é, anúncios de oferta e procura de empregos na “Gazeta de Lisboa” – no período compreendido entre finais de Setecentos e 1820. Fernandes (1994, p. 43-47) relacionou alguns avisos que procuravam caixeiros<sup>65</sup> ou guarda-livros com aptidões semelhantes, entre elas dominar

<sup>64</sup> Para efeitos de compreensão da continuação histórica deste estudo, apesar da oscilação na valorização portuguesa do seu ensino comercial, podem ser mencionadas como sequência relevante da instrução comercial no período pós-Aula de Comércio em Portugal a Escola de Comércio (1844-1869) e o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1869).

<sup>65</sup> De acordo com o Dicionário de Comércio de Alberto Jacqueri Sales, um bom caixeiro deve cuidar da segurança do caixa, devendo averiguar com “muito sossego” e “exatidão”, todas as tardes, cada parcela de despesa e receita conferindo com os documentos que deram lugar a estes pagamentos durante o dia (SALES, 1813, p. 463-464).

“escrituração de partidas dobradas”, “arranjar contas”, “arrumação de livros”, todos referentes a escrituração contabilística e correspondência comercial. Entretanto, é interessante observar o efeito que habilidades além de ler, escrever e contar em avisos de 1802 causaram no mesmo autor, em uma de suas descobertas:

Mais impressionante é um conjunto de ‘avisos’, em que, além das aptidões já mencionadas, se refere ao conhecimento de variadas línguas estrangeiras. Fixando unicamente os dados atribuíveis a indivíduos de nacionalidade portuguesa, verifica-se que em matéria de conhecimentos de idiomas estrangeiros (embora em grau variável, desde o falar e escrever ‘bem’, ou ‘sofrivelmente’, até o possuir apenas ‘algumas luzes’), o maior número de menções vai para o inglês e o francês (44 e 43, respectivamente) (FERNANDES, 1994, p. 46).

Entre 1796 e 1818, o mesmo autor encontrou mais avisos de caixeiros, correspondentes ou guarda-livros, sendo que a maioria apresentava características semelhantes com relação a suas aptidões. Entretanto, chamavam a atenção alguns avisos desses trabalhadores oferecendo uma variedade significativa de línguas, a exemplo de um declarando-se capaz de manter correspondências mercantis em português, alemão, inglês, francês e holandês, em 1796; outro anúncio buscava guarda-livros com maior recomendação caso soubesse a língua inglesa ou francesa, em 1801; em Londres, um anúncio estava a procura de uma pessoa ativa e bem instruída para ajudar com correspondências portuguesas na casa Mrs. W. e J. P. Royston, em 1820. Entre as semelhanças das habilidades requeridas nos avisos estavam ter boa letra, escrever certo, ser versado na escrituração mercantil e saber línguas estrangeiras (FERNANDES, 1994, p. 47). Alguns avisos inseridos em jornais portugueses, como a *Gazeta de Lisboa*, trouxeram a seguinte consideração:

As habilitações de guarda-livros, de correspondente comercial ou de caixeiro de escritório eram susceptíveis de permitir igualmente o desempenho de funções de tradutor. Em 1802, um indivíduo “de boa nota e conhecimentos, matriculado na classe de Guarda-Livros pela Real Junta do Commercio”, oferecia-se para traduzir da língua portuguesa quaisquer manuscritos inteligíveis, que não fossem “em matéria facultativa” (isto é, de assuntos médicos), nas línguas inglesa, francesa, italiana e espanhola, e, simultaneamente, “para por em boa ordem contas commerciaes, ou de qualquer outra repartição (FERNANDES, 1994, p. 50).

Os avisos colecionados por Fernandes (1994) trouxeram à tona a possibilidade de uma nova função aos indivíduos que trabalhavam no comércio: intérprete. Embora seja fácil presumir que poucos tenham sido capazes de atender a mais essa exigência no conjunto de

habilitações do ofício de caixeiros ou guarda-livros mais tarde no Brasil, os anúncios colhidos exclusivamente de periódicos portugueses denotam o lugar das línguas estrangeiras no conjunto das aptidões requeridas e apresentadas nos avisos de jornais em Portugal. Foi observada ainda a presença de outras línguas, não obstante a força da tradição da língua francesa à época na amostragem selecionada. Por outro lado, à parte da predominância francesa imposta por sua dominação cultural, Freyre (2000) abriu discussão para anúncios que juntavam a língua inglesa aos serviços oferecidos em jornais brasileiros. A língua inglesa ainda era considerada um tanto suspeita aos ouvidos mais ortodoxos por ter seus estudos incentivados por “numerosos hereges e maçons<sup>66</sup>”. Entretanto, a chegada de muitos imigrantes ingleses no início do século XIX fizeram surgir uma significativa oferta de anunciantes de ensino de língua inglesa.

Embora possa ser considerado pouco apropriado para a época, em 8 de fevereiro de 1809 se encontra um anúncio de “Professora ingleza” na *Gazeta do Rio de Janeiro* oferecendo “casa de educação para meninas que queirão aprender a lêr, escrever, contar e falar Inglez e Portuguez, cozer e bordar, etc”. Outro anúncio semelhante se notou na *Gazeta* de 6 de janeiro de 1813, em que D. Catarina Jacob divulgava ter estabelecido uma “Academia para instrução de Meninas na rua da Lapa” para ensinar a “ler, escrever e falar as línguas Portuguesa e Ingleza grammaticalmente”. Além disso, as demais atribuições consideradas adequadas para meninas seriam da mesma forma ensinadas, entre elas “toda a qualidade de costura e bordar; e o manejo da Caza” (FREYRE, 2000, p. 266).

Em 23 de agosto de 1809, na *Gazeta*, um anúncio meio misterioso pedia negociação por bilhete: “Quem quizer de aprender a Lingoa Ingleza grammaticalmente com perfeição em pouco tempo, ha de fallar com *Francisco Ignacio da Silva* [...] o qual ha de entregar um bilhete com o nome do Mestre, natural de Londres”. Na sequência, outro professor de língua

---

<sup>66</sup> A Maçonaria foi uma associação voluntária difundida na primeira metade do século XIX, inicialmente na Inglaterra e, em seguida, em regiões da Europa, tendo sido a princípio desvinculada de qualquer poder político ou religioso e, por isso, supostamente herege por sua postura anticlerical. A aura de mistério que cercou a Maçonaria se deveu ao caráter secreto que se viu nas obras produzidas por seus membros com o intuito de protegerem-se das arbitrariedades das Coroas que ainda não haviam se secularizado o suficiente. Tal ambiente de segredo tornou difícil precisar com exatidão o nascimento da Maçonaria, que se acredita ter surgido em 1750 como um “embrião de um reino de críticas”. A carência documental torna difícil a comprovação de detalhes sobre a Maçonaria, mas as ideias compartilhadas nessa espécie de clube secreto foram importantes na forma como a sociedade civil foi conduzida durante o XIX. Essa agremiação tinha como princípios a beneficência, a filantropia, a sabedoria, a justiça e o uso equilibrado da razão. Seus membros incluíam inúmeros ministros, senadores, deputados e comandantes militares, que colaboravam entre si e ainda fomentavam ideias ousadas de oposição aos governos em segredo. Contudo, Serge Hutin afirmava que “se houve maçons que faziam política e que utilizavam o poder para promover seus ideais, não havia uma política maçônica em si”. De todo modo, na ausência formal de uma política maçônica, o que seria improvável para uma sociedade secreta, pode-se dizer que as convicções maçônicas iriam afetar deliberadamente a mentalidade, as ações e a soma de forças nas parcerias entre seus membros, a exemplo de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, o qual será alvo de estudo mais a frente (VAINFAS, 2008, p. 507).

inglesa chamado João Lourenço Toole estabelecia “Aula da dita Lingoa, a qual ensina grammaticalmente, como também Arithmetica e Escripção dobrada” (FREYRE, 2000, p. 270). Este último pareceu muito simbólico para a relação estabelecida nesta tese entre ensino de escrita ou instrução comercial e língua inglesa.

Aos poucos, as aulas de inglês foram sendo incluídas nos quadros da formação intelectual, nos anúncios de jornais de aulas para meninos, nos colégios ingleses e até em alguns colégios de padres, que começavam a perder seu “ranço de língua dos hereges”. Um exemplo foi a abertura de “huma Casa de Educação” anunciada pelo padre Felisberto Antônio de Figueiredo e Moura em 20 de janeiro de 1811 na *Gazeta*. Nesse colégio semi-oficial e dirigido por padre, além de se estudarem os tradicionais Gramática Latina e o “Catecismo de Nossa Santa Religião”, “se acharão Professores para ensinar o Inglez, Arithmetica, Pintura, Desenho e Rhetorica. Tudo pelo premio de 4\$ por mez” (FREYRE, 2000, p. 266-267).

Freyre (2000) pondera a contribuição dos ingleses no que chama de “revoluções na vida intelectual, e não apenas econômica e social no Brasil”, já que não deram início diretamente às políticas que ensejaram a configuração da instrução pública luso-brasileira durante a residência de Dom João VI no Brasil. Entretanto, reconhece que as iniciativas educacionais inglesas coincidiam com a “alteração ou renovação de hábitos e processos brasileiros de ensino e de cultura literária – inclusive o talho da letra – causada pela presença e pela ação de ingleses nas principais cidades brasileiras”. O talho da letra inglesa, cuja inclinação à direita destoava da rigidez perpendicular da antiga letra portuguesa, foi muito usado na escrita mercantil, que ajudou a popularizá-la. Esse novo modelo de caligrafia viria a ser estudado inclusive na formação comercial, conforme compêndio *Segredos da Calligraphia Ingleza* de Guilherme Scully. Um anúncio de 3 de novembro de 1816 na *Gazeta*, inclusive, oferecia “que quem quizer mandar imprimir, ou reimprimir qualquer obra por preços commodos, em boa letra ingleza” poderia procurar esse serviço para converter a letra portuguesa para a inclinação dos trinta e cinco graus característica da letra inglesa (*apud* FREYRE, 2000, p. 267-268).

Um “Collegio Inglez” no Rio de Janeiro foi anunciado em 5 de outubro de 1827 no *Jornal do Commercio* disposto a receber pensionários para cursarem plano de estudo com “Linguas Latina, Portuguesa, Ingleza, Franceza, e Hespanhola, gramaticalmente, Historia e Geographia, Logica, Rhetorica e Elocução Escripção, Arithmetica, e Escripção de livros por partidas dobradas, Algebra e Geometria, Dezenho e Dança”. As aulas aconteceriam das 8 horas da manhã até 2 horas da tarde para conveniência também dos externos. O referido anúncio representava a manifestação de novos estudos em colégios, chamando a atenção



especialmente a esta tese estudos práticos relacionados à instrução comercial como a escrituração por partidas dobradas e a língua inglesa. A inclusão da dança também pode ser considerada reflexo da influência inglesa, pois estava em voga na Inglaterra naquele momento (FREYRE, 2000, p. 269).

No *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, para tomar apenas um veículo de comunicação como ilustração, se repetem centenas de vezes anúncios de professores oferecendo aulas de língua inglesa e interessados buscando por essas aulas nas “Noticias particulares”. Em 10 de novembro de 1827, lê-se: “Se houver alguma pessoa que quizer aprender a lingua Ingleza, ou Portugueza por methodo facil tanto para pronunciar bem, como para escrever gramaticalmente”. Na mesma edição, desejava-se “saber por este Jornal rua e n. de algum Colegio da lingoa Ingleza estabelecido no interior para da Cidade, para tratar da instrucção de hum Alumno”. Em 18 de janeiro de 1832, outro anuncia “quem se quizer utilizar do prestimo de hum professor de Inglez, para aprender a lingoa Ingleza Grammaticalmente; pode dirigir-se á rua da Candelaria, n. 14”.

Em 11 de outubro de 1834, com uma formatação um pouco mais próxima dos classificados como se conhece atualmente, se lia “PRECISA-SE de hum Sr. professor da lingua Ingleza, preferindo-se o que fôr Inglez, e que der melhores abonos de si, para tomar hum partido fixo em uma casa”. Era comum também demandar nesses anúncios um professor nativo para o ensino de língua inglesa. Em 21 de janeiro de 1830, lia-se o seguinte anúncio: “Dezeja se saber, se nesta Corte existe alguma aula Ingleza, cujo mestre seja também Inglez; pede-se o favor de annunciar sua moradia por este Jornal, a fim de se hir tratar do ensino de hum menino qua ja aprende a hum anno o mesmo idioma”. Alguns motivos possíveis para a preferência de nativos para o lugar de professores de inglês podem estar relacionados ao grau de proficiência elevado, bem como à familiaridade com os temas geralmente estudados. Muito embora não existissem tantos professores de inglês portugueses ou brasileiros disponíveis na Corte àquela época, a boa fé, a seriedade e a pontualidade típicas do perfil inglês, também podem ter apelado implicitamente aos pré-requisitos dos pais interessados em formações particulares mais rigorosas para seus filhos.

A essa tese não poderiam passar despercebidos os anúncios de casas de negócios inglesas que ofereciam lugares para caixeiros, bem como de caixeiros que buscavam onde estabelecer-se. No *Jornal do Commercio* de 17 de janeiro de 1828, um anúncio buscava “hum caixeiro de idade de 18 a 20 annos, que sabe fallar a lingua Ingleza, ou Franceza, e que entenda do commercio”. No mesmo jornal, mas de 12 de março de 1828, a Douville e Comp. anunciava um leilão e, ao final do aviso, dizia: “Na mesma casa se precisa hum caixeiro que

fale a lingua Ingleza”. No próximo anúncio, principalmente o inglês interessava. Em 30 de setembro de 1831, estava anunciado:

Para huma casa de negocio de attacado e varejo, se precisa de hum caixeiro capaz de tomar conta de escripturação com a lingoa Ingleza, e seria preferido se tambem entendesse as lingoas Portuguesa e Franceza, o ordenado será liberal, porem exige-se fiança de sua conducta e capacidade (JORNAL DO COMMERCIO, RJ, 30/09/1831).

Nesse anúncio percebe-se a priorização da língua inglesa em detrimento das demais línguas. Como a língua “Portuguesa” também é mencionada, a contratação de estrangeiros estaria condicionada à habilidade de entendê-la. Outro detalhe que chama a atenção está no esclarecimento da necessidade de fiador da conduta do pretendente, que servia como recomendação de seu bom comportamento. Em oposição a esse anúncio que parece não buscar um falante nativo de inglês, no *Jornal do Commercio* de 30 de abril de 1833, uma casa de alfaiates precisava de “hum rapaz que entenda e fale a lingoa Ingleza, e sendo Inglez de Nação, será preferido”. Como se vê, durante o recrutamento de caixeiros em jornais era comum solicitar que eles tivessem conhecimento de língua inglesa.

Da mesma maneira, quando alguns caixeiros ou guarda-livros anunciavam em busca de lugar de trabalho na Corte, aproveitavam para expor sua formação, conquistada na prática comercial, na Aula de Comércio ou em aulas particulares, bem como seu conhecimento de línguas estrangeiras. No *Diário do Rio de Janeiro* buscava ocupar-se

Hum sujeito residente nesta Corte, e que tem os conhecimentos sufficientes, theoricos e praticos de commercio, tendo sido elle mesmo estabellecido na Europa, e de guarda livros em cujo lugar taobem se occupou assim como correspondencia nas linguas mais usitadas: deseja empregar-se (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, RJ, 11/07/1822).

Foi recorrente a exposição das habilidades dos anunciantes, que asseguravam conhecer os serviços a que se propunham, sobretudo destacando sua aptidão com correspondências nas línguas mais utilizadas. Em 2 de maio de 1810 já se encontravam avisos dizendo que

Huma pessoa de consummada experiencia, e talentos mercantis; e que falla,e escreve perfeitamente todas as linguas da Europa, e que possui extensas correspondencias em todas as Praças de commercio, se oferece para conduzir a correspondencia, e escripturação em partidas dobradas, e singelas de qualquer casa bem acreditada que se quizer servir de seu prestimo (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, RJ, 1810).

Cumprer registrar que havia também anúncios buscando por caixeiros menos experientes, como no *Diário do Rio de Janeiro* de 3 de dezembro de 1824, em que precisava-se de “hum rapás pequeno de boa conducta, e fiel, que saiba ler, e escrever sofrivelmente, para caixeiro de huma loja de ferragens, fora desta Provincia”. Para esta função, bastava saber ler e escrever suficientemente. Caixeiros iniciantes, que assumiam postos como esse, também encontravam nos anúncios um número considerável de opções para aperfeiçoar seus conhecimentos em escrituração mercantil em aulas particulares, como a seguir:

Quem quizer aprender o curso da Aula do Commercio particular, e para mais commodidade recebendo lições das 5 horas da tarde por diante; dirija-se a praia da Gamboa N. 57, ou na rua do Fogo no Canto da do Aljube do lado oposto ao Seminario, que ahi nas sobreditas horas encontrará com quem tratar: o mesmo se faz sciente aquelles Alumnos da Aula do Commercio que precisarem de Explicador, mesmo a aquelles que por qualquer razao tenham faltado as lições da Aula, e queirão de novo estudar para fazer exames depois de ferias (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, RJ, 09/10/1823).

Além de oferecer um curso semelhante ao da Aula de Comércio oficial, mas que se adequavam às obrigações cotidianas dos caixeiros já empregados, o anúncio trazia uma espécie de reforço para os aulistas da Aula de Comércio, possibilitando preparação para os exames admissionais ou continuação dos estudos. Para complementar a formação comercial particular, era possível aos interessados ainda assistir às aulas de línguas estrangeiras tomando préstimo de um dos professores que anunciavam aulas de inglês ou francês, cujo horário levava em consideração a disponibilidade dos alunos: “[...] adverte-se para utilidade dos empregados no Commercio dão se lições a noute, do mesmo modo se hirão dar lições a pessoas que vivem em suas casas de Campo, ou distantes da Cidade, huma vez que mandem conduções” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, RJ, 29/07/1825).

As manifestações particulares do ensino comercial na Corte corroboravam a importância da Aula de Comércio herdada do ensino português. O registro de anúncios relacionando línguas estrangeiras e preparação comercial atestava a circulação da necessidade da língua inglesa para aqueles que desejassem se empregar em casas de comércio estrangeiras. Não foi possível determinar se os cursos comerciais particulares eram tão complexos como a Aula de Comércio da iniciativa do Estado, porém a Aula de Comércio na Corte viria a orientar os conteúdos considerados relevantes para a animação das condições de comércio na América Portuguesa.

## 7. Instrução comercial na América Portuguesa

Na América Portuguesa, sob o patrocínio de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, a Coroa determinou a abertura dos portos brasileiros para comércio estrangeiro com as nações amigas aos 28 dias de janeiro de 1808. Como a Corte portuguesa só completaria sua transferência em 8 de março de 1808, entende-se que as relações comerciais manteriam sua posição prioritária como principal atividade econômica na nova metrópole. Santana (1985, p. 30) afirma que a Aula de Comércio no Brasil foi iniciada no Rio de Janeiro em 1809, na “Baía” e no Maranhão, em 1814, e em Pernambuco, em 1821. Acerca da preparação dos comerciantes, as providências tomadas pela Corte portuguesa se materializaram oficialmente pela primeira vez através do Alvará de 15 de julho de 1809, em que o Príncipe Regente justifica a criação da “Aula do Commercio da Cidade do Rio de Janeiro” com as contribuições para as despesas da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

[...] não só para o pagamento dos Deputados e Officiaes empregados no seu expediente, mas tambem e principalmente para a construcção de huma Praça de Commercio, onde se ajuntem os Commercialtes a tratar das suas transacções e emprezas mercantes, [...] para o estabelecimento de Aulas de Commercio, em que se vão doutrinar aquelles dos meus vassallos, que quizerem entrar nesta util profissão, instruidos nos conhecimentos proprios della (BRASIL, 1891, p. 93).

O referido Alvará não aprofundou o plano de matérias, nem detalhou o funcionamento desta Aula de Comércio. Somente com o Decreto n. 456, de 6 de julho de 1846, o Ministro do Império Joaquim Marcelino de Brito conferiu novos regulamentos à Aula de Comércio da Corte através de estatutos. Essa regulamentação estabeleceu diversas disposições gerais a respeito do funcionamento da Aula e também determinou no Art. 4º [que] “Só poderão ser admittidos á matricula os Alumnos maiores de quatorze annos, e que no exame mostrarem saber Grammatica da Lingua Nacional, Arithmetica até ás proporções inclusive, e traduzir a Lingua Franceza, ou Ingleza”. Em atendimento a essa determinação, foi possível verificar numerosos pedidos de matrícula no fundo 7X da Junta de Comércio, acompanhados de declarações ou cartas de recomendação certificando uma espécie de proficiência dos candidatos.

Na verdade, as pacotilhas referentes à Aula de Comércio estão repletas de pedidos de matrícula com atestados de noções de línguas estrangeiras para anos anteriores a 1846. Todos

os pedidos de ingresso eram endereçados à Majestade Imperial e suplicavam por sua admissão, apresentando as competências dos candidatos. Em um deles se lê:

Diz João Leite de Lessa Bastos que tendo os estudos preliminares; as de *Grammatica de differentes idiomas*, e Arithmetica, e Algebra, e Geometria deseja matricular-se na Aula de Commercio, para frequentar as lições do 1º anno do curso. O suplicante implora a N. M. I. C. a graça de mandar admitir a referida matricula, pelo que espera (BR AN, JCAFN:7X, Caixa 455, Pct 01) (grifo nosso)

Através do texto dessa solicitação, pode-se observar que a concepção de proficiência linguística parece estar mais relacionada com o conhecimento gramatical da língua em questão, não sendo necessariamente obrigatório o domínio de habilidade na compreensão auditiva ou conversação. Não se encontram disponíveis tantas informações acerca da Aula de Comércio no Brasil, como se encontram sobre a Aula de Comércio portuguesa. Entretanto, Oliveira (2006, p. 67) atenta para várias críticas acerca da Aula de Comércio brasileira quanto à sua estrutura, inspeção e direção. As críticas emitidas no relatório do ministro Francisco Ramiro d'Assis Coelho solicitavam grandes mudanças:

Sendo a leitura, a escripta, e as quatro operações Arithmeticas, as unicas habilitações, que se exigem dos meninos, para se poderem matricular na Aula do Commercio, resulta daqui que muitos delles não entendem os Compendios, nem as explicações dos Professores. Mais alguma cousa portanto he necessario que elles saibão, para que possam tirar proveito dos meios de instrucção, que naquelle Estabelecimento se lhes proporciona: o Governo quisera que o conhecimento das Linguas Ingleza, e Franceza, fosse condição essencial para a admissão delles; mas, quando isto pareça excessivo, não se lhes dispense ao menos a versão da Lingua Franceza, e a Grammatica da Nacional (BRASIL, 1840, p. 14).

Tais críticas ao sistema de funcionamento da Aula de Comércio em sua manifestação brasileira eram recorrentes. Sobre a participação das línguas estrangeiras, era comum questionar se elas deveriam participar do plano de curso ou apenas serem exigidas no processo admissional. Quando o ministro Francisco Coelho se refere ao fato de que os alunos não compreendiam os compêndios utilizados, pode-se inferir que a dificuldade poderia advir da adoção de alguns compêndios em línguas estrangeiras, as quais o Governo viria a alternar entre condição ou conhecimento ofertado. É importante salientar que o 'excesso' previsto pelo ministro se tornaria um dos alvos de crítica popular durante as tantas reorganizações da Aula de Comércio.

Na esteira das transformações econômicas que circularam no Brasil a partir da proibição do tráfico de escravos e da crucial promulgação do Código Comercial<sup>67</sup> através da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, a ação do Estado conjugou uma sequência de providências que representaram um marco legal institucional necessário à expansão das relações mercantis capitalistas. Tendo em vista as críticas ao ensino comercial e a coincidência cronológica com o Código Comercial, que exigia a escrituração contábil das empresas, os efeitos das transformações econômicas parecem ter afetado a instrução comercial no Brasil. A partir do Decreto n. 1.763, de 14 de maio de 1856, a Aula de Comércio da Corte ganha a denominação de Instituto Commercial do Rio de Janeiro e sofre atualizações.

No decorrer do referido decreto são estabelecidas todas as regulamentações necessárias para a reorganização da Aula de Comércio, como regras de funcionamento, plano geral de ensino e o regime de aulas. No capítulo III dos Estatutos do Instituto Commercial do Rio de Janeiro encontrado no referido Decreto, estão dispostos critérios rigorosos para a admissão dos alunos, dentre eles comprovantes de aprovação nas seguintes matérias: “Lingua nacional, compreendendo a grammatica e a escripta; Inglez e Francez, Arithmetica, Algebra até equações do 2º gráo, Geometria plana e considerada no espaço; e Trigonometria” (BRASIL, 1856, p. 182).

A extensa lista de exigência de conteúdos para a admissão e a duração prolongada de quatro anos provocaram uma baixa procura pelo curso do “Instituto Commercial da Corte”. No período entre 1856 e 1861, avultam os registros das inconveniências no Instituto especialmente relacionadas ao esvaziamento das aulas. Nos relatórios ministeriais encaminhados por Luiz Pedreira do Couto Ferraz<sup>68</sup> (1818-1886), conhecido como o Barão de

<sup>67</sup> De acordo com João Antônio de Paula (*In* CARVALHO, 2012, p. 204), o Código Comercial inaugurou um amplo processo de regulamentação que marcaria a segunda metade do XIX, sobretudo no Rio de Janeiro. Sofreram intervenção de lei: o funcionamento do sistema bancário e das casas de penhores e empréstimos; a criação e organização de bancos e sociedades anônimas; a regulamentação da Marinha mercante, da indústria e de construção naval e do comércio de cabotagem; a concessão de patentes; os processos de execução civil, comercial e hipotecária; o crédito à lavoura e indústrias auxiliares; a corretagem de fundos públicos e bolsa de valores; a regulamentação de títulos ao portador e emissão de debêntures; as companhias de seguro, entre outras.

<sup>68</sup> É injusto resumir Luiz Pedreira do Couto Ferraz como relator do Instituto Commercial. Sua vasta biografia mostra que ele atuou como deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil de 1867 a 1886. Bastante precoce, aos 13 anos já se encontrava pronto para a Faculdade de São Paulo, mas não foi autorizado pela lei a ingressar. Aos 15 anos, matriculou-se no curso jurídico pretendido e tornou-se bacharel em 1838 e, doutor em 1839. Foi lente da faculdade em que estudou e teve a honra de sentar-se entre seus mestres. Ficou conhecido por sua moderação, perspicácia e prudência em suas experiências administrativas. Dentre seus numerosos feitos estão o “melhoramento da instrução primária, as vias de comunicação, e, [foi reconhecido como] homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores” (SISSON, 1999, p. 195). Em relação à Instrução Pública, “fez a reforma da instrução primária e secundária; e das Faculdades de Direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia; a da aula do comércio, transmutada em Instituto Commercial; a do

Bom Retiro, e responsável pelos relatórios como comissário do governo sobre o Instituto Comercial, estão depoimentos representativos da situação das aulas após as exigências para a admissão:

É de notar entretanto que suas aulas forão frequentadas por diminuto numero de alumnos, sendo isto devido principalmente á exigência dos estatutos vigentes a respeito dos preparatórios. Parece pois que as matérias que sao hoje requeridas como preparatórios devem fazer parte do respectivo curso, augmentando-se-lhe mais um anno de estudos, para que se possam ensinar no próprio estabelecimento as mathematicas, e as línguas franceza, ingleza, e allemãa, adquirindo assim os alumnos os conhecimentos de que carecem para bem aproveitar os estudos próprios do curso. O governo trata de levar a effeito estas, e outras modificações dos actuaes estatutos, aconselhadas pela experiência para o bom andamento e progresso do estabelecimento, indispensaveis para que preste toda a utilidade que delle se deve esperar não só ao commercio, como ainda aos que se dedicarem a empregos que exigem conhecimentos semelhantes (BRASIL, 1858, p. 11).

Nesse relato se vê a importância das línguas estrangeiras de volta aos conhecimentos necessários ao ofício comercial a serem ofertados, em vez de exigidos para o ingresso, vez que a falta de domínio nos conteúdos dessas disciplinas naturalmente desmotivaria pretendentes. Entretanto, as sugestões levadas como indispensáveis para que o Instituto Comercial cumprisse o seu papel e voltasse a atrair alunos passou um período sem a devida atenção. Escreveu o ministro dos negócios do Império entre 1859 e 1961, João de Almeida Pereira Filho (1826-1883):

A experiência tem mostrado que este estabelecimento não pode preencher o seu fim sem que se fação algumas alterações no decreto n. 1,763 de 14 maio de 1856, que o reformou. Esta necessidade, exposta nos relatórios do commissario do governo desde o que foi apresentado em 1857, e se acha annexo ao do ministerio do Imperio de 1858, tem sido reconhecida pelos meus dignos antecessores. O resultado dos exames feitos no fim do anno passado, e o facto de se terem matriculado no corrente só 4 alumnos, dos quaes 3 são repetentes, vierão ainda mais provar que é urgente providenciar afim de que não continue semelhante estado de cousas. Trato de tomar medidas neste intuito, modificando em alguns pontos o citado Decreto (BRASIL, 1859, p. 48-49).

O relato exposto expressa em números o que viria a se agravar cada vez mais. Mesmo com as medidas tomadas, a entrada de alunos no Instituto Comercial continuou a cair. Uma

---

Conservatório de Música; e a da Academia das Belas-Artes; criou o Imperial Instituto dos Meninos Galeria dos Brasileiros Ilustres Cegos; coadjuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do Museu Nacional” (SISSON, 1999, p. 199-200).

das medidas referidas foi a transferência de atividades do Instituto Comercial para o edifício do externato do Colégio Pedro II. A organização do Instituto Comercial neste endereço é retratado por Joaquim Manuel de Macedo em seu livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (2005) enquanto faz uma longa e muito detalhada descrição do Imperial Colégio Pedro II.

Ao lado direito da escada fica uma sala chamada da reitoria, porque é aí que despacha o reitor do externato. [...] Contígua a esta sala se acha a entrada para a escada da torre da igreja. Em frente a esta escada, estende-se o antigo consistório do lado esquerdo do templo [...] tendo ultimamente servido para secretaria do colégio, e depois para secretaria do Instituto Comercial [...]. No salão que antes era chamado de sala da música, e [...] tendo perdido o seu antigo destino, serve atualmente de salão para exames gerais de instrução pública e para a aula de português e caligrafia do Instituto Comercial. A casa da rua Estreita de S. Joaquim, que é contígua à mesma igreja, é um sobrado que outrora serviu para a habitação dos reitores do colégio, e que, achando-se desocupada, terá segundo se diz, de receber os consertos e obras indispensáveis para se estabelecer nela o Instituto Comercial, que o externato do Imperial Colégio de D. Pedro II hospeda desde 1857 (MACEDO, 2005, p. 356-357).

Durante o desenvolvimento desta tese foi possível visitar o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)<sup>69</sup> onde houve acesso ao conjunto de documentos do período estudado, além de alguns compêndios do acervo histórico. Infelizmente, não foi possível localizar vestígios do ensino de inglês no Instituto Comercial enquanto ocupou os cômodos cedidos pelo Colégio Pedro II. Na oportunidade, buscaram-se também ocorrências de ensino de inglês relacionado à instrução comercial. A maioria dos programas de língua inglesa entre 1850 e 1951 acessados se valia do uso de gramáticas e clássicos para o ensino, a exemplo de *História de Roma* de Oliver Goldsmith, *Paraíso Perdido* de John Milton e *Ensaio Sobre a Crítica* de Alexandre Pope. No programa de inglês de 1858 está indicado o uso do livro *The Class Book* (1811), de David Blair<sup>70</sup> para o exercício de versões de textos. Este livro está repleto de leituras com temas relacionados ao comércio, navegação e geografia.

Há na sequência dos programas de inglês encontráveis analisados uma tendência para a abordagem gramatical da matéria, sem detalhamento dos temas tratados nos referidos

<sup>69</sup> “O NUDOM foi criado pela Portaria nº 1.109 de 22 de agosto de 1995, pela iniciativa do Diretor Geral do Colégio Pedro II, professor Wilson Choeri. O diretor reconheceu a necessidade de resgatar o acervo documental do Colégio Pedro II e organizar de forma técnica os documentos que compõem a memória do Colégio Pedro II desde sua fundação. Constitui-se como um guardião da memória coletiva, tanto pelos documentos únicos referentes à história do Colégio, como pelas memórias de seus antigos alunos e professores, registradas em livros, depoimentos escritos e orais e imagens que retratam as marcas muito características de uma formação educacional” (O COLÉGIO..., 2013, p. 53-54).

<sup>70</sup> Para conhecer mais sobre a referida obra e seu autor, ver Santos (2017, p. 149-152).



documentos. Entretanto, a relação entre o ensino de inglês e o comércio está implícita na força da aplicação prática destinada à língua no período. Apesar de extrapolar o recorte temporal previsto para a pesquisa desta tese, cabe registrar dentre o conteúdo discriminado com mais vagar após os 1900 – quando os programas de ensino apareceram menos sucintos –, passagens com referências diretas à atividade comercial. No programa de 1929 do terceiro ano do Colégio Pedro II, encontram-se explicitadas tipos de tarefa nas quais “o professor fará, no segundo periodo, exercicios de dictado e de correspondencia social ou commercial, compostos pelo proprio professor ou extrahidos de selectas proprias, de lingua portugueza”. No quarto ano, descrevia ainda que “os alumnos farão exercicios constantes de versão, traducção e composição em inglez, especialmente carta sociaes ou commerciaes, em que poderão ser encaixadas narrações simples” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 290).

O conhecimento das línguas estrangeiras para fins práticos como a produção de texto comercial é um exemplo da importância da língua inglesa para o comércio. Além disso, a exigência de noções de inglês para o ingresso no Instituto implicava também que o candidato tivesse uma cultura mais ampla, o que terminaria por facilitar sua futura admissão nas casas comerciais estrangeiras em condições de praticar o comércio com outros países, como será possível observar na próxima seção no caso do Barão de Mauá. A respeito da relação entre o Instituto Comercial e o Colégio Pedro II dentro do período estudado, além de ter cedido espaço para o funcionamento do Instituto, observou Bielinski (2000) que o título de Bacharel em Letras obtido no Colégio Pedro II, assim como a aprovação no primeiro ano da Escola Militar ou da Marinha, daria direito a ingressar no primeiro ou segundo ano do Instituto Comercial, sem a necessidade de submeter-se à seleção.

De volta à discussão sobre as modificações sofridas pelo sistema de ingresso de alunos do Instituto Comercial, a partir da sugestão do agora Visconde de Bom Retiro, em um dos seus relatórios ministeriais, considerando o rigor nas aprovações de faculdades, escolas superiores e Colégio Pedro II, a dispensa de novos exames admissionais seria um incentivo àqueles que mais facilmente se “matricularão no Instituto, quando tiverem a certeza de que, se suas circumstancias lhes não permittirem empregar-se no commercio, ou na carreira administrativa desde logo” (BRASIL, 1877, p. 475).

Foi através do Decreto nº 2.741 de 9 de Fevereiro de 1861, que o plano de matérias do Instituto foi reorganizado em dois cursos, um preparatório composto das seguintes cadeiras: “1. Grammatica nacional, calligraphia, e desenho linear; 2. Francez; 3. Inglez; e 4. Allemão,” e um profissional composto das matérias básicas para a especialidade, como “Arithmetica completa; Escripturação mercantil, e legislação de fazenda; Geographia, e estatistica

comercial; e Direito commercial, e economia política”. O curso preparatório intencionava facilitar o ingresso dos alunos no Instituto e a melhor compreensão dos conteúdos do curso profissional, que foi reduzido para dois anos.

Desde muito tempo se fazia sentir a necessidade de ser reformado o decreto n 1763 de 14 de Maio de 1856, que dera regulamento á antiga aula do commercio. A pouca frequencia desse estabelecimento denunciava algum vício de organização, que, a bem do commercio, convinha remediar-se. Essa necessidade foi satisfeita pelo decreto n. 2741 de 9 de Fevereiro deste anno, e o simples facto de se haverem matriculado, na abertura do instituto, 350 alumnos do 1º a 15 de Março, ao passo que ainda em 1859 só 4 se haviam matriculado, prova exuberantemente que a nova reforma attingio os fins a que se propunha. O decreto supracitado creou um curso preparatório, que não existia, e que comprehende 4 cadeiras, a saber: a de grammatica, calligraphia e desenho linear, a de francez, a de inglez, e a de allemão. O curso profissional comprehende também as 4 cadeiras de arithmetica, álgebra e geometria, de escripturação mercantil e legislação de fazenda, de geographia e estatística commercial, e a de direito commercial e economia política (BRASIL, 1860, p. 32-33).

O curso preparatório para o ingresso no Instituto Comercial foi considerado vitorioso, como se pode depreender a partir do quadro a seguir, pois conseguiu elevar o número de ingressantes consideravelmente. Contudo, nos anos seguintes, o número de matriculados voltou a cair com o fim do curso preparatório para aspirantes. Crê-se que esse curso foi considerado dispendioso diante da gradual queda de procura pelo Instituto Comercial. O Quadro 1 demonstra o comportamento das matrículas no Instituto Comercial computadas a partir dos dados encontrados nos Relatórios Ministeriais disponíveis.

**Quadro 1.** Matrículas do Instituto Comercial no período entre 1854 e 1881

ANO	MATRICULADOS
1854	27
1855	19
1856	21
1857	Não referenciado
1858	Não referenciado
1859	04
1860	350
1861	160
1862	Não referenciado
1863	64
1864	38
1865	39
1866	53

<b>1867</b>	63
<b>1868</b>	Não referenciado
<b>1869</b>	54
<b>1870</b>	Não referenciado
<b>1871</b>	Não referenciado
<b>1872</b>	43
<b>1873</b>	35 e 17 ouvintes
<b>1874</b>	38 e 17 ouvintes
<b>1875</b>	Não referenciado
<b>1876</b>	Não referenciado
<b>1877</b>	22 e 16 ouvintes
<b>1878</b>	18
<b>1879</b>	Não referenciado
<b>1880</b>	Não referenciado
<b>1881</b>	Não referenciado

Fonte: GUIMARÃES, 2011<sup>71</sup>.

Mais uma vez, entendeu-se serem necessárias adequações no regime de funcionamento do Instituto Comercial da Corte, com vistas a uma futura emancipação dos estudos contábeis diante do incremento e da complexidade das transações comerciais, o Decreto nº 3.058, de 11 de Março de 1863, alterou novamente os regimentos do “Instituto Commercial do Rio de Janeiro”. Desta feita, o curso voltava a durar quatro anos e apresentava o ensino de línguas estrangeiras dentro do curso profissional, distribuídas já nos primeiros anos lado a lado com as matérias de ensino contábeis.

Pondo-se em execução os novos estatutos promulgados com o decreto n. 3.058 de 11 de março de 1863, abrirão-se as aulas deste Instituto no principio maio do mesmo anno. Nella se matricularão 64 alumnos, dos quaes 42 perderão o anno, e fôrão aprovados plenamente 7, simpliciter 10, e reprovados 5. O facto de ter perdido o anno tão grande numero de alumnos explica-se pela circumstancia de ser frequentado o Estabelecimento por muitas pessoas que, achando-se já empregadas no commercio, desejão apenas adquirir conhecimentos que lhes aproveitem no exercicio de sua profissão, sem aspirarem a possuir títulos (BRASIL, 1864, p. 14).

Um dos motivos para o decréscimo de ingressantes suscitados pelo relatório ministerial foi o fato de que as aulas no Instituto Comercial demandavam dos alunos disponibilidade de tempo para se dedicarem às aulas que se davam muitas vezes durante o expediente. Aqueles que já se dedicavam à vida comercial ou administrativa não dispunham das horas necessárias para assistirem às preleções dos professores e aumentavam o número de

<sup>71</sup> Alguns dados da tabela encontrada em Guimarães (2011) apresentaram discordância com números presentes em anexos dos Relatórios Ministeriais do período e foram, portanto, corrigidos.

faltosos. Era impossível para um caixeiro já em atividade, por exemplo, ausentar-se sem, contudo, concluir o encerramento das contas do dia. Além disso, como as matérias não eram independentes, os alunos não tinham a garantia de se dedicarem apenas àquelas que se interessavam mais e garantir a habilitação. Assim, os alunos, que já tinham de custear o curso no Instituto Comercial, poderiam optar por “obtê-las de qualquer professor particular habilitado” (BRASIL, 1870, p. 265). Mesmo assim, os relatórios ministeriais seguiam emitindo recomendações para a recuperação da utilidade do Instituto.

Determinar-se que o ensino de certas matérias e especialmente o de escripturação mercantil, e os de línguas estranhas seja o mais pratico que fôr possível, e aquelle em que mais se demorem e se esmerem os professores, e bem assim que as aulas só trabalhem das 6 horas da tarde em diante. Estas providencias parecem-me essenciaes para que possam frequentar o curso commercial aquelles a quem só falta o estudo de certas matérias, ou que, tendo já impedidas as manhãs por seus negócios particulares ou por se acharem empregados no commercio ou em Repartições publicas, possam comtudo dispor das noites: e sou levado a indicadas porque mais de uma observação me tem sido feita por pessoas que tem deixado de seguir o curso do Instituto por causa da necessidade de repetirem em um ou mais annos matérias que já sabem, e nas quaes foram approvados em exames solemnes, ou por não poderem sujeitar-se a ponto diário em consequência de suas occupaões, ao passo que lhes sobra tempo para o estudo, e estão promptos á passar por exame (BRASIL, 1877, p. 474).

Esse excerto dos relatórios ministeriais da pasta de negócios evidencia uma preocupação em tornar o curso do Instituto Comercial ainda mais prático, com destaque para as aulas de línguas estranhas, que, no caso, devem se tratar das línguas estrangeiras francês, inglês e alemão. Observa-se ainda a intenção de readequar o horário de funcionamento das aulas, vez que antes elas aconteciam durante o turno diurno, o que certamente provocava o esvaziamento das aulas por parte dos alunos que já estavam empregados. Entretanto, notou-se que os resultados apresentados nos relatórios com altos índices de abandono e repetência não incentivaram novas adequações ou investimentos no Instituto Comercial. As recomendações do Visconde de Bom Retiro passaram a ser ignoradas e registros mais contundentes puderam ser lidos:

Ainda este anno não houve alumno algum que completasse o curso. Foram 26 os ouvintes das diversas aulas. O Instituto Commercial é uma instituição morta. Os algarismos que ahi ficam são d’isso a mais eloquente demonstração. Em uma cidade commercial, como a do Rio de Janeiro, mal se póde explicar a razão por que o Instituto Commercial encerrasse o seu anno lectivo com 7 alumnos de matricula. É pois, urgente extinguir ou

reorganizar este estabelecimento, com o qual tão improduttivamente despende o Estado annualmente 20:800\$000 (BRASIL, 1876, p. 49).

O mau desempenho do Instituto Comercial repercutia inclusive na imprensa. Pesquisas de Bielinski (2000) reproduziram o editorial do jornal *O Cruzeiro* (RJ), de 26 de junho de 1882, no qual a burocracia exigida para a submissão de candidatura foi apontada como mais uma das razões da desmotivação dos alunos. De acordo com o art. 5º do Decreto nº 3.058, de 11 de março de 1863, para a matrícula, os candidatos deveriam declarar em requerimento ao diretor seu nome, idade, naturalidade, e filiação; juntando certidões, ou documentos que provem ser maior de 13 anos, ter sido aprovado, por exame feito no Instituto, em gramática nacional, e caligrafia, e haver satisfeito a taxa da matrícula. No editorial mencionado, “era o vicio originário do papelorio; para que cada alumno alli penetrasse exigia-se-lhe tantos documentos e informações, que logo aos primeiros passos desanimava o aspirante à matrícula” (BIELINSKI, 2000, p. 5).

Além dessas dificuldades enfrentadas pelo Instituto, um trecho do Relatório Ministerial registrou ainda o inconveniente relacionado ao recrutamento de professores qualificados para ministrar aulas das matérias necessárias à formação comercial. Acerca da construção da profissão docente, Nóvoa (1995, p. 16-17) lembrou que a estatização do ensino no final do século XVIII possibilitou um esboço do processo de profissionalização da atividade docente em Portugal, com regras uniformes de seleção e nomeação de professores.<sup>72</sup>

O menor dos inconvenientes notados, mas este mesmo nao pequeno, é o de passarem-se frequentemente dias e semanas, sem que se encontre ou se possa nomear pessoa habilitada, as mais das vezes por pouco tempo, e sempre com tao minguada gratificação, que nao corresponde ao trabalho (BRASIL, 1870, p. 265).

Diante de tantos inconvenientes, a decadência do Instituto Comercial foi causa e consequência do desinteresse dos alunos e do Império dentre os demais estabelecimentos de instrução pública, o que provocou mais um retrocesso registrado no relatório ministerial de 1879:

Em cumprimento do art. 2.º, n. 25, da lei n. 2940 de 31 de outubro de 1879 extinguiram-se, por Decreto n. 7538 de 15 de novembro, os logares de Director, Secretario e Porteiro e as cadeiras de mathematicas, francez, inglez, allemão e calligraphia do Instituto, e, por Aviso de 20 do mesmo mez, confiou-se a direcção deste estabelecimento ao Inspector Geral da

<sup>72</sup> Para conhecer mais sobre, ver *Configuração do trabalho docente*, de Simone Silveira Amorim (2013).

instrução primária e secundária do município da Côrte (BRASIL, 1879, p. 52).

A partir dessa alteração, o curso do Instituto Comercial voltou a durar dois anos e manteve apenas as matérias geografia e estatística comercial, direito comercial e legislação das alfândegas e consulados comparada com a das praças de maior comércio com o Brasil, escrituração mercantil, e economia política. As demais matérias voltaram a ser exigidas como pré-requisitos para o ingresso através do Decreto nº. 7538 de 14 de novembro de 1879. Tal decisão foi responsável pelo esquecimento do Instituto Comercial pelo povo, diante da falta de registros sobre o andamento das atividades nos relatórios ministeriais estudados. Apesar da extinção não ter sido localizada nos relatórios, Bielinski (2000) registrou no Relatório do Ministro de Estado em 1882 a confirmação de que “O Instituto Comercial há muito não funciona por falta de alunos. Tendo o Liceu de Artes e Ofícios aberto as aulas para o curso comercial, o governo resolveu extinguir o Instituto”.

O referido curso comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1882, é enxergado como mais um motivo do fim do Instituto Comercial. De acordo com a *Enciclopédia Itaú Cultural*, o Liceu era uma instituição filantrópica que tinha como finalidade garantir a educação fundamental e o ensino profissionalizante para a população operária, num contexto de ampla campanha de educação de adultos. Segundo a ata oficial de criação da Sociedade Propagadora das Belas Artes, fundada em 1856, no Rio de Janeiro, o Liceu é destinado aos homens livres nacionais e estrangeiros, visando à formação de trabalhadores para a construção civil e de operários em geral. Conforme Bielinski (2000), o curso ofertado pelo Liceu era gratuito, em horário noturno, e recebeu o número surpreendente de 478 candidatos à matrícula na sua inauguração. Foram selecionados 261 alunos, que fizeram exame de ler, escrever e contar. A primeira turma teve aulas de caligrafia, português e francês, além de matérias específicas como aritmética e desenho linear geométrico.

Apesar do notável sucesso do curso comercial ofertado pelo Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, o Decreto legislativo nº 98, de 26 de junho de 1894, criava o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sobre o qual não foi possível localizar maiores informações de seu funcionamento, senão a referência no trabalho de Bielinski (2000). Entretanto, durante visitas ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, foram localizados alguns diários de inglês ministrados pelo professor Jasper Harben a serem melhor tratados na próxima seção. Esse Instituto também teve seu funcionamento encerrado pelo Decreto nº. 284 de 27 de fevereiro de 1902.

Os esforços para manter o funcionamento das tantas versões do Instituto Comercial terminaram sem sucesso diante da ineficiência de suas políticas e da conjuntura comercial da segunda metade do século XIX. Em sua análise sobre *O Ensino Secundário no Século XIX*: instruindo as elites, Vechia (2006) pondera que a instrução pública no período passou a ser o reflexo da instabilidade política e da carência de recursos para o sistema educacional. Peleias et al (2007) lembra que a substituição do trabalho escravo e a ascensão da produção de café provocaram uma reconfiguração da economia e dos investimentos. Novas iniciativas de negócios dentro da expansão das ferrovias e das empresas de serviços urbanos redirecionaram os interesses de estudo. Além disso, aqueles alunos que conseguiam atender às exigências para o ingresso no Instituto Comercial, desde a disponibilidade até cada conhecimento requerido, tinham como opções também cursos como Direito, Medicina e Engenharia. Por outro lado, a instrução comercial foi relacionada por muito tempo como atividade menor, braçal e mecânica, ao contrário daquelas ligadas à erudição e ao bacharelismo. A exceção, ao que parece, foi o curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, por seu caráter eminentemente popular, além de sua independência do financiamento público.

### **SEÇÃO 3: Personagens e compêndios: pegadas e vestígios da aproximação da língua inglesa à instrução comercial no Brasil**

Para possibilitar uma reconstrução da história da relação do ensino de língua inglesa e a instrução comercial, esta seção vai apresentar alguns personagens capazes de dar testemunho sobre pontos estratégicos da expressão brasileira da instrução comercial, partindo da abertura dos portos sob orientação do Visconde de Cairu, passando pelos exemplos do Barão de Mauá e a influência que exerceu nos melhoramentos do Brasil depois de ter sido um caixeiro, e de Manoel Luís da Veiga, que retratou uma parte da implantação da Aula de Comércio no Brasil, chegando aos professores Euzébio Vanerio, Philippe da Motta e Jasper Harben, como peças fundamentais na recuperação das histórias que envolveram a língua inglesa para fins comerciais no período. Conforme mencionado, serão analisados alguns compêndios para que a vocação comercial do ensino da língua seja evidenciada. Antes, é necessário entender como a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, como uma introdução da trajetória de Cairu.

A necessidade da instrução comercial no Brasil monárquico seria iniciada a partir da emigração da Corte portuguesa para sua colônia mais rentável. Já sugerida pelo padre Antonio Vieira (1608-1697), “realista e iluminado”, enquanto assistia D. João IV e depois a rainha viúva, a instalação da Coroa portuguesa no Brasil marcou um limite inicial para as adequações necessárias à nova metrópole (CUNHA, 2003, p. 154-155). Depois que a hegemonia francesa ganhou força no complexo cenário de invasões europeias, restava a Napoleão Bonaparte (1769-1821) como nova estratégia atingir a maior economia concorrente na época: a Inglaterra<sup>73</sup>.

A possibilidade da transferência da metrópole portuguesa para o Brasil, aventada em outras oportunidades, inclusive atribuídas a Pombal, como no terremoto de 1755 e na ameaça de invasões espanholas em 1762, se concretizou. Aos olhos de Portugal, de modo geral, sua retirada para o ultramar seria uma oportunidade estratégica “para vingar e crescer”, retornando à sua emblemática vocação transmarina (CUNHA, 2003, p. 156-157). Para os ingleses, a possibilidade de abertura do mercado nas Américas significava a solução da angústia comercial sofrida pelos embargos do Bloqueio Continental, que ocasionaram

---

<sup>73</sup> Durante todo o século XVIII, a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780, causava ansiedade; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas Índias Ocidentais) mais dinâmico do que o britânico. Mesmo assim, a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era mais poderosa e, sob vários aspectos, a mais típica das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa (HOBSBAWM, 2015, p. 101).



“paralisação dos negócios, estagnação de capitais e acúmulo de mercadorias”. Com a especulação da fundação do império português no Brasil, teve início um movimento de comerciantes ingleses entusiastas ainda em dezembro de 1807, tendo sido registrado o interesse de numerosas casas de comércio<sup>74</sup> que “ofereceriam seus préstimos a outros interessados, encarregando-se do transporte e vendas de mercadorias em comissão” (PANTALEÃO, 2003, p. 83-84).

Então, sob a tutela inglesa e suas consequentes implicações, emigraram para a colônia, a família real e uma lista volumosa de convidados do Príncipe Regente, entre amigos, nobres, ministros de Estado, conselheiros e oficiais, médicos, padres, desembargadores, além da tripulação de cada uma das embarcações da frota. Uma parte da frota seguiu direto para o Rio de Janeiro, mas outra parte precisou fazer uma parada na Bahia para abastecer-se de itens de primeira necessidade. Em 22 de janeiro de 1808, D. João chegava a Salvador sem grande recepção, vez que sua visita não havia sido avisada a tempo. Contudo, quando a notícia se fez conhecida, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito (1773-1809), Conde da Ponte e governador da capitania da Bahia, apressou-se em saudar a dinastia de Bragança. Nos poucos dias que permaneceram em Salvador, a família real participou de cerimônias religiosas, fez visitas aos arredores e manteve contatos políticos. Assim, em 28 de janeiro de 1808, “mesmo sem a presença de seus principais ministros e conselheiros, D. João assinou a primeira medida régia no agora novo Império Lusitano: a carta de abertura dos portos brasileiros às nações amigas” (SCHWARCZ, 2002, p. 234).

Em tempo, merece registro que o caráter não discriminatório da abertura dos portos viria a sofrer adequações com o Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e Inglaterra em 1810, como pagamento aos favores ingleses durante o traslado real. Dessa vez, seria concedida à Inglaterra tarifa preferencial de 15%, ou seja, inferior ao que seria cobrado de mercadorias chegadas em barcos luso-brasileiros durante o período mínimo de quinze anos. Não se registrou novamente reciprocidade de favorecimentos, já que era

---

<sup>74</sup> As casas comerciais britânicas se multiplicaram durante a abertura dos portos às nações amigas, basicamente a Inglaterra, mentora da transferência e principal beneficiada, já que Portugal estava com seu comércio ultramarino com outras nações interrompido pela ocupação napoleônica. No decorrer da configuração e diversificação da economia brasileira, os ingleses e suas casas de negócios “lidavam não só com as importações, mas também com o grosso das exportações brasileiras. Por exemplo, Edward Johnson & Co e Phipp Brothers & Co eram as principais exportadoras de café, o grande item de exportação do Império. Três das cinco casas responsáveis por 80% das exportações de borracha brasileira no final do Império também eram britânicas. A Inglaterra possuía mais da metade da frota mercante do mundo no século XIX, e as companhias de navegação britânicas eram as principais responsáveis pelo transporte das exportações brasileiras para os mercados de todo o mundo. A própria Inglaterra, porém, nunca importou mais do que 35% das exportações brasileiras para os mercados de todo o mundo, em parte por causa da preferência pelos produtos de suas colônias, mas também pelo simples fato de que os ingleses não tomavam muito café” (BETHELL, 2012, p. 140).

proibida a exportação à Inglaterra dos principais itens produzidos pelo Brasil, como açúcar e café, pois estes seriam importados das colônias inglesas (RICUPERO, 2011, p. 125).

Para a Grã-Bretanha, era do seu interesse defender a independência dos territórios ou possessões espanholas e portuguesas, não como “províncias” da metrópole ou expressão dos Estados europeus, mas como reconhecimento da sua dinâmica própria, como sociedades politicamente independentes (MACEDO, 2006, p. 410).

Inclua-se aos interesses descritos nesse excerto da *História Diplomática de Portugal* (2006) a consumação do comércio livre nos parâmetros já estabelecidos do mercantilismo rumo ao imperialismo comercial inglês. Apesar de ser uma medida eminente diante da ocupação francesa em Portugal e seus portos, a abertura dos portos desempenharia o papel de estimular o desenvolvimento da nova economia portuguesa e ainda cumpriria a palavra portuguesa dada à Inglaterra. A carta de três páginas endereçada ao Conde da Ponte não revelava nomes de conselheiros possivelmente levados em consideração para escrevê-la, porém acredita-se que negociações e propostas tenham sido feitas ao regente durante sua passagem em Salvador. Certamente, propostas vindas de representantes do comércio e da agricultura da Bahia foram ouvidas, além de um parecer do Marquês de Belas. Historiadores autorizados insistem que os conselhos do perito José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu estiveram presentes no parecer que o Marquês de Belas fez chegar ao Príncipe. Reforça essa teoria, o fato de que o Príncipe Regente ordenou a Silva Lisboa que o acompanhasse ao Rio de Janeiro e viesse “auxiliá-lo a levantar o Império Brasílico” (SCHWARCZ, 2002, p. 235-236).

A sugestão do perito, que deveria ser um alívio para o novo Rei venturoso, corporificou-se em José da Silva Lisboa, ou melhor, já nasceu provavelmente da iniciativa do futuro Cairu através de outro conselheiro real. Lisboa foi a seguir nomeado, por indicação do mesmo Belas, lente da aula de ‘sciencia economica’ criada para o Rio de Janeiro antes de se chegar à nova Corte. As circunstâncias indicam que seria injusto dissociar o nome de Cairu da carta régia de 28 de janeiro – a qual, depois de tudo isso, formulava ainda uma ‘ordem interina e provisoriamente, enquanto não consolidado um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias’ (CUNHA, 2003, p. 161).

Quer por timidez ou por indecisão de D. João, ou ainda pela ausência do Conselho real na Bahia, as ideias liberais representadas na pessoa de José da Silva Lisboa serviriam de inspiração para a carta da abertura dos portos e o rompimento do sistema colonial. O

protagonismo conquistado na historiografia por Silva Lisboa no episódio responsável por animar as negociações inglesas, maiores beneficiários da transmigração<sup>75</sup> da família real portuguesa, colocou em evidência a vida da personagem conhecida como Cairu, sobre o qual esta tese irá se debruçar nesse momento.

## 1. Visconde de Cairu

Um nome que se destacou dentro dos grupos que estavam enredados nos embates da organização do Brasil desde a chegada da família real foi José da Silva Lisboa (1756-1835). Ele nasceu na cidade de Salvador da Bahia em 16 de julho de 1756, filho do português, Henrique Silva Lisboa, e da baiana, Helena Nunes de Jesus. Conta-se que desde muito jovem interessou-se profundamente pelas letras, tendo entrado para aulas de gramática latina aos oito anos, o que se seguiu dos estudos de filosofia racional e moral em conventos baianos, onde também aprendeu música (SISSON, 1999, p. 157).

Há uma significativa produção de estudos sobre a vida de Cairu sob diferentes perspectivas, como política, religiosa e econômica. A fartura historiográfica pode ser explicada em parte pela importância de Cairu em suas contribuições e seus escritos em campos de saber diversos, no entanto, o fato de que seu filho providenciou sua biografia, também favoreceu o desenvolvimento dos estudos mencionados. A biografia sobre José da Silva Lisboa escrita por seu filho, Bento da Silva Lisboa, é considerada imprecisa, mas é responsável por levantar alguns detalhes sobre a vida de Silva Lisboa na Bahia a partir de uma fonte privilegiada. Apesar de ter origem humilde, o pai de Cairu conseguiu providenciar sustento para sua família atuando como arquiteto ou mestre de obras na segunda metade do século XVIII<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Diante do sufocamento a que foi submetida a economia inglesa, a transmigração serviu para expandir os interesses ingleses sobre o continente americano em condições extremamente favoráveis à Inglaterra. A transmigração é analisada também como anunciadora de uma continuidade futura, unindo dois elementos até então considerados radicalmente opostos, como império e colônia, e velho e novo mundo. Essa forma de união foi caracterizada por um termo “incomum e revelador”: transmigração, cujo sentido para o dicionarista Antônio de Moraes Silva (1755-1824) significava “fazer mudar de assento e domicílio”, mas ainda, “passar a alma de um corpo a animar o outro” (MATTOS, 1987, p. 285-286). O estudioso das relações internacionais Dominique Georges Frederic Dufour de Pradt (1759-1837) entendeu tal transmigração como “um fato de enormes proporções, uma vez que, no momento de sua efetivação, tudo mudou em Portugal, no Brasil e talvez no mundo. O navio que levava o rei de Portugal para o Novo Mundo levava em seus flancos novos destinos para o universo” (CAMPOS, 2003, p. 64).

<sup>76</sup> De acordo com Rocha (2001, p. 10-11), essa foi a profissão atribuída por Bento da Silva Lisboa a seu avô. Contudo, é importante sublinhar que o “architecto” do século XVIII não exatamente se dedicava a um trabalho intelectual como o arquiteto conhecido hoje. Levando em consideração a dificuldade dos Silva Lisboa, pode-se depreender que ele ganhava a vida com um ofício que se aproxima de pedreiro ou mestre de obras tal qual se concebe atualmente.

A respeito do fato dos filhos de Henrique terem conseguido estudar na Universidade de Coimbra em Lisboa, não ficou claro como ele havia levantado recursos suficientes para a manutenção de quatro filhos<sup>77</sup> tendo levado a vida como pedreiro, tal qual se conhece seu ofício hoje. Suspeita-se que o bispo de Coimbra, Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, tenha protegido os filhos de Henrique. Outra hipótese é que Henrique tenha se beneficiado das posições desocupadas em Salvador na área da construção civil após o “recrutamento de muitos oficiais mecânicos das colônias portuguesas para a reconstrução da capital do reino” depois do terremoto de Lisboa em 1755 (KIRSCHNER, 2009, p. 18).

Em 1774, a formação intelectual de Silva Lisboa seria garantida com sua matrícula, após conclusão dos preparatórios para admissão, na Universidade reformada de Coimbra<sup>78</sup>, onde cursaria faculdade de Cânones. As transformações ilustradas sofridas pela Universidade e os conhecimentos contidos nos estudos do curso escolhido colocaram Silva Lisboa em contato com teorias jurídicas, mas também com geometria, história natural e filosofia racional e moral. De acordo com Kirschner (2009), durante o curso das disciplinas de lógica e metafísica, entrou em contato com o *Compêndio de Lógica, Metafísica e Ética* do abade italiano Antonio Genovesi, visto em seção anterior. Como *homem de letras*<sup>79</sup>, foi um aluno aplicado e tirou proveito da renovação da mentalidade proposta na reforma da Universidade após a repercussão da Revolução Francesa<sup>80</sup>. O que se verificou na “atuação de funcionários régios egressos da Universidade [que] revelou a assimilação dos princípios iluministas do direito e a intenção de aplicá-los”. Além disso, a filosofia natural também “estimulou a pesquisa e a exploração dos recursos naturais do império português” (KIRSCHNER, 2009, p. 37).

Em Portugal, Silva Lisboa logrou ser aprovado para professor substituto de grego e hebraico no Colégio das Artes, ficando assim dispensado seu pai do auxílio financeiro para custear despesas da faculdade. Após obter o bacharelado em Direito Econômico e Filosofia,

---

<sup>77</sup> Daniel da Silva Lisboa, formado em Cânones, Balthazar da Silva Lisboa, formado em Leis e Filosofia, e um deles de nome desconhecido, que faleceu no retorno para o Brasil, depois de concluir Cânones (KIRSCHNER, 2009, p. 18).

<sup>78</sup> Para saber mais acerca da Universidade de Coimbra, ver *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772* de Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes (2013).

<sup>79</sup> Silva Lisboa é assim definido por Kirschner (2009, p. 13; 302), pois era considerado um homem versado em vários ramos do saber e não um especialista em determinada matéria.

<sup>80</sup> A difusão do ideário iluminista, o reformismo português e, sobretudo, a Revolução Francesa foram fenômenos vivenciados pelos contemporâneos como sinais de um novo tempo que coexistia de maneira tensa com o antigo. A fase radical da Revolução Francesa, especialmente, desencadeou, para muitos ilustrados no Antigo Regime, uma sensação de crise e um questionamento da sua própria inserção no tempo histórico (KIRSCHNER, 2009, p. 10). Deve-se destacar ainda que Silva Lisboa condenou, em sua obra de Economia Política, a imagem do uso da violência a serviço da mudança política durante a Revolução Francesa, mas aderiu à ideia de progresso advinda dela (ROCHA, 2001, p. 45).

Silva Lisboa tentou continuar em Portugal e atuar na magistratura, contudo, quando buscou uma nomeação para lecionar, recebeu uma carta de recomendação endereçada ao governador da capitania da Bahia. Infelizmente, as barreiras impostas para alguém de sua origem social terminaram por trazê-lo de volta ao Brasil, onde, a partir do reinado de D. José I, alguns vassallos formados em Coimbra seriam convidados a colaborar na administração da colônia (KIRSCHNER, 2009, p. 43).

De volta à Bahia em 1780, Silva Lisboa, portando carta de recomendação emitida pelo secretário do Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Mello e Castro (1716-1795), foi indicado para o cargo de ouvidor de Ilhéus, dando início assim à sua aproximação administrativa e política. Na magistratura, assumiu a cadeira de Filosofia Racional e Moral e fundou uma de Grego. Nessa época, casou-se com D. Ana Benedita de Figueiredo, “senhora virtuosa e dotada de grande penetração de quem teve 14 filhos”. Após lecionar por quase vinte anos satisfatoriamente, pediu para ser jubilado em 1797 e passou a dedicar-se à carreira política. No mesmo ano em que deixou a docência, recebeu da Coroa a nomeação para Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia, atuando como funcionário deste órgão responsável por fiscalizar e promover a agricultura e comércio de sua cidade natal até 1808 (SISSON, 1999, p. 157-158).

Conta-se que Silva Lisboa foi fortemente influenciado pela obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith (1723-1790), traduzido para o português por volta de 1795. O entusiasmo pelo liberalismo econômico motivou Silva Lisboa a publicar as seguintes obras ainda em Portugal: *Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha para uso da mocidade portuguesa, que compreende o seguro marítimo, o câmbio marítimo, as avarias, as letras de câmbio, os contratos mercantes, os tribunais e as causas de comércio* (1801) e *Princípios de economia política* (1804)<sup>81</sup> (Figura 1), esta, a primeira em português a apresentar princípios de economia política clássica. Havia publicado também o *Direito Mercantil e leis da marinha* (1798) (ROCHA, 2001, p. 12).

<sup>81</sup> A erudição acumulada por Silva Lisboa com obras em diversas línguas e algumas traduções se uniram à experiência com comércio exportador e seus litígios durante a sua passagem na Mesa da Inspeção possibilitando a produção de *Princípios de economia política*. Nele, o autor traz à atenção dos portugueses as ideias filosóficas e econômicas de Adam Smith, afirmando que o comércio seria um dos fatores responsáveis por promover a civilização e a felicidade. Enquanto analisava as contribuições das teorias econômicas e políticas encontradas na literatura, Silva Lisboa observa rapidamente a incompreensão de Smith por parte das traduções feitas na França: “Das traduções francesas de Smith, só a de Mr. Garnier é que bem compreendeu o pensamento e exacção do Autor. Aqueles principiam: *Cada Nação tem no seu trabalho...* Este modo de traduzir é lânguido e impróprio, pois Smith não trata dos interesses particulares de cada Nação, mas da causa primitiva, motriz e universal, que produz as riquezas em toda a sociedade”. A tradução de Mr. Garnier ficara assim: “*O trabalho anual de cada Nação é o fundo que a supre...*”. Silva Lisboa a elogia por ter, segundo ele, apresentado a “clareza” peculiar de Smith, que poderia fazer, inclusive, alguns princípios ser considerados “escabrosos” ou “repulsivos” pelos “noviços” ou “analfabetos” (LISBOA, 1956, p. 218-219).

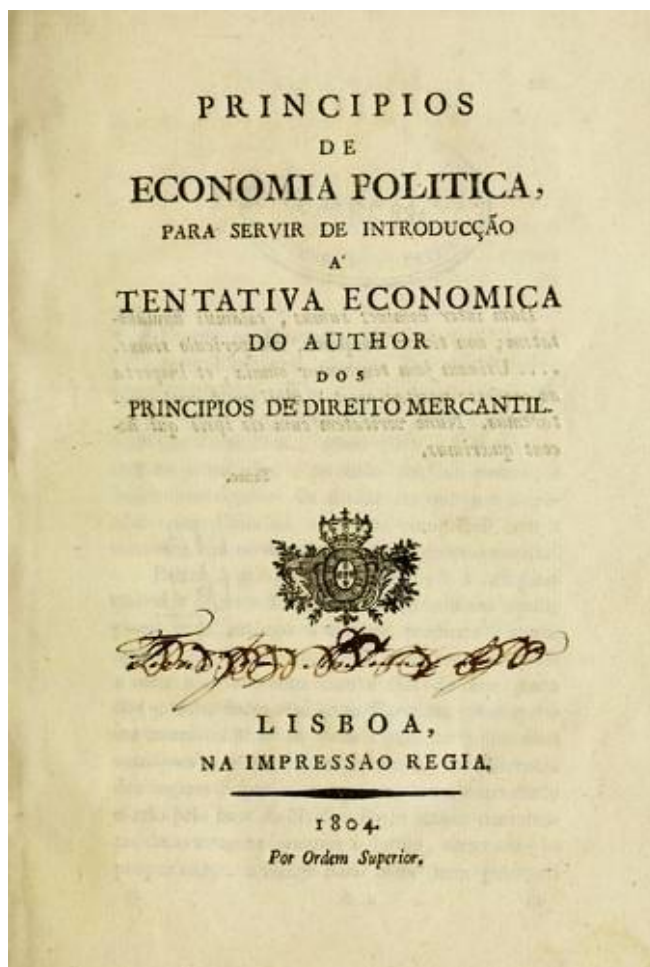


Figura 1: Folha de rosto de *Princípios de Economia Política*.  
Fonte: LISBOA, 1804.

José da Silva Lisboa, extraordinária capacidade de trabalho, hebraísta, helenista, economista e jurista, divulgador no Brasil dos princípios clássicos da economia liberal e, ao mesmo tempo, da ortodoxia católica em matéria política e filosófica. Homem de formação humanista, católico ortodoxo, o que era raro então, juntava a essas linhas de seu perfil algumas outras, frutos da conjuntura em que viveu: um interesse fundamental pela economia, e um apreço extremo pela cultura e pela civilização inglesa. Daí um largo conhecimento da história da Inglaterra, de seus economistas, as suas traduções e divulgações da obra de Adam Smith, cujos princípios ele concilia com os do catolicismo integral (LACOMBE, 2004, p. 421).

No momento da chegada do príncipe regente à Bahia, Silva Lisboa atuava como Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia. Assim, foi o responsável por representar os interesses dessa classe comercial – associados ao seu perfil anglófilo e à influência liberal como discípulo de Adam Smith –, através de uma carta elencando as vantagens da abertura dos portos às nações amigas. Acredita-se que foi nesse contexto que ele terminou por impulsionar a abertura dos portos brasileiros através de sua amizade com o

futuro ministro D. Fernando José de Portugal, que repassou as sugestões de Silva Lisboa ao Príncipe Regente, e de suas influências teóricas de princípios clássicos da economia liberal na concepção da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

De acordo com Rocha (2001, p. 14; 16), essa versão do acontecimento relatada por Bento da Silva Lisboa, coloca o futuro Visconde de Cairu na condição de idealizador da abertura dos portos. Outra medida tomada pelo Príncipe Regente, logo após a abertura, foi nomear Silva Lisboa para a recém instituída aula de Economia Política no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1808. Entretanto, quando se mudou de Salvador para o Rio de Janeiro, Silva Lisboa foi logo nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, depois Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação em agosto de 1808, e desembargador da Relação da Bahia em outubro do mesmo ano, ficando aquela aula apenas nas letras da lei<sup>82</sup>.

Enquanto desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, criada com o Alvará de 22 de abril de 1808, Silva Lisboa desempenhou a função de Censor Régio, sendo o responsável por autorizar a publicação de obras e inspecionar os estabelecimentos literários em geral, e assim esteve à frente de decisões de assuntos importantes para a Instrução Pública. Por esse motivo, se observaram diversas publicações dedicadas à sua pessoa. Mais adiante foi nomeado Deputado da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro mediante o Aviso de 24 de junho de 1808, tornando-se importante membro da primeira Junta Administrativa da Impressão Régia, criada com o Decreto de 13 de maio do mesmo ano. De posse dessa função, foi o autor do primeiro livro publicado no Brasil pela Impressão Régia: *Observações sobre o comércio franco no Brasil*<sup>83</sup>, lançado em dois volumes em 1808 e 1809.

---

<sup>82</sup> Oliveira (2008, p. 3) observa que “o relativo silêncio da historiografia educacional brasileira em relação aos primórdios do ensino comercial no país talvez seja devido ao difícil acesso a suas fontes, principalmente as legislativas, uma vez que aquele tipo de instrução estava sob a responsabilidade da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, órgão criado pelo Alvará de 23 de agosto de 1808, e não da pasta dos Negócios do Brasil, ou do Desembargo do Paço. Tal dificuldade, certamente, fez com que muitos confundissem o Decreto de 23 de fevereiro de 1808, que criou a Cadeira de Ciência Econômica [cujas aulas seriam confiadas a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu], com o Alvará de criação das Aulas de Comércio, algo agravado pelo fato de que o primeiro Lente da Aula de Comércio do Rio de Janeiro, nomeado em 1810, chamava-se José Antonio Lisboa.”

<sup>83</sup> Nesta obra, Silva Lisboa aproveitou para rebater os argumentos de seus adversários que se opuseram à abertura dos portos. Segundo Sisson (1999, p. 160), “longe de ser apreciada no seu justo valor, [a abertura dos portos] mereceu pelo contrário a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses; pois que, acostumados a ter unicamente comunicação com as praças de Lisboa e Porto, não podiam sofrer ideia alguma de concorrência, e, por isso, não se pouparam a esforços e diligências para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamava, aumentava os males que a nação sofria e privava o Estado de suas rendas; e não faltavam pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes”. Enquanto alguns comerciantes contestavam os infortúnios portugueses da aliança inglesa, na parte segunda da referida obra, Silva

Foi autor também de outros livros publicados pela Impressão Régia, incluindo-se obras encomendadas pela Coroa, a exemplo de *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1826), tornando-se o historiador oficial do período joanino no Brasil. Como sempre ao redor do núcleo do poder, após a reforma ministerial de 26 de fevereiro de 1821, atuou ainda como Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino, com o qual ficou responsável pela direção do Museu Nacional (OLIVEIRA, 2006, p. 57). No campo da instrução, cabe mencionar brevemente a publicação da *Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída da sagrada escritura para a mocidade* (1827), que representava a preocupação com a formação das elites e questões moral e religiosa. Na introdução desse compêndio de Silva Lisboa, o autor deixa transparecer um receio da disseminação da palavra escrita para “jovens incautos”, temendo que as classes trabalhadoras pudessem se instruir e aspirar a mudanças de sua condição por terem sido “seduzidos para Revoluções por insidiosos demagogos” (LISBOA, 1827, p. 21). Dentre a vasta obra de Silva Lisboa, Oliveira (2006, p. 58) lembrou as seguintes publicações dedicadas à instrução religiosa: *Cartilha da escola brasileira para instrução elementar na Religião do Brazil* (1831) e *Cathecismo da doutrina christã conforme ao Codigo Ecclesiastico da Igreja Nacional* (1832).

Na obra político-econômica de Silva Lisboa convém observar que se encontram ainda muitas passagens atribuindo aos ingleses o progresso do manejo comercial. Nas *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, ele diz que “deve-se especialmente aos ingleses o estar a ciência do comércio na altura em que se vê” (ROCHA, 2001, p. 79). É notório o incentivo à leitura dos autores ingleses em *Princípios de economia política*, diz Cairu: “Recorramos pois aos escritores ingleses, como à sagrada âncora, no regime económico dos Estados; e mostremos aos compatriotas o que podem as luzes ainda em Céu nebuloso e nas vizinhanças do Mar Glacial” (LISBOA, 1956, p. 302). Sua familiaridade com a língua inglesa, entre outras, ainda lhe permitiu tornar-se tradutor de extratos da obra de Edmund Burke (1729-1797) (ROCHA, 2001, p. 17).

Diante de todo seu empenho a favor da defesa política da monarquia<sup>84</sup> com escritos que legitimavam decisões, mesmo após a independência em 1822, José da Silva Lisboa

---

Lisboa afirmava que “se a franqueza do comércio com todas as nações é útil no Brasil, ela é imprescindível com os ingleses, por necessidade, interesse, política, e gratidão nacional” (ROCHA, 2001, p. 75).

<sup>84</sup> “Em *Princípios da economia política*, de 1804, ele conseguiu a proeza de fabricar uma defesa econômica do absolutismo numa obra que se apresentava como peça de divulgação do liberalismo de Adam Smith... Já no início do texto, o visconde considerava ‘errônea’ a ‘hipótese’ de que o indivíduo fosse o sujeito da economia política, atribuindo tal absurdo a Rousseau, a quem tratava como ‘paroxista de Genebra’. Segundo o peculiar entendimento do visconde, o sentido maior do liberalismo econômico de Adam Smith viria do reconhecimento



recebeu o título de Barão de Cairu em outubro de 1825 e foi elevado no ano seguinte à condição de Visconde. No mesmo ano em que as atividades do legislativo brasileiro tiveram início, foi-lhe ainda concedida uma cadeira vitalícia no Senado. Todavia, colecionou diversos opositores que o consideravam bajulador por seu vínculo com o poder. Ele foi hostilizado por políticos de destaque de seu tempo como os Andradas, Evaristo da Veiga, Cipriano Barata e Diogo Antônio Feijó. Além disso, sua casa chegou a ser apedrejada durante as manifestações que antecederam a abdicação de D. Pedro I (ROCHA, 2001, p. 21-23).

Sua produção jurídica foi vasta e se tornou precursora da sistematização do Direito Comercial, dando rumo e servindo de instrumento de trabalho à prática jurídica durante meio século, até a elaboração do Código Comercial. A ideia do Código deriva de 1809, quando um alvará incumbiu Cairu de elaborá-lo. O Código Comercial terminou concebido de um projeto elaborado por uma comissão nomeada em 1833, composta de comerciantes como José Antônio Lisboa, Inácio Ratton, Lourenço Westin e Guilherme Midosi. Os debates para sua constituição se deram no Parlamento somente a partir de 1835 e sua elaboração parlamentar foi lenta. Com idade avançada, Cairu caiu em moléstia e após 3 meses veio a falecer em 25 de agosto de 1835. Dessa maneira, ele participaria da elaboração do Código Comercial até as *Regras da Praça* (1832). Em 1844, o Código foi aprovado pela Câmara e passou ao Senado, tendo voltado à Câmara com emendas e, finalmente, sido aprovado em 1850 (LACOMBE, 2004, p. 417).

Cairu é visto de diferentes formas na historiografia brasileira. No século XIX, ele é tido como um dos mais importantes construtores da nação, e no século XX, como louvável economista e como bajulador da monarquia. Convém, no entanto, destacar que sua assinatura aparece em várias peças legislativas referentes à Instrução Pública entre o período joanino e os últimos anos do reinado de D. Pedro I, a exemplo da Carta Imperial de 30 de abril de 1828, que previam Aulas de Gramática de Língua Inglesa e Francesa na Casa Pia e Colégio de S. Joaquim dos Meninos Órfãos da cidade da Bahia. Acredita-se que, enquanto desembargador, Cairu tenha influenciado fortemente os homens responsáveis a legislar em benefício das Aulas de Comércio da Corte (ROCHA, 2001, p. 32).

## 2. Manoel Luis da Veiga

Relacionado à discussão dessa tese por ter sido ligado à Aula de Comércio no Brasil e por ter feito contraponto ao Visconde de Cairu, não são volumosas as informações disponíveis sobre Manoel Luis da Veiga. Contudo, o livro *Obras de Manoel Luis da Veiga* de Slemian & Chaves (2012) reúne uma coleção de insumos relevantes para a discussão desta tese. Até o momento, não foi possível precisar a data de nascimento de Veiga, mas as autoras relatam que ele nasceu em Braga, Portugal, por volta de 1770. Foi casado com Ana Gertrudes da Veiga, com quem teve M<sup>a</sup> da Conceição Veiga, em Portugal, e Manoel Luis da Veiga Filho, João Antônio da Veiga e Angélica M<sup>a</sup> da Veiga Costa, no Brasil. Sua produção de escritos diversos denota uma formação especial, que o possibilitaria, também como negociante, produzir alguns dos escassos manuais para ensino das artes mercantis em Portugal no início do XIX.

De acordo com Slemian (2008), ele atuou em Londres e depois veio para o Brasil fazer carreira. Quando chegou ao Rio de Janeiro, Veiga estava com 37 anos e dizia já comerciar há 14. Sobre sua vida em Portugal, poucas informações foram encontradas, uma delas dizia não ter sido matriculado na Junta de Comércio de Lisboa, possivelmente porque no Brasil, de fato, esse registro viesse a ser necessário. Vindo de uma temporada na Inglaterra, chegou a Pernambuco em 1809, onde escolheria a região de Olinda para radicar-se e tentar instalar uma fábrica de cordas.

Para realizar seu intento, Veiga solicitou a graça de ser nomeado inspetor da Mesa da Inspeção da Agricultura de Pernambuco, apresentando um plano para o desenvolvimento da agricultura e comércio da capitania. Em seguida, visando aproveitar a abundância de filamentos da casca de coco como matéria-prima para cordas baseado em técnica já desenvolvida na Índia, requereu à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Brasil todos os privilégios relativos aos introdutores de invenções constantes no alvará de 28 de junho de 1809. Relacionando seu empreendimento com a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, conseguiu parte dos privilégios solicitados e teve seu pedido autorizado com restrições (KIRSCHNER, 2009, p. 164).

Descontente com o resultado, Veiga chegou a escrever uma carta ao Príncipe expondo suas queixas ao parecer assinado pelo deputado da Real Junta do Comércio, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Veiga alegou que seu pedido havia sido recusado em razão de que na Junta estavam inimigos seus, dentre eles Cairu e Mariano José Pereira da Fonseca, que defendiam o livre comércio e o não intervencionismo, enquanto Veiga ainda sustentava fielmente a política que havia experienciado durante a governação pombalina, cuja

característica principal foi a ampla concessão de privilégios, isenções e monopólios aos negociantes portugueses baseando-se nos princípios mercantilistas. A nova política liberal inspirada nos princípios de economia clássica defendida por Cairu naturalmente desagradava negociantes afeitos ao protecionismo de mercados nacionais empreendido anteriormente por Pombal. De todo modo, de posse da concessão conferida pelo governo, Veiga estabeleceria a Real Fábrica de Cordoaria de Pernambuco<sup>85</sup>, que viria a beneficiar aquelas antigas terras de Araçá no Recife a partir de 1811.

Veiga esteve envolvido em críticas à política joanina de abertura dos portos incentivadas por Cairu em 1808, em consonância com os interesses que ele representava da camada de comerciantes portugueses que se sentiam prejudicados com a medida e seus desdobramentos. As críticas de Veiga estavam alinhadas com o discurso dos negociantes portugueses afetados pelas perdas decorrentes da transferência da Corte e dos tratados com a Inglaterra. Além disso, seu pensamento estava situado em um momento de profundas transformações durante o controverso processo de transição do Antigo Regime para os Estados Nacionais. Suas obras de 1803 representam o posicionamento crítico contundente que manteve contra o livre comércio em uma obra e contra Cairu em outra, possivelmente por essa razão suas obras não teriam ampla receptividade a princípio e sua presença na historiografia seria resumida (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 18).

Três obras suas foram lançadas em 1803 e refletiam seu conhecimento de direito mercantil e teorias comerciais e econômicas. Em *Escola Mercantil sobre o Comércio Antigo como Moderno, entre as Nações Comerciantes dos Velhos Continentes* (1803) (Figura 2), Veiga dedicava-se a um estudo panorâmico que incluía história geral do comércio, agricultura, manufaturas, pesca e temas propriamente comerciais como: seguros, câmbios, documentos comerciais, obrigações mútuas, especulação etc. Há discussões sobre o comércio de Portugal e suas produções comerciais, com ênfase no “bem que resulta do Comércio em benefício dos Estados, e dos Povos”. Veiga justifica a apresentação desta obra ao público guiado por um ideal “racionalizante e utilitário da Ilustração setecentista”, defendido pela “necessidade que em Portugal havia das suas matérias mercantis para os negociantes do Reino, e suas colônias” com vistas a “facilitar as operações do seu comércio”, sem jamais

<sup>85</sup> “Afirma-se que, no ano de 1813, a cordoaria era um estabelecimento regularmente montado que empregava matéria-prima local e produzia ampla qualidade de cabos de cairo (filamentos da casca do coco). Era dirigida por hábeis profissionais que vieram de Lisboa e tinha, na época, um efetivo de 60 escravos. Segundo [F. A. Pereira da Costa (1952)], a fábrica foi fechada em 1829, quando já reduzira drasticamente o número de oficiais e escravos empregados no negócio devido à crise econômica então vivida. Veiga teria falecido logo após o fechamento do negócio, tendo deixado aos seus descendentes considerável fortuna. Na época, a denominação da Travessa do Veiga, em Olinda, foi dada para o local onde ficavam os edifícios da cordoaria” (SLEMIAN, 2008, p. 33).

“omitir” nada que pudesse “ser útil e de proveito para instrução” dos negociantes (SLEMIAN, 2008, p. 33). Essa obra acabaria por render a Veiga maior reconhecimento, gostando de referir-se a ele próprio como o “autor da *Escola Mercantil*”, talvez por ter articulado termos próprios de um plano pedagógico inovador como: “escola”, “métodos”, “para aqueles que não tiverem frequentado aulas de comércio”, “sistema de ensino” etc (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 19).



Figura 2: Folha de rosto *Escola Mercantil*.

Fonte: VEIGA, 1817.

Em *Reflexões Críticas sobre a Obra de José da Silva Lisboa Intitulada Princípios de Direito Mercantil* (1803), Veiga analisou o impacto e a validade dos conhecimentos na referida obra de Cairu, com certa ironia denotada desde a capa, em que se lia que o estudo havia sido realizado “por um homem da mesma profissão”. A racionalização dos contratos de seguro e de criação de critérios para seguradores e segurados, entre outros princípios do livre comércio, estavam entre os pontos que Cairu elencava para defender a necessidade de criação de um código mercantil para transferir a arbitragem do comércio para a esfera do direito civil.

Apesar do sucesso dessa obra de Cairu entre negociantes e banqueiros, Veiga desmereceu sua importância e salientou suas “incoerências, contradições e infinitas repetições”. Segundo Veiga, os conhecimentos presentes eram apenas compilações repletas de erros e confusões com o intuito de “desenganar” os leitores. A respeito da regulamentação dos contratos de seguradores, Veiga considerava a presunção da fraude uma leviandade, vez que as partes acordavam livremente seus contratos com lucros seguros para ambos (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 32).

O *Novo Método das Partidas Dobradas para Uso Daqueles que não Tiverem Frequentado a Aula de Comércio* (1803) foi lançado antes da *Escola Mercantil*, em Lisboa, e tinha como foco abordar a questão dos cálculos e métodos contábeis organizadamente em livro, em vez de postilas<sup>86</sup> que seriam ditadas por alguns lentes na Aula de Comércio. As conhecidas partidas dobradas foram apresentadas como uma das opções de ordenamento contábil que havia sido vista em tratados e postilas de maneira repetitiva e confusa, portanto, nesse livro, Veiga apresentaria esse método de escrituração como julgava ser mais fácil e mais curto para compreensão daqueles que não frequentaram a Aula de Comércio, tendo incluído ao final deste tratado um conjunto significativo de estampas com modelos de cada padrão de registro de livros. De acordo com Slemian & Chaves (2012, p. 28), essa Aula dependia mais dos talentos individuais dos lentes, que produziam textos e planos de ensino que terminaram por definir as diretrizes para a formação mercantil.

Cinco anos depois das obras supracitadas, foram publicadas em Londres novas produções críticas de Veiga. Uma intitulada *Análise dos Fatos Praticados em Inglaterra, Relativamente às Propriedades Portuguesas de Negociantes, Residentes em Portugal e no Brasil* (1808) e outra, *Reflexões Políticas sobre o Estabelecimento dos Negociantes Ingleses no Brasil* (1808), ambas tratavam dos ônus da aliança inglesa para os comerciantes portugueses e para as indústrias portuguesas diante das vantagens desfrutadas pelos ingleses. A primeira obra foi escrita de maneira contundente e provocativa, tanto que o próprio autor reconhece logo no início que isso poderia lhe causar inimizades, referindo-se especialmente ao ministro D. Domingos de Sousa Coutinho<sup>87</sup> (1760-1833), ao cônsul-geral João Carlos

<sup>86</sup> A forma de apostilamento foi criticada por Manoel Luis da Veiga no Requerimento de admissão de suas obras como compêndios na Aula de Comércio, todavia era entendida como uma estratégia importante usada por alguns mestres para facilitar a aprendizagem através da memorização durante a transcrição oral das lições. Essa prática ainda podia ampliar o acesso à literatura em língua pátria, no entanto, esse tipo de material de ensino tornou ainda mais difícil a recuperação desses fragmentos para o estudo da Aula de Comércio hoje. São muito raros bibliografias e documentos que remetam à normatização do curso.

<sup>87</sup> Dom Domingos António de Sousa Coutinho foi Conde (1803) e Marquês (1833) de Funchal. Era irmão mais novo de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e ocupou o cargo de ministro plenipotenciário da Corte portuguesa em Londres entre 1803 e 1814, quando foi enviado à França para assinar o Tratado de Paris.

Lucena<sup>88</sup> e ao editor do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa<sup>89</sup> (1774-1823). Os fatos controversos relatados na obra implicavam os personagens na apreensão de navios portugueses por ingleses durante a invasão francesa (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 34).

Na segunda obra, feita para acompanhar a primeira e dedicada a D. Domingos na condição de ministro da nação brasileira na Corte de Londres, se encontram discutidas as consequências da vinda dos ingleses, com os quais não se podia concorrer diante de suas vantagens. Observava ainda que, como o Brasil não dispunha de fábricas próprias<sup>90</sup>, passaria a depender completamente dos manufaturados ingleses e sepultando os intentos brasileiros. Aparentemente, Veiga tentava distanciar a nova metrópole da função de celeiro com um possível programa de desenvolvimento manufatureiro interno, justificando ser esse o interesse “da Nação Brasileira e de seu Comércio em geral”. Despedia-se, assim, dedicando o texto, escrito sob “os estímulos de um patriotismo natural”, a D. Domingos, com o objetivo de alertar “há tempo de se remediar os danos futuros da nossa Pátria (deixem-me chamar-lhe assim)” (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 34).

Embora cada vez mais surgissem adeptos dos ideais de economia política que beneficiavam os ingleses através da liberdade de comércio, os escritos de Veiga guardavam coerência com as críticas pombalinas às vantagens acumuladas pelos ingleses, que deveriam ser controladas em um esforço de nacionalização. A defesa de proteção ao comércio e indústrias nacionais, além das críticas, muitas vezes nominais, às posições do governo, levaram as obras de Veiga ao crivo da censura. A censura prévia para publicação e circulação

---

Foi membro da regência entre 1819 e 1820 e, em 1827, retornou ao cargo de diplomata (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 465).

<sup>88</sup> João Carlos de Lucena ou Diogo Carvalho de Lucena foi cônsul-geral português em Londres, mas antes teria fugido de perseguições de Pombal em 1754. Manoel mantinha fortes suspeitas sobre ele ter sido um grande trapaceiro (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 465).

<sup>89</sup> Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colônia de Sacramento em 25 de março de 1774. Fez seus primeiros estudos em Porto Alegre e em 1793 foi estudar em Portugal, onde se matriculou em Coimbra e se formou em Leis e Filosofia. Em 1798, recebeu de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, a incumbência de estudar nos EUA e México como aplicar no Brasil a cultura de itens como cânhamo, tabaco, algodão e cana, além de técnicas necessárias para a construção de pontes, moinhos, engenhos de água e pesca de baleia. Durante sua passagem nos EUA se tornou maçom em uma loja na Filadélfia em 1799. Voltou à Lisboa em fins de 1800 e assumiu cargo de corretor literário, tendo traduzido e publicado diversas obras. Foi a Londres em tentar filiar lojas portuguesas à maçonaria em 1802, com a desculpa de comprar livros para a Biblioteca Pública e máquinas para a Imprensa Régia, mas terminou preso em uma solitária. Entre 1805 e 1808, iniciou o *Correio Braziliense*, mas viveu principalmente de traduções comerciais, jornalísticas, literárias e de suas aulas. Seu jornal era impresso em Londres, onde havia uma maior liberdade de imprensa, mas começou a ganhar prestígio junto ao público brasileiro com suas reflexões que muitas vezes incomodavam os conservadores (PAULA, 2001, p. 13-22).

<sup>90</sup> Nessa época, Silva Lisboa defendia ser “premature” o desenvolvimento de fábricas no Brasil, pois a agricultura representava a atividade mais importante para o “quadro econômico brasileiro”, sendo as fábricas inadequadas. Criticava ainda os estímulos governamentais às atividades fabris como contrários às determinações do “sistema liberal” (ROCHA, 2001, p. 35-36).

de escritos observava impressos e pessoas que pudessem apresentar comportamentos desviantes ou suspeitos de intenção revolucionária (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 36).

Eram convidados para censores régios os membros da elite intelectual na capital do reino, aptos a lidar com a análise de obras literárias no sentido amplo. Eles deveriam examinar e dar pareceres muitas vezes sobre obras que se encontravam detidas na alfândega, como foi o caso das cem cópias que um negociante de nome Manuel Pinheiro Guimarães pretendia receber da *Análise dos Fatos Praticados em Inglaterra*, mas que terminaram retidos na Mesa do Desembargo do Paço, pois D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, havia salientado haver “calúnias contra a Nação, e Governo Inglês” (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 37). Um manuscrito de Veiga foi submetido aos cuidados do censor Silva Lisboa em 1810 para autorização de impressão régia:

O manuscrito de Manoel Luiz da Veiga, sobre que V. A. R. foi servido ordenar que eu informasse com o meu parecer, entendo não ser conveniente sair a livro, pois não é a produção literária útil, ou indiferente, e contém muitas injúrias contra um ausente do reino, o redator do Correio Braziliense. E posto seja notório ter este agido com abuso da liberdade de imprensa de Inglaterra, contudo, seria contra os bons costumes e contra a honra da literatura nacional, lhe permitir que se publicasse pela nossa imprensa e mesmo pela Régia Oficina, um folheto que o mesmo suplicante reconhece em seu requerimento conter expressões ofensivas.

Além disso, neste folheto se excitam questões desagradáveis sobre o apresamento que os ingleses fizeram de nove navios, que depois Sua Majestade Britânica mandou restituir. A política e o bem do Estado parecem exigir que não se excite no público discussão sobre feitos e acontecimentos durante a momentânea hostilidade das casas de Portugal e Inglaterra, e a que se tem feito reparação pelo feliz restabelecimento da amizade e aliança que subsiste entre uma e outra potência (KIRSCHNER, 2009, p. 158).

Apesar da prudência e dos cuidados diplomáticos típicos dos textos de parecer, em que se revelava o emprego da retórica para a construção de relações de força e poder através da linguagem, a impressão do manuscrito foi considerada inadequada naquela conjuntura. A proveniência da solicitação da obra também servia de argumento diante da possibilidade de sua obra ser usada para insurgir novos descontentes com a Inglaterra ou com as políticas empreendidas pelo governo. A *Análise dos Fatos Praticados* de Veiga foi alvo de análise em textos de Hipólito no seu *Correio Braziliense* de 1808, onde ele admite que faltavam obras literárias de “maior consideração” em Portugal em razão da censura, concorda com algumas passagens da obra como “Que o ministro português, em Londres, não tinha autoridade alguma para levantar ou abaixar o câmbio” e, ainda, sobre as acusações feitas aos portugueses, cujos

fatos, se fossem verdadeiros, seriam verdadeiramente criminosos, mas deixava a impressão que Veiga pesara a mão em suas críticas (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 38).

Uma última análise sob o aspecto político aborda um episódio que reiterava as críticas ao programa de governo joanino e a negação desse programa com a aliança de Veiga aos revolucionários em 1817. Considerado um participante “entusiasmado” dos movimentos separatistas pernambucanos contra as condições difíceis com a crise de algodão e açúcar, e o aumento de impostos, há indícios de que Veiga participou de jantares maçons conspiratórios, cujos convidados “se gabavam de tratarem ali da rebelião”. A autora relata ter encontrado seu nome em uma lista de presos que foram libertados após a Revolução de 1817 ou Revolução Pernambucana<sup>91</sup>, com a condição de responderem por sua conduta (SLEMIAN, 2008, p. 31).

De volta ao envolvimento de Veiga com a Aula de Comércio, se registra para 17 de fevereiro de 1810 um pedido no Rio de Janeiro para que suas obras *Escola Mercantil* e *Novo Método das Partidas Dobradas*, “feitas de sua própria custa”, fossem admitidas como compêndios para as aulas públicas da Aula de Comércio. No requerimento, o autor apresenta as obras mencionando que haviam sido aprovadas pela Censura e bem aceitas pelo público. Diz ainda que se acham tratados nas obras todas as matérias úteis aos aprendizes dos negócios, além da “Notícia Geral do Comércio” (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 528). Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada em 25 de abril de 1810, era possível encontrar os livros de Veiga anunciados na seção de Avisos:

Na Loja de Paulo Martin, filho, se achão as seguintes obras: [...] Guia de Negociantes, e de guarda livros, ou novo Tratado os Livro de contas em partidas dobradas, com huma instrucção geral para os guarda, segundo o methodo hoje em pratica, por 1280 reis – Escola Mercantil sobre o Commercio assim antigo como moderno, por Manoel Luiz da Veiga, por 4800 reis – Novo Methodo de Partidas dobradas para uso de quem não tiver frequentado a Aula do Commercio, por Manoel Luiz da Veiga, por 2.880 reis (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, RJ, 1810).

Muito embora as referidas obras de Veiga estivessem à venda e, de certa forma, fossem significativas em meio a tantas compilações ou traduções, a Junta do Comércio recusou sua admissão como compêndio de referência na Aula de Comércio dizendo não haver lugar para elas. O que não significou que os lentes não se utilizassem de suas obras para

---

<sup>91</sup> Entre março e maio de 1817 instalou-se em Recife um Governo Provisório que se queria independente da Corte joanina do Rio de Janeiro e a formação de uma nova unidade política. O movimento ficou conhecido como Revolução de 1817 e contou com a participação da população, mas foi duramente reprimido por tropas que vieram da Bahia. Depois dessa repressão, muitos participantes vieram a ser presos (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 498).



preparar suas postilas durante toda manifestação da Aula de Comércio no Brasil. De todo modo, esse foi só mais um de uma sequência de pedidos não atendidos sob a justificativa de que o requerente deveria utilizar os “meios ordinários” para solucionar suas questões. Ainda assim, Veiga mostrava-se orgulhoso de sua “obra-prima” *Escola Mercantil*, por tê-la escrito sem recorrer a transcrições ou traduções de obras estrangeiras como havia Veiga acusado Silva Lisboa de ter feito. Dizia ele que muitos queriam eternizar-se “por meio das letras e das suas obras, porém poucos há que se sujeitem ao estudo, mortificação, trabalho, paciência e cultura que elas requerem, antes de publicarem e saírem das mãos do seu autor” (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 39; 43).

A cultura da reprodução de outras obras era bastante disseminada naquela época. Era comum a tradução de trechos completos da obra de autores estrangeiros sem a preocupação de atribuir a autoria original publicando em Portugal. Contudo,

Na Inglaterra, o *Estatuto de Ana* (1710) assegurava direitos aos editores e impressores a partir dos privilégios concedidos. Na França, ao longo do XVIII (1725-1777), foram introduzidas algumas inovações a fim de se preservar os ‘direitos do autor’. Em Portugal, mantinha-se o sistema de privilégios de impressão concedidos aos editores; nem mesmo a partir da instauração de um regime constitucional, os direitos de propriedade intelectual foram garantidos, o que veio a acontecer somente em 1838 (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 20).

Oliveira (2006) pondera o julgamento de autoria e plágio de trechos de obras de referência estrangeiras nas produções portuguesas. Para ele, é preciso “relativizar” as noções de plágio e autoria nas obras, pois, nelas importava menos a “originalidade das ideias” do que as maneiras como elas poderiam ser “copiadas, imitadas, adaptadas, apropriadas ou manipuladas em função das condições sócio-políticas em que são produzidas, ou do público para o qual são dirigidas” (OLIVEIRA, 2006, p. 136).

No Brasil, a Escola Militar instalada no Rio de Janeiro, em 1810, pode ser considerada um ponto de referência relevante para o início da produção de compêndios e livros originais que seriam produzidos para serem ali adotados. Embora de maneira reduzida nas primeiras décadas, o ensino das ciências matemáticas, físicas, química, história natural, técnicas de guerra e fortificações demandaram a criação de textos escolares. Tradicionalmente, os lentes traduziam ou adaptavam textos estrangeiros, ou apenas adotavam obras portuguesas. Entretanto, as disputas políticas e sociais da fase regencial, por volta de 1840, em busca de unidade nacional e de reconfiguração do papel político dos militares, provocou a produção de obras didáticas locais. Dessa maneira, a Escola Militar se tornaria “o lugar institucional

responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da ‘nacionalidade’, especialmente história e geografia” (BITTENCOURT, 2004a, p. 481-482).

Apesar de ter tido suas obras recusadas como compêndios na Aula de Comércio, é importante registrar que Manoel Luis da Veiga aparece como verbete em pelo menos dois dicionários a que se teve acesso: *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva (1860) e *Diccionario Bibiliographico Brasileiro* de Augusto Victorino Alvares Sacramento Blake (1900), nos quais suas obras foram expostas, embora sem informações pessoais. Ele ainda chamou a atenção de Adrien Balbi (1822), que o citou na *Essai statistique sur le royaume de Portugal el d'Algarve*.

Durante visita ao Arquivo Nacional<sup>92</sup>, foi encontrado um plano de Aula de Comércio de Manoel Luis da Veiga, datado de 10 de setembro de 1816, o que colocava Manoel então na condição de candidato à lente da Aula de Comércio em Recife, que buscava lente desde 1811. Seguido desse plano, estava o processo da seleção realizado, no qual os candidatos João Ferreira da Silva e Manoel Luis da Veiga foram considerados aparentemente aptos, mas os membros da Mesa não conseguiram decidir a aprovação. No parecer emitido para o arbítrio da Junta de Comércio pela Mesa de Inspeção, em 04 de Novembro de 1816, Manoel Luis da Veiga aparece “conhecido pelos seus escritos, e, principalmente, pelas suas obras: *Escola Mercantil sobre o Comercio assim antigo como moderno*, e *Novo método das partidas dobradas*”, mas dele destacavam que tinha “um gênio bastante forte”. Enquanto João Ferreira da Silva “tem talentos, estudou Gramatica Latina, Retórica, Lógica, Metafísica, e Ética”, mas “não versou porém Aulas de Comercio, e não tem dado provas de habilidade sobre este ramo” (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 543-544).

No perfil descrito dos candidatos, a importância de Veiga como negociante e autor da *Escola Mercantil* não foi desconhecida, entretanto, diante do seu “gênio” e da fama de suas contestações, criou-se uma dúvida de seu merecimento enquanto concorria com um candidato, que apesar de versado, nada sabia sobre matérias específicas do ramo mercantil. Em resposta à consulta realizada pela Mesa de Inspeção de Recife, a Junta de Comércio despacharia, em 22 de fevereiro de 1817, no mesmo documento, que se publicassem editais “nesta Corte para comparecer os que se quiserem habilitar para Lentes do Comércio em Pernambuco”

---

<sup>92</sup> A referida visita possibilitou contato com documentos encontrados no Arquivo Nacional, Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas, e Navegação (JCAFN), 7x, Cx 452, pct 01 e 02. Mais tarde foi possível lidar com alguns dos documentos transcritos e comentados em *Obras de Manoel Luis da Veiga* de Slemian & Chaves (2012).

(SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 543-544). Desta maneira, pode-se inferir que Veiga não teria sido aceito como lente da Aula de Comércio em Recife.

Contudo, como um elemento significativo para o objeto desta tese, convém observar o plano de aula submetido por Veiga para a seleção de lente. No plano, eram reafirmados os princípios característicos encontrados nos estatutos da Aula de Comércio, com a sugestão de que todos os alunos devessem entrar depois de fazer exame de primeiras letras. Os lentes deveriam ter instrução de todos os conhecimentos próprios para a formação de um “perfeito negociante”, como História do Comércio, Escrituração Dobrada e Singela, Câmbios, Direito Mercantil, Geografia Comerciante e prática das Línguas vivas; “sobretudo as de hoje introduzidas: Inglês e Francês”, para que pudessem ensiná-las (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 544-545).

Veiga foi parágrafo a parágrafo justificando a conveniência da aprendizagem de cada matéria sugerida, recomendando quais obras poderiam ser usadas para cada uma. Sugeriu ele que, no primeiro ano letivo, fossem ensinados escrituração, história do comércio e de todos os seus ramos, seguros, avarias e letras de câmbios através dos compêndios da *Escola Mercantil*, e do *Novo Método das Partidas dobradas*, ou ainda através dos compêndios estrangeiros de Mr. Mennher e Mr. de La Porte. No segundo ano, direito mercantil poderia ser ensinado pela obra de Silva Lisboa, *Princípios de Direito Mercantil*, “onde se pode colher infinitos conhecimentos sem precisão de mendigar por Autores estrangeiros”. Finalmente, no terceiro ano, seriam ensinadas geografia, utilizando mapa mundi e cartas geográficas, e línguas inglesa e francesa, que deveriam ser explicadas pelos melhores autores, com a menção do dicionário do francês Mr Peuchet (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 546). Chama a atenção no plano desenvolvido por Veiga a defesa do ensino das línguas vivas, que menciona três vezes em um plano de três páginas. Ele argumentava que

A prática das Línguas Vivas não só é necessária aos Viajantes, como também ao Negociante, que, em razão de sua ocupação, está exposto a ser-lhe necessário comunicar com os Estrangeiros para melhor fazer seu negócio e, sendo este a Alma e Segredo, são nocivos os Intérpretes em muitas ocasiões (SLEMIAN & CHAVES, 2012, p. 546).

É preciso levar em conta que os intérpretes, ou “línguas”, como também eram conhecidos àquela época (BLUTEAU, 1728, p. 171), eram os portadores da “Alma e Segredo”, e, portanto, desempenhavam papel fundamental e de confiança durante as negociações entre portugueses e ingleses, tendo inclusive sua profissão sido juramentada para auxílio nas Praças do Comércio mais tarde (OLIVEIRA, 2006, 294). A respeito dos “nocivos”

intérpretes, que também eram entendidos como tradutores, pode-se recuperar o famoso jogo de palavras em italiano “*Traduttore, traditore*”, em português: “Tradutor, traidor”. Um dos personagens rapidamente relacionados a Veiga foi responsável por trazer à tona um episódio bastante ilustrativo sobre a discussão de nocivos intérpretes ou tradutores.

Chaves (2001, p. 106) observa, no contexto das insatisfações portuguesas diante das vantagens inglesas contidas nos tratados, o homem forte do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, oscilava entre apoiar e questionar a relação comercial gerada pela abertura dos portos. Uma das razões era a maneira como D. Rodrigo de Sousa Coutinho tratava a liberdade política e administrativa do Brasil. Ele acreditava ainda que o Tratado de comércio estabelecido com a Inglaterra após a transferência da Corte tornou o Brasil em apenas uma capitulação portuguesa, fruto de uma política capciosa ou descuidada de D. Rodrigo, o “negociador português”<sup>93</sup>.

Assim que foi publicado, o Tratado de Comércio e Amizade (1810) foi analisado por Hipólito José da Costa no caderno de “Commercio e Artes” do *Correio Braziliense* de agosto de 1810. O jornal fez uma comparação entre as versões em português e inglês para, a princípio, defendê-lo, o que não aconteceria. Dessa maneira, o objetivo é substituído por um desejo de que depois de notadas as falhas deste Tratado, os próximos tenham maior sorte. A lista de traduções pouco adequadas é extensa, mas serão apresentadas algumas apenas para demonstrar as implicações no acordo. É interessante observar que o comentarista mesmo atribui as falhas da tradução ao fato do texto ter sido traduzido diretamente da língua inglesa para a portuguesa.

Na versão portuguesa, lê-se inicialmente que, para estender os benefícios da amizade, quizeram fundar o tratado do comércio em bases de reciprocidade e mútua conveniência pela “discontinuação de certas proibiçoens, e direitos prohibitivos”, mas no termo em inglês estão “*prohibitions, and prohibition duties*”, que seriam “proibiçoens e imposiçoens tão altas, que montem a uma proibiçaõ indirecta”, de acordo com Hipólito. O sentido obscuro no português deixava a legislação duvidosa e abria espaço para imposições na alfândega ou querelas futuras. Outro exemplo que se repetiu no texto foi a tradução de verbos que estavam no presente em inglês no passado em português: “*It is agreed and covenanted*” que se tornaria

---

<sup>93</sup> “Do próprio D. Rodrigo se sabe que, educado na Inglaterra, foi sempre extremado anglófilo; [...] ao fervor de D. Rodrigo pelos ingleses atribui-se a situação de inferioridade em que, pelo Tratado de 1810, ficou perante o comércio inglês no Brasil, o próprio ‘comércio nacional’, pagando pelas mercadorias que importasse do estrangeiro direitos de 24%, enquanto as mercadorias britânicas aqui entravam com direitos de 15% *ad valorem*” (FREYRE, 2000, p. 207-208).

“conveio e ajustou-se”, abrindo a possibilidade de que se entendesse que essas ações tivessem se passado em acordos anteriores (CORREIO BRAZILIENSE, Londres, 1810).

No artigo VIII, se achava determinado em inglês o monopólio do tabaco exclusivamente em pó: “*snuff*”, todavia, na versão portuguesa se encontrava ampliada a noção para “tabaco manufacturado”, o que terminava incluindo cigarros e outras formas manipuladas da planta. No artigo 11 está a melhor demonstração da ausência de reciprocidade no Tratado, já que o original em inglês dizia que qualquer favor ou privilégio que um dos Soberanos concediam aos Embaixadores da outra Nação, o outro Soberano também deveria conceder os ‘mesmos’, grafado em inglês “*same*”. Na versão portuguesa, no entanto, foi usada a palavra “semelhantemente”, o que gerava uma distância significativa na compreensão. Pode-se depreender que havia uma intenção de má-fé para a tradução de termos como esse e outros. Essa intenção, considerada maliciosa, pode ser apurada ainda na indefinição do término do Tratado, na imprecisão em questões de pesos e medidas, além do desconhecimento das verdadeiras necessidades do Brasil, que receberia uma quantidade considerável de produtos inúteis para o uso local (CORREIO BRAZILIENSE, Londres, 1810).

### 3. Barão de Mauá

Um nome ligado ao projeto do Código Comercial e que se fez ouvir muitas vezes sobre melhoramentos implementados no Brasil Império foi do Barão de Mauá: Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889). Muito relevante para a discussão desta tese pela intensa relação que manteve com ingleses, Irineu nasceu em Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1813. Filho de João Evangelista de Ávila e Sousa e de Mariana de Jesus Batista de Carvalho, pequenos proprietários de terras para criação de gado e produção de charque. Como ficou órfão aos 6 anos, sua guarda foi entregue ao tio materno José Baptista de Carvalho, capitão de barco dedicado ao comércio de cabotagem, que o levou para o Rio de Janeiro para concluir seus estudos em 1822.

Já na Corte, empregou-se no comércio<sup>94</sup> em 1825 e trabalhou como caixeiro e depois como guarda-livros para o comerciante português João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá, até sua falência (1824-1829). Diante de sua notável aptidão, Pereira de Almeida terminou por recomendá-lo a um amigo. Em 1830, Irineu foi admitido na empresa de

<sup>94</sup> “Na prática, o comércio era a única carreira que um pobre alfabetizado (a exigência de alfabetização já excluía a maioria dos pretendentes a uma vaga) podia tentar para ganhar a vida – as únicas opções eram a posse de terras ou um emprego público, campos bem mais limitados” (CALDEIRA, 1996, p. 64).

importação do inglês Richard Carruthers<sup>95</sup> (1792-1876), com quem aprendeu inglês e a arte dos negócios. Entre as obras que lançou mão para apropriar-se dos fundamentos para seu ofício estava *Princípios de economia política* do Visconde de Cairu. De acordo com sua biografia considerada clássica, *Mauá*, de Alberto Faria,

O caixeiro de 17 anos, Irineu, devia saber ainda muito pouco da própria língua. Sua educação literária e comercial começou em inglês. Carruthers ensinou-lhe contabilidade, deu-lhe uma gramática inglesa, livros ingleses; o método intuitivo<sup>96</sup> fez o resto. Mauá tornou-se um negociante inglês; toda a sua vida exibirá os vestígios dessa iniciação, para benefício de sua pátria. Só contava em inglês e só dava expansão às suas cóleras em inglês; explicava este último cacoete, que não gostava de dizer coisas feias na língua materna. Na colônia britânica, seu nome, com a consoante dobrada, e a acentuação modificada, nacionalizou-se e popularizou-se: Sinhôr Irrênêo. Dessa escola inglesa recebeu ele tudo – o trato do comércio, as largas tendências do seu industrialismo, o gênio das empresas, os largos vãos dos seus sonhos de grandeza, a lisura de sua palavra, o culto do crédito, e essa nobreza de processos com que, nos três últimos quartos do século XIX, o comércio fez das ilhas britânicas o maior dos impérios (FARIA, 1933, p. 66).

Sua educação na adolescência entre ingleses proporcionou a conquista da língua inglesa com estratégias como contar, praguejar, ler e comunicar em inglês durante seu expediente<sup>97</sup>. Seu aprendizado esteve relacionado com a sua atividade, pois a educação

<sup>95</sup> Ricardo Carruthers era um homem inteligente, educado em Londres para o alto comércio, profundamente bom. Mauá o proclamou “um dos melhores tipos da humanidade, que se distinguia pela velha escola da moralidade positiva” (exposição aos credores de Mauá & Cia.) diz uma brasileira ilustre, a Viscondessa de Cavalcanti, que o ouviu, em Petrópolis, referir-se várias vezes ao velho patrão sempre com os olhos úmidos de lágrimas, repetindo o estribilho: “era um santo” (FARIA, 1933, p. 66). Como se vê, Irineu o adorava. Foi Carruthers o responsável por orientá-lo por longo tempo através de cartas que eram pontualmente enviadas e retribuídas por Irineu em inglês, “língua que lhe era tão natural como o português” (CALDEIRA, 1996, p. 23).

<sup>96</sup> O método intuitivo a que Faria se refere ainda não estava sistematizado pelos estudos linguísticos por volta de 1830 como sugere, mas viria a ser conhecido por método direto no final do XIX, já que a aprendizagem da língua se daria através da língua-alvo, ou seja, enquanto Irineu aprendia sobre contabilidade na casa de negócios de Carruthers, aprendia também a língua com princípios do método intuitivo, pois eles somente se comunicavam em inglês.

<sup>97</sup> Envolvido pela atmosfera do capitalismo inglês, Irineu, ainda muito jovem, se fazia um adulto pouco enquadrado ao tipo gaúcho que possuía e destoante dos demais brasileiros na sua faixa etária. Ele sentiu que precisava se comportar de acordo com o padrão inglês, então “tentando ser o que lia, passou a cultivar sua barba rala, e usar casacas pretas como um inglês sisudo. [...] Até mesmo os antigos colegas da praça carioca estranhavam quando ele pronunciava seu próprio nome. Dizia ‘Eirneo’, com um sotaque carregado. Tinha mudado tanto que passou a fazer contas em inglês. [...] Muitos comerciantes e caixeiros o consideravam uma versão ainda mais esquisita das esquisitices de seu patrão” (CALDEIRA, 1996, p. 121). De passagem, vale registrar uma análise sobre britanidade empreendida por Stuart Hall. Segundo ele, “sempre existiram formas distintas de ser britânico. [...] Vistas em retrospecto, essas diferenças radicais foram suavemente reintegradas ao tecido homogêneo de um discurso de britanidade transcendente. A Grã-Bretanha foi também o centro do maior império dos tempos modernos, que governou uma variedade de culturas. Essa experiência imperial moldou profundamente a identidade nacional britânica, seus ideais de grandeza e definiu seu lugar no mundo. Essa relação mais ou menos contínua com a ‘diferença’, situada no âmago da colonização, projetou o ‘outro’ como elemento constitutivo da identidade britânica”. Dessa maneira, o comportamento de Irineu é resultado de sua formação cultural, que enquanto o capacitava, o fazia produzi-lo de novo, como um novo tipo de sujeito que veio a tornar-se. Pode-se dizer que se iniciava ali uma embrionária globalização, decorrente do fluxo comercial, que

recebida por Irineu “visava a fins práticos, sendo um instrumento útil para o aperfeiçoamento de suas aptidões para o trabalho. Era, de certo modo, uma educação igualmente elitista, porém nos moldes ingleses” (TEIXEIRA, 2013, p. 131). Nos intervalos noturnos de suas jornadas de negócios, Irineu dedicava-se às obras de ingleses de sua predileção como Adam Smith, John Mill e Jeremy Bentham. Os livros ingleses de economia clássica presenteados por Carruthers, além de lhe ensinarem a língua, incutiram a defesa inglesa de prosperidade que pavimentaria a estrada para suas realizações. O primeiro grande passo para tal ocorreu quando Carruthers tornou Irineu diretor e sócio da empresa Carruthers & Company por competência. Carruthers se aposentou e retornou para a Europa em 1º de dezembro de 1836, passando Irineu a assumir integralmente os negócios em 1837 (SISSON, 1999, p. 35).

Em 1839, conseguiu trazer a mãe e a irmã para morarem no Rio de Janeiro, além de Maria Joaquina de Souza Machado, sua sobrinha, com quem se casaria em 1841. Caldeira (1996) relata que o perfil pouco sociável de Irineu naquele momento não despertava o interesse de pretendentes, além disso, as “brasileiras só se casavam com conhecidos da família” e “inglesas eram raras”. Os negócios, seus livros e as conversas sobre negócios tomavam todo seu tempo sobremaneira que por baixo da capa de “adolescente solitário, surgia um perito na ciência do seu século. Não demorou muito e até mesmo o velho Carruthers, com anos de estrada, já estava tendo dificuldades para achar o que lhe ensinar” (CALDEIRA, 1996, p. 122).

Já homem feito e bem sucedido, fundou a Carruthers De Castro & Cia em sociedade com Carruthers e José Henrique Reynall de Castro em Manchester, em 1840, um de seus primeiros empreendimentos fora do Brasil. Poucos brasileiros conseguiram estabelecer tamanha proximidade com casas de comércio inglesas, suas sofisticadas financeiras e seus segredos. Um deles era a pontualidade e precisão nos pagamentos, o que se tornou tão importante que popularizou a expressão “palavra de inglês”, referindo-se a promessas que seriam rigorosamente cumpridas (CALDEIRA, 1996, p. 124).

Diante do processo de modernização e diversificação da economia ocorrido na segunda metade do século XIX, se interessou por novas maneiras de multiplicar riquezas. Seu empreendedorismo o levou a visitar fábricas de tecidos, estaleiros, fundições, estradas de ferro e bancos. Como leitor voraz que era, devorou pilhas de catálogos e obras técnicas dos

---

faria “naufragar” a identidade estável de Irineu, a partir da “pluralização das identidades culturais dominantes das antigas potências imperiais” (HALL, 2006, p. 59-60; 43). Dentre os vários meninos e meninas que sofreram a ação de professores ou governantas ingleses em sua educação e aprenderam a contar, praguejar, entre outros, em língua inglesa, Freyre (2000, p. 274) destacou a filha de um senhor de engenho chamada Flora Cavalcanti de Albuquerque, que no fim de sua vida confessou: “Só sei rezar em inglês”.

equipamentos, muito certamente em língua inglesa, bem como questionou a cada empresário todas as necessidades para os investimentos. Assim, em 1846 colocou de pé um estabelecimento de fundição e estaleiro na Ponta da Areia, em Niterói, considerado o primeiro estabelecimento desse gênero na América meridional (SISSON, 1999, p. 36).

No início de sua atuação, havia se beneficiado também do tráfico negreiro, contudo, é considerado um liberal abolicionista em sua biografia por se afinar com o tratado anglo-brasileiro de 1826, que tornava ilegal todo o tráfico escravo brasileiro a partir de março de 1830. Mesmo sob forte pressão inglesa para fazer cumprir o determinado, somente em 7 de novembro de 1831 foi aprovada uma lei proibindo a importação de escravos no Brasil. Entretanto, a demanda brasileira por escravos no setor cafeeiro continuou a crescer e os governos não pareciam capazes de fazer a lei se cumprir. Esse episódio marcou a expressão “para inglês ver”, já que a lei existia, mas aparentemente apenas para atender formalmente à Inglaterra (BETHELL, 2012, p. 142-143).

De acordo com o *Dicionário do Brasil Imperial* de Vainfas (2008), de posse de seu trânsito com investidores internacionais e de sua boa imagem no Império, Irineu atuou em diferentes ramos como a construção de navios, ferrovias e manufaturas, além do sistema financeiro e de crédito. Dentre seus empreendimentos, podem-se citar a Companhia de Rebocadores da Barra de Rio Grande (1849); a inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil, ligando o porto de Mauá à raiz da serra de Petrópolis (1854); a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro (1851); a Companhia Fluminense de Transportes (1852) e a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (1852). Outro empreendimento que o rendeu destaque foi a instalação de um cabo submarino que ligava o Brasil telegraficamente ao resto do mundo<sup>98</sup> (1872).

Em 1851, Irineu criou o Banco do Brasil, que seria incorporado à iniciativa governamental mais tarde para a instituição de um banco emissor. Em 1854, fundou a Mauá, MacGregor e Cia, organizada como uma sociedade, com filial em Londres. No Uruguai, fundou o banco Mauá e Cia. com sede em Montevidéu e filiais em Córdoba, Rosário, Rio Grande e Belém, chegando a auxiliar os colorados liberais na guerra civil do Uruguai em 1851 e financiar as tropas brasileiras durante a guerra do Paraguai (1864-1870). Na carreira política, Irineu foi membro do Partido Liberal e eleito deputado pelo Rio Grande do Sul

---

<sup>98</sup> A exemplo dos demais empreendimentos de Irineu, a linha telegráfica foi instalada em parceria com capital inglês. O governo brasileiro deu ao Barão de Mauá a concessão de estender um cabo submarino do Rio Grande do Sul até Portugal, passando pelas ilhas de Cabo Verde e Madeira. Essa primeira ligação por telégrafo entre o Brasil e a Europa foi construída pela Sub-marine Telegraph Co e inaugurada em julho de 1874. A linha de Belém aos Estados Unidos ficou pronta em 1886 (BETHELL, 2012, p. 142).



muitas vezes entre 1856 e 1873. Desistiu da atuação política em 1873, quando renunciou ao cargo de deputado para dedicar-se integralmente aos negócios afetados pela crise financeira que se desenrolava (VAINFAS, 2008, p. 388-389).

A trajetória comercial e industrial de Irineu, em parceria com investidores ingleses<sup>99</sup>, foi composta por uma fase de prosperidade extraordinária, mas não estava imune às crises bancárias, variações da balança comercial e possíveis sabotagens por parte de concorrentes, a exemplo dos representantes do agronegócio, cujo interesse extrativista estava em conflito com a industrialização promovida por ele, bem como de fazendeiros escravistas que assistiam com indignação Irineu trazer trabalhadores imigrantes para seus empreendimentos. Entre seus primeiros revezes está a destruição do estaleiro de Niterói, que em dez anos havia construído 70 navios, por um incêndio em 1857. Em 1860, foi decretada a isenção de direitos alfandegários para navios construídos fora do país. Na prática, isso significou o fim do empreendimento no estaleiro e a desestruturação de outros. As instabilidades governamentais durante o Império e suas mudanças de arbítrios ameaçaram mais ainda os investimentos de Irineu, que se viu obrigado a pedir concordata diante da eminente falência e da hostilidade palaciana.

Suspeita-se que os assessores do governo imperial se sentiam desafiados pelo instinto empreendedor de Irineu, que conseguiu monopolizar inúmeros serviços de necessidade básica enquanto o governo persistia letárgico. Dentre os serviços estava a iluminação através da Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, que trocara os velhos candelabros de óleo de peixe pela farta luminosidade dos lampiões. Digno de nota é também a instalação de aquedutos de canos de ferro instalados pelos engenheiros de Irineu. O mangue que cercava a cidade do Rio de Janeiro começava a desaparecer com a drenagem da obra que Irineu tinha ganhado concorrência para executar (CALDEIRA, 1996, p. 30).

---

<sup>99</sup> A relação econômica estabelecida através de investimentos ingleses nos empreendimentos de Irineu é um exemplo eloquente da atividade financeira que a Inglaterra exerceu no Brasil nessa época. “A Inglaterra, além de principal parceira comercial do Brasil durante todo o Império, era também sua principal fonte de capital. A *City* de Londres forneceu todos os empréstimos ao governo brasileiro e a maioria do capital estrangeiro investido no Brasil. O N.M. Rothschild & Sons intermediou os primeiros empréstimos estrangeiros ao Brasil, um milhão de libras em agosto de 1824 e 2 milhões de libras em janeiro de 1825, e vários outros empréstimos entre meio e um milhão de libras nos vinte anos seguintes. Como todos os Estados latino-americanos, exceto o Brasil, tinham deixado de pagar pelo menos os juros de suas dívidas externas em 1826-1829, por várias décadas apenas o Brasil continuou a receber empréstimos, e mesmo assim sua dívida externa se manteve relativamente pequena: 5,6 milhões de libras em 1840, 7,7 milhões de libras em 1860. [...] Os investimentos britânicos diretos no Brasil foram modestos até 1860, quando os primeiros bancos comerciais britânicos se estabeleceram no Rio de Janeiro, e as primeiras sociedades anônimas começaram a investir no desenvolvimento de ferrovias e serviços de utilidade pública. Mas, entre 1865 e 1885, o investimento estrangeiro direto no Brasil, praticamente todo ele britânico, mais do que triplicou” (BETHELL, 2012, p. 140-141).

O Visconde de Mauá era um empresário moderno, estranho no ninho de um país ruralista, escravocrata e latifundiário, cuja economia vivia sob o controle estatal, por isso era incompreendido e até perseguido. Era desprezado, e talvez invejado, por D. Pedro II, o monarca iluminista que só admirava as letras, quando não eram promissórias, e os números, só se fossem abstratos. Os dois jamais tiveram alguma discussão pública, mas sua incompatibilidade de gênios era notória. Mauá cometia o supremo pecado de ser devotado ao lucro, e isso o arqueólogo diletante, linguista e filólogo, astrônomo amador, botânico de fim de semana, D. Pedro II, não podia tolerar. As fofocas da corte imperial interpretavam o nome do título como uma ironia do Imperador e dizia-se: Barão de Mauá, porque algum mal, há (FORCHEZATTO & SANTOS, 2013, p. 67-68).

Em meio à crise que enfrentava após ter conseguido promover o bem público pioneiramente, Irineu viu seu nome ser cada vez mais desacreditado e caluniado pela população diante dos sucessivos fracassos de seus negócios. Em 1875, decretou moratória de seu sistema, atingido pela crise bancária. A falência do seu sistema bancário é relatada como a maior de todas, culminando com a turbulência da Guerra do Paraguai e acusações de ter feito negociatas e especulação com o câmbio em razão da guerra. O fechamento do seu banco no Uruguai terminou por afetar de vez todo o conjunto de seus negócios (CALDEIRA, 1996, p. 498).

Em 1878, Nabuco de Araújo tentou ajudá-lo redigindo um projeto que mudava o Código Comercial. Defendia que seria “uma necessidade pública e um preito merecido” fazer a reforma no Código para que Irineu pudesse liquidar o ativo de uma forma especial, permitindo a “homologação da manifestação de confiança dos credores”, a maior que um falido poderia receber. Justificava ser um caso omissivo: “uma falência tão volumosa não poderia ter sido prevista pela lei de 1850, um falido como Mauá não era um falido como os do Código”. Entretanto, a reforma chegou sem efeito após a desonra da decretação de falência de seus negócios, iniciada por volta de 1874, e a cassação de seu registro de negociante em 1877, que viria a ser reconquistada em 1883 (FARIA, 1933, p. 21).

Durante sua falência, redigiu *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C e ao Público* (1879), em que detalhava a seus credores e à opinião pública todos os empreendimentos a que se lançara desde 1846, prometendo que pagaria a todos, de modo a restaurar seu nome. Chegou a pagar 66% do passivo durante os três anos de prazo que tinha depois que teve todo seu patrimônio de prédios, fazendas, sítios, louças e móveis com o decreto da falência múltipla de seus negócios<sup>100</sup>. Passou seus últimos dias entre Rio de

<sup>100</sup> “De certo modo, o malogro comercial de um Mauá também é um indício eloquente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e o personalismo fixados entre nós por uma tradição de origem seculares. Muitas das grandes

Janeiro, mexendo com café e uma empresa de corretagem, e Petrópolis, onde brincava com os netos. Morreu abatido de diabetes em Petrópolis, em 21 de outubro de 1889 (CALDEIRA, 1996, p. 542).

O reconhecimento das contribuições de Irineu em vida foi registrado, como era de costume, com títulos e honrarias nobiliárquicos. Em 30 de abril de 1854, por ocasião da inauguração da primeira via férrea no Brasil, Irineu recebeu o título de Barão de Mauá, pelo qual ficou amplamente conhecido na historiografia. Foi novamente agraciado com um título de Visconde em 26 de junho de 1874 por ter providenciado os primeiros cabos telegráficos e aproximado distâncias. Encontram-se em seu brasão (Figura 3), como símbolos de suas contribuições uma locomotiva, um navio a vapor e quatro lampiões a gás. Uma faixa trazia em latim “*Labor improbus omnia vincit*”, que ficou famosa com o dito em tradução equivocada: “O trabalho honrado sempre vence”, quando o correto seria “O excesso de esforço tudo vence” (SCHWARCZ, 1998, p. 185). O primeiro reconhecimento de Irineu se deu através do Decreto de 24 de janeiro de 1850, que o atribuiu o oficialato da Ordem da Rosa<sup>101</sup>, elevando-o a comendador em 15 de maio de 1851, em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do Código Comercial.



Figura 3: Brasão do Barão de Mauá.

Fonte: SCHWARCZ, 1998, p. 185.

iniciativas progressistas que se devem a Irineu Evangelista de Sousa puderam ser toleradas e até admiradas, enquanto não comprometessem esses padrões venerandos. Mas os choques nem sempre eram evitáveis e, nestes casos, a tolerância se mudava sem dificuldade em desconfiança e a desconfiança em oposição calorosa” (HOLANDA, 1995, p. 79).

<sup>101</sup> Segundo informações da Casa Imperial do Brasil, a Ordem da Rosa foi criada em 1829 para perpetuar a memória do matrimônio de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt. A insígnia da Ordem da Rosa foi um trabalho realizado por Jean Baptista Debret que, segundo alguns historiadores, teria se inspirado nos motivos de rosas que ornavam o vestido de D. Amélia em retrato enviado da Europa, ou com o qual teria desembarcado no Rio de Janeiro. Esta Ordem servia para premiar militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguíssem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus (Cavaleiro, Oficial, Comendador, Dignitário e Grã-Cruz) superior às outras ordens brasileiras e portuguesas, então existentes. De 1829 a 1831, D. Pedro I concedeu apenas 189 insígnias, mas D. Pedro II, em seu extenso período de reinado, chegou a agraciar, com esta ordem, 14.284 cidadãos.

A condição do Barão de Mauá de co-elaborador do Código Comercial trouxe à atenção essa peça legislativa, cujo projeto teve início em 1809 pela mão do Visconde de Cairu. O Código Comercial foi um esforço legislador promovido por juristas que se desenvolveu durante a institucionalização do ensino jurídico no Brasil. O Código Comercial, junto à Lei Eusébio de Queirós e à Lei de Terras <sup>102</sup>, que trataram de abolir o tráfico internacional de escravos, se tornaram instrumentos legais que significariam o “marco inicial do processo de constituição das relações mercantis especificamente capitalistas, isto é, a transformação da terra e da força de trabalho em mercadorias”. Para que isso fosse possível, “os juristas deram o tom em nossas letras, em nossa filosofia e em nossas instituições políticas e sociais” (PAULA, 2012, p. 180; 197).

Dizia-se que D. Pedro se interessava por línguas e ciências exóticas, entendendo progresso como sinônimo de ciência e intelecto, todavia, “entre os amores do rei não estava a doutrina econômica” (CALDEIRA, 1996, p. 20). Então, foram selecionados para o papel de elaboradores negociantes e jurisconsultos em 1834. O principal objetivo era prover maiores garantias aos comerciantes brasileiros e regulamentar a profissão dos comerciantes, através de regras, direitos e obrigações. Diante da capacidade e influência na economia e na política do país, o ministro Eusébio de Queirós convidou Irineu a integrar a comissão responsável pela elaboração e discussão do Código. As reuniões se davam na casa de Irineu e aconteceram em um período de três meses. Esse grupo era formado por Eusébio de Queirós, pelo deputado Nabuco de Araújo, pelo senador José Clemente Pereira e pelos advogados Francisco Inácio de

---

<sup>102</sup> A Lei Eusébio de Queirós (4 de setembro de 1850) e a Lei de Terras (18 de setembro de 1850) estão circunscritas no lento e complexo processo de crise da escravidão, diretamente relacionado ao processo de subordinação do poder privado dos senhores ao domínio da lei, que se viu insistentemente pressionada pelos esforços ingleses de consolidação das relações econômicas mercantis capitalistas, mas que seguiu procrastinada até a abolição em 1888. A Lei Eusébio de Queirós foi mais uma lei decretada contra o tráfico escravo, mas dessa vez efetivamente “aplicada pelos presidentes de província, chefes de polícia e juízes locais. Assim, o tráfico de escravos da África para o Brasil, que tinha operado em plena legalidade durante trezentos anos e na ilegalidade, apesar de todos os esforços britânicos, durante vinte anos, chegou a um fim súbito, dramático e definitivo. Em 1851, foram importados para o Brasil apenas 3.278 escravos, e em 1852 menos de mil. A última tentativa conhecida de desembarcar escravos no Brasil ocorreu em 1855” (BETHELL, 2012, p. 144). É controverso que a Lei que supostamente cessaria o tráfico tenha sido assinada pelo ministro da justiça Eusébio de Queirós (1812-1868), pois ele tinha um dos mais notáveis “currículos de adesão aos negreiros do país. Nascera em Angola, onde muitos de seus parentes continuavam ligados ao tráfico; foi chefe de polícia da Corte por mais de uma década, notabilizando-se pela completa cegueira aos desembarques que aconteciam. [...] Com um adversário assim, os traficantes tinham tudo a comemorar no momento de sua nomeação. Como senador, ele se notabilizara pela defesa do negócio, sempre votando contra leis mais duras de combate aos traficantes e tergiversando quando sentia que não podia impedir completamente as iniciativas dos adversários” (CALDEIRA, 1996, p. 196). A respeito da Lei de Terras, pode-se dizer que foi indiretamente relacionada com o fim da escravidão na Lei de 4 de setembro de 1850. Em 1842, havia sido apresentado um projeto à Câmara a fim de regulamentar a estrutura fundiária, que previa a “venda de terras públicas para financiar a contratação de trabalhadores livres na Europa”. Contudo, diante da resistência de proprietários e autoridades locais, o projeto arrastou-se no Congresso sem aprovação, até que o governo o transformaria em Lei a 18 de setembro de 1850 (CARVALHO, 2012, p. 100).

Carvalho Moreira e Caetano Soares. Depois de muito tempo paralisado nos gabinetes, nos dois primeiros meses, a equipe cuidou das adaptações dos “princípios do liberalismo econômico às práticas comerciais do país”, com vistas ao “fim do tráfico”, no Código (TEIXEIRA, 2013, p. 132-133).

Vinte e seis anos de vida independente ainda não tinham sido suficientes para que o Parlamento cuidasse do assunto. Os hábitos e normas comerciais da época da Colônia sobreviviam intactos, com todos seus problemas: não havia títulos com garantias legais, o que limitava o crédito à confiança pessoal dos emprestadores, quase impossibilitava as aplicações de capital e impedia o desenvolvimento do sistema financeiro; cobrar dívidas era quase uma ficção, por falta de normas jurídicas; falências e concordatas levavam anos para serem decididas. Como tudo isso estava ligado à organização mercantilista do tráfico, que privilegiava o poder pessoal dos donos do dinheiro, as tentativas de modernizar o sistema sempre esbarravam no desinteresse. Um projeto de código circulava havia quinze anos no Parlamento, sem que se chegasse a qualquer conclusão efetiva (CALDEIRA, 1996, p. 198).

Nos encontros que se davam em sigilo, as “boas conversas” (CALDEIRA, 1996, 198) conduziam o projeto do Código às práticas liberais com regras para sociedades comerciais e funcionamento de negócios. Credita-se à influência de Irineu a prática inglesa, como emissão de títulos e letras de câmbio, no Capítulo dos Títulos de Crédito no Código Comercial de 1850. O empréstimo de dinheiro foi uma das transações que se beneficiou da prática inglesa de boa-fé e respeito às condições contratadas. Partindo do pressuposto de que o “direito civil era inadequado para regulamentar as atividades comerciais que demandassem conhecimentos especializados”, o Código de 1850 foi preparado para trazer estabilidade e solucionar litígios na atividade comercial. Após os trabalhos da comissão parlamentar, o Código foi dividido em três partes: do comércio em geral, do comércio marítimo e das quebras, tendo sido aprovado em 25 de julho de 1850 (TEIXEIRA, 2013, p. 135).

Juntamente com o Código Comercial, foram criados o Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1850, para determinar a ordem do juízo no processo comercial, e os Tribunais do Comércio, cuja jurisdição estava posta sobre todas as causas que derivassem de direitos e obrigações sujeitas à disposição do Código Comercial, desde que uma das partes fosse comerciante. Estabelecido na historiograficamente denominada ‘Era Mauá’, o mais antigo código brasileiro foi responsável por reverter a política econômica, criar mecanismos para facilitar o crédito, incentivar a livre concorrência e regulamentar as empresas comerciais (TEIXEIRA, 2013, p. 135).

Dentre o conjunto de legislação com a qual esta pesquisa se relacionou, o Código Comercial de 1850 também foi a materialização da aplicação da língua inglesa e sua regulamentação nas atividades mercantis que dependiam de interpretação no Brasil. No art. 16 do Capítulo II da Parte Primeira, que trata das obrigações comuns a todos os comerciantes<sup>103</sup>, encontra-se a determinação de que os livros de registros em língua estrangeira sejam traduzidos no idioma do país para serem admitidos em juízo. Caso se trate de negociantes estrangeiros, a parte relativa à questão será primeiro traduzido, por “intérprete juramentado, que deverá ser nomeado a aprazimento de ambas as partes, não o havendo público; ficando a estas o direito de contestar a tradução de menos exata”.

O capítulo II se refere às obrigações dos corretores<sup>104</sup>, de acordo com o dicionário de Bluteau (1728, p. 561-562), responsáveis por “emendar” ou, ainda, estabelecer os contatos comerciais. No art. 62, ficava permitido aos corretores de navios

traduzir os manifestos e documentos que os mestres de embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho nas Alfândegas do Império. Estas traduções, bem como as que forem feitas por intérpretes nomeados pelos Tribunais do Comércio, terão fé pública; salvo as partes interessadas o direito de impugnar a sua falta de exatidão (BRASIL, 1851, p. 70).

Chama a atenção o fato de que, enquanto para a composição de matéria a ser julgada nos Tribunais do Comércio se fazia necessária a tradução por uma espécie de tradutor juramentado, para a realização da transação comercial no cotidiano não se fazia qualquer restrição, sendo possível ao corretor interpretar a negociação. Outro ponto digno de nota é o uso indiscriminado de tradutor e intérprete como sinônimos à época. A distinção entre os dois termos só viria a ser bem delimitada com a regulamentação do ofício através do Decreto 13.609 de 21 de outubro de 1943.

O Decreto nº 737 de 25 de novembro de 1850 também estabelecia a necessidade da tradução de quaisquer escritos no juízo comercial no capítulo XII, art. 147, “salvo sendo estrangeiros todos os contrahentes, e neste caso deverão ser apresentados competentemente

---

<sup>103</sup> Conforme essa parte do Código Comercial, podiam comerciar aqueles que “se acharem na livre administração de suas pessoas e bens, e não forem expressamente proibida neste Código; Os menores legitimamente emancipados; Os filhos-famílias que tiverem mais de 18 (dezoito) anos de idade, com autorização dos pais, provada por escritura pública. O filho maior de 21 (vinte e um) anos, que for associado ao comércio do pai, e o que com sua aprovação, provada por escrito, levantar algum estabelecimento comercial, será reputado emancipado e maior para todos os efeitos legais nas negociações mercantis; As mulheres casadas maiores de 18 (dezoito) anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. As que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo, não precisam da sua autorização” (BRASIL, 1850).

<sup>104</sup> De acordo com o art. 37 do capítulo II, não podiam ser corretores: os que não podem ser comerciantes; as mulheres; os corretores, uma vez destituídos; e os falidos não reabilitados (BRASIL, 1851).

traduzidos em lingua nacional”. Em seguida, o art. 148 recorria ao disposto no art. 62 do Código para tratar da tradução de itens que constituíssem prova, a qual “será feita pelos interpretes nomeados pelo Tribunal do Commercio, e na falta ou impedimento destes por hum interprete nomeado pelo Juiz á aprazimento das partes” (BRASIL, 1851, p. 70).

Na esteira da estruturação formal e jurídica da atividade comercial iniciada com o Código Comercial e diante da ausência de um instrumento capaz de estabelecer diretrizes para a atuação dos tradutores ou intérpretes do Império, surgiu o Decreto nº. 863 de 17 de novembro de 1851. Assinado pelo Ministro da Justiça Eusébio de Queirós, esse Decreto lançou regulamentos para os intérpretes do comércio da Praça do Rio de Janeiro. O primeiro regulamento para intérpretes estabelecia regras como a nomeação deles por ordem do Tribunal do Comércio da Capital do Império (art. 1), com o máximo de três para cada língua na Praça do Rio de Janeiro com a possibilidade desses intérpretes atuarem em mais de uma língua (art. 3). A exemplo das regras definidas para comerciantes, não poderiam atuar como intérpretes as mulheres ou intérpretes que tiverem sido destituídos de seus cargos por sentença (art. 5).

Não estão discriminadas com detalhes a formação ou as condições necessárias para se tornar um intérprete. Contudo, para pleitear nomeação, são requeridos naturalidade, domicílio e Praça em que se desejava atuar, que deveriam ser comprovados com certidão de idade e atestado ou título de residência. Para fins de comprovação de “conhecimento pratico das linguas estrangeiras”, era necessário apresentar um “attestado da Direcção da Praça do Commercio do Rio de Janeiro, pelo qual mostre ser versado em linguas estrangeiras, e quaes estas sejam” (art. 5 e 6) (BRASIL, 1852, p. 370).

No capítulo II do referido Decreto, estavam dispostas as funções dos intérpretes, entre as quais estavam: “Passar certidões, e fazer traducções, em lingua vernacula, de todos os livros, documentos, e mais papeis escriptos em qualquer lingua estrangeira, que tiverem de ser apresentados em Juizo, ou em qualquer Repartição Commercial” (art. 10, § 1º); Proceder verificação de exatidão de traduções (§ 2º); Interpretar e “verter verbalmente em lingua vulgar” quando houverem estrangeiros no Juízo (§ 3º); Quando solicitado, examinar a exatidão de traduções feitas por corretores de navios, na forma do art. 62 do Código Comercial (§ 4º). Entre os artigos 11 e 18, encontram-se algumas políticas aplicadas às traduções apresentadas em Juízo, sendo os artigos 19 e 20 sobre a punição ao intérprete em caso de conclusão que de seu serviço resultou dano. O capítulo III, que compreende do art. 21 ao 25, também se concentrava nas penalidades disciplinares que seriam impostas aos intérpretes (BRASIL, 1852, p. 371).

O capítulo IV estabelecia os valores que os intérpretes deveriam cobrar por cada tipo de serviço praticado. Assim, no art. 26 estão dispostos os seguintes emolumentos: 1º A cada meia folha de tradução ou certidão, mil e duzentos réis deveriam ser pagos pelo interessado no ato da entrega da tradução, não importando se esta tradução não tivesse completado uma lauda. Se a referida tradução fosse decorrente de um procedimento oficial, a cobrança só poderia ser feita ao final mediante condenação; 2º Para verificar a exatidão de outras traduções, cada exame valeria quatro mil réis pagos no fim, ou em forma de diária de três mil réis caso o exame durasse mais de um dia, conforme determinasse um Juiz; 3º Para verterem verbalmente em língua nacional respostas ou depoimentos, mil e duzentos réis seriam cobrados por cada interrogatório ou pela inquirição de cada testemunha, ou informante; 4º Por examinarem a exatidão das traduções feitas por corretores de navios se repetia o regime do 2º sendo o exame judicial (BRASIL, 1852, p. 374).

Dessa maneira, o Decreto analisado foi responsável por vincular definitivamente o ofício de intérprete ao poder público através dos Tribunais do Comércio, regulando as atividades inicialmente na Praça do Rio de Janeiro, mas que logo seriam respeitadas em todos os ofícios da nação. Sobre o Decreto n. 863, Oliveira (2005, p. 8), depois de analisar longamente as origens da profissão de tradutor público e intérprete comercial no Brasil entre 1808 e 1943, afirmou que as “demais peças legislativas referentes à profissão de Intérprete ou Tradutor durante o Império [o] tiveram sempre como referência, seja para fazer extensiva a sua aplicação, seja para modificá-lo”. Foi assim que, com as iniciativas do Direito Comercial e o nascimento do Código Comercial, iniciava-se a organização da profissão de intérpretes, diretamente relacionada com as atividades comerciais.<sup>105</sup>

#### 4. Euzébio Vanerio

As primeiras informações sobre Euzébio Vanerio na literatura são desconstruídas, o que se observa inclusive na grafia do seu nome, que também é encontrado grafado como Eusébio, ou seu sobrenome como Vaneiro. No *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Blake (1893), o dicionarista demonstra incerteza sobre o nascimento de Euzébio, que pensa ter sido na Bahia entre o terceiro e o último quartel do século XVIII e seu falecimento, antes

<sup>105</sup> Muito embora tenham deixado passar despercebido o Código Comercial e sua influência, durante a ascensão da cultura jurídica, na fundamentação da carreira dos intérpretes e tradutores, os seguintes estudos apresentam estudos aprofundados do tema: *As origens da profissão de tradutor público e intérprete comercial no Brasil (1808-1943)* de Luiz Eduardo Oliveira (2005) e a dissertação do PPGED/UFS, *Um Brasil de várias línguas: professores, tradutores da praça e intérpretes da nação (1808-1828)*, de Roberto Carlos Bastos da Paixão (2015).



de 1850 em Salvador, o que será revisto a seguir. Possivelmente inspirada nessas informações, Nunes (2008, p. 42) também o apresentou como baiano em seu estudo clássico da História da Educação em Sergipe. Entretanto, em um requerimento encontrado no Arquivo Nacional<sup>106</sup>, o próprio Euzébio se apresentava como branco, casado, natural da Ilha da Madeira e residente da província da Bahia. Paixão, Guedes & Andrade (2018, p. 1-2) acrescentam que seu nome era Euzébio Vanerio Correia, nascido em 1785, em Funchal, na Ilha da Madeira, e casado com Samoa Angélica Vanerio. Ainda de acordo com Blake (1893, p. 310), ele serviu como guarda-livros, intérprete da alfândega e lente substituto da real Aula de Comércio.

São dispostas no verbete de Euzébio as seguintes obras, a ele atribuídas: *Deveres do homem ou cultura moral*, ampliada e traduzida de diversos autores para o uso da mocidade, lançada em Lisboa, em 1819; *Provincia da Bahia*, um estudo estatístico financeiro extraído de repartições públicas entre 1831 e 1832; *Guia das boas mães de família, ou educação physica dos meninos*, cujo manuscrito de 88 páginas informava estar disponível no Instituto Histórico; por último, entre 1821 e 1824, uma folha que se chamou *Diario Constitucional* e, depois, *O Independente Constitucional*, a qual se destinava a preparar elementos para a independência do Brasil. Adicione-se à relação de Blake que, em 1815, Euzébio publicava seu *Plano de huma Aula de Commercio Theorica e Practica* pela Imprensa Régia (Figura 4), com o intuito de concorrer a lente régio. O atraso na impressão terminaria por atrapalhar seu objetivo, mas apresentaria um planejamento bastante adiantado para a época.

A folha de rosto do referido *Plano*, encontrado no Arquivo Nacional<sup>107</sup>, revelava em letras menores que Euzébio era “Director actual da Casa de Educação, para a mocidade de ambos os sexos denominada: Desejo da Sciencia”. Tal estabelecimento de ensino seria fundado na Bahia depois de educar-se em Londres, fixar residência na casa do negociante Francisco Ignácio de Siqueira Nobre por volta de 1810, e servir como guarda-livros em diversas praças marítimas. Ainda em 1810 abriria com sua esposa, Angélica Vanerio, uma escola particular para a “educação da mocidade baianense”. Euzébio ensinava primeiras letras, aritmética, gramática portuguesa, inglês, francês e comércio prático, enquanto Angélica se ocupava de ensinar primeiras letras e trabalhos domésticos às meninas, além de auxiliar Euzébio Vanerio nas aulas de comércio no quesito de moda (CHAVES, 2007, p. 270-271).

<sup>106</sup> Fundo da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (JCAFN), 7x, Cx 387, pct 03.

<sup>107</sup> Idem.

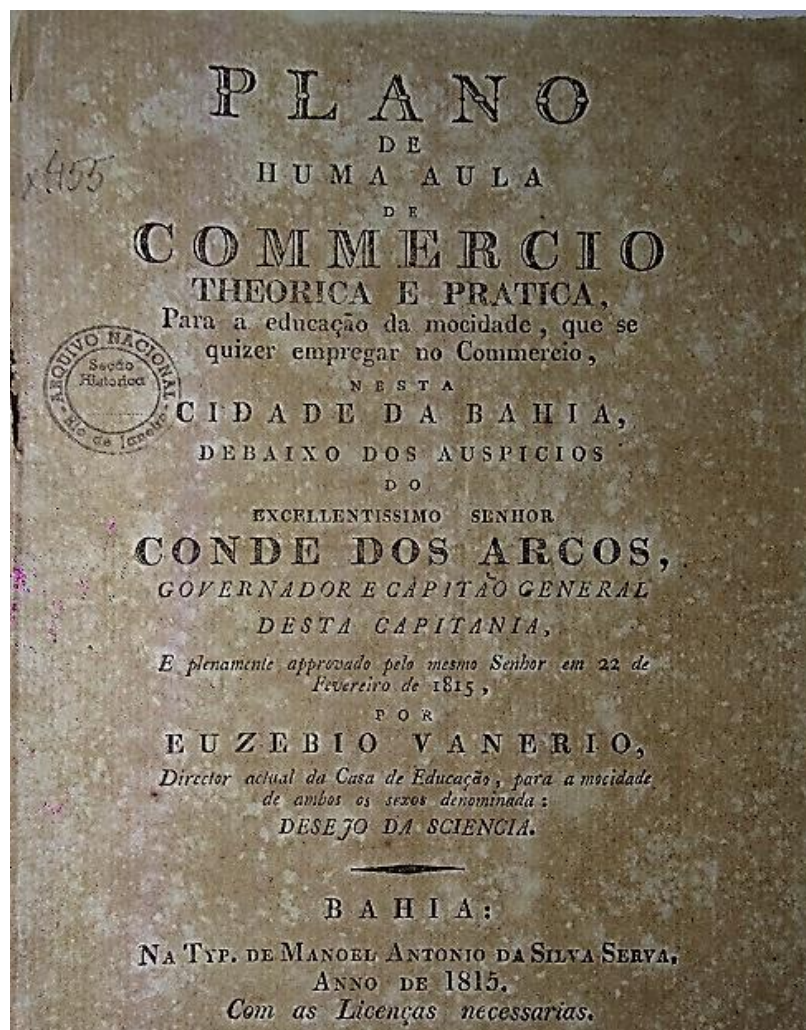


Figura 4: Folha de rosto *Plano de huma Aula de Commercio Theorica e Practica*.  
Fonte: VANNERIO, 1815.

O plano de Euzébio foi aprovado pelo Conde dos Arcos e governador da Capitania da Bahia, e apresentava a compreensão de que muitos conhecimentos de diferentes ramos compunham a formação de um perfeito negociante. Na apresentação ficava claro que, além da álgebra e da aritmética – as quais tornariam a escrituração clara desde o primeiro “golpe de vista” –, conhecer geografia e história moderna, por exemplo, possibilitaria entender tratados e alianças das nações civilizadas, usos e costumes dos diversos povos; prever a fome e a guerra, saber da moda e dos caprichos; e conhecer pesos, medidas e produções de todos os países do globo. A esses conhecimentos teóricos, acrescentava Euzébio a prática, pois “raras vezes o estudo he util, se não for acompanhado com a pratica”. Prometia ele, enquanto propunha estabelecer ali uma Aula de Comércio, que, partindo desses princípios, qualquer aluno que saísse de sua Aula poderia se empregar como caixeiro ou guarda-livros.

No prospecto do curso, Euzébio surpreendentemente dava início aos estudos com aulas de línguas estrangeiras: “Principiarei por ensinar, ao menos, a traduzir as Linguas Franceza, e

Ingleza, dando uma lição por dia destes idiomas, não só para melhor se entenderem os Autores mercantis, como porque são indispensáveis a hum perfeito Negociante”. Em seguida, o comércio seria explicado a partir das obras portuguesas já mencionadas de José da Silva Lisboa e de Manoel Luis da Veiga, mas acompanhadas de obras dos estrangeiros *Magens, Mr. Millar, Blucher, Savary, Emerigon, Allan-Parke*, e sobre escrituração, as obras de *Helly e Peres de Millão*. O elaborado plano segue estabelecendo conteúdos e estratégias detalhadamente com uma ideia bastante inovadora para as aulas práticas: a dramatização.

A partir da criação de uma sociedade fictícia entre comerciantes ingleses e baianos, os alunos praticariam a arrumação de livros sendo os residentes em Londres responsáveis por arrumar seus livros por partidas dobradas e, aqueles da Bahia, responsáveis por arrumá-los em partidas singelas. Os melhores representariam os negociantes ingleses e os demais, negociantes baianos, o que seria feito em revezamento. Para tanto, dois conjuntos de livros seriam criados para que os melhores alunos fossem os caixas da sociedade, depois, de acordo com a proporção dos seus conhecimentos, os seguintes alunos fossem os guarda-livros e os demais fossem os caixeiros. Para ambientar a prática, a sala seria decorada como se usa nos escritórios de negociantes, incluindo gazetas nacionais e estrangeiras com informes sobre câmbios e amostras de tecidos e todos os produtos coloniais.

Após cuidar de suas estratégias de ensino, o plano de Euzébio Vanerio se concentrou em estipular condições para o funcionamento do curso: 1º A Aula não abriria turma sem um mínimo de 20 alunos, a exemplo do que estava determinado nos Estatutos da Aula de Comércio. Não seriam admitidos alunos que não soubessem ler e escrever ou não tivessem conhecimentos pelo menos de aritmética; 2º Cada aluno pagaria 4\$800 réis por mês, além de dois jogos de livros que o Diretor mandaria fazer “ao seu gosto” para a sociedade mercantil. Seriam rateadas também as despesas diárias com papeis, penas, lápis, compasso, réguas, etc. 3º Três alunos deveriam ser admitidos gratuitamente, um à escolha do Governador, outro do Inspetor da Mesa, e o terceiro à escolha do Diretor, ou seja, o próprio Euzébio Vanerio. 4º As aulas deveriam ocorrer de 9:00 às 12:00 e de 15:00 às 17:30. 5º Sendo que às quintas-feiras haveria descanso e se ensinaria geografia apenas no turno matutino. 6º As línguas inglesa e francesa seriam ensinadas em dias alternados e tão logo os alunos comesçassem a traduzir, as lições passariam a ser feitas em casa para não tomar tempo de outros estudos. 7º Ao fim das lições das línguas, começaria a explicação dos autores do comércio.

A maior novidade desse plano estava no 8º item das condições com propostas de aulas extraclasse, nas quais os alunos deveriam visitar trapiches, alfândegas e casas de negociantes para coletar documentos ou amostras para compor a simulação da sociedade de comércio. No

9º, era reforçada a necessidade de que os alunos se provessem. Além disso, os alunos guardariam seus livros dentro de uma gaveta fechada na sala de aula. Finalmente, o 10º estabelecia que as avaliações semestrais aconteceriam publicamente, com convite ao governador, ao capitão geral da capitania, aos pais e parentes dos alunos, além dos negociantes que se interessassem. Nesses exames, os alunos poderiam ser arguidos pelos visitantes. Em cada aniversário da abertura das aulas, “haveria premiações para os melhores; a não premiação seria o castigo dos menos esforçados, aliás, segundo Vanerio, este seria o único castigo imposto no curso” (CHAVES, 2007, p. 271-272).

As práticas adotadas no plano não coincidentemente aproximavam-se dos princípios do método sistematizado por Joseph Lancaster<sup>108</sup> (1778-1838) e André Bell<sup>109</sup> (1753-1832), posto que ofereceu a tradução de *Improvements in education* de Lancaster (1803) a D. Pedro I, que com suas adaptações veio a se chamar *Memória sobre o ensino mútuo*<sup>110</sup>. Foram indícios do método lancasteriano reconhecidos no referido plano: o ensino coletivo, o engajamento de alunos com maior grau de instrução, o uso de materiais e técnicas diversas em sala de aula e a supressão de castigos. Considerando que Vanerio já utilizava alguns desses princípios pragmáticos em sua escola Desejo da Ciência, pode-se inferir que ele preconizou a aplicação deste método no Brasil<sup>111</sup>. Chaves (2011, p. 238) credita “o ensino técnico e profissionalizante de instrução mercantil como possivelmente a primeira experiência do ensino mútuo no Brasil, e conseqüentemente, não associado ao ensino elementar como era de se esperar”.

<sup>108</sup> “Lancaster, da seita dos Quackers, criou uma escola para crianças pobres em Londres (oitocentos meninos e trezentas meninas), em 1798. Diante do problema de instruir gratuitamente grande número de alunos sem utilizar muitos professores, decidiu dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior ao dos outros e sob direção imediata do professor. Lancaster percebeu que, por esse método, um só professor era suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos. Publicou *Amélioration dans l’éducation des classes industrieuses de la société*, onde destaca os resultados obtidos, estimulando a abertura de inúmeras escolas que imitam o *método de Lancaster*” (BASTOS, 2005, p. 35-36).

<sup>109</sup> “Bell, médico e pastor anglicano, aplicou princípios do método nas Índias Inglesas, em Madras, onde dirigiu um orfanato de 1787 a 1794. Não podendo contar com mestres capacitados, teve a ideia de utilizar os melhores alunos – os monitores – para transmitir aos demais alunos os conhecimentos que haviam aprendido com o professor. Com esse método, instrui em torno de duas centenas de alunos. Quando retorna à Inglaterra, publica *Essai d’éducation fait au collège de Madras* (1797), onde relata sua experiência: *o meio pelo qual uma escola inteira pode instruir-se ela mesma sob a supervisão de um só professor*” (BASTOS, 2005, p. 35).

<sup>110</sup> Nunes (2008, p. 42) atenta que, enquanto oferecia a tradução de *Sistema lancasteriano acerca da educação da mocidade*, ainda no reinado de D. João VI, Vanerio solicitava, para ele e sua esposa, subsídios a fim de “instruírem-se na Inglaterra ou na França na prática, ou ser encarregado de difundir os seus conhecimentos teóricos, sendo para isso admitido no Real Serviço”, no entanto, esse requerimento estava paralisado na Mesa do Desembargo do Paço em outubro de 1820 para ser discutido, sem apreciação diante dos acontecimentos políticos desencadeados em Portugal e sua repercussão no Brasil com o retorno do Rei.

<sup>111</sup> Embora instigante, não é interesse desta tese atacar a relação entre Euzébio Vanerio e o método lancasteriano. Para conhecer mais sobre o tema, ver *O legado de Euzébio Vanerio à instrução pública brasileira: pioneirismo na utilização e divulgação do método lancasteriano nas províncias de Sergipe e Bahia*, tese de doutorado de Roberto Carlos Bastos da Paixão, em desenvolvimento no PPGED-UFS.

De volta à trajetória de Euzébio Vanerio na Aula de Comércio da Bahia, conta Chaves (2011) que, desde 1812, estava autorizada a criação da Aula de Comércio nas praças mercantis de Pernambuco e Bahia. Os editais haviam sido divulgados em Portugal na sequência da aprovação da Junta de Comércio de Lisboa. A exigência de formação completa nas áreas mercantis certamente afugentava os candidatos, então por algum tempo as referidas praças ficaram sem Aula de Comércio. Quando finalmente surgiram candidatos, os pretendentes a lentes eram em sua maioria negociantes ou estudiosos inexperientes. Como não apareceram pretendentes ao cargo de lente, o português Genuíno Barbosa Betânio, submeteu um requerimento para concorrer à vaga em 1814. O referido candidato era matemático e foi encaminhado pela Junta do Comércio para a seleção mesmo com poucos conhecimentos em escrituração mercantil. O parecer de sua aprovação relatava falta de clareza no método de escrituração de livros e classificava sua exposição como “obscura e diametralmente oposta ao original”. Ao final, os membros da Junta de Comércio sugeriam que o novo lente dedicasse o período seguinte, quando ainda não haveria aula, a exercitar em “diários e livros de casas de comércio” (CHAVES, 2011, p. 234-235). Genuíno seria nomeado lente da Aula de Comércio da Bahia em 07 de Junho de 1814, com ordenado anual de 500\$000 (quinhentos mil réis). Para o primeiro curso da Aula de Comércio (1815-1817), não foi possível encontrar a quantidade de alunos matriculados. No segundo curso (1818-1820), relacionaram-se 23 alunos matriculados, mas destes somente 5 restaram aprovados (ARAÚJO, 2013, p. 11).

Foi a partir das dificuldades e ausências de Genuíno Barbosa<sup>112</sup> que a Mesa de Inspeção da Bahia nomearia Euzébio Vanerio – já convocado para assistir aos testes de habilitação dos concludentes na qualidade de examinador em 1816, diante de sua distinção nos conhecimentos – para o cargo de lente substituto da Aula de Comércio da Bahia, em 31 de março de 1818. Entre 1818 e 1820, Euzébio se destacou na atuação de lente e aparentemente aproveitou a insatisfação dos aulistas com Genuíno para tentar passar do cargo de substituto ao de lente efetivo da Real Aula de Comércio da Bahia. Foi encontrado, no Arquivo Nacional<sup>113</sup>, um primeiro requerimento de 18 de junho de 1818, prefaciado

<sup>112</sup> “A trajetória de Genuíno foi conturbada. Sua conduta foi muito criticada por alunos e por Euzébio Vanério, que pleiteava sua vaga. Opositor da Independência do Brasil, Genuíno foi acusado de insultar e de ‘espancar brasileiros’. Conta-se que se alistou voluntariamente como soldado junto à Tropa Lusitânia para fazer a guerra ao Brasil. Após expulsão das referidas tropas, em 2 de Julho de 1823, Genuíno Barbosa fugiu para Portugal, levando todo o material didático das aulas de comércio, deixando seu novo substituto em apuros. Antes de sair, no entanto, havia entrado em atrito com vários alunos, os quais fizeram repetidas queixas contra os seus procedimentos, sobretudo sobre suas constantes ausências. Eles alegavam que era comum encontrarem na porta do estabelecimento avisos com os seguintes dizeres: ‘estou doente’, ‘não estou em casa’, ‘fui falar ao governo’, ‘fui visitar um amigo’, entre outras desculpas semelhantes” (CHAVES, 2007, p. 270).

<sup>113</sup> Fundo da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (JCAFN), 7x, Cx 387, pct 03.

longamente com o currículo de Euzébio, solicitando remediar o desleixo e a conduta irregular, além das moléstias de Genuíno. Em outro requerimento, de 27 de julho de 1818, prometia ele melhorar a Aula de Comércio com um ensino mais prático de escrituração e línguas vivas, encaminhando seu *Plano de huma aula de commercio theorica e pratica*.

Outro requerimento, de 5 de agosto de 1819, retomava a solicitação, pedindo uma posição e lembrando que talvez nenhum outro poderia estar em melhores circunstâncias para preencher à risca as funções de lente. Ao que parece, de acordo com o documento<sup>114</sup> que havia designado Euzébio Vanerio como substituto e o convocava para juramento, após Genuíno Barbosa ter participado suas moléstias à Mesa, o vencimento de Euzébio seria a quinta parte do ordenado de Genuíno, o que poderia ter motivado suas investidas. Com o intuito de convencer sua efetivação, se encontra inclusive um abaixo assinado, de 14 de abril de 1818, de negociantes da Praça da Bahia em que são retomados sua função de guarda-livros nas casas de Francisco Ignacio de Siqueira Nobre e Manoel José de Magalhães, seus 9 anos de ensino, além de sua habilidade com línguas e sua conduta regular desde o ofício de caixeiro até diretor e preceptor da mocidade. Uma nova tentativa de Euzébio foi registrada em um requerimento<sup>115</sup> de 27 de março de 1819, em que solicitava lugar na Aula de Comércio de Pernambuco, a qual ainda não se encontrava criada e, portanto, sem lente.

Devido aos vários requerimentos submetidos por Euzébio Vanerio, a Junta do Comércio decidiu ordenar que a Mesa de Inspeção investigasse a procedência das acusações. Em resposta à Mesa de Inspeção sobre as acusações de Euzébio Vanerio, um relatório muito longo sobre a importância daquela Aula, com exposição da situação depois de ouvir o acusado, provia o seguinte parecer:

O que tenho visto: Parece ao Tribunal e informando-se com a informação do Procurador e Capitao Geneval que vista a commenda que o atual Lente tem posto com seu comportamento com provas de instabilidade e mau caracter do Supplicante Euzebio Vanerio, excusados os Requerimentos deste, cumpre conservar, bem que debaixo de particular vigilância, aquelle no exercicio da sua Aula. E que posto não seja destituído de muito bom fundamento a reforma proposta pela Meza da Inspecção: em juizo como ella faz parte das que devem constar no Plano Geral de reforma daquelles Estudos que este Tribunal se propoem tambem submeter em tempo opportuno á Soberana Approvacao de Vossa Majestade [sem a qual] nada se deve renovar. E que quanto a nomeação de um substituto com essa boa ordem do publico serviço que a Meza da Inspecção ponha aquelle emprego a concurso, Dignando-se Vossa Majestade de conceder que elle alli se Haja de crear com ordenado de

<sup>114</sup> Arquivo Nacional, Fundo da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (JCAFN), 7x, Cx 452, pct 01.

<sup>115</sup> Idem.

duzentos mil reis cruseiros á semelhança do substituto da Aula de Comércio desta Corte por ser vós dispensavel pressão semiprostrado o lente effectivo sem impedimentos, se vá habilitar-se para succeder quando elle venha afastar-se (BR AN, JCAFN:7X, Caixa 387, Pct 03).

Dessa maneira, o parecer indicava que a Junta considerou as críticas de Euzébio Vanerio a Genuíno Barbosa improcedentes, chegando inclusive a acusá-lo de mau caráter por atacar o lente enfermo. Nesse despacho também está esclarecido que o salário praticado para Euzébio não foi a quinta parte do ordenado do lente efetivo, mas sim 200\$000/ano, o que ainda estava muito abaixo dos 600\$000/ano do efetivo, de todo modo. Pelo que se depreende das palavras finais do Parecer de 12 de setembro de 1820, terminava ali a atuação de Euzébio Vanerio na Aula de Comércio da Bahia com a sugestão de nova seleção de lente substituto. Embora tenha se esforçado para tornar-se um professor régio, ou seja um professor oficial da Aula de Comércio sob a responsabilidade do Estado, a carreira de Euzébio ainda encontrou caminho dentro das organizações que se fizeram necessárias no contexto da construção da independência do Brasil.

A tensa relação entre as elites local e portuguesa, que se estabeleceu desde a instalação da Corte no Brasil (1808), e que culminaria com a Revolução do Porto<sup>116</sup> (1820), promoveu uma espécie de movimento de disputa entre aristocratas portugueses que paradoxalmente levou à independência do Brasil (1822). Nesse contexto, encontram-se manuscritos na Biblioteca Nacional<sup>117</sup> que localizam Euzébio Vanerio como tendo feito relevantes serviços à causa da Independência. São relatadas passagens dele em cargos como organizador dos negócios de divisões relacionadas aos movimentos da independência, a exemplo das vilas de Pirajá, Torre e Abrantes na Bahia. Além de ter sido Vedor da Gente de Guerra na Bahia, vê-se Euzébio Vanerio designado como Secretário do Governo Militar da Província de Sergipe, em 6 de novembro de 1822 e, depois, Escrivão Deputado Interino da Junta da Fazenda Pública da Província de Sergipe em 17 de junho de 1823. Diante de sua aptidão para várias atividades de interesse público, Euzébio foi nomeado para atribuições diferentes durante sua trajetória.

<sup>116</sup> “Tratava-se de um movimento liberal, voltado para a convocação de uma Assembleia Constituinte, mas que exigia o retorno imediato do rei. Um ano após sua eclosão, d. João e uma parcela significativa de sua Corte retornavam. No entanto, a dualidade de poder não havia sido extinta: como regente brasileiro ficou d. Pedro e, com ele, segmentos importantes do antigo grupo fugido de Portugal. O alvo da pressão volta-se agora para o regente: em 21 de setembro de 1821, um decreto determina seu retorno imediato, na intenção de evitar o risco do retorno do Rio de Janeiro à condição de sede do Império após a morte de d. João VI. Mas Pedro resiste a essas pressões e, a 9 de janeiro de 1822, torna pública sua decisão de permanecer no Brasil. Nesse mesmo mês, a metrópole portuguesa nivela o Rio de Janeiro à condição das demais províncias, gesto a que o regente responde com a expulsão das tropas lusitanas do Rio. As duas cortes, dessa forma, disputam o poder, até que, em 7 de setembro, d. Pedro rompe definitivamente com a antiga pátria-mãe, sagrando-se imperador a 12 de outubro do mesmo ano” (PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 164).

<sup>117</sup> Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Cx 109.

Contudo, no que se refere ao ensino, pode-se dizer que sua carreira foi dominada por sua atuação como mestre em aulas particulares, a exemplo da escola de primeiras letras e comércio de que também foi diretor. Os seguintes anúncios são exemplos de aulas particulares em que Euzébio se engajou em território sergipano:

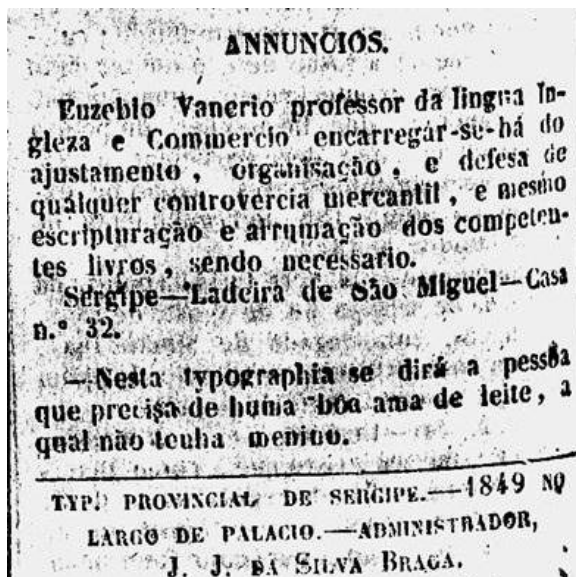


Figura 5: Anúncio de Euzébio Vanerio oferecendo-se para professor ou guarda-livros.  
Fonte: *Correio Sergipense*, 13 de janeiro de 1849



Figura 6: Anúncio do Collegio Fraternidade, sob direção de Euzébio Vanerio.  
Fonte: *Correio Sergipense*, 06 de fevereiro de 1850

O primeiro anúncio (Figura 5) mostra uma oferta de aula particular e o segundo (Figura 6) revela um novo estabelecimento de ensino comandado por Euzébio Vanerio, dessa vez com a ajuda da esposa e da neta, para instrução exclusiva de meninas. Além de ter sido lente, guarda-livros e caixeiro, Euzébio ainda foi tradutor de obras e manuais técnicos, e intérprete. Embora os lugares de intérpretes e tradutores estivessem sendo suprimidos de algumas repartições para atender à contenção de despesas estabelecida pelo Decreto de 3 de dezembro de 1821, o ofício de intérprete ainda era fundamental no ambiente portuário e nas praças de comércio. Assim, foram criados lugares de intérprete nas províncias de Pernambuco, em 19 de dezembro de 1825, e da Bahia, em 29 de agosto de 1825, conforme atentou Oliveira (2006, p. 72). O Decreto de 29 de agosto de 1825 estabelecia a criação dos lugares de intérprete e guarda-livros, diante da

[...] necessidade urgente, que havia na Alfandega da Província da Bahia, dos logares de Interprete e Guarda-livros, para a mais exacta fiscalisação das rendas e expedição elos negocios que por ella correm; e atténdendo ao prestimo e perícia de Euzébio Vaneiro: Hei por bem, creando provisoriamente os ditos logares, fazer-lhe mercê da serventia delles,



vencendo, pela folha respectiva, o ordenado annual de 600\$000, e com as obrigações que a taes empregos competem, além das incumbencias de que fór encarregado (BRASIL, 1885, p. 81).

O documento, assinado por Mariano José Pereira da Fonseca, Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, nomeava para o ofício de guarda-livros e intérprete, Euzébio Vanerio. Sua relação com esse ofício pode ser atestada inclusive por solicitações de certidão de sua atuação como intérprete em dois documentos encontrados no Arquivo Nacional<sup>118</sup>. Ambos datados de 9 de novembro de 1816, os requerimentos pediam a emissão de certidão das vezes que serviu no papel de intérprete da língua inglesa tanto na tradução de protestos marítimos como nas inquisições de testemunhas mesmos. O outro requerimento, mais revelador, solicitava certidão por ter servido como intérprete da língua inglesa durante as devassas, ou auditorias, realizadas nos navios ingleses ainda antes da abertura daquele porto. Dessa maneira, pode-se especular que Euzébio Vanerio tenha chegado ao Brasil ainda antes de 1808 e não somente em 1810, conforme encontrado na literatura sobre ele.

Ainda durante a conjuntura da independência, viu-se Euzébio ser relacionado à província de Sergipe<sup>119</sup> através de sua nomeação pelo General Labatut para ajudar a pôr

<sup>118</sup> Arquivo Nacional, Fundo da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (JCAFN), 7x, Cx 452, pct 01.

<sup>119</sup> A respeito do período em que trabalhou em Sergipe, foi encontrado na Revista do IHGSE um discurso proferido por Epifânio da Fonseca Dória em Laranjeiras-SE, a 29 de dezembro de 1943, que agrupava Euzébio Vanerio entre os habitantes ilustres que a referida cidade já teve. Dizia o proferente: “Euzébio Vanerio, súdito inglês, que residia então nesta poética Laranjeiras, e foi secretário do coronel José de Barros Pimentel, comandante das armas, em quem Labatut encontrou ajudas eficazes, tendo ido à cidade da Baía, de onde se tinha passado, há alguns anos para Sergipe, ali encontrou flutuando à tona da consciência pública a fama do heroísmo sergipano nos campos do Pirajá” (DÓRIA, 1948, p. 7). Convém observar que, como o objetivo do texto era exaltar os laranjeirenses, é incerto que Vanerio tenha realmente morado em Laranjeiras-SE ou que o proferente tenha apenas o incluído no discurso para enriquecer sua narrativa. Além disso, Dória confundiu a nacionalidade do professor com a língua que ensinava. Ele já havia feito o mesmo em um dos textos da coleção de suas *Efemérides Sergipanas*, obra organizada por Ana M<sup>a</sup> Fonseca Medina. No texto publicado a 4 de março de 1942, ele afirmava que “Euzébio Vanério era, ao que se sabe, súdito de Sua Majestade britânica, mas se incorporara ao patrimônio demográfico e cívico do Brasil, tendo se devotado à causa da Independência. Adaptara-se ao meio social baiano e para aqui viera, na corrente dos baianos. O Dr. Sacramento Blake, mencionando-o no seu *Dicionário Biobliográfico*, atribui o seu nascimento na Bahia. Não se deu, Vanério era inglês” (DÓRIA, 2009, p. 275). No mesmo texto sobre aulas de inglês no Liceu de São Cristóvão, o autor acrescentou à produção de Vanerio a tradução do *Curso Normal* de Melle. Sauvan, que foi oferecida ao presidente da província, Dr. Zacarias de Góis Vasconcelos, acompanhado de um memorial de 20 de agosto de 1849. Ainda nessa publicação, Dória cravou a data da morte de Vanerio: “Com a sua morte, verificada em 24 de maio de 1852, foram por água abaixo essas preciosas conquistas que tínhamos alcançado no terreno da educação” (DÓRIA, 2009, p. 276). Entretanto, no texto publicado a 30 de março de 1934, que relembra a criação do curso de comércio anexo ao Liceu de São Cristóvão, Dória dizia: “Era lente de Inglês o referido Euzébio Vanério que faleceu em 1854 e com ele desapareceu o curso que tinha duração de dois anos” (DÓRIA, 2009, p. 353). Campello (2015, p. 284) relacionou uma crônica histórica sobre o falecimento de Vanerio, produzida como efeméride para o *Correio de Aracaju* de 1º de março de 1942, mas não reunida na seleção utilizada aqui. Contudo, o número desejado desse periódico estava indisponível no acervo do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. Outros centros de memória que poderiam guardar esse jornal seriam a Biblioteca Epifânio Dória, que se encontrava em reforma durante a produção dessa tese, e o Arquivo Público, o qual também estava fechado nas oportunidades em que se pretendeu

ordem nos negócios da administração pública. Como notou Nunes (2008, p. 42), Euzébio esteve “ligado à vida de Sergipe a partir da autonomia política<sup>120</sup>”, e viria tomar conhecimento da abertura de concursos para o Liceu de São Cristóvão, na primeira capital daquela província. Conforme Lima (2005, p. 116-117), a Resolução nº. 212 de 06 de maio de 1848 estabelecia a criação de cadeiras de história, geografia e inglês:

Artigo 1º Ficam criadas no Liceu desta Capital duas Cadeiras, uma de Geografia e História, e outra de Inglês.

Artigo 2º os professores, que forem providos, farão parte da congregação dos lentes do mesmo Liceu, e tanto o de Geografia e História, como o de Inglês, perceberão o ordenado anual de 800\$000 (FRANCO, 1879, p. 490).

O anúncio do concurso para a cadeira de inglês veio a público em 2 de setembro de 1848 e foi realizado no dia 3 de novembro do mesmo ano às 10 horas da manhã, segundo Lima (2005, p. 118), enquanto Alves (2009, p. 6) localiza o exame no dia 16 de fevereiro de 1849, com a presença solene do Presidente da Província, Zacarias de Góes Vasconcellos, resultando na aprovação de Euzébio Vanerio. A abertura da matrícula foi publicada em um edital do mês de maio de 1849, com início das aulas previsto para 11 de maio de 1850. Contudo, Lima (2005, p. 117) relatou que o número de alunos era pequeno e o aproveitamento deles variava entre “Bom”, “Regular”, “Algum” ou “Nada”.

Talvez para aproveitar a presença de Euzébio Vanerio, no mesmo período foi criada uma cadeira de Comércio, em forma de curso anexo ao Liceu de São Cristóvão, organizada pela Lei n. 243 de 30 de março de 1849, que assim dispunha no Artigo 1º: “Fará parte da instrução secundária, ministrada no Lyceo desta Cidade, um curso completo de comércio, contabilidade, e escrituração mercantil por partidas dobradas, tanto teórica, como praticamente, o qual durará dois anos” (FRANCO, 1879, p. 491).

O referido curso foi composto por lições de comércio, contabilidade, escrituração mercantil, conhecimentos das operações de banco e papéis judiciais usados no comércio. Estava previsto ainda o estudo de língua francesa, inglesa e geografia. As aulas de comércio e língua inglesa ficaram sob a responsabilidade de Euzébio Vanerio e aconteceriam com o intuito de preparar pretendentes dos lugares ou cargos públicos da Província e, assim, melhorar a qualificação do quadro de servidores dos órgãos públicos. Nesse sentido, a aula

---

a pesquisa. Assim como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, os acervos de documentação sergipana e periódicos da BICEN/UFS também não dispunham de exemplares do referido jornal.

<sup>120</sup> Está também situado nesse período dos movimentos para a independência do Brasil, o desmembramento das capitanias de Sergipe e Bahia. A 08 de julho de 1820, D. João VI assinava um decreto separando as capitanias, o que seria reconhecido por D. Pedro I e tornaria Sergipe em província após 1822.

inaugural contou com a presença de empregados da tesouraria a convite do diretor da instituição, vigário Barroso, em 1º de junho de 1849. Os exames do curso de Comércio deveriam ser realizados publicamente ao fim de cada mês. Para acompanhar o rendimento de cada aluno, um livro de registro expunha no mapa seis alunos matriculados com desempenho “Bom”, entretanto, os alunos viriam a abandonar os estudos em 1850 (LIMA, 2005, p. 119).

Ainda em 1849, Euzébio Vanerio trazia a público seu descontentamento com a baixa procura por matrícula e o não atendimento de suas expectativas, como analisou Alves (2009, p. 5-7). Um Aviso do *Correio Sergipense*, de 10 de novembro de 1849, trazia o seguinte relato:

Convidado por hum Aviso Publico nos jornaes da Bahia, larguei alli meu estabelecimento escolastico primario e sencundario, e vim á esta provincia, como oppositor á cadeira da lingua Ingleza que por exame em concurso me foi conferida. Apenas provido, e sendo-me destinadas as horas das 4 as 6 da tarde, para o leccionamento, entrei em exercicio effectivo, até que por virtude da Lei n. 243 de 30 de março do corrente sendo-me encarregado conjunctamente o curso commercial a elle dei principio no 10 de Junho, devendo desde então empregar-me das 7 ás 8 horas e meia da manhã no primeiro exercicio, e das 4 ás 6 da tarde no segundo, o que hei cumprido com religiosa exacção. Se pois não pude ter a satisfação de propor a exame algum alumno no presente anno, bem que haja exposto as causas ante a congregação afim de que cheguem ao conhecimento das authoridades julgo com tudo manifestal-as, e desenvolvel-as ante o publico a quem devo dizer, e falar a verdade núa e crua. A despeito do afan, com que tanto os adultos como a juventude pressurosa anhelava prosseguir a língua de Pope e Addison, esse idioma geral no mundo commercial, e de utilidade bem apreciada do estudo do commercio, até privilegiado pela Lei da Creação, bem longe de attribuir a falta de alumnos em ambas as aulas, a desamor de estudo, parece-me não errar, quando consagro a alguns impecilhos confeccionados nos Estatutos do Lyceu, a imperiosa escacez de livros, a pouca numerosa mocidade da capital, e a falta de concorrentes de fora, carecedores de commodidades durante seus estudos. [...] Tendo em Inglez tres discipulos os snrs. Miguel Arcanjo Galvão, o professor primario Brandão, e Joaquim José da Silva Castro não matriculados, mas assistentes, lisongeio-me, e presto todo louvor ao mérito do primeiro, que ao querer dar authentica prova dos conhecimentos adquiridos em tal lingua, e em tão curto espaço honrar-se-hia, e ao professor. O segundo, que assaz tem ganhado em pronuncia, se suas occupações não o tornassem pouco assiduo, bastante teria aproveitado: e o terceiro, coatando apenas tres mezes de ensino, acha-se traduzindo em prosa sofrivelmente (CORREIO SERGIPENSE, SE, 1849).

O texto em que Euzébio Vanerio participava ao público as condições para o esvaziamento de suas aulas revelava seus horários de aula e o fato de não ter havido inscritos no primeiro ano do curso comercial. Lima (2005, p. 119) contava inclusive que, não tendo se inscrito nenhum pretendente até o encerramento do prazo publicado na abertura da referida aula em maio de 1849, o período de matrícula resultou prorrogado. Entre os obstáculos

listados por Euzébio estão a falta de concorrência entre os aspirantes aos empregos, a mocidade pouco numerosa e a escassez de livros. A relação da aula de comércio com o inglês fica novamente evidenciada durante a exaltação da língua. Sobre as aulas de inglês, Euzébio Vanerio destacou o fato de que frequentavam suas aulas três assistentes não matriculados, cujo desenvolvimento ele fez questão de mencionar. Sobre a Aula de Comércio, continuava ele:

A aula de commercio bastante frequentada nos primeiros dias, como estivesse em exercicio o indispensavel curso arithmetico, que a maior parte dos ouvintes julgava familiar, entrarão a escacear, reservando-se para a epoca da escripturação e arrumação de livros, em que mais se interessavão; huma outra parte não se julgando a destricta aos encargos de estudante matriculado, sem verdadeiro norte em instrucção, ou desconhecendo quando he necessario hum tal estudo nesta Província, nova em commercio e artes, insensivelmente foi afrouxando na proporção do maior desempenho, que as lições requerião. Não he sufficiente a exactidão, e o bom desempenho do educador, muito concorre a assiduidade do educado, o interesse e cuidado, que os pais e tutores tomão pela educação e instrucção de seus filhos e pupilos, e, mais que tudo, a acção governativa sempre empenhada no melhoramento deste ramo do serviço publico. Se huma vida constantemente dedicada á instrucção publica, como por habito, me faz muito aprecial-a, o desejo de ser util a esta província que gratamente me acolheo em seu gremio, e me commetteo parte dessa mesma instrucção, induz me a franca e gratuitamente cooperar, mesmo durante as ferias, em que nos achamos, para o aperfeiçoamento, e instrucção de qualquer das materias ao meu cargo, assignando para isso das 3 horas e meia as 5 e meia da tarde em minha casa á ladeira de S. Miguel (CORREIO SERGIPENSE, SE, 1849).

Euzébio observava que parte dos alunos estava aguardando as matérias de maior interesse para frequentar, enquanto outra parte ignorava a importância dessas aulas para o crescimento da província, ainda “nova em commercio e artes”. Acrescentou a importância da corresponsabilidade dos aprendizes no processo de aprendizagem e destacou o apreço aos estudos pelos pais e tutores, bem como o empenho do governo para o melhoramento desta instrução pública. No final, se oferece para cooperar gratuitamente com as matérias de seu cargo em seu endereço em retribuição de sua acolhida. Apesar de sua boa vontade e seus esforços para defender suas matérias no Liceu de São Cristóvão, nenhum aluno concluiu os estudos no primeiro ano. No segundo ano, apenas um aluno se matriculou. E, finalmente, em 1852, quatro alunos se matricularam.

O relatório contendo esses dados embasou a decisão do presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa de fechar o curso de comércio alegando suas desvantagens e inutilidade. Entretanto, outras razões concorreram para o fim do referido curso, Amorim (2009, p. 50-51)

acredita que “o fato dos estudos realizados no Liceu de São Cristóvão não serem reconhecidos para a matrícula nos cursos superiores fez com que houvesse um número muito restrito de alunos frequentando as aulas, inclusive as de Inglês”. Nunes (2008, p. 77) lembra que “um sistema educacional para dar resultados necessita estar em consonância com a realidade local”, então os melhores lugares para este tipo de curso teriam sido Maruim ou Laranjeiras<sup>121</sup>, onde haveria maior clientela interessada por estudos dessa natureza e maior utilidade entre os jovens. Um último pretexto para a extinção do curso encontra-se em Euzébio Vanerio, que já havia solicitado seis meses de licença para cuidar de sua saúde na Bahia, mas viria a falecer em 1852.

## 5. Philippe da Motta de Azevedo Corrêa

Relacionado a esta tese por ter atuado como professor de língua inglesa no Instituto Comercial, Philippe da Mota de Azevedo Corrêa é um personagem ainda pouco abordado por estudos da História da Educação e História do ensino de língua inglesa. A primeira dificuldade a quem se propõe a estudá-lo é investir pesquisa nas diferentes grafias encontráveis do seu nome: Phillipe, Filipe, Filippe, Fillipe, Felipe, com a adição de Maria após o primeiro nome ou com sobrenome Motta variando com uma ou duas letras “t” ou, ainda, o uso de apóstrofe intermitente como em “d’Azevedo”, que também apareceu sem “de” algumas vezes. Mesmo as folhas de rosto de seus compêndios apresentaram seu nome escrito de maneiras diferentes. Para reproduzir o nome mais encontrado nos documentos referentes ao Instituto Comercial encontrados durante a pesquisa, esta tese irá adotar a grafia Philippe da Motta de Azevedo Corrêa.

Na folha de rosto da sua obra mais reeditada, a *Grammatica Pratica da Lingua Ingleza*, Corrêa é apresentado como bacharel formado em Direito, ex-membro efetivo do Conselho Diretor de Instrução Pública, membro do Instituto da Ordem dos Advogados

<sup>121</sup> Em atenção a essa referência de Nunes (2008, p. 77), Teles (2012, p. 101) havia empreendido pesquisas no Arquivo Público do Estado de Sergipe, na Biblioteca Epifânio Dória e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No Arquivo Público, um levantamento no fundo Educação, na subsérie Educação Primária (E1) apresentou dados referentes a escolas de primeiras letras, ofícios de diretores da Instrução Pública, de professores, dentre outros. Entretanto, nenhuma referência à Aula de Comércio foi encontrada. Ainda nesta instituição, foram localizados dados sobre aulas isoladas de latim, francês, inglês, geometria e grego na subsérie Educação Secundária (E5 e E7). Contudo, não foi verificada qualquer referência a aulas comerciais nesta massa documental. No Instituto Histórico e Geográfico, uma leitura dos Relatórios de Presidentes da Província de Sergipe de 1832 a 1850 permitiu encontrar dados sobre a instrução primária, secundária e aulas avulsas em toda a região, sem contanto deixar indícios da Aula de Comércio. Por fim, a Biblioteca Epifânio Dória foi visitada com o intuito de verificar a existência de compêndios ou registros comerciais que pudessem evidenciar alguma manifestação da instrução comercial relacionada à relativa repercussão do comércio de vilas como ‘Maruim’ e Laranjeiras, porém mais uma investigação foi malograda.

Brasileiros, ex-vice-presidente do congresso internacional pedagógico de 1876, diretor de instrução pública da exposição permanente de Philadélphia, membro da associação nacional de pedagogistas americanos, membro da associação dos professores da Pensilvânia, membro da sociedade de ensino superior, professor de inglês do imperial Colégio de Pedro II, onde se aposentou.

Blake (1893, p. 357-358) apresenta Philippe da Motta em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro* como natural do Maranhão e bacharel em direito pela faculdade do Recife. No referido dicionário, as seguintes obras de autoria de Corrêa são relatadas: *Grammatica Pratica da Lingua Ingleza* (1862), aprovada para servir de compêndio no Colégio Pedro II e no Instituto Comercial da Corte; *Chave dos exercicios de grammatica pratica de lingua ingleza* (1870); *Selecta classica ou collecção de trechos extrahidos dos autores classicos portuguezes* (1871); *Selecta anglo-americana* (1876), adotada pelo conselho diretor da instrução pública para os exames gerais preparatórios; e *As escolas normaes nos Estados Unidos* (1877). Ainda de acordo com Blake, Corrêa teria falecido em 1879, entretanto, a *Gazeta de Notícias*, de 7 de março de 1888, dava notícia do seu falecimento em 7 de fevereiro de 1888 em Montpellier, França, aos 55 anos. Dessa maneira, pode-se dizer que o nascimento dele foi em 1833. Nessa notícia, o jornal revelava ainda que ele havia sido lente de inglês no Liceu do Maranhão, antes de atuar no Rio de Janeiro.

A análise mais completa sobre a trajetória de Corrêa ao alcance dessa tese foi produzida por Santos (2017), na qual ela observa a participação dele em conferências pedagógicas, exposições e museus pedagógicos. Além disso, a autora afirma que Corrêa atuou como presidente e relator da comissão visitadora das escolas públicas e estabelecimentos particulares de instrução primária do município da corte elogiada pelo *O Globo*, do Rio de Janeiro, de 1874. De acordo com Santos (2017, p. 122), “essa comissão vistoriou o material das escolas públicas, bem como a educação física, moral e religiosa disponibilizada nestas instituições”. Essa espécie de acompanhamento caracterizou as primeiras preocupações com a modernização do ensino, ao passo em que as conferências pedagógicas demonstravam o empenho de buscar práticas educativas estrangeiras para ilustrar e promover o aperfeiçoamento da instrução no Brasil.

Santos (2017) também destacou a participação de Corrêa nas exposições e museus pedagógicos universais que aconteciam nos Estados Unidos e na Europa. Ele havia sido encarregado de visitar esses eventos e produzir relatórios sobre a instrução pública nesses lugares para modelar as transformações que se intentava fazer no Brasil. Entre os objetivos da

delegação brasileira durante a visita, estavam as seguintes recomendações no *Globo*, de 21 de abril de 1876, reproduzidas de Santos (2017, p. 123-124):

- Estudar minuciosamente a seção de instrução pública da exposição de Filadélfia e fazer um relatório sobre a mesma seção;
- Assistir às conferências pedagógicas que deviam fazer-se na dita exposição e tomar parte nelas, no caso de isso ser possível;
- Visitar, nos Estados Unidos, as escolas primárias, secundárias, e, quando fosse possível, as profissionais mais bem organizadas, e escrever um relatório sobre tudo quanto acerca desse assunto nos pudesse interessar, tendo principalmente em vista as questões práticas;
- Estudar o sistema das escolas primárias dos Estados Unidos, e fazer um relatório, apontando aquilo que pudesse ser aplicado e aproveitado entre nós;
- Precedendo ordem do Ministro do Império, fazer aquisição do material, livros e mais utensílios escolares que merecessem ser adotados com vantagem entre nós, remetendo tão somente os modelos e desenhos, sempre que, com a mesma solidez e perfeição, se pudesse obter no Brasil a fabricação deles por preço menor e mesmo igual ao do produto estrangeiro;
- Depois de terminada a visita aos Estados Unidos, seguir para a Europa, remetendo antes disso pelo menos, um dos três relatórios que devia apresentar sobre os estudos a que tinha de proceder na União América: convindo que esses relatórios viessem já impressos, em formato livro, e prontos para a distribuição;
- Antes da sua partida dos Estados Unidos para a Europa declarar qual o tempo exato, ou, ao menos, aproximado, dentro do qual julgasse que poderia concluir os estudos que tinha de proceder ali, baseando-se nos que tivesse feito nas respectivas seções das exposições dos diversos países europeus, que concorressem a Filadélfia;
- Na sua visita à Europa, percorrer a Alemanha, a Holanda, a França, a Suécia, a Itália e Portugal, e nesses países estudar os melhores métodos e processos práticos, e a organização dos estudos primários, secundários, e sendo possível, profissionais; a organização das bibliotecas e museus pedagógicos: especialmente tudo quanto tivesse relação com as escolas normais primárias do 1º. e 2º. Grau (O GLOBO, RJ, 1876).

A proposta das conferências pedagógicas representava um esforço da instrução pública da época para acompanhar as tendências de ensino capitaneadas pela tentativa de implantação do método de Lancaster. Outra estratégia adotada para adquirir modelos a serem reproduzidos no Brasil foi a implantação de museus pedagógicos com os objetos enviados por Corrêa das exposições encontradas durante as conferências que participava. Santos (2017, p. 126) relata a criação de um espaço no Colégio Pedro II por volta de 1877 concentrando objetos que pudessem colaborar no estudo de métodos de ensino, livros e outros itens utilizados em outros países, a exemplo de um modelo feito de plástico da escola de Manchester, mobiliários utilizados nas escolas da Suécia, Noruega, Holanda e EUA, obras sobre a instrução pública americana, mapas escolares e fotografias dessas escolas.

Bastos (2005, p. 117) tratou das conferências e das exposições pedagógicas, a exemplo do museu escolar ou pedagógico, como o espetáculo da educação. Ela caracterizou esses eventos como a reunião de professores, intelectuais, figuras proeminentes e autoridades preocupadas com a divulgação de ideias educacionais e práticas educativas, que gradativamente iriam se impor ao contexto brasileiro. Esses eventos também se relacionaram com a ampliação do mercado editorial e do estímulo a bibliotecas. Nesse sentido, as conferências significaram não somente melhor preparação de professores, de posse de um ensino mais metódico, mas também uma modernização intelectual comprometida com as mudanças socioeconômicas. As conferências populares, públicas, literárias, pedagógicas ou de professores se proliferaram durante o final do século XIX e são reconhecidas como fator relevante para o progresso da instrução no Brasil.

Tão notável quanto sua contribuição para o desenvolvimento da Instrução Pública brasileira foi sua atuação no papel de docente nos principais estabelecimentos de ensino público da época. Conforme documentos localizados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>122</sup>, Corrêa concorreu, às 10 horas de 9 de junho de 1960, à cadeira de professor de inglês do internato e externato do Imperial Colégio de Pedro II, tendo ficado em primeiro lugar (Anexo 3). De acordo com a ata do exame da referida seleção, o segundo lugar, Antonio Vieira Maciel, embora tivesse mostrado conhecimentos práticos apreciáveis da língua inglesa, não patenteava igual habilitação nas provas oferecidas. Santos (2017, p. 197) avalia que a criação do Colégio de Pedro II em 1837, como um modelo escolar que se queria reproduzido durante a sistematização da instrução pública no Império, colaborou no estabelecimento progressivo de um espaço para a língua inglesa na esfera educacional do século XIX. Destaque-se ainda a indicação de compêndios de inglês e da *Grammatica pratica de lingua ingleza* (Figura 7), de Corrêa, registrados nos programas de ensino do Colégio de Pedro II.

A respeito da atuação de Corrêa no Instituto Comercial da Corte, os documentos encontrados no mesmo Arquivo<sup>123</sup> deixou perceber que, embora o referido Instituto tenha sido aberto em 02 de março de 1857, Corrêa teve sua posse recomendada por Carta Imperial em 16 de setembro de 1863 e homologada através de juramento em termo de 24 de setembro do mesmo ano, assinado por ele e pelo Diretor Manoel Pacheco da Silva (Anexo 4). De acordo com as folhas de pagamentos do Instituto no exercício de 1866-1867, Corrêa recebia 100\$000 mensais. Antes de sua posse, termos de exames dão conta de que Corrêa já havia servido como examinador em provas de suficiência do Instituto nas matérias de inglês, alemão,

<sup>122</sup> BR RJAGCRJ 13.2.23, Fundo Câmara Municipal, Série Instrução Pública.

<sup>123</sup> Idem.



francês e geografia. Um requerimento de 20 de outubro de 1877, no entanto, solicitaria licença remunerada de um ano para que Corrêa pudesse tratar de sua saúde onde lhe conviesse, o que lhe foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano.

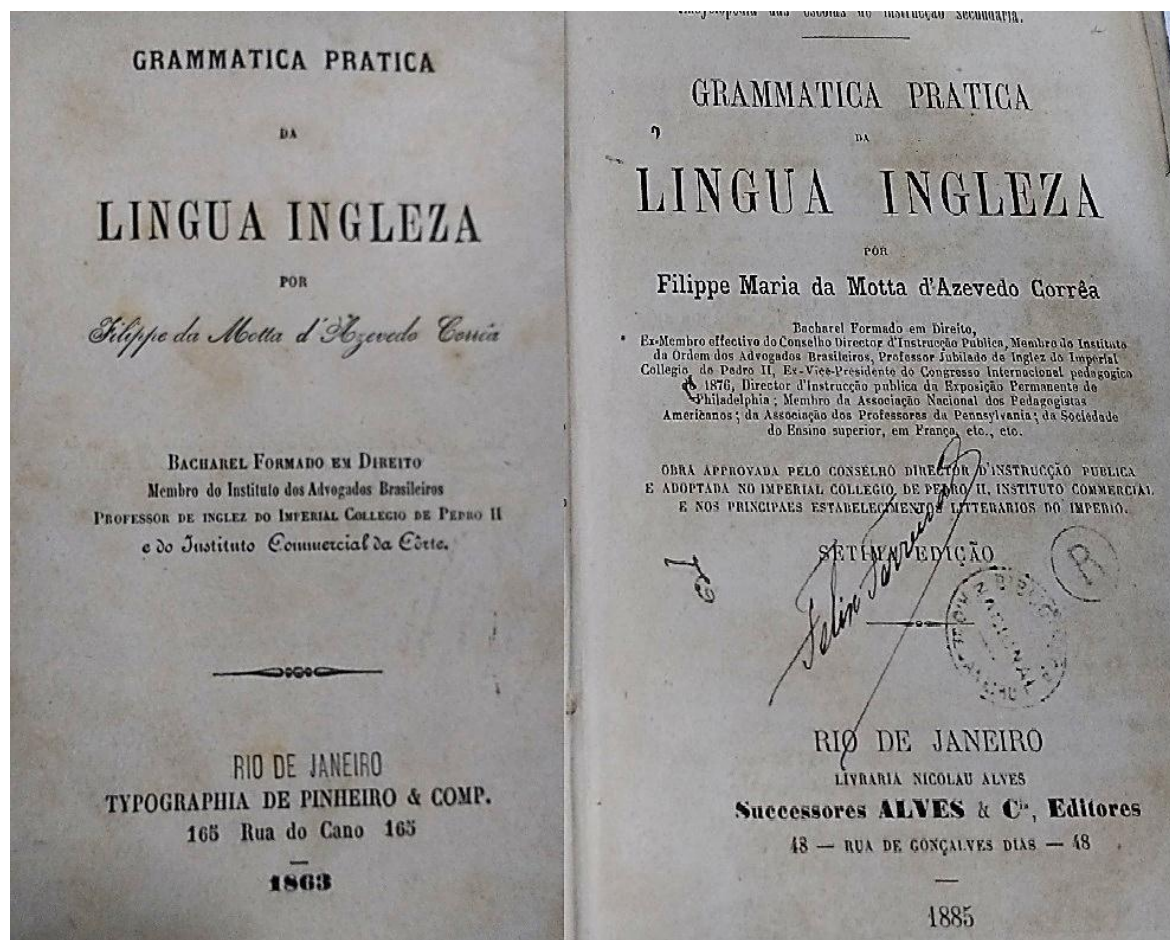


Figura 7: Folhas de rosto da *Grammatica pratica da lingua ingleza*.  
Fonte: CORRÊA, 1863; 1885.

Diante de todas as contribuições prestadas por Corrêa à Instrução Pública, bem como sua atuação na função de professor de inglês do Colégio Pedro II e do Instituto Comercial, em 25 de fevereiro de 1871, D. Pedro II o aclamava oficial da Ordem da Rosa. Foi encontrada no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional a carta original que conferia o reconhecimento a Corrêa (Anexo 5). A referida honraria mencionava ainda a criação de uma gramática prática para aqueles que não falavam a língua inglesa. Certamente, a gramática a que o documento se referia era a *Grammatica pratica de lingua ingleza*. O primeiro estudo a reconhecer a importância da referida gramática foi o de Oliveira (2006, p. 199; 231), que a apresentava como o compêndio de língua inglesa mais reeditado do século XIX.

Por volta de 1927, a *Grammatica pratica de lingua ingleza* alcançaria sua 21ª edição publicada pela Livraria Francisco Alves, mas, antes disso, foi amplamente utilizada nos

estabelecimentos oficiais da Corte, a exemplo do Colégio Pedro II e do Instituto Comercial, bem como nos “principais estabelecimentos litterarios do Império”, conforme se vê na folha de rosto da edição de número 7, publicada em 1885. Embora Santos (2017, p. 127) localize a primeira edição da *Grammatica* em 1873, por acreditar ter sido publicada treze anos após o início de Corrêa como professor catedrático, ou titular, no Colégio Pedro II, durante visitas realizadas à Biblioteca Nacional, foi possível entrar em contato com uma edição incompleta da obra datada de 1863 e outra edição, em melhores condições, datada de 1885.

No prólogo da primeira edição, Corrêa chamava a atenção para o fato de que há três anos não havia compêndio para uso na sua cadeira de língua inglesa no Colégio Pedro II, onde foi admitido em 1860. Então, a obra publicada em 1863 supriria sua necessidade de um compêndio apropriado. Segundo ele, faltava um compêndio que expusesse de modo claro e resumido os princípios fundamentais da língua respeitando o sistema de ensino gradual daquele estabelecimento. A ausência de um material que o satisfizesse fazia com que trabalhasse com o sistema de apostilas, tradicionalmente usado pelos lentes desde a Aula de Comércio. Afinado com o princípio lancasteriano contrário aos inconvenientes das aulas ditadas, Corrêa considerava o tempo gasto pelos alunos copiando as lições perdido. Além disso, ele lembrava que a cópia não permitia perfeita exatidão do conteúdo e ainda impedia que os alunos prestassem atenção ao conteúdo.

Na verdade, existiam outros compêndios de língua inglesa disponíveis no período, entretanto, o autor julgava algumas extensas demais e, portanto, muito confusas em sua exposição, outras excessivamente práticas. Então, diante de sua experiência, construiu sua *Grammatica* colhendo o que acreditava haver de bom nos métodos teórico e prático. Pode-se dizer que, durante a assimilação da influência do método lancasteriano, sua obra, bem equilibrada entre teoria e prática, se beneficiou do entusiasmo pelo método e o senso de recusa que se estabeleceu acerca do ensino recitado. Talvez, essa seja uma das razões para o sucesso de vendagem de sua obra. Não se pode deixar de mencionar também o fato de esta obra ter sido adotada nos estabelecimentos oficiais que faziam repercutir tendências de ensino e, por consequência, materiais para este fim.

No prólogo da sétima edição, o autor fez questão de celebrar o sucesso de sua obra justificado pela rapidez na sucessão de edições. Ele contou que aproveitou uma de suas viagens aos EUA para submeter sua *Grammatica* à apreciação dos gramáticos e pedagogistas americanos mais eminentes, tendo recebido elogios animadores sobre seus método e doutrina, e seus exercícios. Concluía ele que não havia gramática inglesa escrita em língua portuguesa que lhe fosse rival. Sobre a falta de modéstia do autor nesse prólogo, Santos (2017, p. 128)

lembra que a retórica empregada nos textos de prefácios “supervalorizava os compêndios, destacando-os como inovadores e eficientes”. Uma das principais características também apontada pelo autor dessa obra era sua fácil adaptação aos alunos que precisassem estudar a língua praticamente ou que sentissem necessidade de encontrar primeiro as regras para a compreensão da língua inglesa.

A edição de 1885 da obra apresentava o ensino de língua inglesa através da língua portuguesa em 335 páginas. Ela foi dividida em três partes, em que a primeira apresentava os sons das letras e as regras de pronúncia. A segunda, o estudo da lexicografia, dando maior atenção às partes da oração e se ocupando de explicar as regras com muitos exemplos para depois propor exercícios, muitos deles baseados na tradução e na versão de palavras ou frases. Na terceira, a sintaxe era tratada para assegurar a compreensão de regras de concordância e regência. Com a abordagem que deu à sintaxe, o autor julgava “ter prestado algum serviço”, vez que afirmava no prólogo da primeira edição que não havia outras obras desta natureza que explicassem o “complicado mecanismo” desta parte da gramática inglesa (CORRÊA, 1885, p. iv).

Além das explicações teóricas e práticas sobre o funcionamento da língua inglesa e da proposição de exercícios, Corrêa reservou as últimas páginas de sua *Grammatica* para apresentar um vocabulário comercial mais empregado nos negócios, minuciosidades da linguagem familiar e uma extensa lista de frases e idiotismos, que nada mais são que uma espécie de fórmula de frases no idioma estudado que se repetem no cotidiano. Para utilidade no Instituto Comercial e de todos aqueles que fossem aplicar a língua inglesa para fins comerciais, se encontra uma lista considerável de fórmulas comerciais contendo uma seleção de frases familiares ao desenvolvimento de atividades comerciais expostas de um lado em português e do outro em inglês. Entre os exemplos vocabulares estão: “Accuso a recepção – *I acknowledge the receipt*”; “Sentirei não honrar o seu saque – *I shall be sorry to leave in sufferance your draft*”; “O negócio está parado, não se faz negócio algum – *There is a great stand in trade*”; “Libras em espécie – *Pounds in kind*”; “O navio está ancorado no porto do Rio de Janeiro com destino para Lisboa e Porto – *The vessel is lying in the port of Rio de Janeiro and bound for Lisboa and Porto*”, entre outros, conforme anexos 6 e 7. Juntam-se aos exemplos de diálogos comerciais, abreviaturas muito específicas da área dos negócios envolvendo pesos e medidas (CORRÊA, 1885, p. 326-328).

Outro compêndio de inglês relevante de autoria de Corrêa foi sua *Selecta Anglo-Americana ou Collecção de textos escolhidos dos melhores prosadores e poetas ingleses e americanos, arranjados para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II* (Figura 8),

1870. Embora não tenha atendido a propósitos comerciais, deve-se registrar que seu uso no Colégio Pedro II foi certamente de grande utilidade. Conforme esclarece na capa desse compêndio, trata-se de uma coleção de trechos escolhidos dos melhores autores ingleses e americanos organizados para uso no Colégio Pedro II. No prólogo, o autor explica que essa seria a primeira parte de uma obra que viria para complementar o curso ministrado com a *Grammatica practica de lingua ingleza*, a *Chave dos exercicios* e o *Spelling and First Reading Book*. Este último foi possivelmente um compêndio trazido de suas viagens, publicado em Viena, em 1854, e de uso atribuído pelo *Catalogue of the Educational Division of the South Kensington Museum* a escolas eslovenas e alemãs.

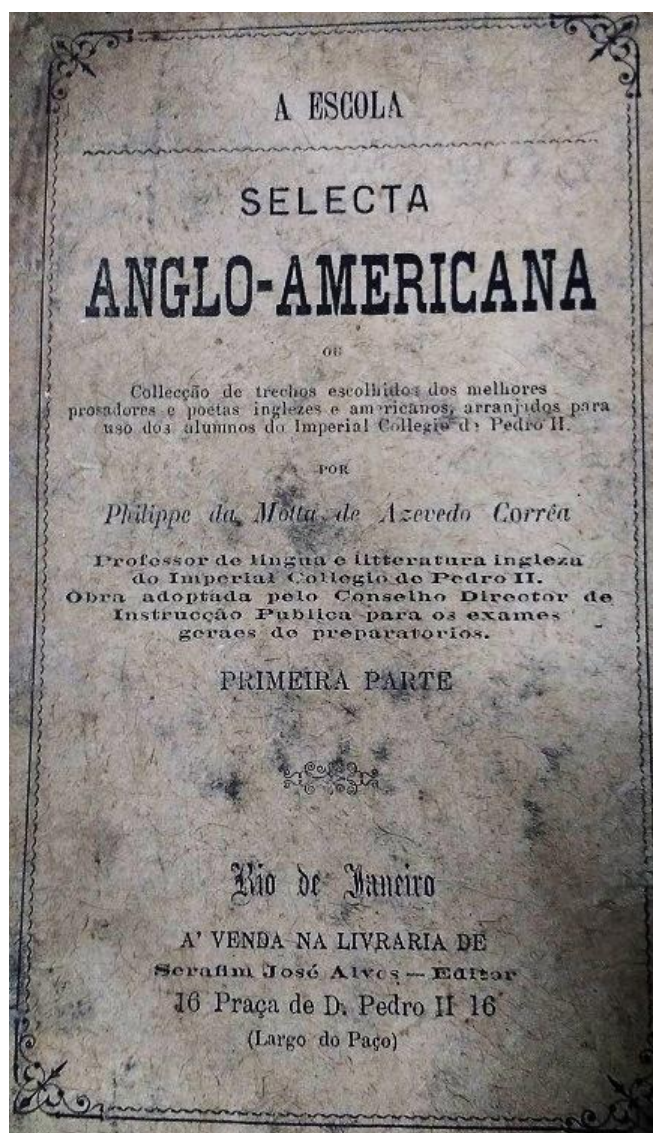


Figura 8: Capa *Selecta Anglo-Americana*.  
Fonte: CORRÊA, 1870.

De acordo com seu índice, a *Selecta* reuniu autores renomados como Alexander Pope (1688-1744), Charles Dickens (1821-1870), Daniel Defoe (1660-1731), David Hume (1711-1776), Edward Gibbon (1737-1794), John Lingard (1771-1851), Joseph Addison (1672-1719), Oliver Goldsmith (1730-1774), Robert Dodsley (1703-1764), Robert Southey (1774-1843), Samuel Johnson (1709-1784), Thomas Macaulay (1800-1859), Walter Scott (1771-1832), Washington Irving (1783-1859) e William Robertson (1721-1793). Os textos foram classificados em fábulas e alegorias, narrações, descrições, definições e caracteres, e trechos morais e filosóficos. O prólogo apresentava a seleção de textos dos referidos autores como representantes da beleza daquelas “opulentíssimas litteraturas”. A indicação da obra intencionava dar um conhecimento do estilo e do assunto sobre qual os autores escreveram, mas não exatamente se preocupava em ensinar literatura. Dizia Corrêa, no prólogo, que a obra era “antes destinada para o estudo da língua, propriamente dita, do que de litteratura” (CORRÊA, 1870, p. 10).

O texto de Daniel Defoe selecionado foi recortado da obra *As Aventuras de Robinson Crusoe*, que merece atenção. Essa obra foi publicada originalmente em 1719, na Inglaterra, e as primeiras adaptações em português são reconhecidas a partir de 1785. Durante o período de intenso controle sobre quais obras poderiam circular, essa foi uma das mais presentes na lista de obras com trânsito legal. A história de um negociante ambicioso, que se aventura em uma viagem em busca da compra de negros e se vê perdido na costa da América do Sul, era também uma história repleta de “estreitas ligações com as Luzes, o capitalismo, a ascensão da burguesia e o colonialismo, não sendo alheio também ao fortalecimento do poder monárquico” (VILLALTA, 2004, p. 2). Embora o trecho selecionado para constar na *Selecta* abordasse o mote de obediência à vontade de um pai, o contexto da obra servia de propaganda para o engajamento dos leitores nos negócios. A esse respeito, uma confissão do inglês James Wells ilustrava os efeitos da obra de Daniel Defoe:

Seu sonho desde meninote fora aquele: embarafustar pelas matas de um país tropical. Atribuía a Defoe e ao seu *Robinson Crusoe*, ao capitão Mayne Reid e a outros escritores de romance e aventura, a responsabilidade de animarem tantos rapazes ingleses a viagens aos trópicos; de animarem tantos ingleses a aventuras pelo mundo inteiro; de animarem o próprio alargamento do império britânico. Por conseguinte, a mística da expansão britânica teria sua profunda raiz literária e não apenas econômica (FREYRE, 2000, p. 108).

A aventura que animaria ingleses a deixarem a Inglaterra em busca de melhores oportunidades também poderia incentivar os leitores ao trabalho produtivo pelas transações

comerciais em outros contextos. Em geral, era comum para os compêndios se utilizarem de textos literários capazes de oferecer alguma lição moral, princípios ou mensagens. Entretanto, a esse respeito, Santos (2017, p. 131-132) elenca uma sequência de críticas em periódicos da época condenando a seleção de alguns textos considerados inapropriados para o público escolar entre as páginas 172 e 229 da *Selecta*. Dizia uma das críticas que se tratava de “ ‘uma seleção de imprecações obscenas e immundíssimas, antigamente empregadas por marinheiros’ e que, pelo teor indecente, não cabia uma transcrição em nenhum folhetim”. O desfecho final deste imbróglio não foi encontrado nos periódicos que circularam em seguida, mas os próximos volumes prometidos no prólogo da primeira parte da *Selecta* nunca chegaram a ser publicados. Contudo, a repercussão negativa da *Selecta* aparentemente não atrapalhou as republicações da *Grammatica pratica de lingua ingleza* de Philippe da Motta.

## 6. Jasper Lafayette Harben

O imigrante Jasper L. Harben foi localizado como professor de inglês do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, o que o trouxe para o centro das discussões dessa tese. Assim como aconteceu com outros imigrantes, poucos rastros restaram sobre a vida anterior de personagens que se tornaram relevantes no Brasil. Nos requerimentos de licença para instrução particular na capital do Império do século XIX, a presença dos imigrantes era considerável. Entre pedidos de portugueses, franceses e ingleses, imigrantes de outras nacionalidades também estiveram presentes, tais quais italianos, suecos, alemães e norte-americanos. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>124</sup>, foi verificada uma solicitação de 15 de abril de 1871 feita pelo norte-americano Jasper Lafayette Harben para ser admitido como professor avulso ou particular de língua inglesa, o que lhe foi deferido em 21 de junho do mesmo ano. A partir de 1871, Harben teve seu nome listado no resultado geral dos exames de inglês nos Relatórios Ministeriais do Império, sobre o fornecimento dessa matéria (BRASIL, 1871, p. 243).

Nascido nos Estados Unidos, Harben se naturalizou brasileiro em carta de 1º de abril de 1882 e juramento realizado em 15 de abril do mesmo ano, conforme registrado na tabela de naturalizações, encontrada no anexo C do Relatório Ministerial de 1881 (BRASIL, 1881, p. 188-189). Segundo informações dessa tabela, Harben era jornalista, residia na Corte, católico, casado e pai de uma filha menor, nascida na Corte. Na vida profissional, Santos (2017, p. 107)

<sup>124</sup> BR RJAGCRJ 12.4.14, Instrução Pública – Ensino Particular, Requerimentos e Ofícios.



informa que ele foi professor público habilitado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte, administrador dos periódicos *Brazil* e *Diario do Brazil*, lente da Escola Industrial e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), bem como diretor do Externato Jasper, de 1878 a 1882. Conceição (2012, p. 119) localizou Jasper Harben na condição de professor de inglês do colégio masculino Abílio<sup>125</sup>, em 1871.

Na condição de membro da SAIN, Harben colaborou como lente de inglês na ação promovida pela sociedade conhecida por Escola Nocturna para Adultos. Nela, ele se comprometia a lecionar gratuitamente para os alunos matriculados, nas terças, quintas e sábados, das 18 às 19h, em retribuição ao acolhimento recebido no Rio de Janeiro. Santos (2017, p. 108) revelou também que 161 alunos frequentaram regularmente as aulas das mais diversas matérias na Escola Nocturna para Adultos no ano de 1872. No entanto, Harben permaneceu responsável pelo ensino de inglês dessa Escola somente durante quatro anos.

**EXTERNATO COMMERCIAL** [430]  
(COMMERCIAL SCHOOL)

**Escripturação mercantil pelo guarda-livros J. Arlas**

**ENSINO EMINENTEMENTE PRÁTICO, METHODICO E GRADUADO**

*Aulas geraes ás segundas, quartas e sextas-feiras das 5 1/2 da tarde ás 8 da noite.  
Aulas particulares ás terças, quintas-feiras e sabbados ás mesmas horas.*

*Inglez.*—Pelo professor Jasper L. Harben, é encontrado ás segundas, quartas e sextas-feiras desde as 7 horas da manhã até ás 9 da noite; aulas geraes das 7 ás 9 ou das 8 ás 10 da manhã, a 10\$000 por mez. Das 11 ás 12, 6 ás 7, 7 ás 8 e das 8 ás 9 da noite a 5\$000.

*Lições particulares em qualquer outra hora ou nos outros dias.*

*Frances.*—Pelo professor J. A. Burgain, 7 ás 9 ou 8 ás 10 da manhã a 10\$000 por mez. Das 10 ás 11 da manhã e das 8 ás 9 da noite a 5\$000.

*Portuguez aos Francezes, a 10\$000.*

*Portuguez, geographia, historia, philosophia e arithmetica, incluindo o systema metrico.*—Pelo professor E. Ribeiro, das 7 da manhã ás 9 da noite.

*Arithmetica, algebra e geometria.*—Pelo professor Dr. Joaquim Pedro, da 1 ás 2 horas todos os dias.

*Calligraphia.*—Pelo professor R. L. da C. Menezes, das 10 horas da manhã ás 9 da noite.

Figura 9: Anúncio Externato Commercial.

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, 1874, p. 540-541.

A ligação de Harben com o ensino em cursos preparatórios para acesso aos estabelecimentos oficiais de ensino estava representada através de suas aulas privadas e em

<sup>125</sup> “O Colégio Abílio da Corte foi um internato que se destacou pelo recebimento de um grande número de alunos de diversas províncias do Império. O sucesso do estabelecimento fez, inclusive, com que o seu proprietário, o Dr. Abílio César Borges (Barão de Macaúbas), abrisse uma filial do colégio na cidade de Barbacena (Minas Gerais)” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 125-126).

instituições profissionalizantes como a Escola Nocturna. Outra representação significativa, sobretudo para esta tese, foi localizada no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, muito conhecido por *Almanak Laemmert*, publicado em 1874. Nele, um anúncio na seção colégio de meninos divulgava o Externato Commercial (Figura 9). Situado na Rua do Hospício, 105, 1º andar, o estabelecimento oferecia ensino de inglês, francês, português, geografia, história, filosofia, aritmética, álgebra, geometria, caligrafia e escrituração mercantil. As aulas poderiam ser feitas avulsas ou juntas, formando o curso completo, que custava 50\$000, pagos de uma vez, ou 60\$000, em prestações. O diretor do Externato Commercial era Jasper Harben, que também ficaria responsável por ensinar inglês nos horários predeterminados.

Os anúncios do Externato Commercial se repetiram nos números de 1875, 1876 e 1877 do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. Contudo, em 1878, o Externato Jasper passava a ser anunciado. Aparentemente, o antigo Externato Commercial sofrera uma reformulação dando origem ao Externato Jasper, situado na Rua do Rosário, 134. Eram oferecidas aulas de inglês, francês, português, latim, geografia, história, filosofia, retórica, matemáticas, caligrafia, alemão e escrituração mercantil. Novamente, Harben era o Diretor do estabelecimento e o encarregado de ensinar “pratica e theoricamente a lingua ingleza”, além de preparar “alumnos para os exames geraes, para o magisterio e a fallar, lêr e escrever com perfeição; das 8 horas da manhã ás 9 da noite” (ALMANAK, 1878, p. 580).

Santos (2017, p. 89; 91) verificou a divulgação massiva do Externato Jasper em diversos periódicos da época, o que acreditava ser sinal de que o Externato estava em evidência no século XIX. O bom trânsito de Harben entre os jornais pode ser explicado pelo fato de ter sido o responsável pelos jornais *Brazil* e *Diario do Brazil*, nos quais eram recorrentes os anúncios do Externato Jasper e de sua obra mais conhecida, a *Prosodia Ingleza* (Figura 10). Foi reconhecido que havia “uma política sistemática de valorização” do Externato Jasper e seus professores no *Diario do Brazil* de 6 de abril de 1882, no qual uma matéria na seção “livros e periodicos” destacava a tradução do primeiro canto do *Lusíadas* para o inglês, feita por James Hewitt, que foi professor e depois diretor do Externato Jasper.

A mesma estratégia foi utilizada para a divulgação da *Prosodia Ingleza*, que foi exaustivamente anunciada nos periódicos disponíveis da época. Um bom exemplo da destreza de Harben para repercutir suas produções foi a apresentação de sua *Prosodia* na seção “Solicitadas” do *Diario do Brazil* por quatro vezes em 1882. Nesses textos, as críticas positivas publicadas por outros veículos de comunicação – como o *Jornal do Commercio*, *A Gazeta de Noticias*, *a Gazeta da Tarde*, o *Cruzeiro*, o *Diario do Rio de Janeiro*, bem como



traduções de trechos de matérias do *British and American Mail* e do *Anglo-Brazilian Times* – foram referenciadas para exaltar a qualidade da obra, de maneira que a divulgação de outros compêndios de língua inglesa em periódicos da época passava despercebida.

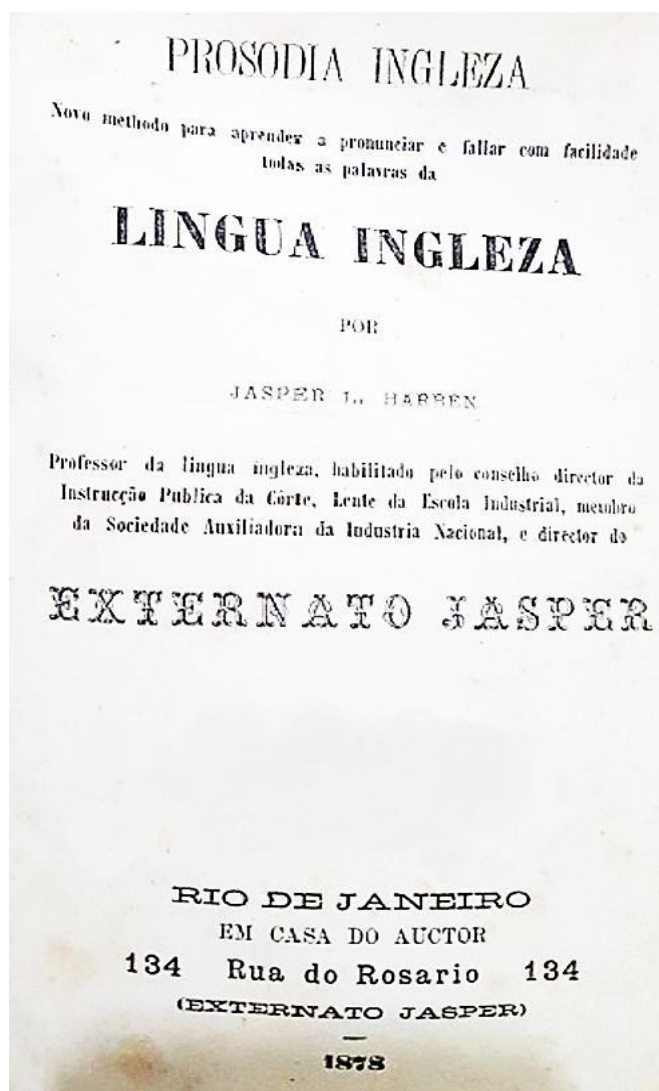


Figura 10: Folha de rosto *Prosodia Inglesa*.  
Fonte: HARBEN, 1878.

A *Prosodia Inglesa* foi analisada pioneiramente por Oliveira (2006, p. 262-266; 350), o qual afirmava que tal obra poderia ser considerada o primeiro compêndio brasileiro de língua inglesa a dar atenção especial à pronúncia. Com ela, Jasper Harben buscava abrir espaço para o exercício da conversação como uma das principais novidades no estudo das línguas vivas do Colégio Pedro II através de um “novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da lingua ingleza”. Uma das estratégias adotadas para facilitar a fixação da pronúncia estava no expressivo número de exercícios que deveriam ser lidos repetidas vezes. Harben engrandecia a utilidade das repetições enquanto propunha

exemplos dos diversos princípios estabelecidos para o estudo da emissão dos sons da fala. Outro objetivo pretendido pelo autor dessa obra foi promover uma literatura que todos deveriam conhecer, entender e apreciar, como se fazia “nas cazas da mais alta cathegoria”. Sob a perspectiva literária, foi observado que os exemplos compilados da literatura de escritores, como Alexander Pope (1688-1744), James Thomson (1700-1748), John Milton (1608-1674), Joseph Addison (1672-1719), Robert Burns (1759-1736) e William Shakespeare (1546-1616), foram empenhados em sistematizar o estudo da prosódia, condicionando não somente o estilo e a linguagem do estudante, mas também o seu entendimento e “modo de pensar”.

A obra publicada em 1878 também ganhou apreciação de Santos (2017, p. 110), que entre outras considerações, atentou ao objetivo de Harben de oferecer formação também ao espírito da mocidade através da inculcação de valores morais, comum nos compêndios, durante o ensino de línguas vivas, maternas ou estrangeiras. Acreditava que os oito anos de carreira de Harben, iniciados em 1870, produziram bons frutos. Refletia o autor da *Prosodia*, em sua apresentação, sobre o encaminhamento dos seus discípulos: “o resultado de seu ensino todos sabem qual seja. Ahi estão seus alumnos; alguns, ensinando; centenas d’elles, empregados no commercio; e outros muitos na classe escholastica, para attestar a sua dedicação ao magisterio” (HARBEN, 1878, p. i). Estava representada assim, uma vez mais, a aplicação do ensino de língua inglesa para finalidades comerciais e sua intenção de preparar os alunos para as atividades mercantis.

Entre os tantos anúncios da *Prosodia* encontráveis nos periódicos da época, um encontrado em *O Cruzeiro*, de 24 de maio de 1878 (Figura 11), foi bastante revelador sobre outros compêndios que estavam no prelo. Seriam eles: uma *Grammatica da lingua ingleza*, possivelmente uma compilação de suas *Postillas de grammatica ingleza*, que estavam à venda em livrarias como a famosa Garnier; um *Class-book of english prose*; e um *English parnassus*, cujo título lembra o *The english parnassus* de Joshua Poole (1657). Estes dois últimos seriam seleções de textos literários para o programa de instrução pública. Além disso, no final do anúncio, há referência a um *Livro de exercícios practicos de inglez e portuguez*, que estava quase pronto. Entretanto, não se teve notícia de que todos esses títulos tenham realmente sido publicados.

**PROSODIA INGLEZA**  
 Novo methodo para aprender a pronunciar e  
 falar com facilidade todas as palavras da  
**LINGUA INGLEZA**  
 POR  
**Jasper L. Harben**  
 professor de inglez, habilitado pelo conselho di-  
 rector da instrucção publica da corte, e do Auxi-  
 chola industrial, membro das sociedades de  
 liadora da Industria Nacional, Hes-  
 Beneficencia, etc., e director do

**EXTERNATO JASPER**  
 A' venda em todas as livrarias pelo preço de 5\$.  
 Recebem-se encomendas á rua do  
 n. 134 (Externato Jasper).

Estão no prelo e logo sairão á luz as seg-  
 uin-  
 tes obras do mesmo auctor :

**GRAMMÁTICA DA LINGUA INGLEZA**  
 compilada por um systema inteiramente novo.

**CLASS-BOOK OF ENGLISH PROSE**  
 selecta dos prosadores inglezes, segundo o pro-  
 gramma da instrucção publica.

**ENGLISH PARNASSUS**  
 selecta de poesia ingleza, segundo o programma  
 da instrucção publica.

Está quasi prompto o LIVRO DE EXERCÍCIOS  
 PRATICOS de inglez e portuguez.

Figura 11: Anúncio de compêndios de Jasper Harben.  
 Fonte: *O Cruzeiro*, 24 de maio de 1878.

Outro sinal de publicação de Jasper Harben foi encontrado na revista de educação *A Escola Normal* (1925, p. 618-620). Nela, um dos artigos analisava o *Rudimentos da lingua inglesa*, de autoria atribuída a Jasper L. Harben e Daniel Eric Boone Harben. Como Harben já havia relatado uma filha durante sua naturalização, suspeita-se que Daniel seja um segundo filho seu na Corte. A aparição de Harben na referida revista suscitou a suspeita de que ele também tenha sido professor da Escola Normal, segundo a descrição do artigo atribuído a ele no número 21 de 1926, o qual reunia passagens literárias sobre a dança, entre as páginas 467 e 469. Não foi possível localizar informações em documentos oficiais sobre sua participação como professor titular da Escola Normal até o momento. Todavia, no repositório da UFSC, surgiram mais números da referida revista com textos de Harben, cuja apresentação era sempre “Cathedratico da Escola Normal”. Na descrição do repositório, descobriu-se que as revistas estão surpreendentemente alojadas na Biblioteca Epifânio Dória, em Aracaju-SE.

Santos (2017, p. 118) destacou um episódio relevante sobre a trajetória de Harben como professor. Segundo uma matéria de 15 de junho de 1883, encontrada no jornal *Diario do Brazil*, administrado por Harben, o professor foi candidato em uma seleção para a cadeira de professor público de inglês do Imperial Colégio de Pedro II. Entretanto, algumas injustiças alegadas por Harben o impediram de ser aprovado. Dizia ele ter sido aprovado pelos membros

da comissão de seleção Pacheco Junior e Thomaz Alves, professores do Colégio, porém, os professores Custódio dos Santos, Guilherme Henrique Theodoro Schiefler e Joseph Hermann, o Barão de Tautphoeus<sup>126</sup>, o inabilitaram para o cargo. Em seguida, Custódio dos Santos alterou seu voto, e Jasper Harben logrou ser aprovado, contudo, em quarto lugar. Harben demonstrou sua indignação com o resultado criticando os professores que o haviam reprovado e pediu esclarecimentos públicos sobre a seleção, chegando a insinuar que sua reprovação foi uma espécie de vingança por ter dito no prólogo de sua *Prosodia* que os melhores professores de línguas eram os estrangeiros e, ainda, porque ambos os professores que o reprovaram queriam o cargo para indicados seus.

Sobre as investidas de Harben em empreendimentos particulares, convém registrar que o Externato Jasper obteve mais de 530 alunos bem sucedidos desde 1870, tendo colaborado na formação da mocidade da Corte. Contudo, os trabalhos no Externato foram encerrados em 1882. Acredita-se que o referido estabelecimento tenha sido transferido para o ex-diretor, James Edwin Hewitt, vez que a partir de 1883, surgem anúncios do Externato Hewitt, situado exatamente no mesmo endereço do Externato Jasper. Uma justificativa apontada por Santos (2017, p. 108) para o fechamento do Externato foi a concessão herdada por Harben após o falecimento de seu sogro, Arthur Mortimer Hanson, para a exploração de ouro e outros minerais em Cachoeira de Itapemirim, na província do Espírito Santo. Depois da experiência com exploração de minérios, foi possível localizar no *Almanak Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial* (1892, p. 762) um anúncio da Harben & C, localizada no Rio de Janeiro e em Nova Iorque, que atuava no ramo de importações. De volta ao ensino, após o malogro da seleção para o Colégio Pedro II, foi possível encontrar anúncio de Harben como professor de curso comercial à Rua Sete de Setembro, 51, no *Almanak* mencionado. Em outro anúncio encontrado no *Almanak* (1897, p. 1363), Harben oferecia aviso de lente de inglês e informava aulas no Externato Gabalda.

---

<sup>126</sup> “Joseph Hermann, o Barão de Tautphoeus, foi efetivado como professor Catedrático de alemão, grego e história do Collegio de Pedro II, em 1847 (VECCHIA; LORENZ, 1998, p. 405). De acordo com Oliveira (2006, p. 279, 290-291, 357) deve ser considerado como um homem de grande influência no século XIX, tendo participado diretamente de muitas ações importantes de estruturação do ensino de línguas do Collegio de Pedro II, como observado com a sua inclusão, em 1884, como membro da comissão responsável ‘para organizar as bases e princípios gerais de gramática que servissem de norma’ para o ensino das línguas na referida instituição de ensino, com o intuito de assegurar uma uniformização de práticas. Em 1889, participou da comissão para a reforma do bacharelado e elaborou um parecer, creditando os problemas encontrados no Collegio de Pedro II, relacionados à ‘decadencia científica’ encontrada, à extinção da simultaneidade dos estudos e simultaneidade dos exames finais feitos ao final do 7º ano, o que só seria sanado com a volta à simultaneidade dos estudos e com o retorno à busca por um foco nos estudos literários. Para Hermann, a educação deveria ter o objetivo de ‘formar homens que depois pudessem ocupar posições eminentes’, o que seria facilitado com a literatura e as ciências” (SANTOS, 2017, p. 119).

Além de ter oferecido curso comercial em alguns de seus incontáveis anúncios em periódicos, Jasper Harben surgiu nos únicos registros escolares de aulas de inglês em estabelecimento de instrução comercial encontrados durante a pesquisa para esta tese. Foram recuperados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro<sup>127</sup> alguns diários de classe da cadeira de inglês no Instituto Comercial do Rio de Janeiro entre os anos de 1898 e 1901. O primeiro diário de classe de 1898 se referia ao segundo ano e apresentava nove matriculados. Um deles nunca frequentou e os demais apresentaram poucas faltas. Houve uma média de doze aulas de inglês por mês registradas no referido diário, acontecendo às segundas, quartas e sextas. O conteúdo lecionado foi predominantemente gramatical, tendo a primeira aula tratado do estudo de acentos, vogais nas sílabas e vogais simples, que lembra muito a *Prosodia Inglesa*. Outros conteúdos ministrados cuidaram da conjugação de verbos e do emprego de verbos auxiliares. O professor tomava os verbos dos alunos, fazia muitos exercícios de leitura e escrita e constantemente recordava aulas anteriores. Um dos exercícios assinalados demandou tradução de francês para inglês. Muitos exercícios eram baseados em leitura, tradução e análise de textos do compêndio *Estrada Suave* de James Hewitt (1885), seu companheiro de trabalho no Externato Jasper. O curso do ano de 1898 se encerrou em 14 de novembro com o total de 105 aulas e exames mensais.

Na sequência, os diários de classe de 1899 estavam ausentes. Encontraram-se, contudo, os de 1900, que apresentaram um padrão de preenchimento muito semelhante ao de 1898. Estavam matriculados seis alunos do quarto ano nas aulas de inglês iniciadas em 1º de março de 1900, ocupando, de acordo com o calendário, as terças, quintas e sábados. As primeiras aulas dessa turma recordaram a pronúncia, ortografia, ortoépia, letras, sinais e consoantes, certamente tratados a partir da *Prosodia Inglesa*. Em seguida, itens gramaticais, como adjetivos, pronomes, verbos irregulares, foram abordados com exercícios baseados nos textos do *Estrada Suave* assinalados. As aulas eram conduzidas com auxílio de exercícios de leitura, tradução e análise de textos do compêndio mencionado. Ao final de cada mês, o professor submeteu seus alunos a sabatinas escritas, sendo que nos últimos meses, elas se dedicaram especificamente a cartas comerciais. Além disso, os alunos foram avaliados oralmente durante o curso e ao seu fim, junto ao exame final. O ano letivo foi concluído em 13 de novembro de 1900 com 105 aulas, tendo três alunos sido simplesmente aprovados e os outros três plenamente aprovados.

---

<sup>127</sup> BR RJAGCRJ 13.3.37, 13.3.60, 13.3.70 e 13.4.12, Instrução Pública – Instituto Comercial: diários da aula de inglês.

Em 1901, os diários de um novo quarto ano apresentaram quatro matriculados mais um ouvinte. O curso teve início a 02 de março e ocorreu terças, quintas e sábados. Dessa vez, as aulas não foram iniciadas com questões de pronúncia, mas com recordação de verbos. As atividades relatadas estavam comprometidas com traduções de textos, leitura, repetição e, principalmente, com a produção de cartas comerciais. Foram muitos os exercícios de verbos e de produção de cartas. Percebeu-se, ainda, algumas atividades de conversação, mas a predominância dessa vez foi de atividades escritas. Em 14 de setembro de 1901, os alunos compareceram, mas decidiram não ter aula em razão do falecimento do presidente dos EUA, William McKinley. O curso findou em 15 de novembro com 102 aulas e três dos alunos aprovados com distinção e um plenamente, o que pode justificar o fato dessa turma de quarto ano ter tido um curso mais prático que o anterior.

Ainda em 1901, Harben ministrou aulas para um terceiro ano no qual estavam matriculados dez alunos, mas um deles não frequentou. Em 02 de março, tiveram início as aulas, também registradas às terças e quintas e aos sábados. As primeiras lições cuidaram de artigos, substantivos, plural de substantivos, substantivos femininos e outros casos. Outros itens gramaticais ganharam espaço durante o curso a exemplo de adjetivos, numerais, pronomes e verbos, intercalados com exercícios de repetição nos primeiros meses e, depois, com leitura, tradução e análise. Os exames aconteceram como de costume ao final de cada mês em sabatinas e, no último mês, foi realizada uma sequência de provas orais, finalizado o curso em 14 de novembro com mais provas escritas e orais, totalizando 103 aulas. Dois dos alunos foram aprovados com distinção, dois plenamente e os demais simplesmente. Os diários dos terceiro e quarto anos não detalharam que compêndio foi utilizado, mas reproduziram um pouco do que foi visto nas lições ensinadas. Os diários de classe registravam uma síntese das lições ocorridas. Assim, significaram a materialização das aulas e se tornaram fontes oficiais privilegiadas na contribuição da elucidação do ensino de inglês no Instituto Comercial até 1901. Como visto anteriormente, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro teve suas atividades finalizadas em 1902. Sobre a admissão de Jasper L. Harben no Instituto, não foi possível encontrar documentos referentes até o momento.

## **7. Revisitando alguns compêndios**

Os compêndios, manuais ou impressos escolares foram enxergados como instrumentos de ensino utilizados, junto a dicionários e gramáticas, no subsídio da aprendizagem de língua inglesa, seja na sala de aula ou na autoaprendizagem. Considerados por Choppin (2004, p.

549) como domínios de pesquisa negligenciados, os compêndios se constituíram em fontes preciosas no testemunho da formação de matérias escolares, a exemplo do inglês na esfera da instrução comercial. De acordo com Bluteau (1728, p. 416), compêndio era um “resumo, que se faz de algum livro, discurso, ou semelhante matéria, cortando tudo o que parece supérfluo, e pondo em breves palavras o mais preciso”. Embora os estudos de Batista (1999), Bittencourt (2004a; 2004b), Choppin (2002) e Munakata (1997) não tenham se concentrado em delimitar uma conceituação para compêndio, pode-se entendê-lo como livro usado como suporte para a aprendizagem, cuja aplicação é análoga a do livro escolar ou didático. Assim, sem prejuízo para os estudos de livro didático e sua complexidade, essa tese agrupou como compêndios analisados não somente livros-texto, que serviam para consulta, como manuais, centrados na definição dicionarizada acima, mas também antologias, que reuniam textos literários selecionados, bem como obras de referências, tais quais dicionários, além de gramáticas, que reuniam atividades e indicavam indícios da tradição dos livros didáticos.

Segundo Chervel (1990), a história das disciplinas escolares<sup>128</sup> mostrou que a sociedade impôs à escola suas finalidades e, na sociedade, a escola buscou apoio para criar suas próprias disciplinas ou matérias. Dessa maneira, “ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação históricas da escola” (CHERVEL, 1990, p. 219). As manifestações de instrução comercial observadas na Aula de Comércio e no Instituto Comercial foram resultado das demandas feitas pela sociedade. Essas demandas se tornaram a pedra de toque na constituição da instrução comercial. De acordo com Bittencourt (2004b, p. 41), cada disciplina ou matéria escolar foi caracterizada pela articulação entre objetivos instrucionais mais específicos e objetivos educacionais mais gerais, de modo a atender sua finalidade. Os objetivos gerais são determinados pela escola, responsável por estabelecer os padrões e orientar a formação dos alunos.

A escola, é importante destacar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não (BITTENCOURT, 2004b, p. 42).

---

<sup>128</sup> Bittencourt (2004b, p. 44-45) chama a atenção para a diferenciação dos termos ‘matéria’ e ‘disciplina’ nos estudos de Goodson (1990). Segundo ele, a ‘disciplina’ é característica da tradição acadêmica, com essa denominação a partir de 1910, enquanto a ‘matéria’ deve ser relacionada às escolas primárias e secundárias. Contudo, somente para fazer uso das contribuições de Chervel (1990), ambas serão compreendidas como correspondentes nesse momento.

Diferentemente de escolas de primeiras letras, por exemplo, em que a instrução preocupava-se com a formação moral e religiosa, além do conhecimento compatível com seus respectivos conteúdos, a instrução comercial estava comprometida com as finalidades estabelecidas, que ainda delimitariam os conteúdos ensináveis. No caso da instrução comercial, essas finalidades estavam bem delineadas pela sociedade, mais especificamente pelas necessidades de burocratização da administração pública e, naturalmente, da capacitação dos responsáveis por promover os negócios, intensificados pela abertura dos portos, e, mais tarde, pelo desenvolvimento da industrialização.

As primeiras aulas da instrução comercial acompanharam a tendência de ensino da época através de aulas ditadas, nas quais os lentes recitavam as lições, enquanto seus discípulos as copiavam. Outro instrumento de ensino comum foram as postilas, que eram usadas como material para auxiliar a aprendizagem dos alunos. Ambas as práticas se tornaram um grande desafio para pesquisadores que não conseguem localizar fisicamente exemplares, diante do caráter fragmentário que esses materiais de ensino apresentam. Dessa maneira, os compêndios da época ao alcance desta tese foram eleitos fontes de destaque para verificação das finalidades comerciais no ensino de inglês. Muito embora a concepção de livro didático tenha se imposto somente após o século XIX, os compêndios foram encarados como os materiais de ensino equivalentes no período estudado. Acerca da aplicação de compêndios ou livros didáticos enquanto fonte de pesquisa, Bittencourt transcreve Alejandro Tina Ferrer, o qual afirma que

a utilização dos livros didáticos como fonte para a história da educação, do currículo ou disciplinas escolares deve ser cautelosa, dada suas limitações e suas múltiplas facetas. Com um pouco de sorte, conseguimos dispor de relações mais ou menos completas dos livros publicados em uma época concreta e para determinada matéria. Mais raramente podemos determinar em quais instituições educativas foram adotados realmente e é ainda mais difícil saber com exatidão como foi utilizado nas aulas pelos professores e alunos (BITTENCOURT, 2003, p. 35).

Ciente da cautela necessária para sua análise e da inexatidão dos estabelecimentos de ensino que adotaram os compêndios, foram selecionados algumas obras para observar sua relação com a instrução comercial. Alguns dos principais compêndios encontráveis já mereceram atenção por parte de estudos da história do ensino das línguas como Torre (1985; 1998), Oliveira (2006; 2014), Santos (2010; 2017) e Teles (2012). No entanto, o olhar lançado nos compêndios para esta tese será dedicado às características comerciais presentes nos



objetos de pesquisa analisados, em detrimento de uma apreciação de aspectos formais tradicionalmente analisados na língua, seja gramatical ou lexical.<sup>129</sup>

Para efeito de amostragem, foram selecionados alguns compêndios que apresentaram reconhecida circulação entre os séculos XVIII e XIX, considerando a recomendação de Choppin (2002, p. 20) de boa duração de vida editorial e de sua relevância para o objeto de estudo desta empreitada. Para construir um panorama da disseminação do ensino de inglês através da instrução comercial, os compêndios serviram de maneira suplementar às peças legislativas e às bibliografias referentes à matéria no período estudado. Embora a análise dos compêndios não permita retratar por completo o modo com a qual a língua inglesa era ensinada, eles podem servir como registros do ensino de inglês naquele período, do reflexo de ideias pedagógicas e, especialmente para esta pesquisa, como testemunho da finalidade do estudo da língua para fins comerciais.

## 7.1. Dicionários

Dentre os compêndios disponíveis, os dicionários algumas vezes ficaram em segundo plano nas discussões de história do ensino de línguas, mas caracterizam-se como instrumentos de fundamental importância para a reconstrução da história das línguas e de suas respectivas culturas. Eles ainda auxiliam uma compreensão mais instruída dos relacionamentos externos de Portugal e, em seguida, do Brasil. A esse respeito, Verdelho (2011, p. 5) elege os dicionários como “uma espécie de roteiro verbal para reconhecimento dos contatos internacionais e da intercomunicação”, acompanhando com grande utilidade as aventuras comerciais. Dessa maneira, é possível afirmar que o comércio internacional mantido por Portugal com outras nações centro-europeias contribuiu com a dicionarização bilíngue do Português e outras línguas modernas diante das urgências em viagens e necessidades comerciais.

A lexicografia bilíngue portuguesa contou com autores conceituados, os quais dominavam bem o vernáculo e acumulavam características ilustradas. Após a produção dos primeiros dicionários entre as línguas portuguesa e francesa, foram ganhando espaço os dicionários que cuidavam das línguas portuguesa e inglesa, que ainda vinha construindo seu lugar de destaque no final do século XIX. Por essa razão, a dicionarística luso-inglesa é considerada por Verdelho (2011, p. 7) mais modesta que a luso-francesa. Contudo, desde o

---

<sup>129</sup> Para conhecer uma análise aprofundada de livros didáticos de língua espanhola, ver a tese *História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil (1919-1961)*, de Anselmo Guimarães (2018).

surgimento dos dicionários entre as línguas portuguesa e inglesa, notou-se que eles ocuparam o mercado luso-brasileiro com predomínio quase exclusivo. Nesse sentido, a produção dicionarística incentivou a atividade editorial e contribuiu na construção do patrimônio memorial da língua.

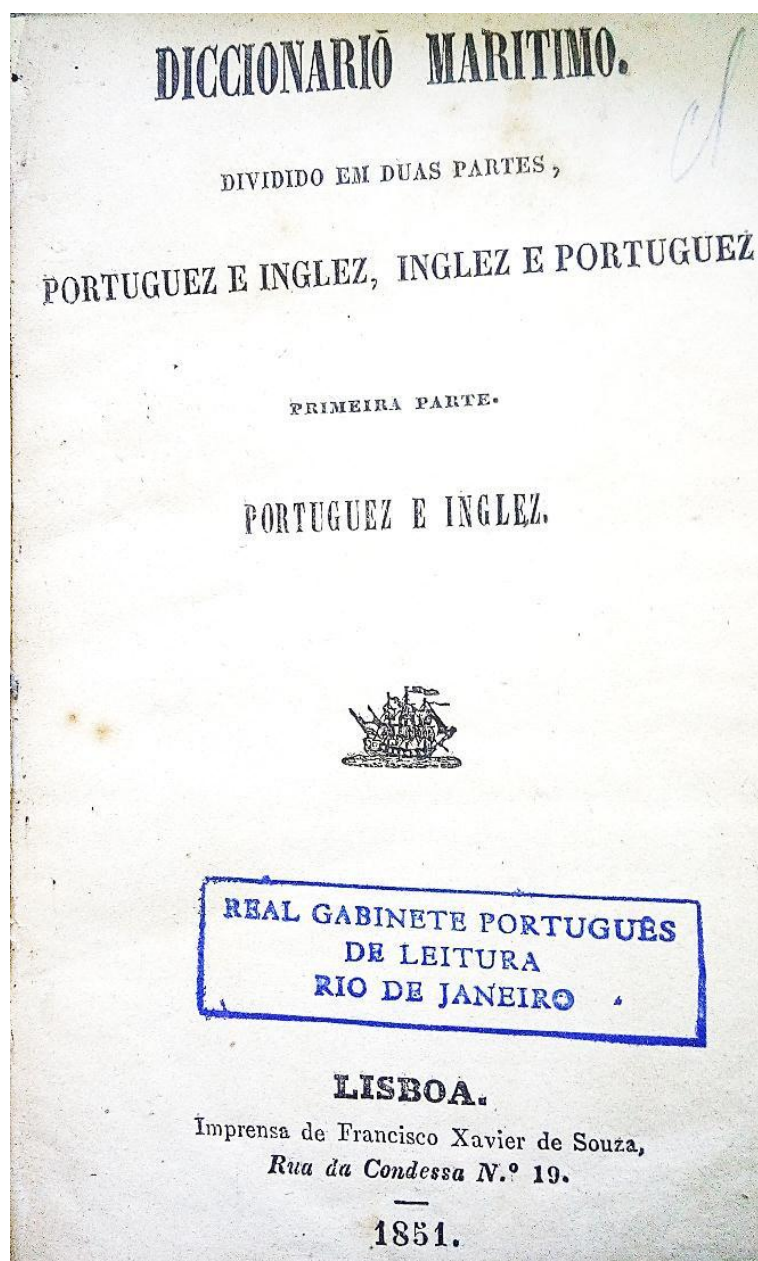


Figura 12: Folha de rosto *Diccionario marítimo dividido em duas partes, portuguez e inglez, inglez e portuguez*.

Fonte: CORAZZI, 1851.

No Gabinete Real de Leitura Português foram encontrados alguns representantes da produção dicionarística que serviu aos interessados na compreensão da língua inglesa. Como ilustração da característica da importância de dicionários durante as viagens comerciais, o

*Diccionario marítimo dividido em duas partes, portuguez e inglez, inglez e portuguez* (Figura 12) cumpre o papel de possibilitar ao navegante em país estrangeiro nomear com exatidão itens próprios da profissão evitando dificuldades. O dicionário publicado em Lisboa não apresenta seu autor na folha de rosto, mas percebeu-se que foi produzido na imprensa de Francisco Xavier de Souza em 1851 com prólogo assinado por G. L'assence. Segundo o texto do prólogo, o pequeno dicionário pretendia suprir as necessidades de palavras ausentes em outros dicionários, a exemplo de denominações de todas as partes usadas na construção de embarcações, colhidas com toda exatidão possível nas línguas inglesa e portuguesa. Assim, o autor esperava que sua penosa obra fosse contemplada como um progresso para a ciência da navegação.



Figura 13: Folha de rosto *Vocabulário de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*.  
Fonte: SÁ, 1889.

Paralelo ao *Diccionario marítimo*, foi localizado também no Gabinete Real o *Vocabulário de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez* (Figura 13), publicado em Lisboa, em 1889, com autoria de Ricardo de Sá. A folha de rosto apresentava a obra ainda como uma “Collecção de termos e phrases usadas no commercio marítimo, nos seguros, nas finanças, na navegação, na economia política, no direito commercial, na contabilidade e no commercio em geral”. Seu prefácio parte das necessidades encontradas dentro dos escritórios comerciais de Portugal e do Brasil em que os encarregados das correspondências precisavam

encontrar a equivalência das frases que empregassem as duas principais línguas mercantis. Outros dicionários, tais que os de Hamonière, Spiers, Roubaud, Sadler e Dudevant, foram mencionados para lembrar que eles serviam apenas a quem conhecia bem as línguas francesa e inglesa.

Como exemplos de dicionários que elaboraram vocabulário comercial, incluindo a língua portuguesa, foram mencionados: *The merchant's friend or polyglot assistant, and technical dictionary*, publicado em 10 línguas pelo professor do Gymnasio Real de Kampen, na Holanda, K. P. ter Reehorst (1849); *Glossario dos termos de commercio mais usados, com correspondentes em francez, inglez e allemão*, publicado dentro do *Guia de correspondencia e escripturação commercial* de B. Moreira de Sá (1878); e *Glossario de termos commerciaes em portuguez e inglez*, que serviu como apêndice no vocabulário das línguas portuguesa e inglesa, de João Felix Pereira (1880).

Ricardo de Sá provavelmente tirou proveito das referidas obras, porém, destacou as fragilidades delas, informando que o *Glossario* de B. Moreira de Sá apresentou apenas 174 termos, apesar de seu título, enquanto que o *Glossario* de João Felix Pereira, alardeado pelo autor como amplo, apresentou 378 termos. Foi verificado que o *Vocabulario* de Ricardo de Sá apresentou 2000 termos e frases. O autor alegava que as lacunas das referidas obras o fizeram preocupar-se em produzir uma obra que satisfizesse o comércio internacional. Para o autor, a lacuna que mais se fez sentir foi nas escolas dedicadas ao comércio, principalmente após as reformas realizadas nelas com o intuito de equipará-las aos institutos de instrução profissional dos países mais adiantados<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> A respeito do período destacado por Ricardo de Sá, Pardal, Ventura & Dias (2005, p. 200) esclarecem, em seu estudo sobre a história do ensino técnico e profissional em Portugal, que os sobressaltos políticos resultantes da disputa entre cartistas e setembristas ao longo da segunda metade do século XIX terminaram por influenciar a crise política verificada a partir da década de 1890, com menção ao ultimato inglês em 1890, a revolta republicana do Porto em 1891 e a reação conservadora no Acto Adicional de 1896, que culminaria com o regicídio de 1908 e o advento da República em 5 de outubro de 1910. Em poucas palavras, pode-se dizer que foi intensificada a agenda de um governo liberal, que assentava sua ideia de progresso cada vez mais no desenvolvimento material, técnico e científico, com o reforçamento do papel das instituições de ensino técnico como estratégia e não somente como discurso político. Em tempo, Oliveira (2014, p. 331-332) informou que o referido ultimato inglês decorreu de um ofício de 10 de janeiro de 1890, redigido por Lord Salisbury (1830-1903), ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, no qual a coroa britânica exigia que o governo português retirasse as forças militares chefiadas pelo major Serpa Pinto (1846-1900) do território das colônias de Moçambique e Angola, conhecidas hoje como Zimbábue e Zâmbia, por conta de um suposto incidente entre portugueses e Macololos. Portugal havia incluído essa região em um 'mapa cor-de-rosa', que registrou a pretensão portuguesa de dominar regiões africanas de costa a costa na Conferência de Berlim (1884-1885). Portugal se viu obrigado a atender às exigências britânicas e essa concessão se tornou o episódio mais escandaloso da aliança inglesa, visto, inclusive, como humilhação nacional. Esse sentimento de orgulho patriótico ferido da população terminou inspirando a letra do hino nacional: 'A Portuguesa'. O referido conflito anglo-português não pode ser analisado sem que se leve em conta o contexto em que se encontrava, vez que ao mesmo tempo, estava em curso uma disputa das nações europeias pela partilha do continente africano, para o que Portugal recorria ao seu passado glorioso no imaginário da população, sem muito efeito, que não no choque da

Para a construção do seu *Vocabulario*, Ricardo de Sá reuniu a terminologia comercial encontrada nos seguintes dicionários: *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa* de Caldas Aulete (1881) e *Diccionario juridico commercial* de José Ferreira Borges (1856), em português<sup>131</sup>; *Grande diccionario portuguez-francez*, de Domingos de Azevedo (1887); *Novissimo diccionario inglez-portuguez*, de João Fernandes Valdez (1875); *Dictionnaire de la langue françoise ancienne et moderne*, de Pierre Richelet (1735); *Dictionnaire de l'academie Françoise* (1813); *Dictionnaire de la langue française*, de François Noel e Charles-Pierre Chapsal (1828); *Dictionnaire national, ou Dictionnaire universel de la langue française*, de Louis Nicolas Bescherelle (1862); *Walker's pronouncing dictionary of the english language*, de John Walker (1874); *Scott's english dictionary*, de Robert Scott (1786); *Nuttall's standard dictionary of the english language*, de Peter Austin Nuttall (1888); *Levisac's french and english dictionary*, de M. Levisac (1828); *Nouveau dictionnaire français-anglais et anglais-français*, de G. Hamonière (1826); *General english and french dictionary*, de Alexander Spiers (1851); e *French and english dictionary*, de E. Roubaud (1883).

Além dos dicionários relacionados pelo autor do *Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*, foram de valia alguns tratados de contabilidade, de economia política, de arbitragens, códigos portugueses, franceses e ingleses, bem como uma obra de administração comercial de Ferrier. Ao final do prólogo, o autor esclarece que o plano inicial para essa obra era produzir uma lista dos principais artigos de negócio, incluindo uma coleção de cartas e modelos dos principais documentos mercantis, tais quais obrigações, conhecimentos, faturas, letras etc. para que sua localização fosse facilitada. Contudo, como havia concluído o vocabulário e sua necessidade era grande, preferiu publicá-lo logo e reservar as ampliações necessárias ao seu primeiro plano para uma nova empreitada a depender da aceitação dessa primeira publicação.

Um dos dicionários que serviu a Ricardo de Sá foi também localizado no Real Gabinete. Trata-se do *Novissimo diccionario inglez-portuguez* (Figura 14), de João Fernandes Valdez<sup>132</sup>, publicado a 1875, no Rio de Janeiro. Sua folha de rosto diz que ele foi composto a partir dos melhores dicionários das duas línguas, apresentando termos de todas as ciências e artes. O prefácio revela desejo de prestar serviço aos que estudavam a língua inglesa, mas só

---

recepção da notícia do ultimato pelos portugueses, cuja indignação com o agravamento da crise diplomática ensejaria movimentos fundacionais da República.

<sup>131</sup> Talvez, diante da distância temporal, o autor tenha preferido usar obras mais recentes, porém, convém registrar o *Diccionario de commercio* de Alberto Jacqueri de Sales (1723) como uma fonte relevante nesse conjunto.

<sup>132</sup> De acordo com Verdelho (2011, p. 41), João Fernandes Valdez foi um cidadão de nacionalidade brasileira, mas que provavelmente veio do Peru. Acredita-se que tenha falecido em 1881.



contavam com o dicionário de Transtagano para tal. Valdez fez ressalvas sobre os possíveis erros que poderiam se apresentar em uma obra dessa natureza, mas esperava que os limites dela ao menos permitissem a introdução a termos mais gerais das ciências, artes, manufaturas, comércio, navegação etc, embora reconhecesse que a nomenclatura de cada um desses ramos poderia formar um volume. Ele encerrava seu prefácio incentivando que outros aperfeiçoassem sua obra.

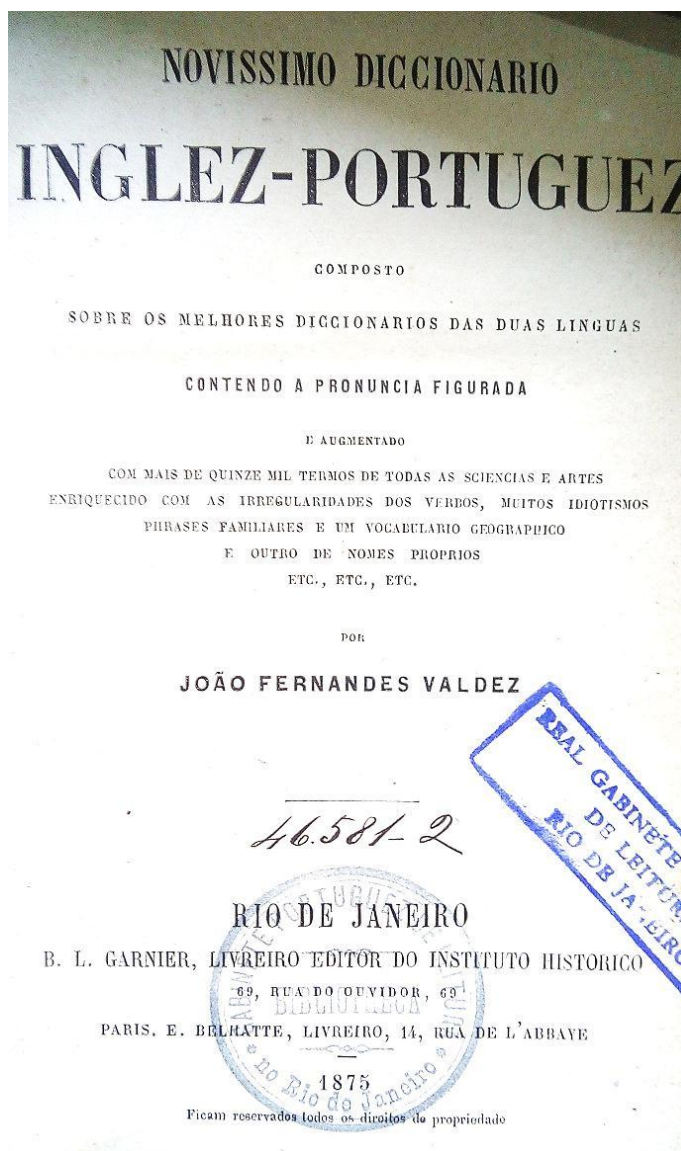


Figura 14: Folha de rosto *Novissimo dictionario inglez-portuguez*.  
Fonte: VALDEZ, 1875.

Verdelho (2011, p. 41) localizou essa obra no momento em que o mercado dicionarístico portátil e escolar impulsionava a publicação de dicionários bilíngues. O primeiro dessa sequência foi o referido dicionário de Valdez, apresentado com um formato e

um perfil lexicográfico intermediário entre os dicionários de uso geral portáteis e práticos. Além desse dicionário, Valdez foi autor do *A portuguese and english pronouncing dictionary* (Figura 15), publicado pela Livraria Garnier em 1875. Apresentado sem prefácio, esse dicionário trazia explicações de pronúncia figurada para cada verbete, além de seu significado em ambas as línguas. Em 1880, Valdez foi responsável pela publicação do *Novissimo diccionario francez-portuguez e portuguez-francez*, basendo-se no modelo ensaiado no seu dicionário de inglês. Os referidos dicionários de Valdez foram assiduamente republicados no Brasil, mas enfrentaram dificuldade no mercado português, pois pouco tempo depois surgiriam os Dicionários do povo.

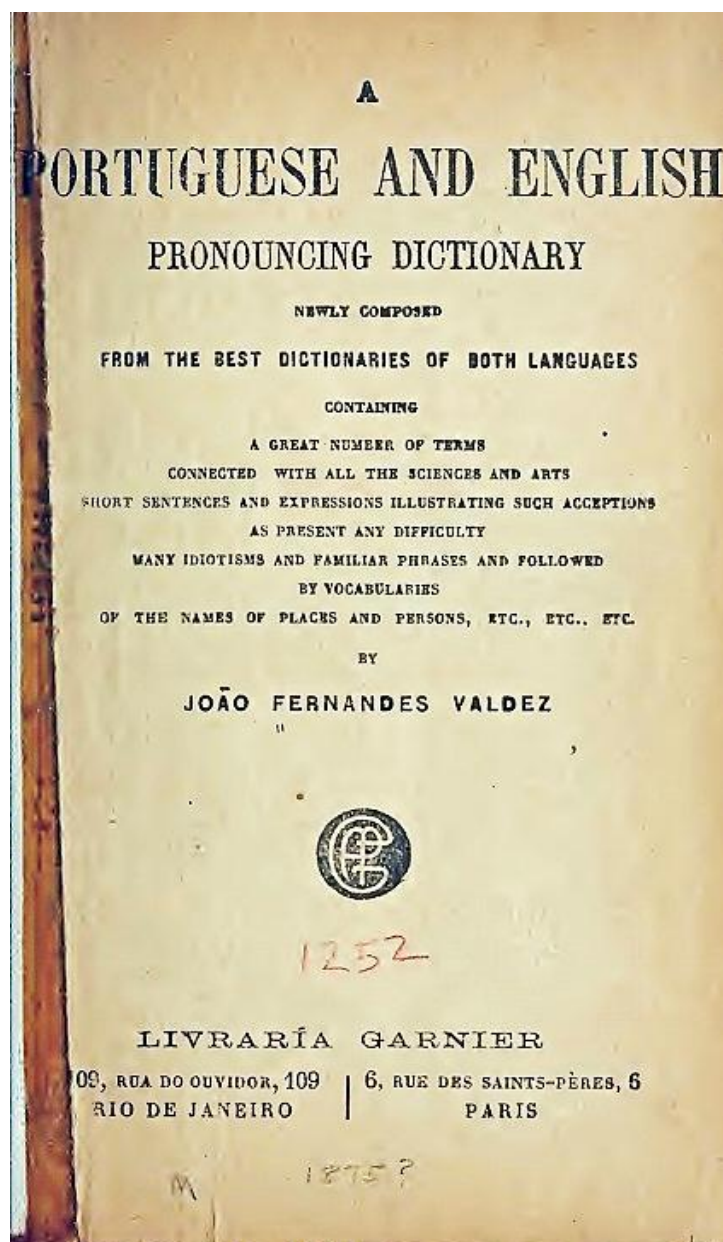


Figura 15: Folha de rosto *A portuguese and english pronouncing dictionary*.  
Fonte: VALDEZ, 1875.

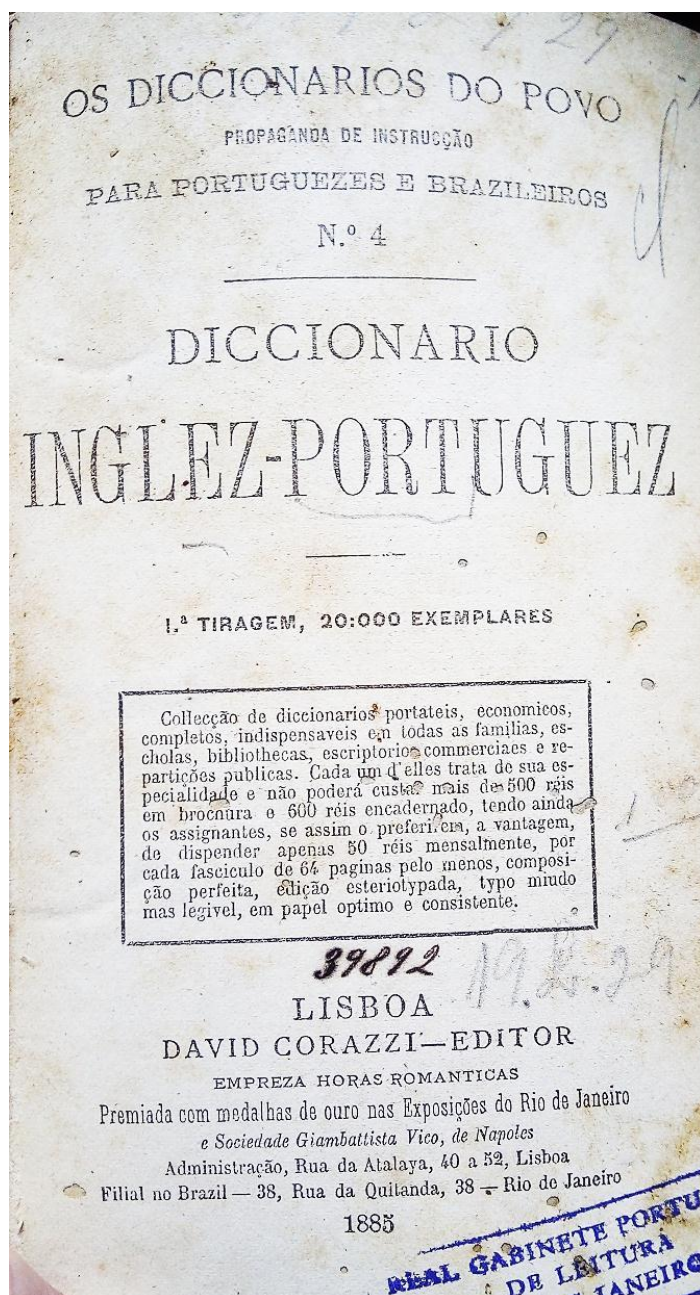


Figura 16: Folha de rosto *Diccionario inglez-portuguez*.  
Fonte: CORAZZI, 1885.

Do mesmo modo encontrado no Real Gabinete, o *Diccionario inglez-portuguez* (Figura 16), de David Corazzi, foi publicado na coleção “Os Diccionarios do Povo”, a 1885, em Lisboa. De acordo com sua folha de rosto, esse dicionário foi escrito para portugueses e brasileiros, com primeira tiragem de 20 mil exemplares. Essa coleção de dicionários portáteis foi escrita para um público vasto, dizia-se indispensável em todas as famílias, escolas, bibliotecas, escritórios comerciais e repartições públicas. Informava ainda a folha de rosto que cada volume deveria custar 500 réis, em brochura, e 600 réis, encadernado. Seu longo



prefácio esclarece que esse era o quarto dicionário da coleção, justificando a partir de uma classificação dos idiomas modernos, cuja utilidade foi vista em primeiro lugar no francês e, em segundo, no inglês. A esse respeito, argumenta que no momento não era possível “atribuir o uso exclusivo nas relações do mundo commercial” ao inglês apenas porque o francês ainda mantinha “seus foros e tradições” (CORAZZI, 1885, p. 3). A literatura inglesa também é lembrada na qualidade de justificativa para a importância conferida ao inglês, bem como as ciências, que ocupavam os cursos secundários em liceus e outras escolas particulares, além de cursos especiais e superiores.

David Corazzi (1845-1896) foi um editor português muito inovador no planejamento de suas edições, tendo redimensionado o mercado editorial português com edições práticas, úteis, bem apresentadas e econômicas. Suas obras reconfiguraram a dicionarística portátil ou de bolso, bilíngue ou monolíngue, caracterizada pela forte preocupação com a divulgação, sob a estratégia de divulgação “missionária, fervorosa ou caritativa”. O prefácio da edição do *Diccionario inglez-portuguez*, publicado em 1888, deixou claro o ideal benevolente e filantrópico do autor em favor da instrução e das letras. Assim, os Dicionários do Povo não se destacaram na produção dicionarística portuguesa somente por seu trabalho lexicográfico, mas principalmente pela facilitação do acesso ao dicionário e pela generalização de seu uso (VERDELHO, 2011, p. 43; 46).

Mencionado por Valdez como única opção de dicionário até a publicação do seu, o principal destaque do roteiro histórico de dicionários português-inglês encontra-se na obra de Antônio Vieira Transtagano (1712-1797). Embora Transtagano não tenha inaugurado a produção desse tipo de dicionário, vez que se registrou a publicação do *A compleat account of the Portugeze language*, a 1701, em Londres, o seu *A dictionary of the portuguese and english language, in two parts, portuguese and english: and english and portuguese* (Figura 17), publicado a 1773, em Londres, tornou-se o dicionário de maior repercussão entre portugueses. O caráter mais acessível e a assimilação das vantagens obtidas do aperfeiçoamento do modelo português-latim em comparação com outras línguas vizinhas e contemporâneas fizeram do dicionário de Transtagano um sucesso editorial entre os séculos XVIII e XIX<sup>133</sup> (TORRE, 1985, p. 18).

---

<sup>133</sup> Além do alerta de João Fernandes Valdez, foi verificada no prólogo do *Novo diccionario inglez-portuguez* de Jacob Bensabat (1880) a popularidade do dicionário de Transtagano: “Póde-se affirmar sem erro, que até ao tempo em que se deu á luz o diccionario inglez-portuguez de D. José de Lacerda, isto é, em 1866, não houve em Portugal durante mais de um seculo, outro diccionario d’esta lingua que não fosse o de Antonio Vieira” (BENSABAT, 1880, p. v).

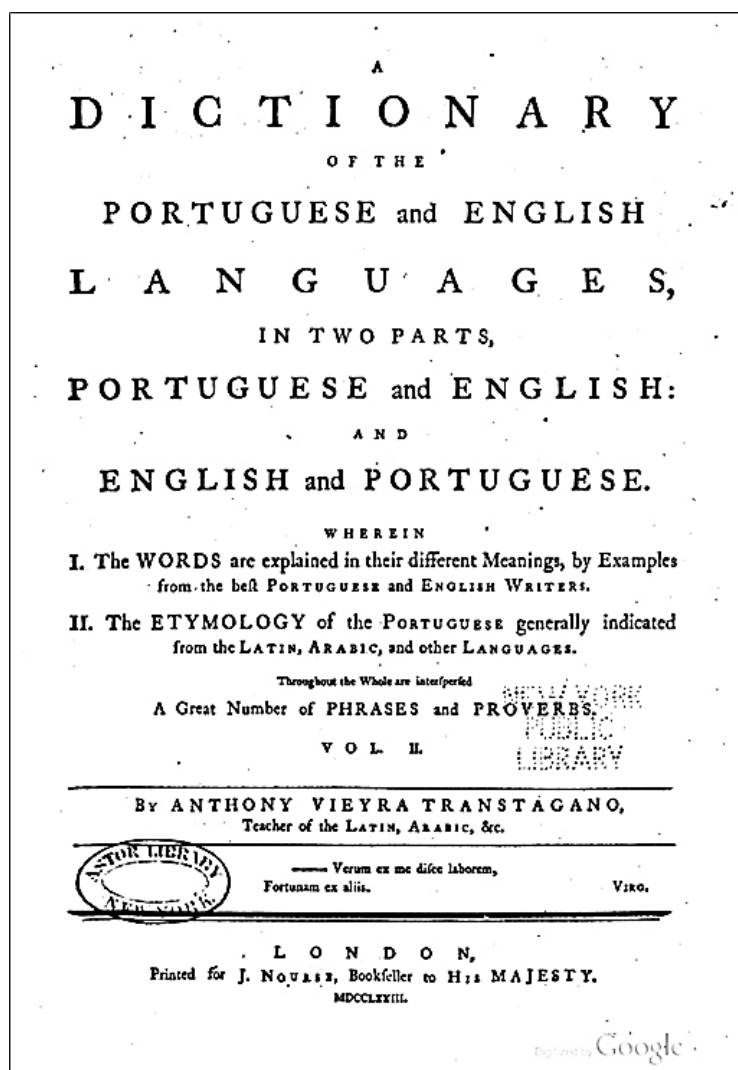


Figura 17: Folha de rosto *A dictionary of the portuguese and english language, in two parts*.  
Fonte: TRANSTAGANO, 1773.

Transtagano organizou seu dicionário em dois volumes, o primeiro, com vocábulos traduzidos do português para o inglês, foi pensado para leitores estrangeiros, e o segundo, com vocábulos traduzidos do inglês para o português, voltado para o uso dos leitores portugueses. Pelo que se pode depreender a partir das louvações ao Barão de Plassey, da Irlanda, Robert Lord Clive (1725-1774), encontradas em uma das folhas de rosto, o primeiro volume teve como possível mecenas e patrocinador do autor o referido Barão. A nota ao leitor desse primeiro volume destacava sua utilização nas viagens por onde houvesse colônias portuguesas, ainda antes da abertura dos portos de 1808, com destaque para itens relacionados ao comércio:

[...] o leitor encontrará nos lugares apropriados, todas as palavras que se infiltraram no idioma Português desde as conquistas da nação, e seu comércio pelas costas da África, Ásia e América; especialmente os termos de moedas, medidas, escritórios, títulos, &c. que são usados naquelas partes

do mundo, ou podem ser encontradas nos livros portugueses em viagens pela Etiópia, Arábia, Pérsia e outros países remotos (TRANSTAGANO, 1773, n.p.) (tradução nossa)<sup>134</sup>.

A nota ao leitor do segundo volume enaltecia a utilidade da língua inglesa a todas as nações que negociavam com a Inglaterra, colocando-a como a próxima língua de destaque mundial “em materia de negocio”, para o que as nações logo disponibilizariam gramáticas e dicionários ao ensino de línguas estrangeiras, com o objetivo principal de facilitar as trocas entre países que mantivessem relações comerciais:

Em quanto ao Commercio, porem, he a língua Ingleza não somente utilissima, mas tambem necessaria a todas as naçoens, que com a Ingleza negoceaõ. Convencidas estas e escarmentadas do grave prejuizo, que recebiaõ no tratar os seus negocios por meyo de linguas ou interpretes, não tardaraõ em compor grammaticas e dictionarios, para effeito de a aprenderem e fugirem dos inconvenientes, e obstaculos, que sem o conhecimento della seriaõ no commercio inevitaveis [...] Para facilitar por tanto a intelligencia das obras scientificas escritas na lingua Ingleza: para fazer agradavel e proveitoza a peregrinação pella Gram Bretanha e suas conquistas: e, finalmente, para promover o bem publico e adiantar o commercio entre as duas naçoens Ingleza e Portuguesa, emprendi a prezente obra (TRANSTAGANO, 1773, n.p.).

Em sua análise, Teles (2012, p. 76-79) coletou uma amostragem de 100 vocábulos encontrados nesse volume especificamente relacionados à prática comercial, o que reforçava a intenção do autor em favorecer os negócios em seu dicionário. Ainda em sua nota ao leitor, Transtagano lembrava ao seu público que o “auge e florescente estado a que tem chegado o seu [da Grã Bretanha] universal commercio”, justificava a utilidade de sua obra ao estudante “nos seus progressos, ao viandante nas suas peregrinaçoens e ao mercador de negocios”. O autor apontou ainda como razões para a expansão da língua inglesa seus célebres escritores nos campos da arte e da ciência, os rápidos progressos e gloriosas façanhas após a última guerra, as numerosas manufaturas e navegações (TRANSTAGANO, 1773, n.p.).

Verdelho (2011, p. 26-29) enxergou a referida obra de Transtagano como um dos principais objetos do relacionamento linguístico entre as línguas portuguesa e inglesa. Ele observou que a primeira parte do dicionário não chegou a 25 mil entradas, além de apresentar instabilidade ortográfica, que resultou no esquecimento de algumas formas. Durante o século

---

<sup>134</sup> “[...] the reader will find in the proper places, all words that have crept into the Portuguese language from the conquests of that nation, and its commerce upon the coasts of Africa, Asia, and America; especially the terms of coins, measures, offices, titles, &c. which are used in those parts of the world, or are to be met with in the Portuguese books containing travels through Ethiopia, Arabia, Persia and other remote countries” (TRANSTAGANO, 1773, n.p.) (texto original).

XIX, algumas inadequações foram corrigidas nas reedições do dicionário, a exemplo de artigos que ainda apresentavam erudição antiga. A segunda parte se apresentou mais equilibrada em relação ao número de entradas e o número de páginas. Enquanto a primeira parte se utilizou das formas dicionarizadas encontradas no *Tesouro* de Bento Pereira e no *Vocabulario* de Raphael Bluteau, a segunda parte contou com os dicionários de Nathan Bailey e de Samuel Johnson, com um número muito superior de entradas encontradas do que nos dicionários portugueses. Dessa maneira, a segunda parte se beneficiou de um universo lexical repleto de novas informações não encontradas anteriormente na base tradicional latina, incluindo termos considerados técnicos ou de campos mais específicos como “nautico”, “da ley”, “de medico”, “forense”, “de architettura” e “de mercadores”, que proveu aos estudantes da época uma noção para lidar com a atividade comercial, própria dos tempos modernos. Verdelho (2011) registrou novas edições do dicionário de Transtagano até 1860.

## 7.2. Gramáticas

As relações comerciais tiveram influência fundamental na criação de gramáticas que possibilitassem o estudo das línguas portuguesa e inglesa como línguas estrangeiras. O discurso de aplicação dos compêndios para o aumento e o proveito no comércio foi recorrente nas notas ao leitor, prefácios e prólogos de obras como essas. O primeiro registro encontrado relacionou-se aos laços estabelecidos entre Portugal e Inglaterra em *A portuguez grammar*, escrita pelo capitão francês Monsieur de La Moliere (1662) e dedicada a Carlos II da Inglaterra em razão de seu casamento com a portuguesa Catarina de Bragança<sup>135</sup>. É muito simbólico que a primeira gramática portuguesa para estrangeiros tenha sido criada no contexto do referido casamento, celebrado dentro dos acordos da aliança inglesa.

---

<sup>135</sup> Da mesma maneira, revelou Torre (1998, p. 216) que “uma das primeiras homenagens que a nova rainha recebeu na Inglaterra veio de James Howell, através da sua *New English Grammar, prescribing certain Rules as the language will bear, for Forreners to learn English... also another Grammar of the Spanish or Castilian toung with some special remarks upon the Portuguese dialect*. Como era vulgar nesse tempo, a língua portuguesa era vista como um dialecto ou variedade de castelhano. A gramática de Howell continha material em diálogo e incluía ‘a perambulation of Spain and Portugal, which may serve for a direction how to travel through both countries’. Apesar da promessa feita por Howell, poucos são os elementos de interesse relativos à língua portuguesa. A ‘perambulation’ de que fala é relatada num diálogo entre dois amigos: um que viajou por Espanha e Portugal, o outro interessado em saber coisas sobre os lugares visitados”. Foi esse tipo de confusão entre as línguas portuguesa e espanhola que Castro tentou evitar no texto de nota ao leitor de sua gramática.

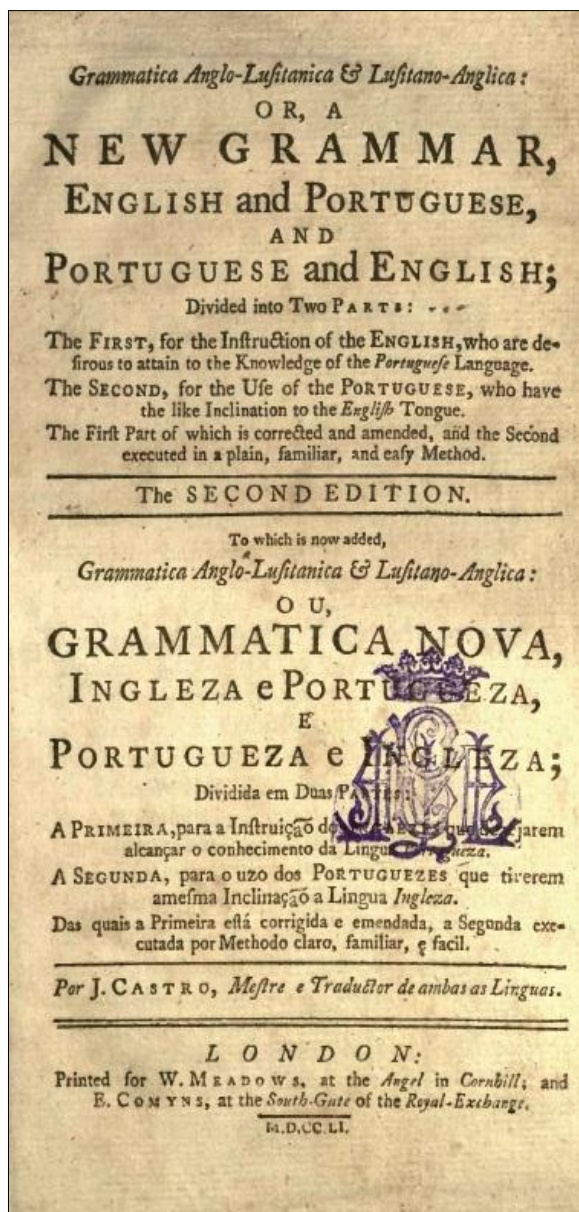


Figura 17: Folha de rosto da *Grammatica Lusitano-Anglica & Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza*.

Fonte: CASTRO, 1751.

Auroux (1992, p. 46-47) entende que, em um contexto onde já existe uma tradição linguística, estabelecem-se novas razões para a aprendizagem de uma língua estrangeira, sendo essas novas motivadoras para a gramatização<sup>136</sup>. No caso luso-britânico, interesses práticos como relações comerciais e políticas atuaram na condição de catalisador do processo de gramatização bilíngue em Portugal. Assim, a primeira gramática inglesa escrita em português que se tem notícia foi a *Grammatica Lusitano-Anglica & Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza* (Figura 17), publicada pela

<sup>136</sup> “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

primeira vez em Londres, a 1731, com autoria de Jacob Castro. Segundo a folha de rosto da edição de 1751, essa gramática foi dividida em duas partes, sendo a primeira para a “instrução dos Inglezes que desejarem alcançar o conhecimento da Lingua Portugueza” e a segunda “para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Lingua Ingleza”.

Torre (1998, p. 43) acreditava que Jacob Castro foi muito provavelmente um judeu português, que procurou em Londres refúgio contra as perseguições da Inquisição e, ao retornar, havia acumulado conhecimentos suficientes para a empreitada. Além disso, a folha de rosto dessa obra apresenta o autor como mestre e tradutor em ambas as línguas. Uma advertência ou anúncio encontrado nas páginas antecedentes das explicações gramaticais revelavam que o autor ensinava tanto em sua casa, como por fora, a “Ler, Escrever, Contar, e Livro de Caixa pello Modo Italiano e em pouco Tempo (sem as costumadas Regras, Taboadas, e impertinentes ou inúteis Questoons) por hum Methodo, claro, patente, e bem aprovado no estilo Mercantil” (CASTRO, 1751, p. x).

Possivelmente motivado por seu perfil, Castro produziu a gramática que melhor denotou a aplicação das línguas inglesa e portuguesa para fins comerciais. O prefácio que abre a parte dedicada ao ensino de português intitulado “*To the Reader*” ocupava-se, em grande medida, de tentar provar a importância da língua portuguesa diante de seu “*great Use in Commerce*”, ou seja, grande utilidade no comércio. Para convencer o leitor inglês a estudar a língua portuguesa, o autor investiu em uma retrospectiva histórica acerca da ascensão da língua portuguesa, diferenciando-a da língua espanhola no ramo latino e afastando a ideia de língua bárbara, justificada através do comércio português com outras partes da Europa e do número de terras conquistadas. Como essa gramática ensinava as duas línguas ao mesmo tempo, não foram apresentadas notas ao leitor em língua portuguesa na primeira parte, com exceção da advertência. Na segunda parte, estava reafirmado o objetivo e compromisso com a formação negociante no prefácio: “Sendo varias as Razoens, que renden ésta Obra util e necessaria; não farey mais que observar, ser para o Homem de Negocio, de absoluta importancia, para o curiozo Estudante de entretenimento e recreyo” (CASTRO, 1751, p. ii).

No decorrer das explicações detalhadas de itens lexicais e gramaticais, avultam exemplos de aplicações de elementos comerciais, a exemplo de um texto escolhido para apresentar um modelo aproximado de pronúncia:

Tive a honra de duas de suas quinze e vinte do mês passado pello correo, e de 22 ditto pelo navio A. Captam J. Pellas quais recebi suas ordens de carregar por seu risco a Conta a bordo do primeiro bom navio, fazendo a viagem paro Amburgo 25 caixas de Açucars com 6. Caixas de brancos, e 50

rolos de Tabaco consignados aos seus amigos e Correspondentes os senhores A. B. e Companhia o que tudo a seu tempo sera puntualmente cumprido. Pello Correo proximo passado remety a V. M. 2 letras de cambio, hua por 11. Esterl. 250 e outra por 320 ditto, das quaes despois de chagadas não duvido de devido comprimento; pella primeira occasiam avizarey a V. M. o necessario mais largamente (CASTRO, 1751, p. 7).

Além de textos comerciais para o público inglês, as listas de vocabulário encontradas na primeira parte da gramática de Castro apresentaram substantivos úteis à compreensão daqueles que recorriam a esse material para apoio de atividade comercial em português. A exemplo dos verbetes organizados sob a categoria “Das cousas eclesiásticas”, como: “moeda dóuro, moeda de prata, moeda de cobre, crédito, dívida, caixa, caixeiro, homem de negocio, mercador e livro de caixa”, entre muitos outros. Na sequência, é apresentada uma lista de verbos em que se observa uma categoria inteiramente dedicada ao comércio: “Do navegar e negocios de mercadores”. Nela estão verbos exemplificados por “embarcar, carregar, assegurar, fretar, navegar, estar dácordo, assinar, corresponder, carregar a conta, endossar, remeter, empenhar se” (CASTRO, 1751, p. 191).

Na obra de Castro, Teles (2012) e Santos (2010; 2011; 2017) analisaram os *Familiar Dialogues* (Anexo 8), ou seja, os diálogos apresentados como cotidianos para familiarizar os iniciantes com possíveis situações reais. Dentre os exemplos, foram encontradas algumas referências a valores morais, costumes e negócios, o que demonstrou o alinhamento da obra com as ideias ilustradas que regiam as reformas pombalinas da instrução. Nos quinze diálogos familiares apresentados, Castro aproveitou para fornecer modelos de conduta e de estilo de escrita que deveriam ser seguidos pelos iniciantes. Temas como cumprimentos, refeições, vestimentas, a língua portuguesa, clima, compras, jogos, viagem, câmbio e leis da Inglaterra aparecem nas conversações, sempre entre duas pessoas conforme era comum em uma prática de ensino observada nas aulas de catecismo, baseada em um jogo de perguntas e respostas. Dentro de diferentes situações, itens do universo comercial são suscitados nas conversas apresentadas. Contudo, convém observar que os diálogos XII e XIII se referiam a viagens de negócios e mencionavam o pagamento de dívidas, enquanto o diálogo XIV, *About the exchange*, ou “Da bolsa”, tratava de termos mais específicos de comércio, a exemplo de câmbio e valores negociados com corretores, como se vê a seguir:

A Donde vai V. M.? / A bolsa e peçohe de donde vem V. M.? / Venho de lá.  
/ Ouvio V. M. algumas novas? / Não senhor, nada em particular. / Nada que seja remarcavel. / Como vai o cambio para Amsterdam oje? / Trinta e quatro soldos e quatro grossos. / Quem lhó disse? / Meu corredór. / Se faz muito negócio oje? / Si, e se tem que fazer eu lhe aconselho que va de pressa. / Pois

a Deos senhor. / Sou seu servidor. Façame Mercé de dar meus beijamãos em casa. / V. M. intenta sacar ou remeter? / Não estou ainda resolto ó que farei; digame: o cambio para Amsterdam parecelhe que subirá ou que baixará? / Fallam variavelmente nisto, porém ao parecer baixará. / Pode V. M. procurar-me algumas boas letras de cámbio? / Inda agora me offerecerão algumas de boa casa, e gente de boa reputação. / Eram as letras a vista ou usos? / Posso tér de hummãs ou de outras. / Quanto de corretagem lhe hei de dar? / V. M. sabe que o costume he hum outavo pór cento. / Eu quero negociar algumas letras; me aconselha? que mande estas letras a Amsterdam ó Hamburgo? / Não he feito cálculo nenhum ainda; lhó direy dáqui a pouco. / Dizem que o Senhor N. refusou pagamento. / Sim e muitas letras sacadas sobre elle se mandaram outra vez protestadas a Hollanda, pelo correo de ontem. / Me admiro, que hum homem que tinha bom negocio, e de bom character devesse tanto dinheiro. / Alguns dizem que faltóu é que não pode pagar cincoenta por cento. / Que lhes parece ao publico seja a razão? / Alguns imaginam que seu amigo e correspondente fora faltóu; outros dizem que jogou ou que sua mulher he muy extravagante. / Quando se ajuntarão seus acredores? / Tem já tomado possessão de todos seus effeitos e fazenda, e examinarão o balanço de seus livros a menhaã. / Espero que nosso amigo N. não tem perdido com elle. / Não, porque o suspeitava já ha muito tempo e me lembra que muitas vezes tem recusado suas letras. / Sabe V. M. algum homem de credito que assegura sobre navios e fazendas? / Sim Senhor; se V. M. quer deixar seu negocio a mi, lhó far ei fazer á seu contento, e prémio moderádo. / Quando he a venda dá companhia dá India? / Em quinze dias. / Estimo, por que então terey tempo bastante para executar a minha comissão, ante que os navios se ponham á vela (ou que partam.) (CASTRO, 1751, p. 234-237).

Além dos indícios encontrados nos textos para auxiliar na pronúncia, nas listas de vocabulários e nos diálogos familiares, a gramática de Castro apresentou ao seu final uma compilação de modelos de cartas comerciais escritos em inglês e português com espaços a serem preenchidos com as informações referentes a cada situação. Foram encontrados modelos de seis cartas comerciais, uma procuração, uma carta de fretamento, duas cartas de compromisso, uma apólice de seguros, seis recibos e quatro notas de empréstimo de dinheiro (Anexos 9 e 10). Santos (2017, p. 219) lembrou que a preocupação da legislação com o comércio também se utilizou de modelos nas regulamentações direcionadas às empresas de minério e estradas, a exemplo dos modelos de correspondência comercial disponibilizados no Decreto de 20 de setembro de 1834, entre eles, um tratava do atracamento de uma embarcação e mencionava um navio “vindo de Londres com 60 dias de viagem” (BRASIL, 1866, p. 186).

A estratégia dos diálogos familiares era muito útil para modelar as conversas mais frequentes no dia a dia, portanto, foi adotada em muitas gramáticas do período. De acordo com Howatt (1984, p. 14), um dos primeiros usos da expressão *Familiar Dialogues* foi verificado no título do segundo livro do francês Jacques Bellot, publicado em 1586. Ao que seu título sugere, tratava-se de uma coletânea de conversações e diálogos do dia a dia



destinados ao ensino de língua inglesa aos franceses refugiados na Inglaterra. Uma gramática encontrada no Real Gabinete também apresentou diálogos familiares, sendo um deles dedicado a como falar com um mercador. A *Gramatica ingleza ordenada em portuguez* (Figura 18), de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes, foi a primeira gramática inglesa a ser publicada em Lisboa, a 1761. Dedicada a Dom José I pelo autor, que se descrevia como militar e “fidalgo da Caza de Sua Magestade”.

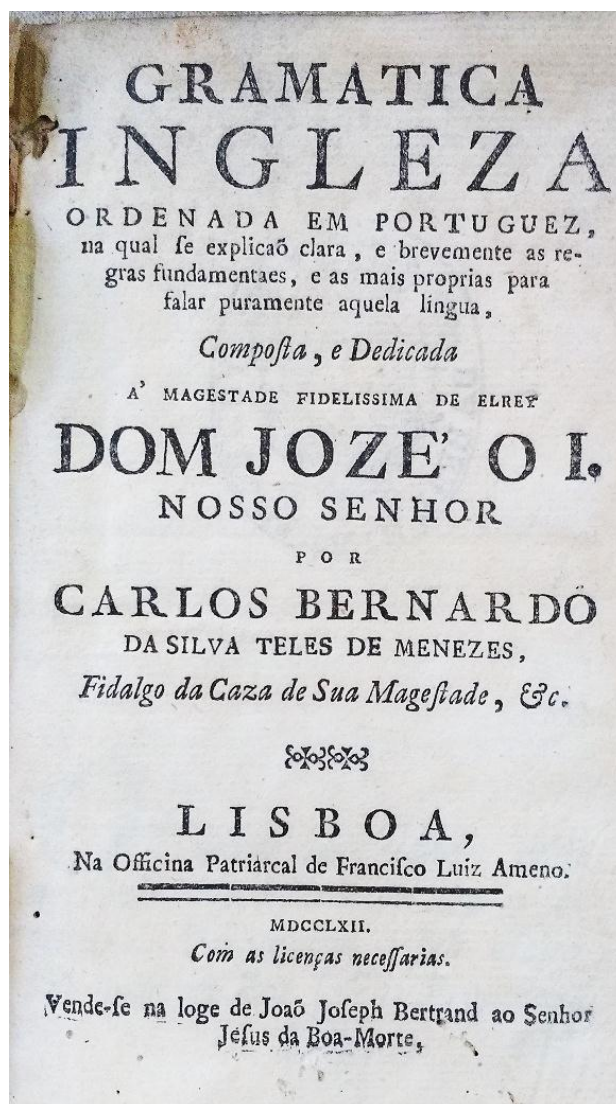


Figura 18: Folha de rosto *Gramatica ingleza ordenada em portuguez*.  
Fonte: MENEZES, 1762.

Em sua dedicatória, Menezes atribuiu os novos progressos da literatura portuguesa às sábias providências de Sua Majestade, motivo pelo qual mostrou acanhamento por oferecer sua pequena gramática produzida nos intervalos do serviço militar. Contudo, encerrou sua dedicatória buscando a Real Aceitação de Sua Majestade com a justificativa de que se tratava da gramática de uma língua “cujo estudo se acha recomendado pelas novas leys” (MENEZES,

1762, p. iv). A nota ao leitor suscitava a necessidade de uma gramática para o Real Colégio dos Nobres, cujos estatutos acabaram de recomendar o estudo da língua inglesa e criar a cadeira. A língua inglesa é entendida na nota ao leitor como de utilidade

a todas as nações cultas, [mas] tem força especial para com a nação Portuguesa. He tão intima a aliança, tão travado o commercio, e tão familiar a comunicação entre os Inglezes, e nós, que parece indisculpavel inercia não nos ter até aqui picado a curiosidade de saber a lingua que fala uma gente que temos tão dentro de casa. E tendo sahido entre nós, tantas gramaticas de outras linguas, que nos devem ser mais indiferentes, ainda até agora não sahisse em portuguez alguma a que se possa chamar Gramatica da lingua Ingleza. Não sucede aos Inglezes assim com a nossa. No seu idioma tem diferentes Gramaticas da lingua Portuguesa; quase todos a aprendem, especialmente aqueles (e he a mayor parte da nação) que se applicão ao commercio (MENEZES, 1762, p. v).

Além de encontrar finalidade da aprendizagem da língua inglesa nos autores “que nela tem escrito desde o principio do seculo prezente, que merece ser entendida de todos”, Menezes justifica a utilidade do inglês especialmente em Portugal diante da aliança inglesa. Enquanto critica a ausência de gramáticas inglesas em Portugal e a atenção dada a outras línguas que entendia deverem ser indiferentes aos portugueses, alertava sobre a falta de curiosidade do saber a língua de alguém que se tem tão dentro de casa. Na sequência, o autor admitia que o interesse inglês em aprender a língua portuguesa não estava respaldado em instruírem-se dos autores portugueses, e isso se tornava mais um motivo para aprender a língua inglesa.

A gramática de Menezes foi dividida em três seções, tendo a primeira tratado da explicação de elementos gramaticais, a exemplo de: partes da oração, os artigos, as declinações, os gêneros e qualidades dos nomes, as conjugações dos verbos regulares e irregulares, a sintaxe. Enfim, “tudo o mais que he propriamente Arte de Gramatica”, em outras palavras, as regras de prosódia e ortoépia, os graus de comparação, os pronomes, entre outros. A segunda seção constituiu-se em um breve dicionário de palavras inglesas distribuído “por diferentes classes de materias”, “que he a mayor dificuldade que tem a lingua Ingleza para os que fálão outras, que não tem como ela, a raiz na lingua Teutonica”. A terceira e última seção apresentou os diálogos familiares em línguas portuguesa e inglesa (MENEZES, 1762, p. x-xi).

Foram observados como temas dos diálogos familiares (Anexos 11 e 12) da gramática de Menezes “Para falar Francez”, “Para falar a um mercador”, “Para falar a um alfaiate”,

“Para falar a um çapateiro”, entre outros. A seguir, encontra-se reproduzido o diálogo familiar de como falar a um mercador:

Mostrai-nos o vosso melhor estofo. / Aqui está o melhor de Londres. / Este não me agrada. / He do mesmo que se uza na Corte. / Ele não he munto forte. / Mostrai-nos outro. / Aqui está outra peça. / Ainda não he do melhor. / Deixai-me ver algum do melhor. / Aqui está uma peça do melhor. / Não tendes melhor? / Não, Senhor. / A como vendeis a vara? / Eu vendoa... / He munto caro. / He munto barato. / Quereis por ele tanto? / Na verdade, ele custa-me mais. / Dizei-me o ultimo preço. / Vós me dareis tanto... / Cortai-me quinze varas. / Que fita quereis? / Da mais moda. / Quereis vestir à Franceza ou à Ingleza? / Tudo he o mesmo. / Adeus (MENEZES, 1762, p. XLII).

Perecebeu-se que o diálogo incluiu uma situação de compra, com exposição de maneiras de pedir uma qualidade do produto, expressar descontentamento, barganhar e fechar a compra. Um padrão de medida antigo foi utilizado para a compra, ele equivalia a 2,96 metros. Foi possível observar ainda uma referência ao estilo que se desejaria vestir o tecido comprado, em concordância com a moda que vinha de Paris, possivelmente um vestido rodado, ou à moda inglesa, influenciada pelas cavalgadas, em que o vestido lembrava um sobretudo longo aberto na frente.

De volta aos estudos de Oliveira (2014, p. 180), as gramáticas que seguem foram apresentadas sob a justificativa de que a língua inglesa era necessária a todas as nações que negociavam com a Inglaterra. A *Grammatica da lingua ingleza, ou a arte de fallar com propriedade e correção o idioma inglez* foi publicada em 1779 e escrita por Agostinho Neri da Silva, oficial da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e Cônsul de Portugal na Dinamarca, que enfatizava a importância da língua inglesa para os portugueses em razão das relações comerciais anglo-portuguesas. Outra obra, dessa vez de autor desconhecido, apresentou proposta semelhante à gramática de Castro em conteúdo e propósito: A *Nova grammatica portugueza e ingleza a qual serve para instruir aos portugueses na lingua ingleza*, publicada em Londres, a 1808. Entretanto, dessa vez a nota ao leitor alega que

Muitas razoes ha que fazem esta obra util, e necessaria; mas a mais conspicua he a revolução que acaba de succeder em Portugal; a qual deve produzir necessariamente intimas relações entre a nação Ingleza e os novos estabelecimentos dos Portuguezes, e hum commercio sumamente extenso: Estas considerações poem fora de toda a duvida a utilidade que deve prestar aos Portuguezes, huma Grammatica que lhes ensine a Lingua Ingleza. Bastara lembrar que o estudo da lingoa Ingleza he de manifesta importancia para o negociante Portuguez, e de entretenimento e recreio para o curioso Estudante (S/A, 1808, p. i).

A justificativa dessa gramática encontrava abrigo na transferência da Corte portuguesa e na abertura dos portos, que naturalmente implicaria no incremento de transações comerciais entre portugueses e ingleses. Além disso, sua apresentação reprisou algumas expressões já verificadas na gramática de Castro, a exemplo de sua utilidade ao “curioso Estudante”. Essa obra preencheu os requisitos de uma gramática tradicional com suas explicações sobre a estrutura da língua, mas seu caráter utilitário e pragmático do ensino da língua inglesa pode ser observado na lista de vocabulários mais usados no discurso, entre as categorias estão: “Cousas pertencentes a guerra”, “Navegação”, “Do comércio, e do que lhe pertence”, “Da moeda, ou dinheiro português”, entre outros. Deve-se registrar que a lista de vocábulos sob a categoria “Do comércio, e do que lhe pertence” contou com uma lista extensa de seis páginas. Na sequência, foram apresentados alguns adágios ou provérbios portugueses e suas traduções, depois os diálogos familiares. Novamente, um deles tratava de uma conversa “Para comprar”. Ao final, uma longa compilação de tipos variados de correspondências comerciais. Apesar de ter sido possivelmente uma réplica simplificada de parte da gramática de Castro, essa gramática representou bem a necessidade de um compêndio como esse diante dos efeitos da abertura dos portos.

No mesmo contexto, insere-se a primeira gramática publicada durante o período joanino: *Nova grammatica portuguesa e ingleza*, de Hipólito José da Costa, publicada em Londres, a 1811. Essa gramática servia para instruir aos portugueses na língua inglesa e destacava novamente sua utilidade para o negociante, bem como para o “curioso Estudante”. Esperava o autor que aqueles fizessem bom uso do método que lhe parecia ser o mais seguro, fácil e prático para obter e conservar o conhecimento de ambas as línguas. Na apresentação, o autor resumiu assim sua obra:

Primeiramente se trata das letras, e sua pronúncia; mostrando como se lêem, dando exemplos no estilo Portuguez de soletrar, explicando igualmente as vogaes, syllabas, diphtongos, triphthongs, &c. Depois seguirão-se as declinações, conjugações, regras da syntaxe, etymologia, prosodia, e acentos. Dahi um vocabulario, e diálogos das coisas mais communs, que acontecem na vida. Finalmente ajuntou-se-lhes modellos de cartas sobre o commercio; instrumento de procuração, carta de fretamento, Apólice de seguro, conhecimento de carga; escritura de compromisso; letra de cambio e seu protesto, &c. (COSTA, 1828, p. i).

Como se pode ver, a gramática de Costa também deu atenção ao comércio, tendo inclusive reunido, a exemplo da gramática de Castro, modelos de correspondências

comerciais diversas. Outras gramáticas também se relacionaram com questões mercantis, como a gramática de Manoel de Freitas Brasileiro: *Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa dedicada à Felicidade e Augmento da Nação Portuguesa* (Figura 19), que foi publicada em Liverpool, a 1812. Conforme se depreende de informações da sua folha de rosto, trata-se de uma seleta dos melhores autores, a exemplo de Lindley Murray e Siret, prática comum entre os autores que geralmente atuavam no papel de organizadores ou compiladores. Das informações do prólogo, extraem-se as justificativas para esta publicação:

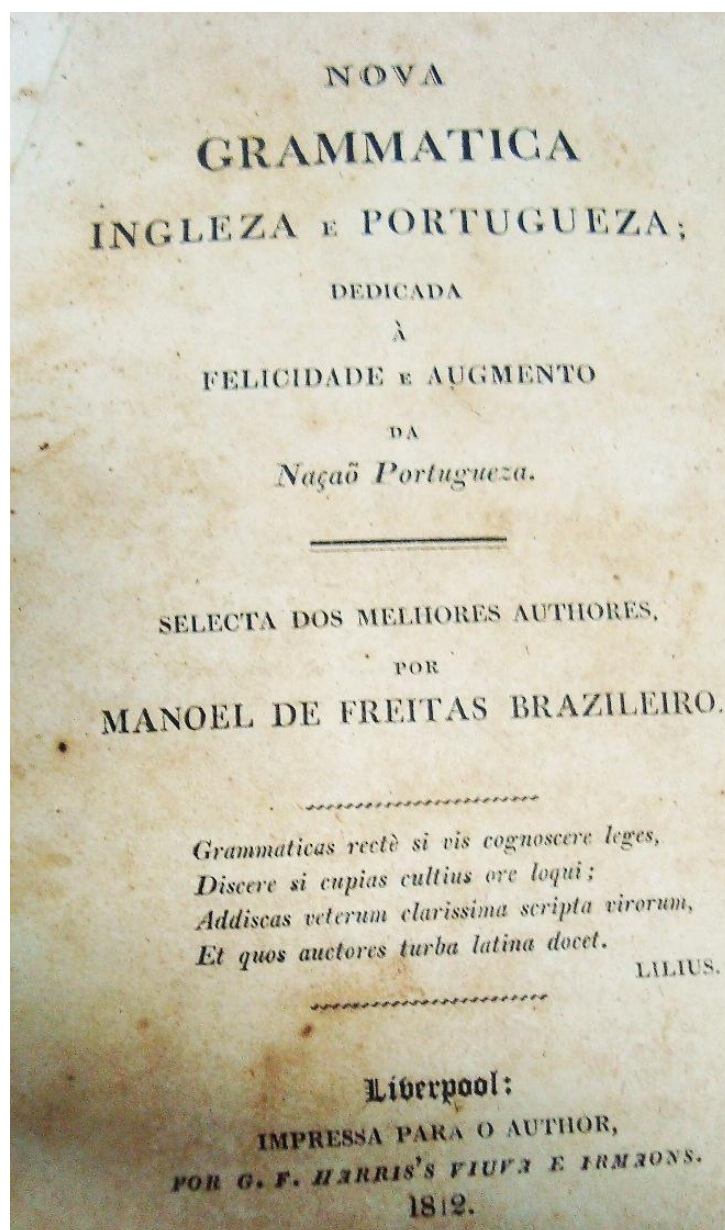


Figura 19: Folha de rosto *Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa dedicada à Felicidade e Augmento da Nação Portuguesa*.

Fonte: BRAZILEIRO, 1812.

Sendo o conhecimento das Línguas a chave principal e o meio mais efficaz para adquirir relações as mais interessantes, em qualquer condição de vida; e em uma Época tão inesperada, como, vemos em Portos do Brazil franqueados ao Commercio com Inglaterra, fazendo-se deste modo mais ampla e mais extensiva a correspondência e comunicação entre ambas as nações; e pelo desejo que me acompanha, de ser de alguma forma util aos meus nacionaes (indaque distante) pela aquisição de hum Idioma, que principia a ser ouvido e familiarizado entre aquelles, pelas relações do Commercio livre; além do progresso que deve ter feito, pela uniaõ de uma com a outra nação, em tão longa defeza do Estado portuguez; e porque a Lingua Ingleza já à muito hé contemplada uma das universaes, bem como tem sido a Latina e a Franceza; e nella achamos todo o genero de leitura, proprios a embellezar nossos pensamentos, e dilatar nossas ideas (BRAZILEIRO, 1812, p. i).

Brazileiro trouxe à discussão o franqueamento dos portos brasileiros nas relações do livre comércio com a Inglaterra e a forma “inesperada” de como isso se deu. Ele apontava a defesa inglesa ao Estado português e o progresso que deve ter decorrido da aliança inglesa como razões da língua inglesa, que se ouvia e se fazia familiarizar entre portugueses e brasileiros. Além das razões comerciais, Brasileiro equipara a língua inglesa às línguas latina e francesa para incentivar a aproximação do estudo da língua inglesa e sua leitura, capaz de embelezar pensamentos e dilatar ideias. Foi observada no índice dessa obra uma referência a um apêndice repleto de textos mercantis.

De acordo com Oliveira (2014, p. 229), a primeira gramática finalmente publicada no Brasil foi o *Compendio da grammatica ingleza e portugueza*, do mesmo autor anterior, mas dessa feita assinando como Manoel José de Freitas, em 1820, constituindo-se em uma versão simplificada da sua gramática anterior. Essa obra foi indicada para o uso da mocidade adiantada nas primeiras letras e pretendia ser útil à educação em um momento em que se verificava o florescer do Reino do Brasil na agricultura e no comércio com todas as nações, em especial a inglesa:

Animado pois por um coração liberal, resolvi preparar este Compendio, considerando o trafico e as relações commerciaes da Nação Portugueza com a Ingleza, e a falta de um Compendio da Grammatica de ambas, para iniciar e facilitar a Mocidade ao uso das duas Linguas, com a clareza, justeza, e simplicidade possivel; e penso que os Pays de familia, desejosos de melhor conhecimento, e em parte, de mais civil e moral Educação nos seus filhos, approvarão este meu desígnio (FREITAS, 1820, p. i).

Como uma novidade nas gramáticas analisadas, interessava a esse compêndio atender à instrução da mocidade, com atenção a questões moral e civil<sup>137</sup>. Ainda assim, não deixava de recobrar a argumentação de utilidade no comércio recorrente nas gramáticas contemporâneas. Embora a justificativa do comércio não surpreenda, esse excerto do prefácio da gramática de Freitas revelou uma afinidade de seu “coração liberal” com os princípios liberais, tão caros à promoção do comércio e ao responsável por conceder licença da Mesa do Desembargo do Paço para a publicação de obras impressas no Rio de Janeiro: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.

Uma estratégia que se observou algumas vezes visando facilitar a concessão de licença para a publicação de obras no Brasil dessa época foi a dedicação de obras ao censor régio. Dentre essas obras, encontra-se a *Arte ingleza offerecida ao illustrissimo senhor Visconde de Cayru*<sup>138</sup> (Figura 20), de Guilherme Paulo Tillbury<sup>139</sup>, publicada em 1827. Com o apelo à autorização da publicação dessa obra, o autor submetia-se ao juízo de Cairu,

na esperança de benigna acceitação pelo seo notorio e official zelo, da instrucção da Mocidade, de seu apreço da Litteratura Britannica, conforme ao credito de preeminencia, que actualmente tem adquirido nos Estados mais civilizados, que della fazem tão extensa cultura, não só pelas vantagens do Commercio, em que a Nação Ingleza tem indisputavel primazia, mas tambem, e principalmente, pela Superioridade de Sciencias Moraes, e de solida Politica, em que se aprende a distinguir entre a verdadeira liberdade Social, e o desenfreado liberalismo do Seculo. Possa V.S. por largos annos, continuar a ser para nós, o Exemplo de Fidelidade Religiosa, e Politica, como sinceramente deseja. De V. S., seu attento venerador, G. P. Tillbury (TILLBURY, 1827, n.p.).

<sup>137</sup> Choppin (2004, p. 55), ao refletir sobre a prática de análise de conteúdo de manuais escolares nacionais antigos na produção acadêmica, aponta, como um fator indissociável da publicação, o alinhamento às ideias vigentes. Ele afirma que o controle da produção nacional esteve ligado à “preocupação em subordinar os manuais ao discurso oficial, ou ainda com o de algum governo de ocupação, em um contexto de censura que tinha como objetivo eliminar ou evitar qualquer desvalorização ou qualquer interpretação nociva aos seus interesses”.

<sup>138</sup> De acordo com Oliveira (2006, p. 90), o termo “arte” foi sinônimo de compêndio para as ocorrências encontradas até o início do século XIX, quando também foi relacionado à expressão estética, normalmente precedido do adjetivo “Belas”, tal qual em “Belas Artes”. Além disso, foi sinônimo de saber não sistematizado em discursos da segunda metade do século, como em Escola de Artes e Ofícios.

<sup>139</sup> O autor da *Arte Ingleza* foi o padre William Paul Tillbury (1784-1863), natural de Londres e conhecido no Brasil como Guilherme Paulo Tillbury. Além de ter atuado como missionário no Rio de Janeiro, foi nomeado pelo Visconde de Cairu como responsável da Aula Pública de Inglês da Corte, em substituição ao primeiro mestre dessa Aula, o padre irlandês John Joyce. Conforme a recomendação da Decisão n. 29 – que tratava dos modelos para os exercícios de leitura, tradução, pronúncia e composição inspirados no padrão francês do século de Luiz XIV, Rei da França de 1643 a 1715, período em que a supremacia política e intelectual francesa era indiscutível na Europa –, Tillbury formalizou a composição de sua própria gramática a partir de uma “Postilla” que costumava dar aos seus discípulos. Aquela gramática foi lançada no mesmo ano em que ele foi nomeado mestre de Língua Inglesa da Rainha de Portugal e das Augustas Princesas com o ordenado de 400.000 réis anuais, como estabelecido pelo Decreto de 4 de abril de 1827 (OLIVEIRA, 2010b, p. 138).



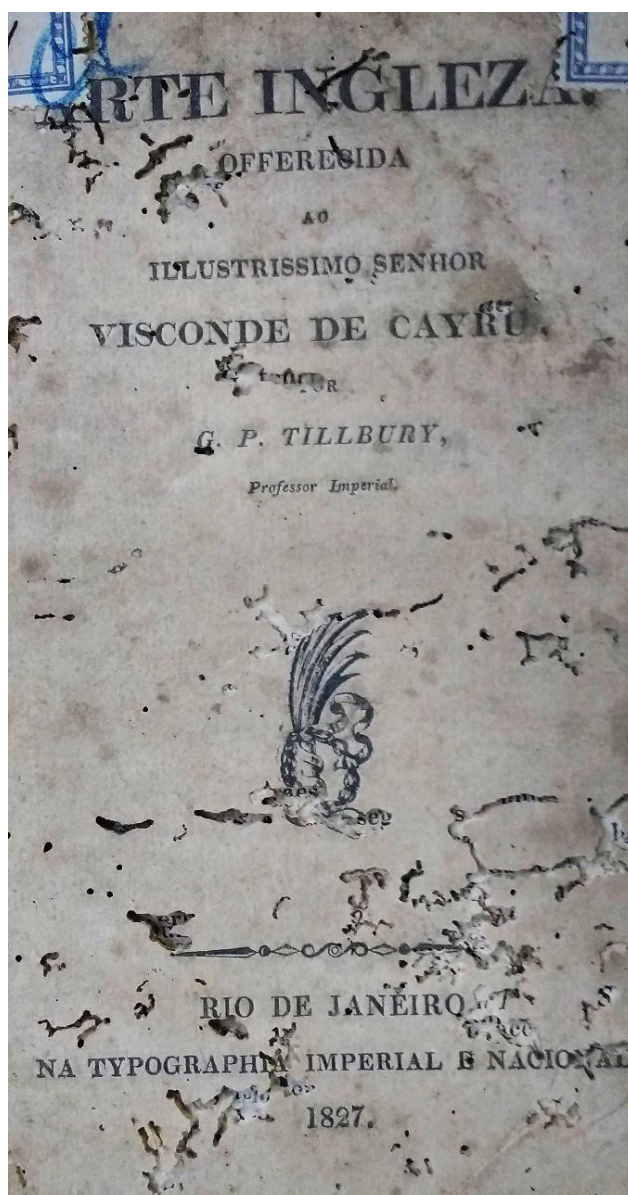


Figura 20: Folha de rosto *Arte inglesa*.  
Fonte: TILLBURY, 1827.

Dispondo de recursos retóricos adequados, Tillbury cortejou Cairu e sua vindoura concessão para a obra. Pode-se dizer que a licença para a publicação era previsível, vez que em 5 de agosto de 1823, Cairu, na condição de Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Diretor dos Estudos, já havia listado o padre como professor público de inglês na *Relação de Aulas, escolas e estabelecimentos de Instrução Pública da corte*. Com um discurso moderado, Tillbury relacionou como justificativas para a utilidade de sua obra as vantagens do comércio mantido principalmente com a Inglaterra, mas também ciências morais e uma política equilibrada entre o avanço do liberalismo e as liberdades sociais. Dado que era necessária a produção de uma gramática de língua inglesa após a criação da cadeira dessa



língua em 9 de setembro de 1817, Tillbury deu início à sua justificativa com a indicação da instrução da mocidade, e da literatura inglesa, pela qual Cairu tinha zelo.

Durante o prefácio, Tillbury sustentou o estudo da língua inglesa para fins profissionais, a exemplo do “Commercio” com a “Nação Inglesa”, justificado no compêndio através da “indisputavel primazia” comercial da Inglaterra, que os fez “os Freguezes principaes do Brasil”. Além disso, dizia ser importante o estudo da língua inglesa para a política, enquanto a Inglaterra mantivesse a superioridade marítima; para a filosofia moral, pois poderia oferecer aos filósofos “Thesouros preciosíssimos”; para a Teologia, com as obras de Leland e Paley; e, sobretudo, como antídoto contra o protagonismo da língua francesa. Com esse objetivo, foram apresentados os avanços alcançados pelos autores ingleses nos campos morais, teológicos e filosóficos, os quais seriam considerados superiores aos autores franceses, na mesma época. Tillbury defendeu o estudo da língua inglesa argumentando que “se, como dizem, a França e a Inglaterra são os dois olhos da Europa, para que contentar-se em ver por hum delles só? Ou quando assim se fizer, escolha-se ao menos aquelle que contenha a vista mais comprida” (TILLBURY, 1827, n. p.). Acredita-se que as ideias liberais divulgadas pela filosofia francesa e levadas ao extremo ameaçavam o trono, o que pode ter colaborado na crítica de Tillbury à língua francesa. Antes de avançar para o próximo compêndio, convém registrar que foi localizado um exemplar da *Arte inglesa* na Biblioteca Nacional. Contudo, encontrava-se em estado de deteriorização avançado e sem perspectiva de recuperação.

Outra gramática que apresentou um discurso de valorização das línguas inglesa e portuguesa foi a *A new grammar of the portuguese and english languages in two parts* (Figura 21), escrita por Luiz Francisco Midosi e publicada em Londres, a 1832. A primeira parte preocupava-se em apresentar explicação da língua portuguesa a ingleses, justificada pela consolidação do ramo de línguas na instrução, bem como pela íntima relação mantida de maneira ininterrupta entre Inglaterra e Portugal nos últimos anos. Foram mencionados os méritos portugueses e as vantagens que se podiam tirar das suas descobertas na América do Sul, não apenas no Brasil, mas também na Índia e no arquipélago de Malacca, na Malásia.

Na “prefação” da segunda parte, Midosi recorreu à necessidade que a Inglaterra teria de comprar itens agrícolas, que “o seu terreno mal querido da natureza” não poderia produzir. Lembrou, ainda, que a Inglaterra chegou “a um grau de poderio, grandeza, e illustração sem igual, sendo hoje em dia a primeira nação do mundo”. Assim, finalizava sua justificativa argumentando que “O conhecimento portanto da lingua do paiz onde existem os tesouros das artes e das sciencias, torna-se necessário a todo aquelle que se applica quer seja as letras, quer

á politica, commercio, ou navegação” (MIDOSI, 1832, p. cxix). A segunda edição dessa obra foi verificada em 1840, com a inclusão de uma lista de verbos e substantivos homógrafos, mas de pronúncias diferentes, além de um apêndice contendo uma lista de vocabulários e de frases e diálogos familiares, atividades, abreviaturas e nomes próprios.

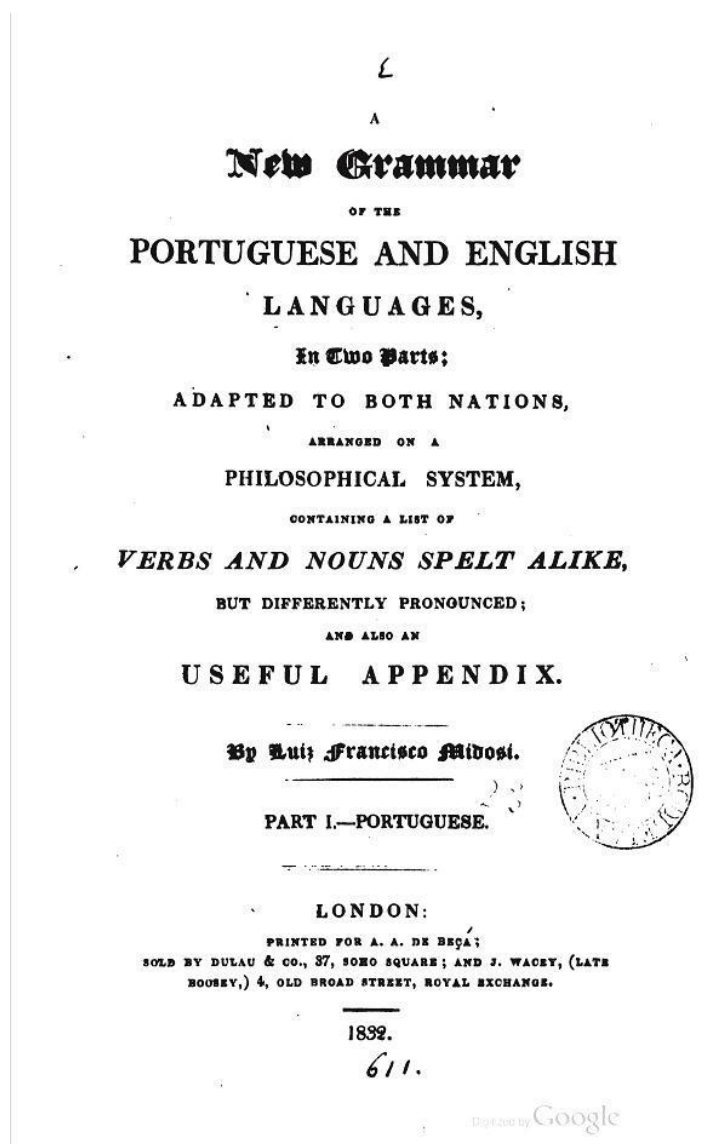


Figura 21: Folha de rosto *A new grammar of the portuguese and english languages in two parts*.  
Fonte: MIDOSI, 1832.

Na Biblioteca Nacional, teve-se notícia de um compêndio publicado no Rio Grande do Sul. Trata-se do *Compendio da grammatica ingleza* (Anexo 13), de Eduardo Grauert, lançado em 1861. Esse compêndio foi dedicado aos amigos do autor, Carlos Antonio da Silva Soares e Joaquim Francisco Garcia. O prefácio deixava claro que a pequena obra não era original, mas sim uma compilação de algumas das melhores obras com as quais Grauert teve contato durante anos de estudo e ensino, a exemplo de Murray e Ellwell, no espírito enciclopédico da

época. Acreditava o autor que as obras existentes eram inadequadas aos principiantes e por isso seu compêndio se fez necessário. A referida obra é inteiramente destinada ao uso da mocidade e não menciona claramente fins comerciais em seu prefácio, no qual fez uma longa exposição de como se daria o curso. Entretanto, alguns textos em inglês selecionados para o exercício de leitura, tradução e análise chamaram a atenção por tratarem de assuntos relacionados a esta tese. Foram eles: um texto sobre progresso e um longo texto sobre o Marquês de Pombal.

O estilo de compêndios que integravam regras gramaticais e textos, geralmente agrupando trechos de obras literárias ou outras peças selecionadas, se tornou frequente nas obras adotadas para a instrução pública da mocidade ou no ensino particular. De acordo com Bittencourt (2004a, p. 288), as obras e os autores que se notabilizaram e alcançaram sucesso editorial estavam afinados com “o espírito de renovação educacional iniciado no final do século XIX”. A seleção de textos também procurava satisfazer à necessidade de inculcar princípios morais nos jovens através de suas mensagens. Dessa maneira, esse tipo de compêndio gozava de maior probabilidade de aprovação por atenderem aos critérios dos Conselhos de Instrução Pública. Segundo Bittencourt (2004b, p. 302), além de suas características técnicas e pedagógicas, o livro didático – correlato ao compêndio no período estudado, respeitados os limites conceituais – “precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade”.

Um compêndio de grande repercussão que aplicou textos literários ao ensino de língua inglesa foi o *Graduated english reader. Estrada suave para o perfeito conhecimento da lingua ingleza mediante excerptos escolhidos e gradativamente coordenados dos melhores autores ingleses e norte-americanos para uso de seus discípulos* (Figura 22), escrito por James Edwin Hewitt e publicado no Rio de Janeiro em 1885. Essa obra de Hewitt fez parte de pelo menos cinco dos programas encontráveis de ensino de inglês do Colégio de Pedro II, entre eles os de 1892, 1893, 1895, 1898 e 1915. Foram observadas novas publicações muitas vezes, tendo sua 21ª edição sido lançada em 1930. Além da verificação de seu uso no referido Colégio, a *Estrada suave* teve lições aproveitadas nas aulas ministradas no Instituto Comercial da Cidade do Rio de Janeiro por seu amigo e ex-colega, Jasper Harben, conforme notado nos diários de classe do segundo ano de 1898 e quarto ano de 1900.

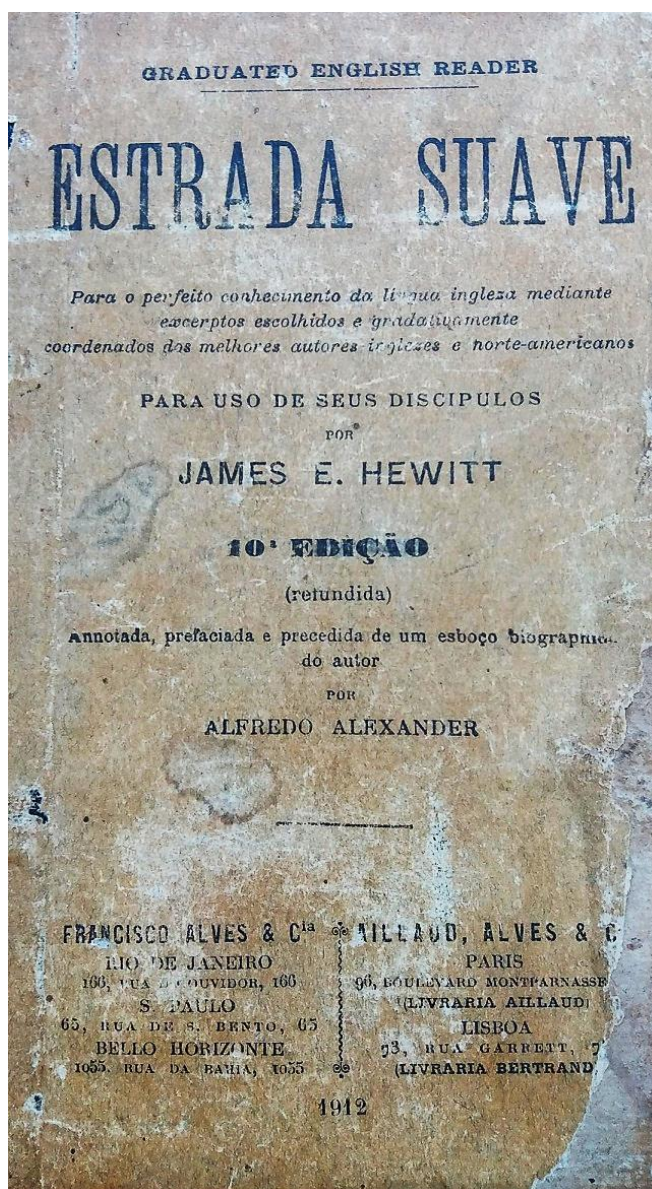


Figura 22: Capa *Estrada Suave*.  
Fonte: HEWITT, 1912.

A exemplo da *Selecta anglo-americana* de Philippe da Motta, da *Prosodia inglesa*, de Jasper Harben, e de outras seleções literárias da época tais quais as de Ludwig Herrig e de Fausto Barreto, mencionadas em programas de ensino de inglês do Colégio Pedro II, a literatura de língua inglesa foi agrupada na *Estrada suave* com excertos de textos de Adam Smith (1723-1790), Alexander Pope (1688-1744), Charles Darwin (1809-1882), Francis Bacon (1561-1626), Geoffrey Chaucer (?-1400), Herbert Spencer (1820-1903), John Locke (1632-1704), John Milton (1608-1674), Lord Byron (1788-1824), Robert Boyle (1627-1691), Stuart Mill (1806-1873), Walter Scott (1771-1832). A partir do que foi descrito no prefácio, um dos objetivos dessa obra foi a exaltação da literatura inglesa, com vistas a equipará-la à literatura francesa, e de certa forma, engrandecer a Inglaterra.

Segundo Hewitt (1912, p. xxiv-xxv), a Inglaterra possuía todas as qualidades das nações mais civilizadas, sendo que ela melhor cultivava a moral e a decência em suas publicações. Dessa forma, o uso dos escritos ingleses na instrução da mocidade era o mais apropriado.

Tanto a lingua como litteratura ingleza, pois, submetidas á cultivacão ininterrupta de mil anos têm chegado a alto gráu de excellencia moral e intellectual, e proporcionam ao philologo, ao philosopho e ao historiador as mais abundantes materias. Na educação da mocidade brasileira o estudo d'esta lingua levado bastante longe para a apreciação da litteratura teria o mais útil influxo. Entrariam os estudantes em contato, não só com outras maneiras de exprimir o pensamento, como também com outros modos de pensar, differentes de tudo quanto se encontra em paizes latinos (HEWITT, 1912, p. xxvi-xxvii).

Hewitt sustentou a aplicação de textos de prosa e poesia de autores ingleses e americanos durante as 491 páginas desse compêndio. Ele mostrou predileção pelos métodos indutivos, defendidos por Locke e Spencer, e supriu com muitos contos, anedotas, fábulas e uma miscelânea de textos de cânones o ensino baseado no trabalho textual, para oferecer modelos literários imbuídos de princípios morais, que deveriam ser utilizados nas leituras, memorizações e recitações, uma vez que essas ações eram consideradas fundamentais para o trabalho de conversação e composição no século XIX (SANTOS, 2017, p. 184-185). O sucesso do sistema de ensino do *Estrada suave* foi comprovado inclusive por um estudante ilustre, Juscelino Kubitschek, que, ao final de seus estudos, relatou sentir-se capaz de “recitar, de memória, e com alguma desenvoltura, trechos de escritores clássicos da Inglaterra, principalmente Shakespeare e Byron” (KUBITSCHKE, 1974, p. 48).

A estratégia de divulgação do *Estrada suave* se assemelhou àquela empregada por Jasper Harben nos anúncios de sua *Prosodia inglesa*, que costumava aparecer ao lado dos anúncios do Externato Jasper, mas, dessa vez, de maneira mais modesta e em menor número. Foi encontrado um anúncio do Externato Hewitt na *Gazeta da Tarde*, de 16 de dezembro de 1887 (Figura 23), no qual o curso preparatório do Externato estava situado no mesmo endereço onde havia funcionado o Externato Jasper. Durante o dia, eram ofertadas matérias gerais para admissão nos estabelecimentos de ensino oficiais, e, à noite, matérias relacionadas ao curso comercial, como francês, aritmética, escrituração mercantil, leitura, caligrafia, contabilidade e “inglês prático”. Estavam disponíveis ainda aulas de português, italiano e alemão. Ao lado da propaganda do Externato, o livro de Hewitt, que reunia excertos escolhidos dos melhores autores ingleses e norte-americanos, estava anunciado, podendo ser

adquirido na casa do autor ou nas melhores livrarias. Dessa maneira, a referida obra estava inevitavelmente relacionada ao ensino de inglês para fins práticos, sobretudo, comerciais.

# EXTERNATO HEWITT

FUNDADO EM 1870!

## Horário do mez de Dezembro

CURSO PREPARATORIO

PROFESSORES	MATERIAS	HORAS
Dr. Páu Brazil.....	Allemao.....	8 1/2
João Nazareth.....	Mechanica ..	10-11
Heracio Lopes.....	Arithmetica..	10-11
F. D. Mouren.....	Francez.....	11-12
Dr. Pereira Brandão	Philosophia..	11-12
Heracio Lopes.....	Geometria ...	11-13
A. Neumann.....	Allemao .....	11-12
James E. Hewitt...	Inglez .....	12-1
Dr. Pereira Brandão	Geographia..	12-1
Lino Gomes.....	Portuguez...	1-2
Araujo Vianna.....	Latim.....	1-2
Dr. Z. de Oliveira...	Arithmetica..	1-2
James E. Hewitt...	Inglez .....	1-2
Bac. Ed. Benet.....	Francez.....	2-3
Dr. Z. de Oliveira...	Geometria ...	2-3
Dr. Pereira Brandão	Historia.....	2-3
Heracio Lopes.....	H. Natural...	2 1/2
Bac. Ed. Benet.....	Latim .....	3-4
Araujo Vianna.....	Rhetorica....	3-4
Dr. Z. de Oliveira...	Algebra.....	3-4

**Lessons in Portuguese; lições de italiano e allemão**  
**Compendio para estudo do Inglez**  
*The Graduated English Reader*  
 ou Estrada Suave para o perfeito conhecimento da lingua inglesa, mediante excerptos escolhidos e gra- dativamente coordenados dos melho- res auctores inglezes e norte-ame- ricanos, para uso de seus disci- pulos, por James E. Hewitt, com uma introdução litteraria pelo illustrado lente de inglez Alfred Alexander.

**EM CASA DO AUCTOR**  
**E NAS PRINCIPAES LIVRARIAS**  
 A' NOITE AULAS COMMERCIAES

Heracio Lopes...	Arithmetica.	6-7
F. D. Mouren...	Francez.....	7-8
James E. Hewitt.	Ing. pratico.	7-8

E. Gabalda..... { Escripção mercantil e francez..... } As 9 1/2

**Leitura, calligraphia e contabi- lidade.**  
 Director, James E. Hewitt.

## 134 Rua do Rosario 134

Figura 23: Anúncio do Externato Hewitt e do *The Graduated English Reader, Estrada Suave*.

Fonte: *Gazeta da Tarde*, 16 de dezembro de 1887.

De passagem, convém mencionar que a abordagem anglófila da Inglaterra, verificada na obra de Hewitt, também foi observada por Oliveira (2014, p. 274-275) na literatura portuguesa, a exemplo do romance *Uma família inglesa*, escrito por Júlio Dinis e publicado em 1868, sob o sentimento de harmonia universal, denotada por enredos sentimentais de final feliz, característico da expressão literária observada na Regeneração<sup>140</sup>. Esse romance se passava no Porto e retratava a história da família de um comerciante inglês, que tem suas frieza e virtudes elogiadas, e seu casal de filhos, Carlos e Jenny. O autor apresentou um enredo inspirado em suas referências da literatura inglesa e preencheu a apresentação dos

<sup>140</sup> O período histórico português compreendido entre 1851 e 1868 ficou conhecido como Regeneração, diante das transformações ocorridas a partir das medidas do ministro e chefe de governo António M<sup>a</sup> de Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Sua principal iniciativa foi a implantação de caminhos de ferro, que facilitariam a comunicação entre cidades portuguesas e outras capitais europeias. Esse momento foi considerado de prosperidade e otimismo burguês, em virtude do crescimento econômico vislumbrado no número de exportações e na produção industrial (OLIVEIRA, 2014, p. 272).

personagens com atributos do consolidado estereótipo do inglês. O patriarca da família, Mr. Richard Whitestone, era dono de uma grande firma de exportação e foi caracterizado como racional, frio de coração e acostumado a bebidas alcoólicas, a exemplo do vinho do Porto. Um dos cenários para a história foi a praça de comércio do Porto, onde

o quotidiano aparecimento de negociante estrangeiro na Praça – nome que entre nós se dá ainda à Rua dos Ingleses, principal centro de transacções do alto comércio portuense – festejavam-no benevolentes sorrisos, rasgadas e pressurosas reverências, frases de insinuantes amabilidades e afectuosos *shake-hands*, segundo mais ou menos adiantado grau de familiaridade, que cada qual mantinha com ele (DINIS, 2007, p. 6).

A história, essencialmente caracterizada pelo meio comercial portuense, se desenrolava ao redor do encontro de Carlos, filho de Mr. Whitestone, com Cecília, filha de Manuel Quintino, primeiro guarda-livros da firma de Mr. Whitestone, que estava recebendo Carlos em sua casa para lições da arte comercial. Na conclusão do romance, o casamento entre Carlos e Cecília se realizou, por intervenção de Jenny, e simbolizou a aliança entre as famílias inglesa e portuguesa. Esse desfecho pode ser interpretado como uma “resolução pacífica dos conflitos e preconceitos culturais, religiosos, linguísticos, étnicos e sociais entre ingleses e portugueses na cidade onde os ingleses mais se estabeleceram em Portugal, criando instituições de ensino e financiando jornais de língua inglesa” (OLIVEIRA, 2014, p. 280). Embora se trate de uma literatura que naturalmente reflete a intenção pacificadora do autor, pode-se dizer que a relação entre Portugal e Inglaterra apresentou raros períodos de satisfação mútua.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um refrão constante na história de Portugal foi o apoio da Inglaterra na condição de protetora naval e depois como modelo de crescimento econômico e intelectual. Há uma variedade de perspectivas possíveis para abordar a aliança inglesa, entretanto, foi a partir dela que a dinastia portuguesa conseguiu se equilibrar durante a sucessão de conflitos ocorridos na Europa até o século XVIII. Os investimentos ingleses também foram a tônica do desenvolvimento que se verificou no Brasil durante a expansão cafeeira e bancária percebida na segunda metade do século XIX. Conduzida por essa relação diplomática e econômica, o ensino da língua dos aliados ingleses foi aos poucos encontrando seu lugar no interesse da instrução portuguesa e brasileira durante a ascensão das línguas consideradas vulgares.

O conhecimento das línguas vulgares foi catalisado pelos negócios para possibilitar contato com os clientes e a realização do fazer mercante, afinal as línguas vulgares eram utilizadas nos registros dos livros de contas e nos documentos comerciais. Mesmo com a verificada existência de intérpretes nos principais centros de trocas, foi possível observar um número significativo de dicionários compilados também para uso de mercadores, ao passo que foram surgindo também os primeiros manuais de ensino de língua estrangeira ou vulgar, como foi percebido com os exemplos de manuais recuperados por Howatt (1984). A respeito do protagonismo das línguas vulgares no exercício dos negócios, notou-se que o francês foi a língua internacional do comércio no Ocidente – provavelmente em razão da importância das feiras da Champagne no sistema comercial, seguido do italiano, que assumiu um lugar preeminente, enquanto, na esfera hanseática, o baixo-alemão prevaleceu. No caso específico português, em observância à aliança inglesa, pode-se afirmar que a língua inglesa contou com a justificativa das relações comerciais mantidas entre Portugal e Inglaterra para o desenvolvimento da classe mercantil e de suas atividades, para os primeiros passos da institucionalização do inglês como língua dos negócios.

Além da necessidade das “aritméticas comerciais”<sup>141</sup>, de técnicas de registro comercial e de outras competências úteis à função do negociante, o aprendizado de línguas estrangeiras por participantes do comércio era entendido como uma necessidade que não se podia negligenciar. A princípio encaminhadas pelas famílias de negociantes, as capacidades linguísticas ganharam atenção de aulas particulares e instrução pública, na medida em que abundavam os primeiros manuais de instrução comercial, seguidos pelos compêndios de

---

<sup>141</sup> Expressão utilizada por Pierre Jeannin (1995, p. 377).



ensino de línguas no contexto da decadência do latim, a partir da reacomodação do papel da igreja após as reformas pombalinas.

É importante destacar que durante a racionalização, como um dos efeitos da ilustração, a cultura mercantil também colaborou na promoção da laicização, visto que muitas das determinações religiosas atrapalhavam os interesses dos negociantes, a exemplo do calendário regulado por festas de datas móveis e do início variável do ano religioso, entre 22 de março e 25 de abril. Para os mercadores, era imprescindível que houvesse pontos de partida como referências fixas para seus cálculos e para estabelecer seus orçamentos. Cabe registrar que, no caso português, a força do comércio na tradição foi também razão de uma lenda, a qual sustentava que, diferentemente de outros povos que mantiveram uma nomenclatura pagã para dias da semana relacionada a astros, os dias da semana foram divididos em dias de uma atividade essencialmente mercantil como a feira. De fato, a preocupação portuguesa com o comércio se apresentou desde as primeiras aulas de contar, que trouxeram para a sala de aula de meninos nobres estudos rudimentares de registros próprios da atividade comercial, até a criação da Aula de Comércio, com vistas ao progresso e a reestruturação administrativa do Estado português com homens capazes de garantir a ordem dos negócios.

Embora comprometida com a burguesia mercantil, a preparação comercial, enxergada dentro da expansão burocrática, também significou especialização e terminou por abrir portas de cargos oficiais e novas oportunidades a um número muito maior de pessoas de origens sociais variadas. Como exemplo de indivíduos que conseguiram ascender ou alcançar algum êxito através da instrução comercial, tenha sido ela oficial ou autônoma, verificou-se o caso do Barão de Mauá, o qual foi considerado a figura mais expressiva na economia brasileira no período estudado, surpreendentemente provindo de uma condição periférica. A despeito da trajetória de Mauá e seu desfecho considerado dramático por alguns historiadores, sua ascensão de caixeiro aprendiz a homem de negócios de grande destaque representou um contraponto relevante para a ascensão social conquistada através da tradicional formação eclesiástica percebida antes da consolidação das letras mercantis. Além disso, seu engajamento com parceiros ingleses e seu uso da língua inglesa representou o sucesso do inglês como língua dos negócios.

O “Sujeito do Iluminismo” (HALL, 2001, p. 46) interpretado pelo Marquês de Pombal na concretização do pensamento iluminista durante a modernização de Portugal, especialmente no que se refere a reformas realizadas na instrução pública, proporcionou a organização da instrução comercial e a consequente notabilização da língua inglesa como parte relevante no conjunto das matérias apropriadas à preparação dos negociantes. Além da

participação nos conhecimentos recomendados para a instrução comercial, as línguas estrangeiras mantiveram uma relação significativa com as ciências matemáticas. A exemplo do que aconteceu durante a construção dos planos de estudos das Aulas Militares em Portugal no período pombalino, as ciências matemáticas no Brasil demandaram a tradução de obras escritas nas línguas de seus autores e não mais em latim.

A íntima relação entre as línguas estrangeiras e as ciências matemáticas ficou oficialmente registrada na criação das primeiras cadeiras de inglês e francês no Brasil no mesmo documento, assinado pelo Visconde de Cairu na Mesa de Desembargo do Paço, que deu provimento a uma cadeira de aritmética, álgebra e geometria através do Decreto de 22 de junho de 1809. Destafeita, os Colégios e Academias Militares e da Marinha estiveram entre as primeiras instituições responsáveis por incluir as línguas estrangeiras em seus planos de estudo. No caso da instrução comercial, embora estivesse posta a necessidade do conhecimento de línguas estrangeiras, a atenção prestada a elas nos planos de estudos dos estabelecimentos oficiais de ensino comercial foi bastante instável.

Percebeu-se que tanto a Aula de Comércio como o Instituto Comercial da Cidade do Rio de Janeiro apresentaram graus de prioridade flutuantes para as línguas estrangeiras, possivelmente em decorrência das várias mudanças governamentais atravessadas durante seu funcionamento. Nesse período em que estiveram à frente das decisões D. João, D. Pedro I, a Regência e Pedro II, foram observados percalços decorrentes de muitas reformulações bem intencionadas, mas nem sempre adequadas aos investimentos financeiros dispensados à instrução comercial por cada um dos governantes. Apesar das inúmeras transformações que sofreu o Instituto Comercial e dos hiatos provocados na oferta de línguas estrangeiras, foi notado que as línguas francesa e inglesa ocuparam lugar nos primeiro e segundo anos, e a língua alemã nos terceiro e quarto anos. O artigo 2º dos novos estatutos do Instituto estabelecia que o estudo de línguas, “em todos os annos, comprehenderá a terminologia commercial” (BRASIL, 1863, p. 33). Assim, através da utilização da terminologia comercial emergia um sinal significativo sobre a natureza do ensino de língua estrangeira voltada para fins específicos.

A respeito da dificuldade constante do recrutamento de professores qualificados para ministrar aulas de todas as matérias necessárias à formação comercial durante a primeira fase da Aula de Comércio, com algumas províncias importantes sem Aula por ausência de lente, e, mesmo depois, na fase pós-Aula de Comércio, pode-se destacar a pouca disponibilidade de professores de línguas estrangeiras no Rio de Janeiro, diante da repetição dos mesmos nomes nas ofertas de aulas nos avisos em periódicos da época. Conforme percebido tanto no registro

dos Relatórios Ministeriais que tratava dos inconvenientes do Instituto Comercial, como pelos personagens observados anteriormente, havia uma certa escassez de professores capacitados para o ensino de línguas estrangeiras. Durante a análise da legislação, não foram verificados no discurso pombalino vestígios de preocupação com a habilitação de professores, restando muitas vezes aos imigrantes o papel de ensinar, a exemplo de Euzébio Vanerio e Jasper Harben, no ensino de língua inglesa da instrução comercial brasileira.

Novos caminhos de pesquisa podem ser traçados na investigação aprofundada da expressão de escrita comercial como origem da escolarização dos saberes ou, ainda, sobre possíveis manifestações de aulas avulsas de comércio e de língua inglesa em cidades sergipanas de reconhecido potencial econômico por seu solo fértil, mineração e portos navegáveis de rios caudalosos, a exemplo de Maruim, Laranjeiras, Estância e Propriá, em massas documentais ainda não exploradas a fundo, como jornais da época não digitalizados. A respeito da vida de Vanerio, um caminho de pesquisa pode se abrir caso confirme-se seu falecimento em terras sergipanas ou baianas, o que tornaria possível investigar seu inventário no Arquivo do Judiciário. O antibritanismo verificado em Manoel Luis da Veiga também merecerá estudos mais aprofundados, vez que se trata de um personagem ainda pouco abordado. Sobre a relação do ensino de inglês comercial, já se encontra em nosso poder a obra de Oswaldo Serpa (1949) intitulada *Inglês para o ensino comercial*. Coletada no NUDOM do Colégio Pedro II, essa obra brasileira ensinava todo programa do curso técnico comercial exclusivamente em língua inglesa, e deverá sofrer uma análise muito em breve.

Apesar das prementes limitações que se impuseram durante a investigação da manifestação do ensino de língua inglesa, por vezes acessória, complementar ou dispensável, na instrução comercial, foi possível localizar no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro alguns diários de aulas de inglês ministradas pelo lente Jasper Harben no Instituto Comercial do Rio de Janeiro de 1898 a 1901. Nesses documentos, estavam discriminados os conteúdos das aulas, compostos principalmente por estruturas gramaticais características como sintaxe dos nomes, formas verbais, lista de verbos, artigos, entre outros. Faziam parte do método desse ensino a leitura e a tradução, com revisões (recordações) frequentes das lições anteriores. Foram observados exames realizados rotineiramente através de provas escrita e oral, além das sabatinas.

O compêndio *Estrada Suave*, de Hewitt (1885), mencionado por Harben em seus diários de classe, foi um exemplo da leitura como estratégia de ensino. Apesar do fortalecimento da língua inglesa como saber linguístico sistematizado por volta de 1790, com a inclusão de textos literários e seus propósitos de modelos de moral e costumes, seu ensino

permanecia baseado na leitura. Não obstante alguns professores considerassem as técnicas de ensino herdadas do latim inapropriadas, elas continuavam a ser usadas, pois eles ainda não conheciam outras teorias. Sobre o ensino de língua inglesa baseado em gramática e tradução no período observado, percebeu-se que pouco se acrescentou à tradição da gramática latina. Os textos foram usados geralmente para leitura, tradução e análise, além de certamente para alguma explicação da gramática, que foi ensinada, em grande medida, com foco na estrutura, conforme descrito nos diários de Harben localizados.

A respeito das gramáticas analisadas, ficou comprovado que a finalidade instrumental da língua inglesa atendeu sobremaneira ao comércio, tendo sido responsável pela principal justificativa da maior parte das gramáticas de língua inglesa publicadas no século XIX, diante da fixação de ingleses no Brasil e do estreitamento das relações comerciais observadas a partir da abertura dos portos às nações amigas, dentre as quais a Inglaterra desfrutava de destaque indisputável. Os interesses práticos da língua, como acesso a uma língua de cultura, viabilização de relações comerciais e políticas, e viagens de expedições militares ou explorações, serviram como motivos para a criação das gramáticas. As quais apontavam o comércio como principal argumento, enquanto algumas seletas reuniam textos literários ingleses e norte americanos para favorecer o acolhimento da língua inglesa em uma tentativa de consolidação de cânones literários e científicos ingleses.

O agrupamento do inglês na instrução comercial expandiu os limites de sua aplicação recreativa e contribuiu na sua formalização como matéria escolar e, futuramente, na sua constituição como disciplina para fins específicos no ensino superior. Mais que truísmo, o inglês como língua dos negócios foi uma constituição legitimada pela aplicação direta nas atividades comerciais cotidianas, seja na leitura de manuais mercantis, na negociação em casas de comércio ou na interpretação nos principais portos e praças. Dessa forma, através dos rastros encontrados, foi possível concluir que, embora controversa, a aliança inglesa foi responsável por aproximar de portugueses o interesse de aprender a língua inglesa, motivados pela necessidade comercial. Ao mesmo tempo, a instrução comercial, demandada por uma nova burguesia mercantil, que lucrava com os negócios mantidos com a principal parceira econômica portuguesa e, por outro lado, beneficiava o Estado com o pagamento de tributos, foi responsável por contribuir na disseminação do ensino de língua inglesa.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1. Bibliográficas

ALMEIDA, Antonio Augusto Marques de. *Saberes e Práticas de Ciência no Portugal dos Descobrimentos*. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. *A página omissa: contribuições para uma história do ensino de línguas no Brasil*. *EntreLínguas*, Araraquara, v.1, n.2, p.195-202, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/8059>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Ontem e hoje no ensino de línguas no Brasil. In: STEVENS, C. M. T.; CUNHA, M. J. C. (Org.). *Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 19-34.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *Aulas de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil no século XIX*. In: VIII Seminário Nacional de História da Matemática, Belém, 2009.

AMORIM, Simone Silveira. *A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe*. São Cristóvão: Edufs, 2009.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva. Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Contribuição dos oratorianos portugueses para a formação do Brasil*. Coimbra: Oficinas gráficas de Coimbra, 1965. (Separata do Vol II as actas do V Colóquio internacional de estudos luso-brasileiro), pp 165-169.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ARAÚJO, Wilde. *As Primeiras Aulas do Comércio do Brasil no Século XIX*. In VI Encontro da História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Biblioteca Nacional de Lisboa, Nov. 2013. Disponível em <<https://www.occ.pt/pt/a-ordem/comissoes/historia-da-contabilidade/encontros/sexta-encontro/>>. Acesso em 10 nov. de 2018.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Exploração Colonial e Capital Mercantil*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2002.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, M.C. *A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente criado no Mundo*. Lisboa: Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.

AZEVEDO, João Lúcio. *O marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BARBOSA, Sara Rogéria S. *As humanidades pombalinas no Brasil-colônia: o ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente*. Curitiba: Appris, 2018.

BARBOSA, Sara Rogéria Santos. *O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771)*. São Cristóvão: 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara. O Ensino Monitorial/Mútuo no Brasil (1827/1854). In STEPHANOU, M<sup>a</sup> & BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara. *História e memórias da educação no Brasil*, Vol II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara. A Educação como Espetáculo. In STEPHANOU, M<sup>a</sup> & BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara. *História e memórias da educação no Brasil*, Vol II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinho*. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRJ.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos impressos e livros didáticos. ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In CARVALHO, José Murilo de. *História do Brasil Nação (1808-2010): a construção nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Educação profissional no século XIX – Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso*. Boletim Técnico do Senac, v. 26, n. 3, set/dez. 2000 Disponível em: <[https://www.academia.edu/33221826/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_profissional\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_-\\_Curso\\_Comercial\\_do\\_Liceu\\_de\\_Artes\\_e\\_Of%C3%ADcios\\_um\\_estudo\\_de\\_caso](https://www.academia.edu/33221826/Educa%C3%A7%C3%A3o_profissional_no_s%C3%A9culo_XIX_-_Curso_Comercial_do_Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_um_estudo_de_caso)>. Acesso em 25 out. 2018.

BIRMINGHAM, David. *História Concisa de Portugal*. São Paulo: Edipro, 2015.

BITTENCOURT, Circe M<sup>a</sup> Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004a.

BITTENCOURT, Circe M<sup>a</sup> Fernandes. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. Serlei Maria Fischer Ranzi (orgs). Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p.09-38.

BITTENCOURT, Circe M<sup>a</sup> Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004b.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BOTO, Carlota. Pombalismo e Escola de Estado na História da Educação Brasileira. In: SAVIANI, Demerval (Org.). *Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.

BOXER, C. R. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 06 de mar. 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: o empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: SILVA, Alberto da Costa e. *História do Brasil Nação: 1808-2010 – Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *O Legado Documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. São Paulo: 2015. Tese (Doutorado em História Social) – USP.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In BARRETO, Célia de Barros et al. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*. 9ª ed, Tomo II, V.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In CARVALHO, José Murilo de. *História do Brasil Nação (1808-2010): a construção nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas na instrução pública*. São Paulo, Edusp, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTRO, Cláudio Moura. Modernização e ensino técnico: a Aula do Comércio na era pombalina. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Aula do Commercio*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

CELANI, M. A. A.; J. L. HOLMES; R. C. G. M. RAMOS; M. R. SCOTT. *The Brazilian ESP project - an evaluation*. São Paulo, SP: EDUC, 1978.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Arte dos Negócios: Saberes, práticas e costumes mercantis no Impérios Luso-brasileiro*. America Latina en la Historia Económica, v. v.1, p. 171-193, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n31/n31a6.pdf>>. Acesso em 09 mar. de 2016.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *As aulas de Comércio no Império Luso-brasileiro*. In: VII Jornada Setecentista, 2007, Curitiba-PR. Anais da VII Jornada Setecentista, 2007. p. 75-84. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/porta/cedope/files/2011/12/As-aulas-de-com%C3%A9rcio-no-Imp%C3%A9rio-luso-brasileiro-Cl%C3%A1udia-Maria-das-Graças-Chaves.pdf>>. Acesso em 10 nov. de 2018.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Cultura Mercantil por Meio das Aulas de Comércio: a produção dos manuais didáticos manuscritos e impressos. In FONSECA, Thais Nivia Lima (Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Niterói: 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*. LOURO, Guaracira Lopes (Trad.). Porto Alegre, 1990, nr. 2. p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, nr. 3. 2004, p. 549-566. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012)>. Acesso em 10 nov. de 2018.

CHOPPIN, Alain. *O historiador e o livro escolar*. História da Educação, ASPHE/FeE/UFPel. Pelotas, v. 11, 2002, p. 5-24. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596/pdf>>. Acesso em 04 out. de 2018.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar: colégios internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador: 2012. Tese (Doutorado em História) – UFBA.

CRYSTAL, David. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. A formação de um império liberal. In BARRETO, Célia de Barros et al. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*. 9ª ed, Tomo II, V.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Uma História Concisa da Matemática no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DARNTON, Robert. *Os Dentes Falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DISNEY, A. R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire From Beginnings to 1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DÓRIA, António Álvaro. “Inglaterra, relações de Portugal com a”. In: Joel Serrão (dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. III, 1981.

DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade LTDA, 2009.

ELLIS, M. & C. JOHNSON. *Teaching Business English*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

FALCON, Francisco J. C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1985.

FALCON, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.



- FALCON, Francisco J. C. & RODRIGUES, Antônio E. M. *A Formação do Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FALCON, Francisco J. C. & RODRIGUES, Cláudia. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FARIA, Alberto. *Mauá: Irenéo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- FERNANDES, F. R. *Sociedade e poder na baixa idade média portuguesa. Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- FERNANDES, Rogério. *João de Barros: educador republicano*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- FERNANDES, Rogério. *Os Caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994.
- FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- FORCHEZATTO, Adelar & SANTOS, Hermílio. Mauá: entre o mercado e o Estado. In SOUZA, Ricardo Timm & FOSSATTI, Nelson Costa (Orgs). *Mauá: paradoxos de um visionário*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- GINZBURG, Carlo. *Tentativas*. Rosario: ProHistoria Ediciones, 2004.
- GOMES, Joaquim Ferreira. *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.
- GOMES, Rodrigo Belfort. *A instituição do método direto para o ensino de inglês no Brasil (1931-1961)*. São Cristóvão: 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.
- GUIMARÃES, Anselmo. *História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil (1919-1961)*. São Cristóvão: 2018. Tese (Doutorado em Educação) – UFS.
- GUIMARÃES, Anselmo. *Panaméricas utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)*. São Cristóvão: 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.
- GUIMARÃES, Anselmo. *A institucionalização do ensino da língua espanhola na instrução comercial do Brasil (1905-1931)*. Revista de Estudos de Cultura, 2017, 8ª Ed, p. 81-94.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. *A educação profissional nos relatórios dos ministros do império à assembleia geral legislativa entre 1854 e 1889*. VI Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), Vitória, 2011.

GUSDORF, G. *Les principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris: Payot, 1971.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Título original: The question of cultural identity.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARRELD, Donald J. *An education in commerce: transmitting business information in early modern Europe*. XIV International Economic History Congress, Helsinki, 2006. Disponível em <[www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Harreld.pdf](http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Harreld.pdf)>. Acesso em 20 de out. 2018.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Tradução: Oscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, V. 2, p. 65-110, 1990.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

HILSDORF, M<sup>a</sup> Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HILSDORF, M<sup>a</sup> Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBSBAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed, Tomo I, V.2. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

HOLANDA, S. B. de & PANTALEÃO, Olga. Franceses, Ingleses e Holandeses no Brasil Quinhentista. In AB'SABER, Aziz Nacib. *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial*. 15<sup>a</sup> ed, Tomo I, V.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOCK, Jochen. L'enseignement commercial anglais au 18<sup>e</sup> siècle. In ANGIOLINI, Franco & ROCHE, Daniel. *Cultures et Formations Négociantes dans l'Europe Moderne*. Paris: Éd. de l'École des haute etudes en sciences sociales, 1995.

HOWATT, A. P. R. *A History of English Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

HUTCHINSON, T. & A. WATERS. *English for Specific Purposes – a learning-centred approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

IUDÍCIBUS, S; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo, nº. 38, p. 7 – 19, maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n38/v16n38a02.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

JEANNIN, Pierre. Distinction de competences et niveaux de qualification: les saviors négociants dans l'Europe moderne. In ANGIOLINI, Franco & ROCHE, Daniel. *Cultures et Formations Négociantes dans l'Europe Moderne*. Paris: Éd. de l'École des haute etudes en sciences sociales, 1995.

KELLY, L. G. *25 centuries of language teaching*. Rowley: Newbury House, 1969.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Vol. 1. São Paulo: Bloch Editores, 1974.

LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In IGLESIAS, Francisco et al. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*. 8ª ed. Tomo 2. V. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a passarinho*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975.

LOCKE, John. *Some Thoughts Concerning Education*. London: J. and R. Tonson, 1779. Disponível em <[http://books.google.com.br/books/about/Some\\_thoughts\\_concerning\\_education.html?id=7J0IAAAAQAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Some_thoughts_concerning_education.html?id=7J0IAAAAQAAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: 28 de abr. 2017.

LUSTOSA, Isabel & PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro (1820-1882)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*. Vol. 1, 2ª ed. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELLES, Aluísio Telles de. *História do Comércio Internacional*. Vol. 3. São Paulo: Século XXI Editorial, 1983.

MELO, Sebastião José de Carvalho. *Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

MICHAEL, Ian. *The Teaching of English from the Sixteenth Century to 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. 1. v., p. 72-73.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p.13-34.

NUNES, M<sup>a</sup> Thetis. *História da Educação em Sergipe*. São Cristóvão: Edufs, 2008.

*O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação / Comissão de Atualização da Memória Histórica*. – Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *A Historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O Mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010a.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Gramatização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)*. São Cristóvão: EDUFS, 2010b.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. As aulas de comércio e o ensino de inglês no Brasil (1809-1846). In: CRUZ, Maria Helena Santana (org). *Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação*. São Cristóvão: EDUFS, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. *A Instituição do Ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. São Paulo: 2006. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *As origens da profissão de tradutor público e intérprete comercial no Brasil (1808-1943)*. Claritas: revista do Departamento de Inglês da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo v. 11, n. 2, pp. 25-41. São Paulo: EDUC, 2005. Disponível em: <[https://www.academia.edu/7680178/As\\_origens\\_da\\_profiss%C3%A3o\\_de\\_Tradutor\\_P%C3%BAblico\\_e\\_Int%C3%A9rprete\\_Comercial\\_no\\_Brasil\\_1808-1943\\_](https://www.academia.edu/7680178/As_origens_da_profiss%C3%A3o_de_Tradutor_P%C3%BAblico_e_Int%C3%A9rprete_Comercial_no_Brasil_1808-1943_)>. Acesso em: 20 nov. de 2018.

PAIVA, José M<sup>a</sup> de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. In: STEPHANOU, M<sup>a</sup> & BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara (Orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. 1 – Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis, Editora Vozes: 2006.

PAIXÃO, Roberto Carlos Bastos da, GUEDES, Josevania Teixeira & ANDRADE, Magnólia Pacheco. *Euzébio Vanério no Cenário da Instrução Pública Brasileira (Século XIX)*. In XII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” – EDUCON/UFS. São Cristóvão, 2018. Disponível em <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9463/31/30.pdf>>. Acesso em 11 dez. de 2018.

PAIXÃO, Roberto Carlos Bastos da & MATOS, Gilvânia Alves. *Tradutor Público e Intérprete Comercial: profissões em Aracaju-SE*. In V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” – EDUCON/UFS. São Cristóvão, 2011. Disponível em <<http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%204/PDF/Microsoft%20Word%20-%20TRADUTOR%20PÚBLICO%20E%20INTÉRPRETE%20COMERCIAL.pdf>>. Acesso em 20 out. de 2018.

PAULA, Sérgio Goes. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In BARRETO, Célia de Barros et al. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico*. 9<sup>a</sup> ed, Tomo II, V.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PARDAL, Luís, VENTURA, Alexandre & DIAS, Carlos. *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e no Portugal: raízes históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

PAULA, José Antônio de. O Processo Econômico. In CARVALHO, José Murilo de. *História do Brasil Nação (1808-2010): a construção nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*. Revista Contabilidade e Finanças. 2007, v. 18, n. spe, p. 19-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

PESTANA, Fábio. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008.

POZEBON, Simone & LOPES, Anemari R. L. V. *Grandezas e Medidas: surgimento histórico e contextualização curricular*. VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática – ULBRA – Canoas, RS, 2013. Disponível em <<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/971/908>>. Acesso em: 29 de out. 2018.

PRIESTLAND, David. *Uma Nova História do Poder: comerciante, guerreiro, sábio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

PRIORE, Mary del. *O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro, TopBooks: 2003.

PRIORE, Mary del & VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil: 2010.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 53-73.

RAMOS, Rui (coordenador), SOUSA, Bernardo Vasconcelos & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RATTON, Jacome. *Recordações e Memórias sobre Ocorrências de seu Tempo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

RENAN, Ernest. 2008. “*O que é uma nação?*”. Tradução de Glaydson José da Silva. Revista Aulas, v. 1. Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> . Acessado em 13 de outubro de 2008.

ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

RODRIGUES, Manuel F. & MENDES, José M. Amado. *História da indústria portuguesa: da idade média aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima, GOMES, Delfina Rosa da Rocha & CRAIG, Russell. *Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?*, 2003. Artigo apresentado no XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em Aveiro, 15-16 de Novembro de 2002. Disponível em <<http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Gomes%20&%20Lima.PDF>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

RICARDINO, Álvaro. “*A metafísica da contabilidade comercial e a história das aulas de comércio*”. Texto apresentado no 3.º Congresso USOP de Controladoria e Contabilidade, realizado nos dias 1 e 2 de outubro de 2003. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/arquivos/html/trab\\_T-045.htm](http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/arquivos/html/trab_T-045.htm)>. Acesso em 2 de dez. 2013.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In SILVA, Alberto da Costa e. *História do Brasil Nação: 1808-2010 – Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal: 2003. Disponível em <[www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/cartas\\_educacao\\_mocidade.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf)>. Acesso em: 28 de ago. 2011.

SANTANA, Marcle Vanessa Menezes. *O entre-lugar do intelectual ilustrado brasileiro: o caso dos professores de língua inglesa (1759-1828)*. São Cristóvão: 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

SANTOS, Elaine Maria. *Entre a tradição e a inovação: professores e compêndios de inglês do século XIX*. São Cristóvão: 2017. Tese (Doutorado em Educação) – UFS.

SANTOS, Elaine Maria. *A Leitura em Língua Inglesa e Valores Morais*. In: III SENALIC, 2011, São Cristóvão. Anais Eletrônicos do III Seminário Nacional Literatura e Cultura, 2011, v. 3. p. 1223-1238.

SANTOS, Elaine Maria. *As Reformas Pombalinas e as Gramáticas Inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)*. São Cristóvão: 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

SANTOS, José Augusto Batista dos. *Os Estados Unidos como nação-modelo no Brasil oitocentista: o caso da instrução pública (1831-1888)*. São Cristóvão: 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.

SANTOS, Vera Maria dos. *A mulher de posses: a instrução elementar na Capitania de Sergipe del Rey nos anos setecentos*. Fortaleza: Impreço, 2016.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777*. Revista Intellectus / Ano 02 Vol. II – 2003. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27575>>. Acesso em 18 de mai. 2017.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

SILVA, Waldinei Santos. *“Written in Black and White”*: o ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877). São Cristóvão: 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2v. Brasília: Senado Federal, 1999.

SLEMIAN, Andréa. *Entre a corte e a revolução: a atuação de um “negociante” na América sede do Império português*. Tempo, 2008, vol.12, n.24, pp.28-53. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a03v1224.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a03v1224.pdf)>. Acesso em 05 de dez 2018.

SLEMIAN, Andréa & CHAVES, Cláudia M<sup>a</sup> das Graças. *Obras de Manoel Luis da Veiga*. São Paulo: Edusp, 2012.

SMITH, John. *Memórias do Marquez de Pombal contendo extratos dos seus escritos e da correspondência diplomática inédita existente em diferentes secretarias d’Estado*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1872.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. *Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental*. São Paulo: Disal, 2005.

SOUZA, Álvaro César Pereira de. *Sob as luzes das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira*. São Cristóvão: 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

STEVENS, C.M.T & CUNHA, M.J. *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: UnB, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa até Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. Mauá – Influência nas práticas empresariais e no código comercial de 1850. In SOUZA, Ricardo Timm & FOSSATTI, Nelson Costa (Orgs). *Mauá: paradoxos de um visionário*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

TELES, T. V. S. *O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)*. São Cristóvão: 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

TENENTI, Alberto. O Mercador e o Banqueiro. In GARIN, Eugenio et al. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Mirasete, 1991.

TORRE, Manuel Gomes da. *Elementos para a História das Relações Linguísticas entre Portugal e a Grã-Bretanha*. In Estudos Ingleses: ensaios sobre língua, literatura e cultura. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998, pp. 213-230. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55128/2/gomesdatorreelementos000123933.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

TORRE, Manuel Gomes da. *Gramáticas inglesas antigas: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820*. Trabalho complementar à dissertação de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1985.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALENTE, W.R. *Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930*. São Paulo: Annablume, 1999.

VAZ, Francisco Antonio. *Instrução e Economia: as ideias económicas da ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M<sup>a</sup> & BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara (Orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. II – Séculos XIX*. Petrópolis, Editora Vozes: 2006.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael (Orgs.). *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro Método de Estudar*, vols. 1 & 2. Lisboa: Na Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <<http://purl.pt/118>>. Acessado em 27 de março de 2016.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *Lexicografia bilíngue: a tradição dicionarística portuguesa – línguas modernas*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2011.

VIAN JR., Orlando. *Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios*. DELTA [online], vol.15, n.spe, pp.437-457. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300017>>. Acessado em 20 de setembro de 2017.

VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. 2<sup>a</sup> Ed. V. 1. São Paulo: Scipione, 2013.

VIDOTTI, Joselita Júnia Viegas. *Política de língua estrangeira: o século XIX no Brasil*. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Robinson Crusoe, de Daniel Defoe: da sua circulação no mundo luso-brasileiro ao seu diálogo com o devir histórico*. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, realizado de 8 a 11 de novembro de 2004. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/luizvillalta.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.



## 5.2. Peças legislativas

BRASIL. *Collecção de Decretos, Cartas Imperiaes e Alvarás do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. *Colecção das Leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em 02 de out. de 2016.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1834*. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRASIL. *Colecção de Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

BRASIL. *Colecção das Leis do Imperio do Brasil de 1851*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BRASIL. Decreto nº 1.763, de 14 de Maio de 1856. *Colecção de Leis do Império do Brasil - 1856*, Vol. 1 pt. II. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1763-14-maio-1856-571246-publicacaooriginal-94337-pe.html>>. Acesso em 7 mai. de 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.058, de 11 de Março de 1863. *Colecção de Leis do Império do Brasil - 1863*, Vol. 1. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3058-11-marco-1863-554997-publicacaooriginal-74014-pe.html>>. Acesso em 7 de mai. de 2017.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios e da Justiça, e interinamente do Imperio Francisco Ramiro d'Assis Coelho. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1840.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1857 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios e da Justiça, e interinamente do Imperio Marquez de Olinda. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1857.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1871 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios e da Justiça, e interinamente do Imperio João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1871.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio* apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1881 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios e da Justiça, e interinamente do Imperio Rodolpho Epiphany de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1881.

FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880*. v. 1: A-H. Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa - desde a última Compilação das Ordenações - Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 507-530.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: na Typ. Maigrense, 1826.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: na Typ. Maigrense, 1830.

### 5.2.1. Fontes documentais manuscritas

Arquivo Nacional – BR AN

Fundo da Junta do Comércio Agricultura, Fábricas e Navegação – 7X

COD 168, Vol 1; Caixa 455, Pct 01.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – RJ AGCRJ

Fundo de Instrução Pública – 13

Notações: 12.4.14; 13.2.23; 13.3.37; 13.3.60; 13.3.70; 13.4.12

### 5.3. Periódicos

A ESCOLA NORMAL. Revista de Educação. Rio de Janeiro. Ano 1, Março de 1925, Empreza Graphica Editora do Rio de Janeiro, nº 12. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133166>>. Acesso em 4 nov. de 2018.

A ESCOLA NORMAL. Revista de Educação. Rio de Janeiro. Ano 3, Abril-Junho de 1926, Empreza Graphica Editora do Rio de Janeiro, nº 21. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134326>>. Acesso em 4 nov. de 2018.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. *Discurso proferido por Epifânio da Fonseca Dória*, na cidade de Laranjeiras, a 29 de dezembro de 1943, por ocasião da romaria promovida pelo Instituto Histórico à casa onde nasceu o general Aristides Arminio Guaraná. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, n. 19, 1948. Disponível em <<http://revistaihigse.org.br/index.php/revista/article/view/337/312>>. Acesso em 8 dez de 2017.

SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio de Lisboa – Antecedentes (1759-1844). *Lisboa-Revista Municipal*, separata dos nºs 15 (pp ...), 16 e 18 a 23, 1986.

SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). *Lisboa-Revista Municipal*, separata dos nºs 19, p. 41 a 54, 1987.

SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. *Revista Ler História*, nº 4, p. 19 a 30, 1985.

#### 5.3.1. Jornais e almanaques

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1874.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, 1878.

Correio Braziliense, agosto de 1810.

Diário do Rio de Janeiro, 11 de julho de 1822.

Diário do Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1823.

Diário do Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1824.

Diário do Rio de Janeiro, 29 de julho de 1825.

Gazeta da Tarde, 16 de dezembro de 1887.

Gazeta do Rio de Janeiro, 2 de maio de 1810.

Gazeta do Rio de Janeiro, 25 de abril de 1810.

Jornal do Commercio, 10 de novembro de 1827.

Jornal do Commercio, 17 de janeiro de 1828.

Jornal do Commercio, 21 de janeiro de 1830.

Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1831.

Jornal do Commercio, 18 de janeiro de 1832.

Jornal do Commercio, 30 de abril de 1833.

Jornal do Commercio, 11 de outubro de 1834.

O Cruzeiro, 24 de maio de 1878.

#### 5.4. Compêndios

BENSABAT, Jacob. *Novo diccionario inglez-portuguez composto sobre os dictionarios de Johnson, Webster, Grant, Richardson, etc.* Lisboa: Livraria e Typographia Editora de Nattos Moreira & C, 1880.

BRAZILEIRO, Manoel de Freitas. *Nova grammatica ingleza e portugueza dedicada á felicidade e augmento da Nação Portuguesa. Selecta dos melhores authores, por Manoel de Freitas Brasileiro.* Liverpool: G. F. Harri's Viuva e Irmãos, 1812.

CASTRO, Jacob. *Grammatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica: ou, Gramatica Nova, Ingleza e Portugueza, e Portugueza e Ingleza; dividida em duas partes.* A primeira para a instrução dos Inglezes que desejarem alcançar o conhecimento da Lingua Portugueza. A segunda, para o uso dos Portuguezes que tiverem a mesma inclinação a Lingua Ingleza. Das quaes a Primeira está corrigida e emendada, a segunda executada por Methodo claro, familiar, e facil. 3. ed. London: W. Meadows, 1759.

CORAZZI, David. *Diccionario inglez-portuguez.* Lisboa: Empreza Horas Românticas, 1885.

CORRÊA, Filipe Maria da Motta d'Azevedo. *Grammatica Pratica da Lingua Ingleza.* Rio de Janeiro: Successores Alves & Cia Editores, 1885.

CORRÊA, Philippe da Motta de Azevedo. *Selecta Anglo-Americana.* Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, 1870.

COSTA, Hipólito José da. *Nova grammatica portugueza e ingleza a qual serve para instruir aos portuguezes na lingua ingleza*. Nova edição revista e consideravelmente augmentada. Londres: J. Collingwood, 1828.

HARBEN, Jasper L. *Prosodia Ingleza. Novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da lingua ingleza*. Rio de Janeiro: Em Casa do Auctor. Externato Jasper, 1878.

HEWITT, James E. *Graduated english reader. Estrada suave para o perfeito conhecimento da língua inglesa mediante excerptos escolhidos e gradativamente coordenados dos melhores autores inglezes e norte-americanos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1912.

LISBOA, José da Silva. *Visconde de Cairu: Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída da sagrada escritura para a mocidade*. Rio de Janeiro: Tipografia Plancher-Seignot, 1827.

LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.

MIDOSI, Luiz Francisco. *A new grammar of the portuguese and english languages in two parts*. London: A. A. de Beçá, 1832.

S/A. *Diccionario marítimo dividido em duas partes, portuguez e inglez, inglez e portuguez*. Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1851.

S/A. *Nova Grammatica Portugueza e Ingleza a qual serve para instruir aos portuguezes na língua ingleza*. Londres: Typograp. de F. Wingrave, 1808.

SÁ, Ricardo de. *Vocabulario de termos commerciaes em portuguez, francez e inglez*. Lisboa: La Bécarre, 1889.

SALES, Alberto Jacqueri de. *Diccionario do commercio*. Tradução e adaptação do Dictionnaire Universel de Commerce, de Jaques Savary des Brillons, 4 vols., 1813. Disponível em <<http://purl.pt/13945>>. Acesso em 30 de nov. 2018.

SCULLY, Guilherme. *Segredos da Calligraphia Ingleza ou Arte Novíssima de adquirir uma bonita letra, ensinando a escrever com perfeição, e ainda sem mestre, num espaço de tempo desconhecido até hoje, toda a qualidade de letra usada no commercio e trato social*. Rio de Janeiro, S.D.

TRANSTAGANO, Antônio Vieyra. *A dictionary of the Portuguese and English Language, in two parts, Portuguese and English: and English and Portuguese*. Londres: J. Nourse, 1773.

TILLBURY, Guilherme Paulo. *Arte Ingleza offerecida ao illustrissimo Senhor Visconde de Cayru*. Rio de Janeiro: Na Typographia Imperial e Nacional, 1827.

VALDEZ, João Fernandes. *Novissimo diccionario inglez-portuguez*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875.

VEIGA, Manoel Luis da. *Escola mercantil sobre o commercio assim antigo como moderno, entre as nações commerciantes dos velhos continentes*: contendo a historia geral do commercio, e de todos os ramos de que este se compõe, agricultura, artes, pesca, navegação, cambio, etc.: huma noticia particular do commercio de Portugal, e suas producções commerciaveis, e hum formulario das letras, e bilhetes de cambio, cartas de affretamentos, e

outros documentos de que se faz uso no commercio destes reinos. Lisboa: Impressão Régia, 1817.

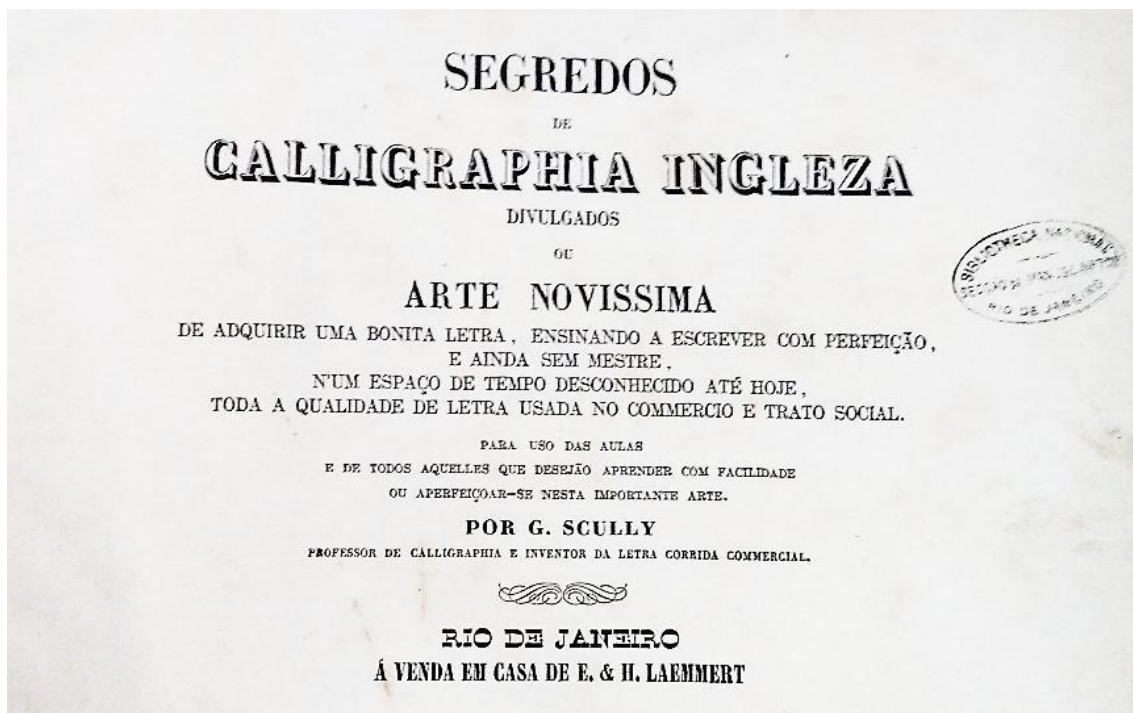
### **5.5. Fontes de pesquisa on-line**

Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario>>.

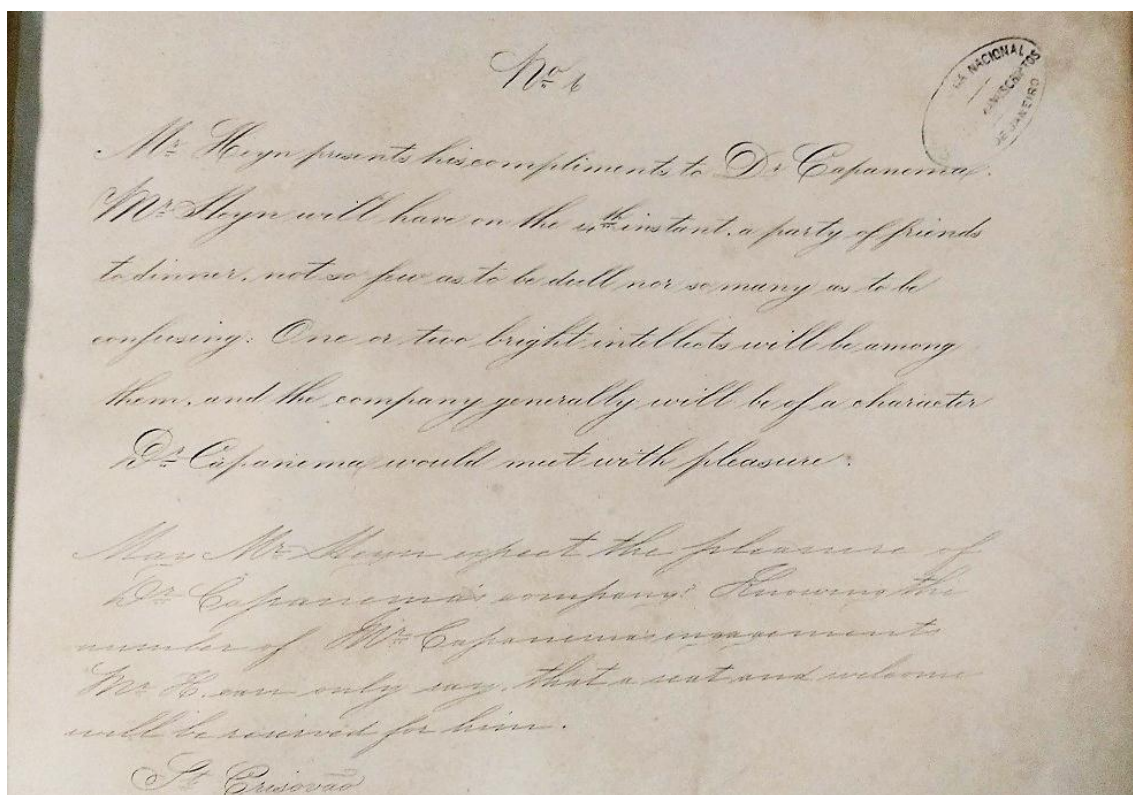
Dicionário Oxford. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/>>.

Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>.

## 6. ANEXOS



Anexo 1: Folha de rosto *Segredos da Calligraphia Inglesa*.  
Fonte: SCULLY, S.D.



Anexo 2: Modelo de correspondência comercial para prática caligráfica.  
Fonte: SCULLY, S.D., p. 23.



Acta do Concurso para o pro-  
vimento da Cadeira de Inglês  
do Internato e Externato do  
Imperial Collegio de Pedro II.  
Presidencia do Sr. Desem-  
bargador José Mariani, Inspector  
Geral Interino da Instrucção  
Primaria e Secundaria do  
Município da Corte.

ARQUIVO GERAL  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As dez horas do dia 9 de Junho  
de 1860 achando-se presentes  
em uma das salas do Externato  
do Imperial Collegio de Pedro  
II. o Sr. Desembargador  
José Mariani, Inspector Geral  
da Instrucção Primaria e Secun-  
daria do Município da Corte,  
os Reitores do dito Collegio  
M. Manoel Pacheco da Silva  
e M. Joaquim Marcos de Al-  
meida Rêgo, os Examinadores  
M. Joaquim Russell e M.  
Eduardo Ferreira Franca, e o  
Membro do Conselho Direção  
Bacharel Theophilo das Neves  
Leão, o Sr. Inspector Geral  
Interino da por constituição,  
na forma do artigo 48 do Re-  
gulamento de 24 de Setembro  
de 1857, a Comissão julga-  
dora do Concurso para o

Anexo 3: Ata de provimento da cadeira de inglês no Colégio Pedro II – Parte 1.  
Fonte: BR RJAGCRJ 13.2.23, Fundo Câmara Municipal, Série Instrução Pública.

21

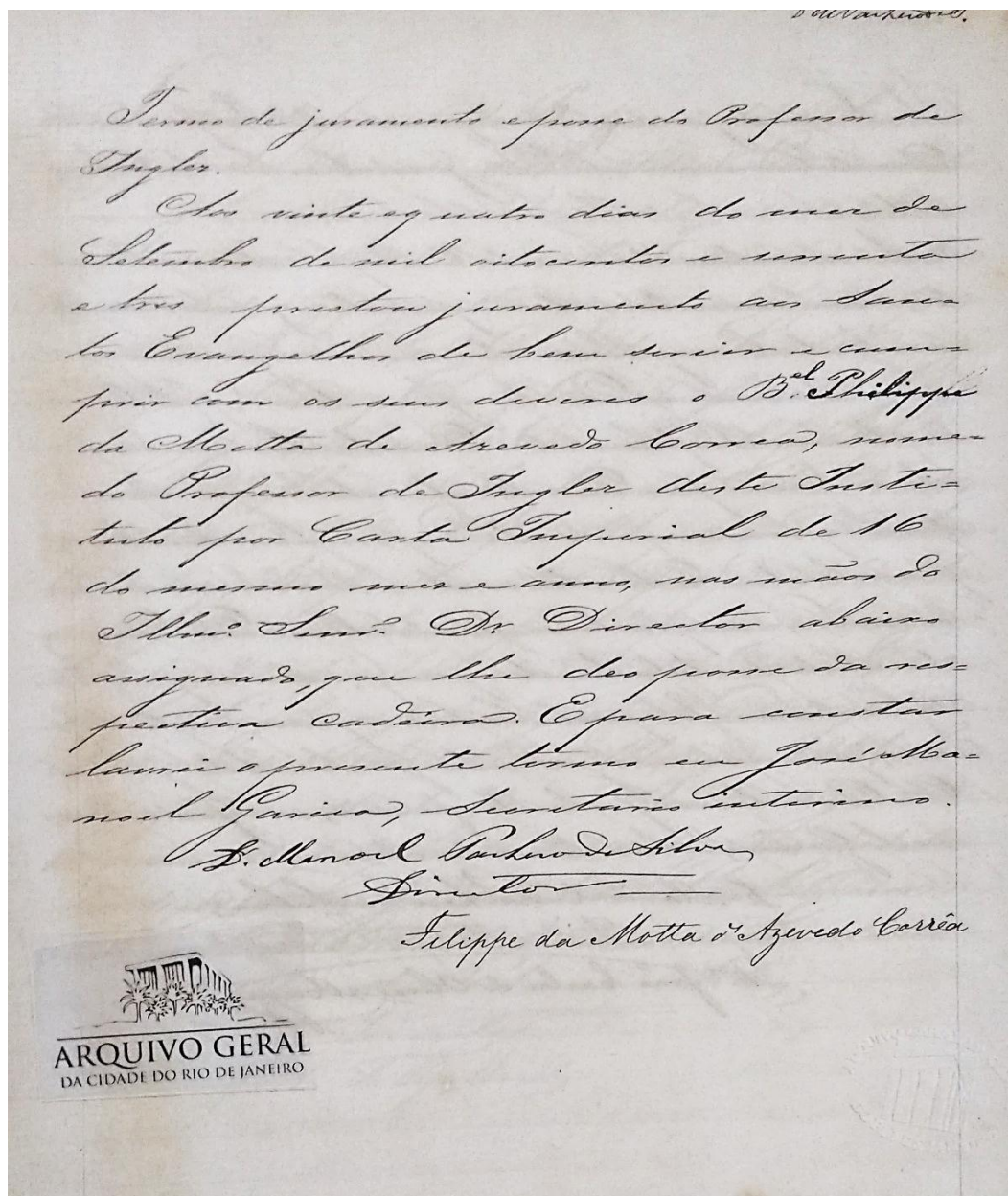
a Commissão a graduair o  
mercamento relativo delles  
tudo na forma do artigo ci-  
tado, e das Instruções de  
5 de Janeiro de 1855, e fi-  
cã unanimemente assim  
classificados na ordem do  
mercamento relativo.  
Em primeiro lugar o Bacha-  
rell Philippe da Motta de  
Azevedo. Corrêa, e em segundo  
Antonio Vieira Maciel,  
e qual, com quanto mista-  
comhecimentos práticos  
aprecciaveis de lingua  
inglesa, não patenteam igual  
habilitação nas differentes  
provas offerecidas. Enada  
mais havendo a tratar, o  
Sr. Presidente levanta  
a Sessão as quatro horas  
da tarde. Sala das Exames  
do Externato do Imperial  
Collegio de Pedro II em  
7 de Junho de 1860.



Jose Mariano.  
B. Honorat Pinheiro de Azevedo  
João de Azevedo  
João de Azevedo  
João de Azevedo  
João de Azevedo  
João de Azevedo

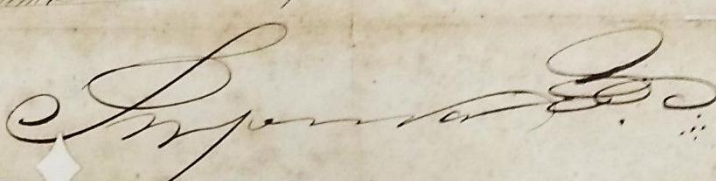

Anexo 3: Ata de provimento da cadeira de inglês no Colégio Pedro II – Parte 2.  
Fonte: BR RJAGCRJ 13.2.23, Fundo Câmara Municipal, Série Instrução Pública.






Anexo 4: Termo de juramento e posse de Philippe da Motta no Colégio Pedro II.  
Fonte: BR RJAGCRJ 13.2.23, Fundo Câmara Municipal, Série Instrução Pública.

Dom Pedro, por Graça de Deus Unanime  
 Acclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Per-  
 petuo do Brasil, como Grão Mestre da Ordem da Rosa,  
 Faço saber aos que esta Minha Carta virem que, Attendendo as  
 distinctas e relevantes serviços que o Sr. Philippe de Motta da Silva, Com-  
 mune da Corte, e do Imperial Collegio de Lisboa, tem prestado a esta Coroa,  
 e a de outas de uma grammatica adpçada para ensino publico d'essa lingua;  
 Hei por bem Nomear e Officiar da dita Ordem,  
 da qual era e Camarada.  
 Pelo que Hei e Mandei passar a presentença qual depois de presta-  
 do o juramento de fidelidade será sellada com o Sello das Armas Im-  
 periaes. Dada no Palacio de Rio de Janeiro em 14 e  
 cinco de Fevereiro de mil e cento e setenta e um, quinta-feira  
 do Imperio e da Independencia.

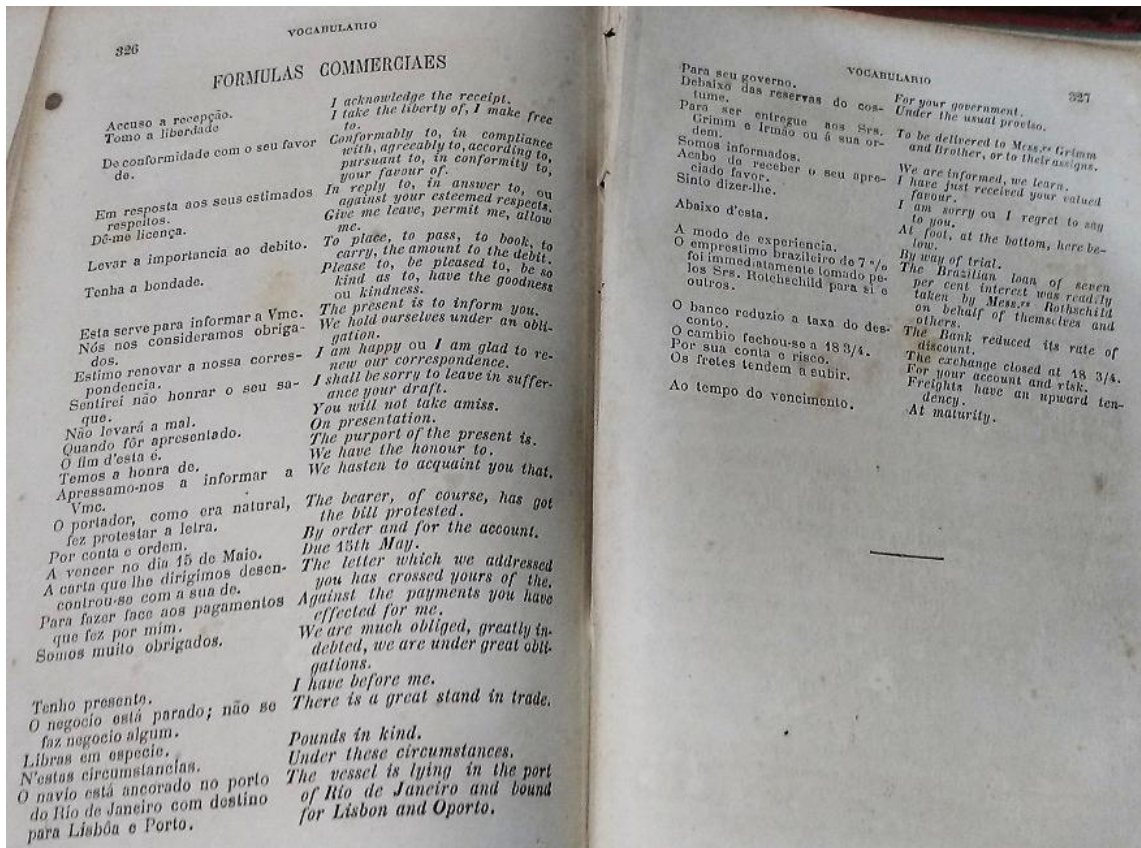
Carta pela qual Vossa Magestade Imperial  
 Hei por bem Nomear Official da Ordem da Rosa e  
 Camarada Philippe de Motta da Silva, como acima se declara.  
 Para Vossa Magestade Imperial



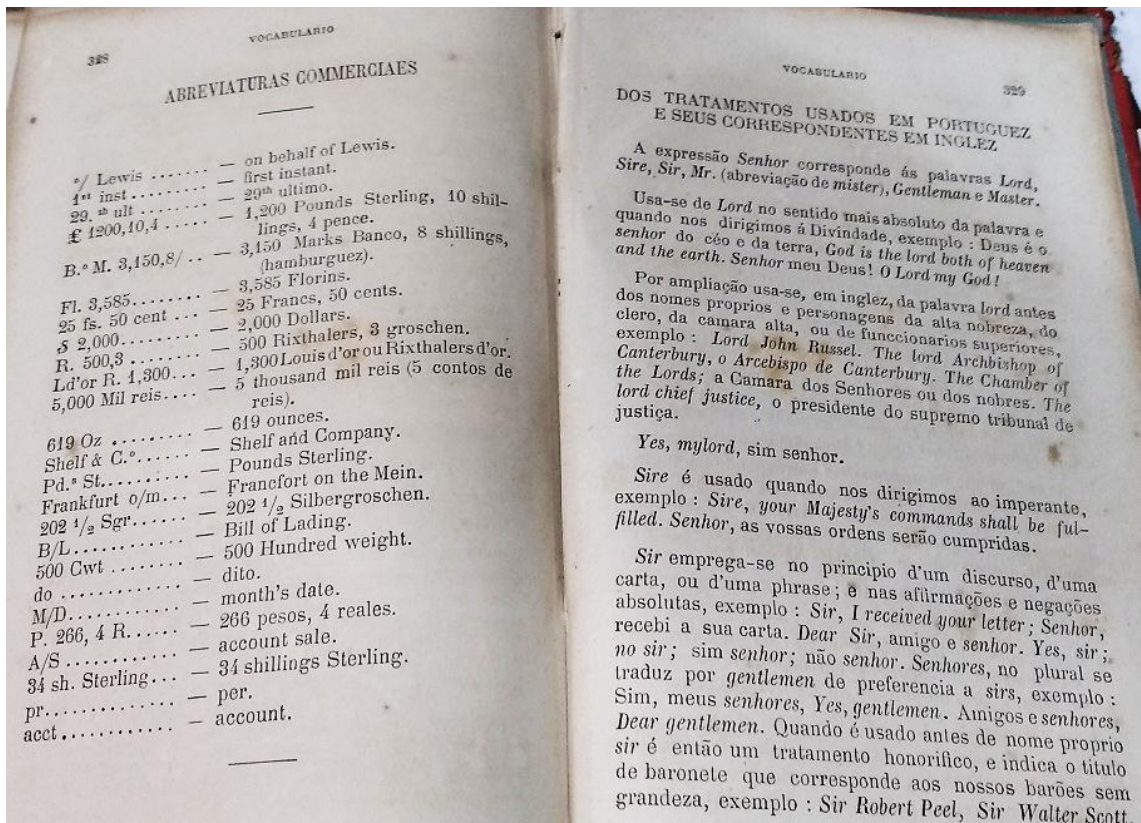
Anexo 5: Carta nomeando Philippe da Motta official da Ordem da Rosa.

Fonte: Biblioteca Nacional, Setor de manuscritos.





Anexo 6: Fórmulas comerciais.  
Fonte: CORRÊA, 1885, p. 326-327.



Anexo 7: Abreviaturas comerciais.  
Fonte: CORRÊA, 1885, p. 328-329.

FAMILIAR  
DIALOGUES  
IN  
*English and Portuguese.*

Dialogue I.

Some Compliments.

**G**OOD Morrow  
(Day) Sir; how  
do you do?

Very well, God be  
thanked, at your Ser-  
vice.

Not very well.

I thank you, Sir, (a  
thousand Years to you) I  
am your Servant.

How doth the Gentle-  
man your Brother do?

He is in Health; he  
is well; but my Sister  
is ill of a Fever and A-  
gue.

I am glad to hear it.  
I am sorry for it.

Pratica I.

*Alguns cumprimentos.*

**B**ONS dias, Senhor;  
como está V. M.?  
(Vossa Mercê.)

Múy bem, graças  
á Deos, para servir á  
V. M.

Não muy bom.

Agradeço, a V. M.  
mil ánnos, fôu seu cria-  
do.

Como está o Senhor  
seu irmão?

Está com faude;  
está bom; poreo min-  
ha irmãa está doente  
de huma febre e maléi-  
tas.

Folgo de ouvi-lo. A  
mim me pesa muito.

Sit



## Letters on Business, or Mercantile Affairs.

Mr. F. F. London, the 30th of January, 1750.

**Y**OURS of the 3d and 15th of last Month, came to hand on the 5th Current by the Ship F. F. Captain B. B. Commander; and therein I take notice, that you intend to put on board the next good Ship bound hither, the Goods I recommended to your Care in my last, herewith I send you more Patterns, but I would desire you to be solicitous with your Dyer, that the Colours may be lively and durable: By the last Ship I remitted you Account of Sales, of the Parcel of Silk, Stockings, and the three Boxes of Hats, by the Ship A; and if you meet with a Parcel of either, or both, to your Mind, you may please to send them, being now in Demand, but great Care must be taken of the Fashion and Make. I have taken care to secure your twenty Pipes of Oil for the first Ships in the Season, and put on board the Ship N. your twenty Pipes of Red, and twelve Pipes and three Hogheads of White Wine, Capt. F. Commander, of which the Invoice goes herewith, and the Bills of Lading shall be sent by the Post, and hope will come safe to hand; which being the Necessary at present, I remain,

S I R,

Your humble Servant,

K

S.

Senhor Jasinto Jones,

Meu Senhor,

**E**STAS servem para avizar a Vm<sup>a</sup>. como por este Navio, o *Derby*, tenho feito o Retorno do seu Cabedal em meu Poder em duas Bolsas de Diamantes montando a Pagoda 4396, 25 Fan. 10 Casts tendoas registrado conforme sua Ordem nos Livros da Companhia, incluzo está Conhecimento, junto com a Factura e sua Conta Corrente feichada a qual dezeijo q<sup>a</sup>. chegue a Salvamento e q<sup>a</sup>. lhe faça boa Conta; como eu estou para Tornar com este Trespasso para Europa, a minha chegada a Londres terey o Honor dever a Vm<sup>a</sup>. e darlhe huma exacta, conta do Negocio na India, e sou Enteiramente.

Forte St. George,  
Nov. 12, 1750.Mais humilde Servidor,  
de Vm<sup>a</sup>. Q, S, M, B.

Abraham Truelock.

Londres, a 4 Marco, 1750-1.

A Lisboa. Sr. João Ferrier.

Meu Senhor,

**E**STOU favorecido com a de Vm<sup>a</sup>. de 3do Corrente, e acho que em Comprimento a minha Ordem tem Vm<sup>a</sup>. comprado os quinhentos Barils de Arenques de fumo a Livras onze por Lastre eu não tenho duvida que esse foy o menor prefo porque Vm<sup>a</sup>. os podia ter, e que sua boa Qualidade o Corresponda, meu Navio se esta preparando com toda a pressa para hir Buscalos elle se pode carregar

Anexo 9: Exemplo de correspondência comercial.  
Fonte: CASTRO, 1751, p. 129-130.

*A Protest of a Bill of Exchange.*

**K** NOW all Persons whom this present Writing may concern, that the of in the Year at the Request of Mr. P. C. of Merchant, T. M. N. Publick Notary, sworn and admitted by Authority of his most sacred Majesty, did go to the Dwelling-house or Habitation of Mr. T. B. upon whom the abovenamed Bills of Exchange is drawn, and shewed the Original unto the said Mr. T. B. demanding his Acceptance of the same, who answered me he should not accept the same Bill for some Reasons he should write Mr. F. P. the Drawer: Wherefore I the said Notary did protest, and by these Presents protest, as well against the said F. P. the Drawer, as likewise against the said T. B. upon whom it is drawn; as also against all other Persons, Indorsers, or others therein concerned, for all Changes, Rechanges, Damages, and Interest whatsoever, in Presence of H. J. and S. T. called for Witnesses to this present Act, done in my Office in the Day and Year above mentioned. M. N. Notary Publick.

*Various Forms of Receipts.**Money received in full.*

**R** Eceived 1st January, 1750, of Mr. Thomas Crew, Six Pounds Seven Shillings and Sixpence, in full of all Demands, per

*For another's Use.*

**R** Eceived 22d February, 1750, of Mr. Jonas Lee, Four Pounds Five Shillings, for the Use of my Master Moses Trust, per

Money

*Dinheiro recebido em parte.*

**R** Eciby a 30de Março, 1751, do Sr. Jacinto Cook, Cinco Livras Cinco Xilins, em parte de doze Livras e dez Xilins, por Conta de meu pay Antonio Truelove, por

*Dinheiro recebido em parte de Contas que nao' estam ajustadas.*

**R** Eciby a 24 de Abril, 1751, da Senhora Mariba Rich, por maos de Pedro Cornet, onze Livras a Conta, por

*Quando hum Rol cu Conta se paga por inteiro.*

**R** Eciby a 15 de Mayo 1751, a conthia de esta Conta, por

*Quando se paga dinheiro a Conta debum rol.*

**R** Eciby 6 de Junho 1751, sete livras em parte desta Conta, por

*Notas ou Obrigacoens que faz hum Homem quando toma dinheiro emprestado.*

Londres, 4 de Junho 1751.

**E** U abaixo firmado prometo pagar a o Sr. E. D. Banqueiro do Thezouro de sua Majestade do Excise, ou a sua ordem quarenta dias despois da data desta obrigação quatro centas e trinta livras por valor recebido.


L 430

p Christovo Wade.

**E** U abaixo firmado prometo pagar a o Sr. Paulo Barker cavalheiro ou sua ordem em sendo requerido trezentas, e noventa, e quatro livras dous Xilins



171



DIALOGOS  
FAMILIARES.  
*FAMILIAR DIALOGUES.*  
*Lea daialógues.*

---

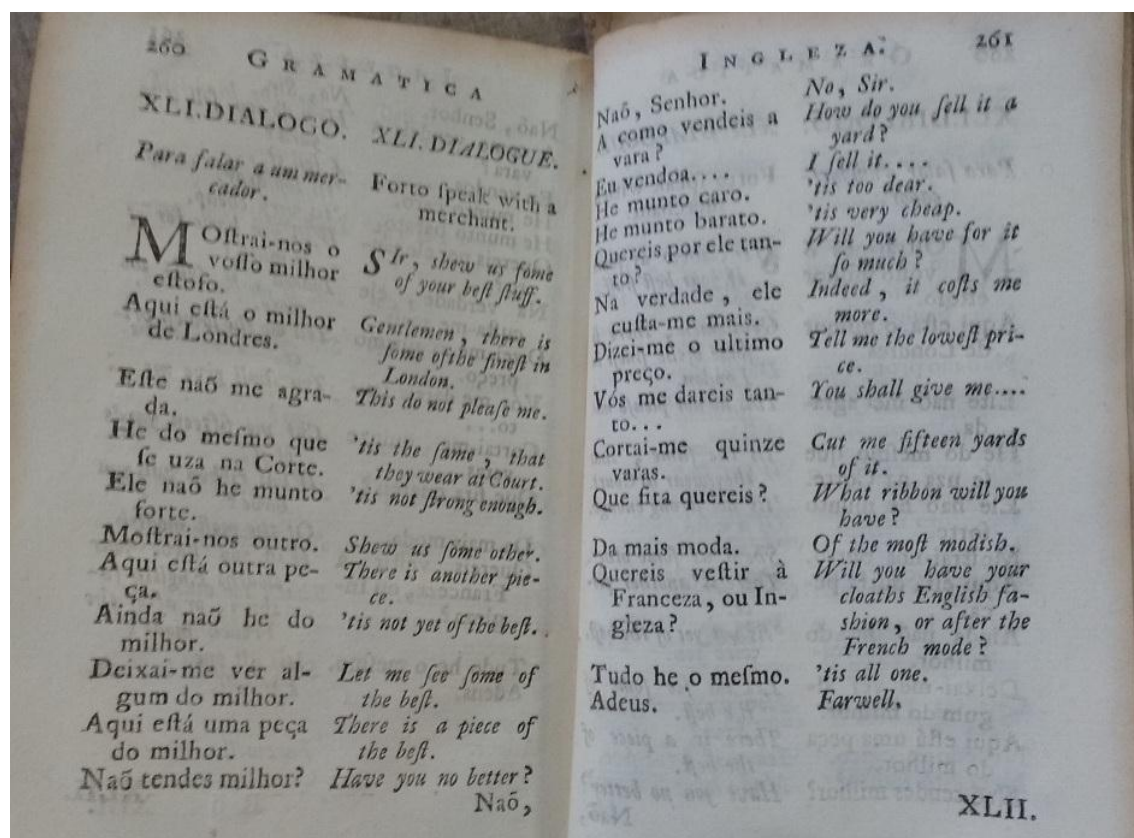
PARTE III.

I. DIALOGO.      I. DIALOGUE.  
*Entre dois amigos.*      Between two friends.

**B**OM dia,  
Senhor.  
Sou seu  
criado.  
Eu o sou seu.

**G**ood morrow,  
Sir.  
Your servant.  
*I am yours.*      Co-

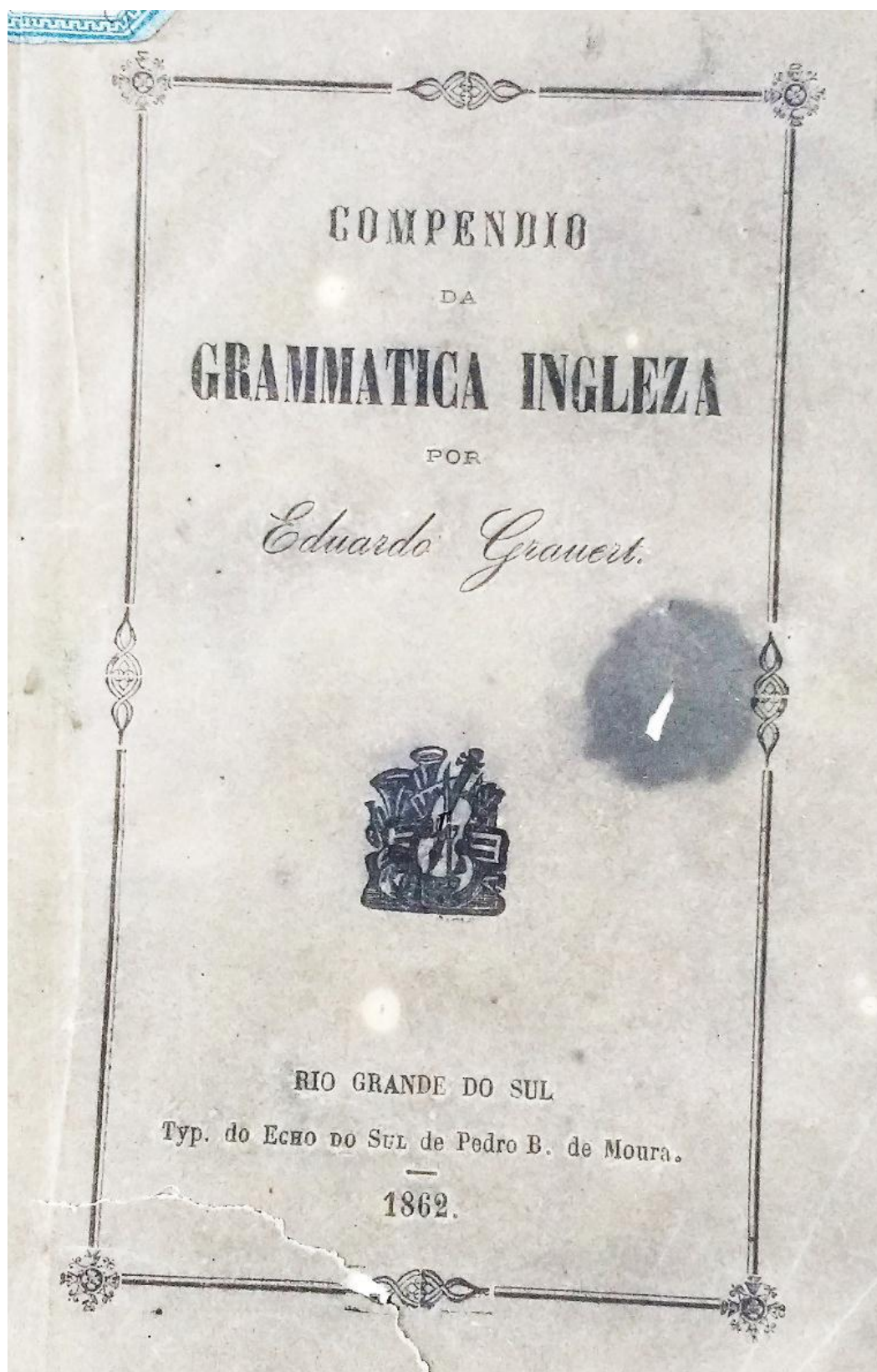
Anexo 11: Diálogos familiares.  
Fonte: MENEZES, 1762, p. 171.



Anexo 12: Exemplo de diálogo familiar relacionado à atividade comercial.

Fonte: MENEZES, 1762, p. 260-261.





Anexo 13: Capa do *Compendio da Grammatica Inglesa*.  
Fonte: GRAUERT, 1862.